

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Josiane A. Mozer**

**A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de  
Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)**

Porto Alegre

2020

Josiane A. Mozer

**A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de  
Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)**

Tese de Doutorado em História, apresentada  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutora pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Lima de Avila

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Arthur Lima de Ávila

VICE-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Clarice Gontarski Speranza

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Nestor Artur Sanders

#### CIP - Catalogação na Publicação

Mozer, Josiane Aparecida

A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968) / Josiane A. Mozer. -- 2020.

307 f.

Orientador: Arthur Lima de Avila

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Livro. 2. Guerra Fria. 3. Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA). 4. National Security Council. 5. Imperialismo. I. Avila, Arthur Lima de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Josiane A. Mozer**

**A ARQUITETURA DA DOMINAÇÃO: O PROGRAMA EDITORIAL DA  
AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL  
(1953-1968)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em História.

Porto Alegre, 28 de maio de 2020

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila (orientador)  
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

---

Prof. Dr. Rafael R. Ioris  
Departamento de História da Universidade de Denver/EUA

---

Prof. Dr. Paulo César Gomes Bezerra  
Programa de Pós-graduação em História/UFF

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli  
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

---

Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer  
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Ao João (*in memoriam*), à Tina e à Cristina: princípio e fim.

## AGRADECIMENTOS

Uma das características que compõem a pesquisa histórica é a solidão. Entre documentos e leituras, às vezes em um volume que parece desafiar a capacidade da pesquisadora/pesquisador, enfrentam-se longos períodos solitários. Assim foi o meu percurso na realização desta tese, solitariamente imersa entre documentos e livros por mais de 2 anos.

Mas, a despeito disso, outra das características que compõem a tarefa da pesquisadora/pesquisador é a rede de colaborações. No fazer solitário, um sem-número de apoios se agregam. Também assim foi o meu percurso: repleto de colaboradores, todos imprescindíveis.

Agradeço:

Ao meu orientador, Arthur Lima de Avila, pela disponibilidade na orientação, pelo apoio, pela confiança, pela amizade, pela gentileza na condução de todo o percurso que nos uniu.

Ao professor Rafael R. Ioris, por me receber na Universidade de Denver e me orientar durante o período de meu sanduíche nos Estados Unidos, pela disponibilidade, pelas sugestões e inúmeras conversas que me instigaram a seguir em frente, e pela amizade e parceria que então se estabeleceu entre nós.

Às professoras Claudia Wasserman e Caroline Silveira Bauer, pelas críticas e sugestões dadas na qualificação da tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, UFRGS, especialmente ao professor Guazzelli, pelo apoio e incentivo dado a esta pesquisa quando ela era ainda uma vaga ideia.

À Cristina, pelo companheirismo, pela paciência, pelas discussões teóricas, pelas sugestões e pelas leituras atentas a todos os rascunhos e versões.

Ao Vicente Gil, pela doação de documentos que foram imprescindíveis no período da qualificação, muito antes de minha ida aos arquivos dos Estados Unidos.

Aos meus amigos. Todos. Os de perto e os de longe. Os de quase todos os dias e aos que a distância torna ainda mais presentes. Agradeço o carinho e o apoio quando anunciei a mudança que iria se operar em minha vida quando decidi fazer o doutorado. Agradeço a assistência quando eu, desavisadamente, encomendei um livro que os obrigou a atravessar metade da Bélgica (Monica e Fábio, obrigada!), ou quando passei uma semana na cidade do Rio de Janeiro

pesquisando periódicos na Biblioteca Nacional e fui hospedada com todo o carinho (Marco e Hélio, obrigada!), ou quando precisei de imagens das capas de diferentes títulos e edições de livros disponíveis apenas nas bibliotecas da USP (Luís, obrigada!). Ainda: as trocas de informações, alertas sobre prazos e normas acadêmicas em meio a tantas conversas divertidas, étlicas e carinhosas (Mica e Gabriela, obrigada!).

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio irrestrito e pela compreensão de que a distância é, e sempre será, apenas física.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

**Walter Benjamin**

Sólo le pido a Dios  
Que el engaño no me sea indiferente  
Si un traidor puede más que unos cuantos  
Que esos cuantos no lo olviden facilmente.

**León Gieco**



## RESUMO

Através da análise do programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos – USIA e da sua rede de colaboradores, esta pesquisa versa sobre o papel desempenhado pela Agência na construção do consenso conservador que gestou o projeto político de suporte ao liberalismo, no Brasil, entre 1953 e 1968. Foram analisadas centenas de documentos produzidos por agências e instituições do governo dos Estados Unidos (USIA, Departamento de Estado, Conselho de Segurança Nacional – NSC, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento – USAID), e de instituições parceiras como *Franklin Book Programs* e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPÊS, além de centenas de artigos e matérias publicadas pelos principais jornais e revistas brasileiros. A pesquisa evidencia que o programa editorial da USIA, resultado da política de segurança nacional dos Estados Unidos, elaborada pelo NSC, teve como propósito influenciar a produção e a circulação de conhecimentos favoráveis aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos no novo cenário mundial pós-Segunda Guerra. Coloca em exame o papel assumido pela Agência em operações encobertas no âmbito da política externa dos Estados Unidos, segundo as premissas do NSC, e explora a sua atuação político-ideológica no Brasil, revelando as suas estratégias para influenciar, e assim ser capaz de orientar, a política e a economia brasileiras. A documentação pesquisada permite revelar, ainda, o *modus operandi* da Agência para compor uma rede de colaboradores brasileiros ideologicamente afinados – editoras, jornais e intelectuais. Como resultado, demonstra-se como livros, livretos, artigos e matérias de jornais e revistas em todas as áreas do conhecimento (ciências, ciências humanas, filosofia, artes), elaborados e ou subsidiados pela USIA com a colaboração de sua rede local, foram armas eficientes no combate ideológico em defesa do Estado liberal e suas políticas econômicas contra o nacional-desenvolvimentismo e contra as teorias antiliberalismo e anticapitalismo, em especial o marxismo, colaborando para a consolidação de um Estado autoritário e alinhado aos interesses hegemônicos do capital, em geral, e dos Estados Unidos em especial.

**Palavras-chave:** Livro. Guerra Fria. Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA). National Security Council (NSC). Imperialismo.

## ABSTRACT

Through the analysis of the United States Information Agency's publishing program and its network of collaborators, this study discusses the role played by the Agency in building the conservative consensus which gave rise to the political project that supported liberalism in Brazil between 1953 and 1968. Hundreds of documents were analyzed produced by American agencies and governmental institutions (USIA, Department of State, National Security Council, United States Agency for International Development – USAID), and by partner institutions such as the Franklin Book Programs and *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (Social Studies and Research Institute – IPÊS, as per its acronym in Brazilian Portuguese), in addition to hundreds of articles and stories published by the major Brazilian newspapers and magazines. This study shows that the USIA's publishing program, a result of the United States national security policy and created by its National Security Council, aimed to influence the production and circulation of knowledge favorable to the hegemonic interests of the United States in the new global scenario after World War II. The study looks at the role played by the Agency in covert operations in the realm of the United States' foreign policy, according to NSC principles, and explores its political and ideological actions in Brazil, revealing its strategies to influence and therefore guide Brazilian politics and economy. Furthermore, the researched documents unveiled the Agency's *modus operandi* to form a network of Brazilian collaborators ideologically aligned with it — publishing houses, newspapers, and scholars. As a result, this study demonstrates how books, booklets, newspaper and magazine articles and stories in every area of knowledge (sciences, humanities, philosophy, and arts) elaborated or subsidized by USIA with the help of its local network, served as efficient weapons in ideological battles to defend the liberal state and its economic policies against the Brazilian national-developmentalism and against antiliberal and anticapitalistic theories, fostering the consolidation of an authoritarian state aligned with the hegemonic interests of capital in general, and of the United States in particular.

**Key Words:** Book. Cold War. United States Information Agency (USIA). National Security Council (NSC). Imperialism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma, USIA, 1954.....	54
Figura 2 – Organograma, USIS Brasil, 1955.....	61
Figura 3 – Capa e folha de rosto do livro <i>A nova classe</i> .....	143
Figura 4 – Capa e folha de rosto do livro <i>UNE, instrumento de subversão</i> .....	170
Figura 5 - Capa e folha de rosto do livro <i>A guerra política</i> .....	188
Figura 6 – Capa e folha de rosto do livro <i>Em cima da hora</i> .....	189
Figura 7 – Capa e folha de rosto do livro <i>O sistema americano</i> .....	240
Figura 8 – Capa e folha de rosto do livro <i>A nova sociedade</i> .....	241
Figura 9 – Capa e folha de rosto do livro <i>A revolução capitalista</i> .....	252
Figura 10 – Folha de rosto do livro <i>Etapas do desenvolvimento econômico</i> .....	263
Figura 11 – Capa e dados de edição do livro <i>Um engenheiro brasileiro na Rússia</i> .....	266

## LISTA DE SIGLAS

ADEP	–	Ação Democrática Popular
ADP	–	Ação Democrática Parlamentar
AFP	–	Agence France Presse
AI 5	–	Ato Institucional n. 5
AIFLD	–	American Institute for Free Labor Development
ALALC	–	Associação Latino Americana de Livre Comércio
AP	–	Associated Press
ARA	–	American Republics Administration
BBC	–	British Broadcasting Corporation
BGLA	–	Business Group for Latin America
BID	–	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	–	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAMDE	–	Campanha da Mulher pela Democracia
CBS	–	Columbia Broadcasting System
CCF	–	Congress for Cultural Freedom
CED	–	Committee for Economic Development
CEPAL	–	Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina
CFR	–	Council on Foreign Relations
CGT	–	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIA	–	Central Intelligence Agency
Cicyp	–	Conselho Interamericano de Comércio e Produção
CMBEU	–	Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CNPq	–	Conselho Nacional de Pesquisa
COCAP	–	Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso
COMAP	–	Commerce Committee for Alliance for Progress
CPC	–	Centro Popular de Cultura
CPI	–	Comissão Parlamentar de Inquérito

CTAL	–	Confederação dos Trabalhadores da América Latina
CU	–	Bureau of Education and Cultural Affairs
EMNID	–	Institute for International Market and Public Opinion Research
ESG	–	Escola Superior de Guerra
EUA	–	Estados Unidos da América
FBP	–	Franklin Book Programs
FJD	–	Frente da Juventude Democrática
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FOA	–	Foreign Operations Administrations Agency
GED	–	Grupo de Estudo e Doutrina
GEIL	–	Grupo Executivo da Indústria do Livro
I/R	–	Public Information Staff
IAL	–	Diretoria de Políticas para a América Latina
IAPA	–	Inter American Press Association
IBAD	–	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	–	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBS	–	Broadcasting Service
ICA	–	International Cooperation Administration
ICO	–	Private Enterprise Cooperation Staff
ICS	–	Information Center Service
IGC	–	Office of the General Council
IIA	–	International Information Administration
IMS	–	Motion Picture Service
INESE	–	Instituto de Estudos Econômicos e Sociais
INR	–	Bureau of Intelligence and Research
IOA	–	Assistant Director for Administration
IOC	–	Office of Private Cooperation
IOP	–	Assistant Director for Policy and Programs
IOS	–	Office of Security
IPÊS	–	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPOM	– Instituto de Estudos Econômicos
IPPF	– International Planned Parenthood Federation
IPS	– International Press Service
IRI	– Office of Research Intelligence
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	– Juscelino Kubitschek
JUC	– Juventude Universitária Católica
LAPC	– Latin American Policy Committee
MARPLAN	– Market Planning
MEC	– Ministério da Educação
NARA	– National Archives Records Administration
NASA	– National Aeronautics and Space Administration
NIH	– National Institutes of Health
NSA	– National Security Agency
NSC	– National Security Council
NSF	– National Science Foundation
OCB	– Operations Coordinating Board
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIC	– Office of International Information and Cultural Affairs
OIE	– Office of International Information and Educational Exchange
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OMS	– Organização Mundial de Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPA	– Operação Pan Americana
OPC	– Office of Policy Coordination
ORIT	– Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAO	– Public Affairs Officer
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PDC	– Partido Democrata Cristão

PEI	–	Política Externa Independente
PL	–	Partido Libertador
POLOP	–	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PR	–	Partido Republicano
PRP	–	Partido de Representação Popular
PSB	–	Psychological Strategy Board
PSD	–	Partido Social Democrático
PSP	–	Partido Social Progressista
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	–	Partido Trabalhista Nacional
RKO	–	RKO Radio Pictures
RTAC	–	Regional Technical Aids Center
SUDENE	–	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TVA	–	Tennessee Valley Authority
UDN	–	União Democrática Nacional
UME	–	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	–	União Nacional de Estudantes
UNESCO	–	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF	–	United Nations Children's Fund
UP	–	United Press
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	–	United States Agency for International Development
USIA	–	United States Information Agency
USIE	–	United States Information and Education Exchange Program
USIS	–	United States Information Service
USOM	–	United States Operations Mission
VOA	–	A Voz da América

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

Em cumprimento à Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, a autora informa que: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2</b>	<b>O PROJETO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS</b> .....	29
2.1	“GUERRA PSICOLÓGICA” E SEGURANÇA NACIONAL.....	30
2.2	A TRAMA PÚBLICO-PRIVADA E O SUPORTE À “GUERRA PSICOLÓGICA” .....	40
2.3	A USIA COMO INSTRUMENTO DE UMA ESTRATÉGIA.....	45
2.4	A AÇÃO POLÍTICA DA USIA NO BRASIL.....	58
<b>3</b>	<b>O PROGRAMA EDITORIAL DA USIA</b> .....	74
3.1	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	76
3.2	O APARATO INSTITUCIONAL.....	85
<b>3.2.1</b>	<b>O Franklin Book Programs</b> .....	89
<b>3.2.2</b>	<b>A USAID</b> .....	95
<b>3.2.3</b>	<b>Editoras, Institutos e Fundações</b> .....	99
3.3	A CONEXÃO “INTELECTUAIS”.....	106
3.4	A CONEXÃO “ESTUDANTES”.....	117
3.5	A REDE DE CONEXÕES EM OPERAÇÃO.....	123
<b>4</b>	<b>O PROGRAMA EDITORIAL DA USIA E A DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL</b> .....	131
4.1	A DISPUTA PELO ESTADO NACIONAL.....	134
4.2	NACIONALISMO, A “CABEÇA DE HIDRA”.....	146
4.3	OS “ENGENHEIROS DO CAOS”.....	152
4.4	LEITURAS PARA A SOCIABILIDADE BURGUESA.....	178
<b>4.4.1</b>	<b>Estado, democracia e anticomunismo</b> .....	181
<b>5</b>	<b>NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO <i>VERSUS</i> MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA</b> .....	196
5.1	O DESENVOLVIMENTISMO EM PERSPECTIVA.....	199
5.2	A MÃO OCULTA DA USIA NO DEBATE PÚBLICO.....	205
5.3	ALIANÇA PARA O PROGRESSO: UM INSTRUMENTO DE COERÇÃO.....	216
<b>5.3.1</b>	<b>Os investimentos políticos</b> .....	224
<b>5.3.2</b>	<b>As tramas ideológicas</b> .....	232
5.4	A PERSPECTIVA DO “CAPITALISMO REVOLUCIONÁRIO”.....	239

<b>5.4.1</b>	<b>A modernização conservadora como solução.....</b>	<b>253</b>
<b>5.4.2</b>	<b>Tecnicismo e gerencialismo.....</b>	<b>268</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>275</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>279</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, Edward Snowden revelou ao mundo as atividades de espionagem da Agência de Segurança Nacional (*National Security Agency* - NSA). Ficamos sabendo que milhões de pessoas ao redor do mundo tiveram seus e-mails e conversas telefônicas vigiadas, assim como empresas e seus dirigentes, políticos e ministérios de governos.

A reportagem de *O Globo*, de 6 de julho daquele ano, informava que o Brasil estava entre os países mais vigiados da América Latina. Dados de janeiro de 2013 indicavam que o Brasil teve 2,3 bilhões de telefonemas e mensagens espionados.

Os documentos da NSA são eloquentes. O Brasil, com extensas redes públicas e privadas digitalizadas, operadas por grandes companhias de telecomunicações e de internet, aparece destacado em mapas da agência americana como alvo prioritário no tráfego de telefonia e dados (origem e destino), ao lado de nações como China, Rússia, Irã e Paquistão. É incerto o número de pessoas e empresas espionadas no Brasil. Mas há evidências de que o volume de dados capturados pelo sistema de filtragem nas redes locais de telefonia e internet é constante e em grande escala. (OS EUA..., 6 jul. 2013).

Em setembro daquele mesmo ano, novas revelações: Petrobras, Ministério de Minas e Energia e dirigentes dessas empresas foram alvo de espionagem, assim como a presidenta Dilma Rousseff, seus assessores e políticos ligados ao governo. A revelação trouxe uma crise diplomática, com o cancelamento de uma viagem da presidenta aos Estados Unidos, assim como pedido de explicações por parte do Itamaraty ao governo de Barak Obama. A NSA limitou-se, em nota, a dizer que seus objetivos eram monitorar movimentos suspeitos ligados ao terrorismo e assim proteger a segurança dos Estados Unidos e do mundo, e que não havia interesse na vida privada de cidadãos e nem nas atividades econômicas. O que não explicaram é o que teriam de ligação com o terrorismo a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia, a presidenta Dilma Rousseff, seus assessores e *staff* de governo, assim como a rede Swift<sup>1</sup>. (PETROBRAS..., 8 set. 2013).

Em 2013, a Petrobras apresentava um faturamento anual superior a R\$ 280 bilhões e era líder mundial na tecnologia de perfuração de grande profundidade em mar para extração de petróleo (PETROBRAS..., 8 set. 2013). Através de seus dois supercomputadores, a empresa

---

<sup>1</sup>Também alvo da espionagem, Swift é uma cooperativa que regula as transações financeiras internacionais e reúne mais de dez mil bancos de 212 países. Qualquer transação financeira entre países, via bancos, passa pelo Swift.

realizava testes em alto mar e podia mapear o pré-sal, localizar onde havia maior quantidade e maior facilidade de extração, dados que por si só jogam por terra as justificativas dadas pela NSA. Obviamente, a espionagem tinha motivação econômica.

As revelações de espionagem da NSA sobre o Brasil se deram quando o país atravessava sua promissora fase de expansão econômica – que muitos chegaram a definir como o novo desenvolvimentismo. No plano internacional, o Brasil liderava blocos econômicos como o BRICS e o Mercosul, e ampliava seu leque de parceiros para o comércio exterior. Naquela altura, éramos referência mundial de um país bem-sucedido na luta contra seu subdesenvolvimento.

O desenrolar dos acontecimentos nos anos seguintes nos levaram à atual instabilidade política e econômica e ao apequenamento da soberania nacional - para dizer o mínimo - resultados imediatos da aliança entre os setores conservadores da sociedade brasileira e os Estados Unidos em prol dos interesses do capital.

Há uma evidente ligação entre este nosso presente e o passado que analiso neste trabalho: a permanência do mesmo bloco histórico<sup>2</sup> no poder, que realiza interferências nos caminhos que as nações latino-americanas buscam trilhar para a conquista de seu desenvolvimento. (GRAMSCI, 1999, p. 238; LIGUORI; VOZA, 2017, p. 66.).

O processo histórico que caracteriza o imperialismo estadunidense na sua relação com a América Latina em geral, e com o Brasil em específico, em movimento desde, ao menos, a Doutrina Monroe<sup>3</sup>, e que se renova permanentemente, realiza-se amparado em um complexo e sofisticado sistema produtor de coerções sobre a política, a economia e a cultura dos países da região, sustentado por uma eficiente trama ideológica.

Foi sobre esta trama ideológica que esta pesquisa se debruçou. Como e por quais meios se opera a dominação ideológica do capital para a manutenção do *estado das coisas*? No foco, a política editorial dos Estados Unidos para atuação político-ideológica em países aliados,

---

2 A relação entre intelectuais e massas populares, dirigentes e dirigidos, governantes e governados, que aderem orgânica e livremente na defesa de uma ideologia, criando uma relação real de representação social, em que “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”.

3 A Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe em sua mensagem ao Congresso, em 1823, definia, em linhas gerais, que o continente americano não deveria mais tolerar nenhuma expressão do sistema colonial em seu território, abolindo colônias e a intromissão de países europeus nos assuntos internos dos países recém-libertos. Na prática, a Doutrina Monroe legitimou a interferência política, econômica e militar dos EUA na América Latina.

idealizada pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC) na sigla em inglês (*National Security Council*). Embora a política editorial dos Estados Unidos tenha envolvido vários agentes – agências do Estado (entre elas a CIA e a USAID)<sup>4</sup>, jornalistas, intelectuais, fundações, institutos de pesquisa, universidades, editoras e empresas – esta pesquisa aborda, de forma privilegiada, o papel que nela desempenhou a Agência de Informação dos Estados Unidos, USIA, e a sua rede de colaboradores<sup>5</sup>.

Identificados os agentes responsáveis pelo desenho estratégico da dominação ideológica consubstanciado pelo bloco histórico, procuro responder de que modo o programa editorial da USIA, enquanto uma das estratégias do projeto de dominação ideológica dos Estados Unidos, contribuiu para a construção do consenso conservador que gestou o projeto político de suporte ao liberalismo.

No período democrático entre o final do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964, o Brasil viveu uma fase de transformações que abriram perspectivas de crescimento econômico, mas não sem uma acirrada disputa com os interesses do capital estadunidense, que travou combate contra o Estado brasileiro e seu projeto desenvolvimentista porque estes – nacionalismo e desenvolvimentismo - representavam obstáculos ao livre fluxo do capital.

A modernização do capitalismo pressupunha, no projeto desenvolvimentista, mais do que o impulsionamento das forças produtivas e crescimento econômico. Embalado pelo nacionalismo, o projeto de desenvolvimento brasileiro defendia a industrialização como a via possível para a superação da pobreza (investimentos planejados e coordenados pelo Estado, que deveria direcionar a expansão econômica promovendo investimentos diretos nos setores definidos como prioritários, geralmente aqueles em que os investimentos da iniciativa privada ou eram deficitários ou inexistentes), e abria a possibilidade, por pressão popular, de modernizar a sociedade com projetos de reforma de suas estruturas arcaicas, herança de um longo passado colonial.

Houve diferenças importantes entre os governos nacional-desenvolvimentistas, especialmente quanto ao papel do capital estrangeiro nesse processo, mas, em síntese, e agrupando seus elementos comuns básicos, o nacional-desenvolvimentismo representou um

---

4 Respectivamente Agência Central de Inteligência, CIA na sigla em inglês (*Central Intelligence Agency*) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, conhecida no Brasil por USAID, acrônimo para *United States Agency for International Development*.

5 Chamo de *política editorial* a estratégia concebida pelo Conselho de Segurança Nacional, e de *programa editorial* as ações desenhadas por cada agência envolvida para a sua operacionalização. Assim, a USIA põe em funcionamento *o seu programa editorial* em consonância ao definido pela política de segurança nacional do NSC.

projeto político e econômico de oposição ao liberalismo e de afirmação de soberania nacional e, por isso, foi o principal alvo das ações de interferência orquestradas pelos Estados Unidos para forjar um desenvolvimento alinhado aos seus interesses imperialistas.

A Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency*), a partir daqui referida apenas pela sigla em inglês, USIA, foi um dos principais instrumentos de ação ideológica dos Estados Unidos para a construção de consenso favorável aos seus interesses no mundo.

Criada em 1953 como parte dos esforços de aperfeiçoamento institucional para a hegemonia dos Estados Unidos na nova ordem mundial, a USIA tinha o propósito de reforçar a influência do país através de atividades que realizassem os 4 objetivos estratégicos publicamente declarados da política externa de Estado: 1) explicar e defender as políticas dos Estados Unidos para as culturas estrangeiras; 2) fornecer informações sobre as políticas oficiais dos Estados Unidos e suas instituições; 3) aproximar interesses de cidadãos e instituições estadunidenses aos seus homólogos estrangeiros; 4) assessorar o presidente e os formuladores de políticas dos Estados Unidos sobre os países de interesse. Para alcance desses objetivos, a Agência impulsionou diversas atividades: radiodifusão (era responsável pelo famoso programa *A Voz da América*)<sup>6</sup>, formação de bibliotecas, organização de exposições, ensino da língua e cultura estadunidenses. Fora do campo cultural, tinha a responsabilidade de facilitar a aproximação do empresariado estadunidense com o empresariado nacional através do trabalho conjunto com a Câmara de Comércio dos Estados Unidos e com a Embaixada, e de coordenar pesquisas sociológicas e de prospecção de recursos naturais.

A maior parte da programação cultural pública e declarada da USIA se dava nos chamados centros binacionais Brasil-Estados Unidos, mas será no conjunto de atividades encobertas que o papel político e de caráter intervencionista da Agência se desnudará.

O conjunto de ações político-ideológicas a cargo da Agência que se realizava de forma velada, operacionalizada através de seus postos USIS e de uma rede local de colaboração montada para que sua participação permanecesse oculta ao conjunto da sociedade, tinha por missão influenciar, e com isso ser capaz de orientar, a política nacional dos países onde atuava.

---

<sup>6</sup> *Voz da América (Voice of America)*, programa de rádio criado pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial para transmissão de notícias e propaganda ideológica aos países sob ocupação nazista, como recurso de desestabilização. O programa foi mantido no pós-guerra.

O programa editorial figurou, na agenda oculta da Agência, como um dos seus mais importantes programas de influência ideológica, e se realizou através do subsídio à produção de livros e na produção de conteúdo jornalístico para ser veiculado pela imprensa local dos lugares onde atuava. Sua “linha editorial” abrangeu todos os campos do conhecimento - ciências, ciências humanas e aplicadas, artes, filosofia - com o ambicioso propósito de moldar um modo de ser e pensar condizentes com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos.

No Brasil, entretanto, o programa editorial da USIA envolveu todas as etapas da produção e circulação de livros e artigos jornalísticos, desde a sua concepção ideológica até a distribuição em larga escala, procurando vencer as dificuldades impostas pelas dimensões geográficas do país. Isto é, além de uma preocupação ideológica, o programa atuou nas especificidades do mercado editorial brasileiro de forma a dele tirar vantagens.

Isto porque na atividade editorial, dois componentes se articulam intrinsecamente: o componente mercadológico do produto e o componente ideológico do conteúdo. No componente mercadológico, questões como condições de produção, preços, tiragem, concorrência, investimento, maquinário, distribuição, postos de venda e publicidade representam as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria editorial.

Neste âmbito, os editores brasileiros sempre encontraram dificuldades para a realização e manutenção de suas atividades editoriais, enfrentando tanto a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento do setor e, em consequência, a concorrência do produto estrangeiro, como a longa e histórica permanência de altas taxas de analfabetismo, confinando o produto livro à esfera limitada de um consumo elitista.

Na década de 1950, as editoras brasileiras alegavam dificuldades para exercer suas atividades. Não havia uma política governamental protecionista à atividade editorial, o que dificultava a concorrência com editoras estrangeiras: seria mais fácil e mais barato importar livros que editá-los no Brasil. O chamado dólar-livro, usado para importação de livros e que operou de 1953 a 1959, custava, em outubro de 1953, por exemplo, Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) enquanto o valor real do dólar no período era de Cr\$ 43,32 (quarenta e três cruzeiros e trinta e dois centavos). O subsídio à importação do papel, embora também existisse à época, se dava em grau bem menor quando comparado ao dólar-livro. Durante quase toda a década de 1950, portanto, foi mais barato importar que produzir livros no país. (HALLEWELL, 1985, p. 433-434).

O governo Juscelino Kubitschek, pressionado pelo setor<sup>7</sup>, trouxe algumas modificações significativas ao negócio editorial, entre elas subsídios à produção nacional de papel, extinção do dólar-livro e abertura de linhas de financiamento para modernizar o maquinário industrial necessário ao setor. O parque gráfico apresentou, a partir de então, um movimento de expansão. (HALLEWELL, 1985).

As dificuldades históricas para a consolidação e expansão do mercado editorial brasileiro figuraram, em algumas análises, como uma das explicações para que editoras brasileiras aderissem, enquanto colaboradoras, ao projeto editorial da USIA. O subsídio oferecido seria, nesta visão, a única motivação para o estabelecimento da parceria.

É o que afirma, segundo Hallewell (1985, p. 444), o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL)<sup>8</sup>, em 1967, em uma análise sobre o mercado editorial brasileiro:

[...] o GEIL, embora concordando que a maior parte dos títulos eram políticos e de pouco interesse para o leitor brasileiro (“ataques ao comunismo ou discussões acadêmicas sobre o subdesenvolvimento”), considerou que o programa fora útil para provar que existia, afinal, um mercado brasileiro para obras sérias sobre assuntos como economia, sociologia, crítica literária, matemática e psicologia. Mais ainda, o GEIL afirmou que algumas das “mais esclarecidas” editoras foram capazes de usar os programas do USIS e da USAID para produzir “centenas” de manuais extremamente necessários a estudantes universitários. (HALLEWELL, 1985, p. 435, grifo do autor - aspas).

Em outras palavras, editoras brasileiras, diante da dificuldade para a produção nacional do livro, encontraram saída no subsídio oferecido pela USIA e outras agências estadunidenses, como a USAID, para manter em funcionamento o seu mercado de circulação de ideias. Foram ao menos sessenta e quatro editoras brasileiras a estabelecer convênio com a USIA ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Defendo, nesta tese, argumento diverso: nem os títulos políticos eram de pouco interesse do público brasileiro e nem as editoras estavam apenas e oportunamente se beneficiando de uma “ajuda”, embora tal “ajuda” encontrasse, de fato, um mercado nacional permanentemente

---

7 As entidades do setor, constituídas na época, eram: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

8 O Grupo Executivo da Indústria do Livro foi criado por decreto presidencial em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, e alocado no Ministério da Educação, com o objetivo de estudar os problemas da indústria do livro. Faziam parte do Grupo representantes de editoras, livreiros, indústria gráfica, escritores, funcionários do Instituto Nacional do Livro e dos ministérios da Fazenda, Educação e Transportes. Funcionou até 1971, sendo então incorporado pelo Instituto Nacional do Livro no governo Médici.



incipiente e deficitário. É necessário estabelecer a conexão intrínseca entre o aspecto mercadológico e ideológico da atividade editorial deslocando o papel de editoras participantes de *receptores* de uma *ajuda* para *colaboradores* ideologicamente afinados.

A atividade editorial facilita ou obstrui o fluxo de conhecimento na sociedade. A atuação em conjunto de editoras pode limitar ou ampliar a circulação de determinadas posições políticas, filosóficas, científicas, estéticas, reforçando ou se contrapondo a uma determinada visão de mundo porque funciona, inevitavelmente, como aparelhos privados de hegemonia.

Se é na sociedade civil que se produz efetivamente a política (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 732-735), será na sociedade civil que as disputas ideológicas em prol de projetos distintos da sociedade se estabelecerão. O conhecimento produzido *na e pela* sociedade civil é o resultado das contradições sociais, o que implica pensar o conhecimento como uma construção social, produzido na disputa por hegemonia.

“Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, segundo Gramsci (1999, p. 399), que nos oferece a compreensão do que são e como operam os aparelhos privados de hegemonia: instrumentos de educação para o consenso, capazes de forjar um ser social adequado aos interesses hegemônicos. Fora do aparelho estatal, mas parte constitutiva da sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia são formas associativas diversas, tais como partidos políticos, editoras, imprensa, instituições religiosas e instituições de ensino, aptos a realizarem o trabalho ideológico favorável à hegemonia.

Lukács apresenta uma compreensão sobre a condição ideológica do conhecimento que complementa a compreensão gramsciana e que também se revela importante para a abordagem aqui defendida. Para Lukács (LUKÁSC, 1981 apud VAISMAN, 2010)<sup>9</sup>, o conhecimento socialmente produzido é intencional e interessado, portanto, ideológico na sua essência, e é justamente no campo do direito, da política, da arte, da filosofia e da ciência que esse conhecimento intencional e interessado é realizado. De uma maneira geral, seu argumento quer demonstrar que todo conhecimento é ideológico e que ideologia é um fenômeno social constitutivo da superestrutura e indispensável/inseparável da estrutura.

Nessa perspectiva, um programa editorial não pode ser pensado apenas pelo seu aspecto mercantil, e muito menos como uma ação cultural desinteressada. Há, na atividade editorial, intencionalidades que ultrapassam os interesses mercadológicos.

---

<sup>9</sup> LUKÁSC, G. *Per l'antologia dell'essere sociale*. Roma: Ed. Riuniti, 1981.

Um programa editorial, interessado e ideológico, realiza-se em uma totalidade socialmente construída e regida por um modo específico de produção – capitalista – permeada pelo antagonismo das classes que disputam, no campo das ideias, a construção de consenso para a hegemonia política.

Assim foi compreendido e analisado o programa editorial planejado e executado pela USIA com a participação colaborativa das editoras nacionais, imprensa e intelectuais para influenciar ideologicamente a produção e circulação de conhecimento no Brasil, nesta tese.

Para entender a sua estrutura, seu papel político, seus programas e sua posição dentro da política ideológica desenhada pelos Estados Unidos no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, foi necessário reunir e analisar um volume considerável de documentos produzidos pelo Departamento de Estado e pela USIA, além de documentos produzidos por outros agentes envolvidos, como o *Franklin Book Programs*, o *National Security Council* e a USAID. Divididos entre documentos operacionais (troca de orientações e informações entre os setores da USIA, entre USIA e seus postos USIS e entre USIA e demais departamentos) e documentos estratégicos (relatórios, análises, diretrizes e definições políticas), foi possível compreender a extensão e a profundidade do programa, os mecanismos para a criação e operacionalização da rede de colaboradores brasileiros, e seu potencial de interferência político-ideológico. Para demonstrar como agiu o programa editorial da Agência no Brasil e revelar a rede de agentes e ideias construída, realizei, em complemento, uma extensa pesquisa em jornais brasileiros e em documentos produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPÊS, um dos principais agentes colaboradores do programa.

Cruzando as informações obtidas neste conjunto de documentos, pude revelar a trama ideológica que agiu sobre a sociedade brasileira no período de 1953 a 1968, respectivamente o ano de criação da USIA e o ano do decreto do Ato Institucional n. 5. Este foi o período em que se deram as principais batalhas da guerra ideológica travada pelos Estados Unidos contra o Estado nacional-desenvolvimentista brasileiro.

Os documentos do *National Security Council*, do Departamento de Estado e da USIA estão no *National Archives Records Administration*, NARA, em College Park, MD. Os documentos produzidos pela *Franklin Book Programs* estão na Seeley G. Mudd Manuscript Library, Universidade de Princeton, NJ. Os documentos produzidos pela USAID foram encontrados entre os documentos arquivados pelo Departamento de Estado e pela USIA.

O percurso metodológico da investigação exigiu a elaboração de uma abordagem analítico-expositiva que pudesse evidenciar a riqueza do conteúdo dos documentos. A dinâmica específica do programa analisado e a profusão de documentos consultados tornaram a construção do método expositivo complexo. Considerei importante abrir a tese com um capítulo específico sobre a elaboração da política ideológica como arma para a consolidação de sua hegemonia, para depois entrar, nos capítulos seguintes, no aprofundamento do programa e suas batalhas ideológicas na sociedade brasileira.

Assim, no capítulo 2, apresento toda a concepção ideológica elaborada pelo Estado para garantir a Segurança Nacional dos Estados Unidos, isto é, garantir a sua hegemonia político-econômica no novo cenário mundial pós-Segunda Guerra. A Doutrina de Contenção, essencial para que a ideologia da Segurança Nacional se transformasse em elemento central da política externa dos Estados Unidos, possibilitou a criação da Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*) e todo o aparato institucional que lhe deu corpo em diretrizes, políticas, ações, muitas delas encobertas e de caráter invasivo: o Departamento de Defesa (*Department of Defense*), o Estado-Maior Unificado (*Joint Chiefs of Staff*), o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência, CIA na sigla em inglês (*Central Intelligence Agency*). Destaco e analiso a relação estabelecida entre as diretrizes ideológicas formuladas pelo NSC e o papel desempenhado pela CIA e o Departamento de Estado, em um primeiro momento, e depois pela USIA, na elaboração de programas culturais com objetivo de interferência política. Apresento, ainda, o imbricamento entre as esferas público-privado para a preservação da hegemonia capitalista liderada pelos Estados Unidos, analisando a trama formada pelo Conselho de Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations - CFR*), o Comitê para o Desenvolvimento Econômico (*Committee for Economic Development - CED*) e a *Ivy League*<sup>10</sup>, assim como a relação que estabeleceram com instituições privadas afins em diversos lugares do mundo capitalista, inclusive no Brasil. Por fim, analiso a criação da USIA em consonância com o exposto acima - uma agência de informação destinada a agir no exterior, de forma a interferir e, se possível, orientar a política nacional dos países em que atuava de acordo com as diretrizes ideológicas da segurança nacional formuladas pelo NSC - oferecendo a compreensão do que foi a Agência e a sua capacidade de atuação política, imprescindível para o entendimento do programa editorial, tema central desta tese e assunto dos capítulos seguintes.

---

10 Termo que designa grupo formado por 8 universidades estadunidenses consideradas de alto nível: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth College, Harvard, Pennsylvania, Princeton e Yale.

No capítulo 3 trato especificamente do programa editorial da USIA desde as suas origens, isto é, desde antes da criação da USIA, conectando com as informações do capítulo 2 e adensando a compreensão de seu papel ideológico. Demonstro como o programa editorial da USIA operou através de preceitos bem definidos e de uma rede de colaboradores locais, e executou um ambicioso programa cujo objetivo era controlar o fluxo do conhecimento de forma a moldar “corações e mentes” em prol de um modo de ser e estar condizentes com os interesses do sistema capitalista, além de trabalhar pela interferência nas decisões políticas do Brasil. Analiso os processos de escolha dos títulos a serem publicados, os critérios para seleção de editoras parceiras e dos autores convenientes, e os grupos-alvos principais, os intelectuais e os estudantes. Por fim, apresento o aparato institucional montado para que o programa editorial ganhasse corpo e poder de ação.

Os capítulos 4 e 5 apresentam a forma como se realizaram as ações planejadas e descritas nos capítulos 2 e 3. Tratam da arquitetura política (capítulo 4) e econômica (capítulo 5) de oposição ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo e a construção de uma linha editorial adequada para esse fim.

No capítulo 4, parto de uma reflexão sobre a importância do Estado para o sistema capitalista com a intenção de analisar como se deu a disputa pelo Estado brasileiro em prol da satisfação do fluxo contínuo de acumulação de capital. No debate público sobre o nacionalismo, a USIA produziu conteúdo jornalístico promovendo a defesa do Estado liberal como o tipo ideal para a realização de democracia e da liberdade do indivíduo, de forma a naturalizar a associação entre capitalismo e Estado. Demonstro como se deu, em complemento ao acima exposto, a criminalização de movimentos sociais e de agentes políticos identificados com o nacionalismo, fechando um círculo intencionalmente construído de causa e efeito: o nacionalismo, uma versão local do comunismo, levaria inevitavelmente ao Estado planejador que, ao suprimir a liberdade econômica e a livre escolha do indivíduo, produziria, como resultado, uma sociedade sem liberdade, um Estado totalitário. A forjada identificação do Estado nacional-desenvolvimentista com o Estado soviético e a consequente identificação de governos e ideologia nacionalista com o marxismo e comunismo legitimou a criminalização de movimentos sociais e alimentou a farsa de uma iminente revolução comunista em andamento no Brasil.

Os títulos de livros selecionados pelo programa tinham por objetivo emprestar cientificidade à estratégia ideológica promovida pelo debate público via imprensa. Demonstro

como os títulos escolhidos pelo programa de tradução de livros foram pensados para legitimar o *american way of life*: promover a compreensão e aceitação “das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre”, consubstanciados na defesa do capitalismo, do liberalismo, da democracia representativa e do individualismo.

O capítulo 5 é conduzido sobre este mesmo viés analítico, mas centrado especificamente no combate dos EUA à política econômica brasileira. Abro o capítulo com uma análise sobre o desenvolvimentismo em uma perspectiva histórica, sublinhando os imperativos do capitalismo imperialista na sua relação com a América Latina em geral e com o Brasil em específico, e as tentativas dos Estados Unidos para barrá-lo e limpá-lo de sua característica antiliberal. Ainda sob esse olhar em perspectiva, destaco e analiso a importância da CEPAL e do ISEB na formulação ideológica e programática do desenvolvimentismo, assim como identifico e analiso o grupo de economistas liberais que fizeram frente ao desenvolvimentismo e se somaram aos Estados Unidos na defesa de um Estado e economia liberais no Brasil. Em seguida, analiso como a USIA agiu, através da imprensa e dos livros por ela subsidiados, para interferir na condução da política nacional de forma a beneficiar tratados e acordos comerciais, do interesse dos Estados Unidos, que encontravam resistência entre os nacionalistas.

A Aliança para o Progresso é aqui analisada porque, além de ter sido um recurso estadunidense para conduzir a modernização do capitalismo latino-americano, foi responsável por introduzir modificações na atuação da USIA e de sua política editorial. Analiso a Aliança não apenas como uma resposta à Revolução Cubana, mas como uma resposta aos desafios impostos por um novo contexto internacional em que se destacavam, com peso e capacidade de alterar o equilíbrio geopolítico, os países do Terceiro Mundo em finais da década de 1950 e início da década de 1960. Dentre eles, o Brasil e sua Política Externa Independente (PEI). Analiso, ainda, como se deu a elaboração dos recursos políticos e ideológicos da Aliança e a definição de um conjunto de títulos de livros que deveriam lhe dar suporte. Nos subitens seguintes, apresento, por fim, como a rede de colaboradores trabalhou para fortalecer uma versão progressista e inclusiva do capitalismo liberal através de livros e matérias jornalísticas, disseminando um volumoso arsenal de livros, cursos universitários e artigos jornalísticos em defesa de ideias como o novo capitalismo do século XX e sua capacidade de realizar “revoluções”: a modernização em etapas e a correção das disfunções sociais; a necessidade do planejamento familiar como recurso de combate à fome; o gerencialismo e tecnicismo como recursos eficientes para a administração do Estado.

## 2 O PROJETO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS

[...] uma ação substantiva precisa ser transmitida às mentes e emoções dos homens em todos os lugares, para que seu apoio possa ser incluído na defesa da segurança dos Estados Unidos e de outras nações que têm interesses semelhantes<sup>11</sup>. (USIA. RG 306. PROJECTION OF FIP..., s.d.).

A estratégia para o domínio ideológico dos Estados Unidos no cenário internacional imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial foi definida pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC). Para o Conselho, a linha ofensiva a ser adotada no novo cenário mundial exigia mecanismos institucionais para operações secretas que combinassem coerção econômica, interferência política (prevendo inclusive interferência direta como sabotagem, auxílio a movimentos clandestinos ou subversivos que atendessem aos propósitos estadunidenses) e ações ideológicas - ou guerra psicológica (denominação adotada pelos EUA às ações ideológicas).

Concebendo a Guerra Fria como uma realidade duradoura, o NSC afirmava que a segurança dos Estados Unidos dependeria de grandes esforços não só do Estado, mas também do setor privado, empenhados ambos em conduzir a política externa de forma a projetar e refletir o exercício de seus poderes político, econômico, militar, social, reais ou almejados, aos quais as operações psicológicas deveriam dar o necessário suporte.

“Nosso objetivo na Guerra Fria não é a conquista de territórios nem a subjugação pela força. Nosso objetivo é mais sutil, mais penetrante e mais completo”, dizia o então Presidente Eisenhower em coletiva de imprensa. Com vistas a conquistar a opinião pública em relação à política externa de seu governo, afirmava ele que o objetivo dos Estados Unidos era levar a verdade ao mundo, e para isso empregariam todos os meios psicológicos necessários de forma pacífica: “guerra psicológica é a luta pela mente e pela vontade dos homens”<sup>12</sup>. (EISENHOWER, [195?] apud SAUNDERS, 2008, p. 167).

---

11 **Fonte:** Projection of the Foreign Information Program. [s. d.]. In: NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

12 As frases entre aspas, neste parágrafo, foram proferidas por Eisenhower em coletiva de imprensa. Frances Saunders (2008) cita as frases de Eisenhower a partir do livro: *The Declassified Eisenhower: a Startling Reappraisal of the Eisenhower Presidency*, de Blanche Wiesen Cook, publicado em 1984.

Deste ideário nasceu a Guerra Psicológica<sup>13</sup> que iria dar forma às disputas por consenso durante toda a Guerra Fria. Tratava-se de operar secretamente sobre movimentos sociais, lideranças políticas não alinhadas e sobre o padrão de produção de conhecimento com potencial de transformação do ordenamento social, reduzindo ao máximo seu circuito e, ao mesmo tempo, estabelecendo mecanismos eficientes para aumentar a produção e a circulação de conhecimento que, ao valorizar o sistema capitalista, o apresentasse como a melhor e mais bem acabada expressão de civilização e prosperidade possível para a humanidade.

Neste capítulo, demonstrarei como a *guerra psicológica* assumiu papel de política de Estado e, como tal, originou um aparato institucional capaz de levar a cabo as determinações do NSC para a Segurança Nacional dos Estados Unidos. A CIA, o Departamento de Estado, através da *International Information Administration* (IIA), e a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), sua substituta, foram acionados para criarem e coordenarem um conjunto de atividades culturais que atendessem aos propósitos definidos pela política ideológica formulada pelo NSC.

## 2.1 “GUERRA PSICOLÓGICA” E SEGURANÇA NACIONAL

A Doutrina da Contenção está entre os principais alicerces ideológicos da Doutrina Truman e, por conseguinte, da origem da Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*) promulgada em março de 1947.

Formulada por George Kennan<sup>14</sup>, a Doutrina da Contenção partia da premissa de que o objetivo da União Soviética era a destruição completa do sistema capitalista, e que sua política externa estava planejada para este fim. A principal força da União Soviética não provinha, segundo Kennan, do seu poderio militar, mas da sua capacidade de propaganda ideológica, facilitada pela existência de partidos comunistas presentes em diversos países capitalistas. Kennan defendia a formulação de políticas que neutralizassem a propaganda comunista e promovessem a defesa dos princípios democráticos e do livre comércio. Ao promover a

---

13 Guerra psicológica é o termo utilizado pelos governos estadunidenses para referir-se às suas ações ideológicas.

14 Diplomata, foi Terceiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos na União Soviética entre 1933 e 1935. Serviu em outros postos diplomáticos nos anos seguintes. Abertamente crítico da política de cooperação de Roosevelt para com os soviéticos, encontrou espaço para aproximar-se de policymakers no primeiro governo Truman. Assumiu, no governo de Truman, posto no National War College e, em seguida, a direção do Departamento de Estado. Em 1947 coordenou a elaboração do Plano Marshall. Voltou à União Soviética em 1952 como Embaixador dos Estados Unidos.

prosperidade capitalista, a propaganda comunista perderia seu poder de atração, acreditava Kennan (MUNHOZ, 2018, p. 39). A sua proposta de contenção não pressupunha o enfrentamento bélico, mas uma guerra subterrânea de caráter ideológico e coercitivo de longa duração que ocultasse a mão condutora dos Estados Unidos.

Ao apresentar a União Soviética como uma ameaça à liberdade e ao sistema econômico do ocidente como um todo, a Doutrina da Contenção abriu espaço para a política da segurança nacional como marca da política externa dos Estados Unidos: segurança tornou-se o termo chave sob medida para promover a ideologia imperialista estadunidense (ANDERSON, 2015, p. 39). Amparado pela Doutrina da Contenção, Truman reforçou enfaticamente a necessidade de uma política de segurança em seu discurso de 12 de março de 1947 no Congresso, destacando a defesa da liberdade e da democracia como pontos centrais.

O seu discurso formalizou a Doutrina Truman, aprovada pelo Congresso, e viabilizou a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 18 de setembro de 1947, lei esta que possibilitou a criação de um complexo aparato institucional de importância central para o desenvolvimento da ideologia da segurança nacional que regeu – e ainda hoje rege – a força imperialista estadunidense: o Departamento de Defesa (*Department of Defense*), o Estado-Maior Unificado (*Joint Chiefs of Staff*), o Conselho de Segurança Nacional e a CIA.

O Conselho de Segurança Nacional tornou-se o órgão responsável pela articulação das ações pilares da política externa dos Estados Unidos. Sua função principal era aconselhar o Presidente sobre a integração de políticas domésticas, estrangeiras e militares relacionadas à segurança nacional e facilitar a cooperação interinstitucional, podendo considerar riscos, avaliar políticas adotadas, preparar relatórios e fazer recomendações<sup>15</sup>.

Composto inicialmente pelo Presidente, pelos Secretários de Estado e Defesa e Forças Armadas, a partir do governo Eisenhower a CIA, o Estado Maior Unificado e a USIA passaram a compor o Conselho<sup>16</sup>.

As diretrizes expedidas pelo NSC em 19 de dezembro de 1947, a NSC-4 e depois o seu apêndice NSC-4<sup>a</sup>, foram elaboradas de acordo com as ideias professadas por Kennan, em sua

---

15 History of the NSC, 1947-1997. Disponível em <<http://whitehouse.gov/nsc/history.html>. Acesso em 23 jul. 2001. Página não mais disponível. A consulta foi feita em papel impresso, disponível no National Archives Record Administration, RG 273.

16 A cada governo, pequenas ou profundas modificações poderiam alterar a importância e poder do Conselho. No Governo Eisenhower, por exemplo, o Conselho ganhou maior centralidade na elaboração de estratégias para a política externa, ao passo que no Governo Kennedy o Conselho perdeu força e centralidade, diminuindo em tamanho de equipe e poder de influência na definição de políticas, situação que se manteve no governo de Johnson.



Doutrina de Contenção, e instruía a CIA a aplicar políticas ideológicas sigilosas que apoiassem as políticas anticomunistas do governo. Ambas as diretrizes – NSC-4 e NSC-4A – configuram “a primeira autorização formal de operações clandestinas feita no pós-guerra”, mas eram pouco claras “quanto aos procedimentos que deveriam ser seguidos na coordenação ou na aprovação dessas atividades”. Estas primeiras diretrizes foram sucedidas por um documento mais completo de autoria do próprio Kennan, a diretriz NSC-10/2 de 1948 (SAUNDERS, 2008, p. 54).

A NSC-10/2 definia o que eram e como poderiam ser executadas as ações secretas do governo em benefício de seus interesses estratégicos fora de seu território, como “propaganda, guerra econômica, ação preventiva direta, incluindo medidas de sabotagem, antissabotagem, demolição e evacuação contra Estados hostis, incluindo auxílio aos movimentos clandestinos de resistência, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados”. Todas as atividades deveriam ser planejadas e executadas de forma a não só ocultar a responsabilidade dos Estados Unidos como permitir que, caso descobertas, o governo delas se eximisse de forma plausível<sup>17</sup>. (DIRETRIZ NSC-10/2 apud SAUNDERS, 2008, p. 54-55).

Além de definir claramente como planejar e operar as atividades secretas, a diretriz NSC-10/2 criou, no interior da CIA, o Escritório de Coordenação Política (*Office of Policy Coordination* - OPC), para unificar as ações secretas destinadas a “influenciar governos, eventos, organizações ou pessoas no exterior, em apoio à política externa norte-americana”<sup>18</sup> (DIRETRIZ NSC-10/2 apud SAUNDERS, 2008, p. 54-55).

Em março de 1950, Paul Nitze, que substituiria Kennan no *staff* governamental na definição de parâmetros para a Guerra Fria, foi o responsável pela formalização de uma nova diretriz do Conselho, a diretriz NSC-68, que legitimava toda e qualquer ação que possibilitasse o alcance dos objetivos dos Estados Unidos para “demonstrar a superioridade da ideia de liberdade”. (DIRETRIZ NSC-68 apud SAUNDERS, 2008, p. 116).

Este foi o primeiro conjunto de diretrizes - NSC-4, NSC-10/2 e NSC-68 - que definiu as principais linhas de atuação dos serviços de informação estadunidenses na sua guerra política secreta durante as décadas seguintes.

---

17 Entre aspas, Diretriz NSC-10/2 citado por Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, 1976.

18 O OPC foi o centro coordenador das atividades secretas executadas no campo cultural, pela CIA, como veremos adiante, nesta seção. Diretriz NSC-10/2 em Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, 1976.

Seguindo as orientações do NSC para a guerra psicológica, o Departamento de Estado declarava a criação, em agosto de 1950, de um conselho nacional de estratégia psicológica que deveria ser responsável por coordenar as informações estrangeiras e as ações psicológicas em situações que exigissem a ação conjunta de mais de uma agência governamental. Deste Conselho fizeram parte o Departamento de Defesa, o Estado Maior Unificado, a CIA, o Conselho de Recursos de Segurança Nacional e a Administração de Cooperação Econômica. (USIA. RG 306. PSYCHOLOGICAL..., 17 ago. 1950). Em menos de um ano de funcionamento, este Conselho foi substituído pelo Conselho de Estratégia Psicológica (PSB), na sigla em inglês (*Psychological Strategy Board*), criado por decreto presidencial assinado por Harry S. Truman em 4 de abril de 1951 (USIA. RG 306. PRESIDENT'S..., 4 abr. 1951).

A substituição do primeiro Conselho pelo segundo, o PSB, respondeu a questões de equilíbrio de poderes entre as agências e departamentos envolvidos, já que o primeiro funcionava dentro do Departamento de Estado, dificultando o desempenho de suas funções. O caráter de política de Estado que a guerra psicológica vinha assumindo exigia a formação de um conselho independente, formado a partir dos departamentos e agências, mas gerido de forma autônoma e não inserido em nenhum deles.

O objetivo deste decreto é autorizar e prever um planejamento, uma coordenação e uma condução mais eficazes, no quadro das políticas nacionais aprovadas, do esforço psicológico. Fica estabelecido um Conselho de Estratégia Psicológica responsável, dentro dos propósitos e termos desta diretriz, pela formulação e promulgação, como orientação aos departamentos e agências responsáveis pelas operações psicológicas, pelos objetivos, políticas e programas psicológicos nacionais, e para a coordenação e avaliação do esforço psicológico nacional. A Diretoria apresentará um relatório ao Conselho de Segurança Nacional sobre as atividades da Diretoria e sua avaliação das operações psicológicas nacionais, incluindo a implementação dos objetivos, políticas e programas aprovados pelos departamentos e agências envolvidos. Para efeitos do presente decreto, as operações psicológicas incluirão todas as atividades (exceto formas explícitas de guerra econômica) previstas nas NSC 59/1 e NSC 10/2, cujo planejamento operacional e execução permanecerão, sob reserva do presente decreto, aí atribuído<sup>19</sup>. (USIA. RG 306. PRESIDENT'S..., 4 abr. 1951, tradução própria).

---

19 "It is the purpose of this directive to authorize and provide for the more effective planning, coordination and conduct, within the framework of approved national policies, of psychological effort. There is hereby established a Psychological Strategy Board responsible, within the purposes and terms of this directive, for the formulation and promulgation, as guidance to the departments and agencies responsible for psychological operations, of overall national psychological objectives, policies and programs, and for the coordination and evaluation of the national psychological effort. The Board will report to the National Security Council on the Board's activities and its evaluation of the national psychological operations, including implementation of approved objectives, policies, and programs by the departments and agencies concerned. For the purpose of this directive, psychological

A Diretoria do PSB foi composta pelo subsecretário do Estado, pelo vice-secretário de Defesa e pelo diretor da CIA, e a sua presidência ficaria a cargo de um de seus membros, escolhido pela própria Diretoria. Como conselheiro militar, a Diretoria deveria abrigar um representante do Estado Maior Unificado, “para assegurar que seus objetivos, políticas e programas sejam relacionados a planos aprovados para operações militares”. (USIA. RG 306. PRESIDENT’S..., 4 abr. 1951, tradução própria).

Dentre as responsabilidades do Presidente da Diretoria do PSB está “verificar a maneira pela qual os objetivos acordados, políticas e programas da Diretoria são implementados e coordenados entre os departamentos e agências envolvidos”, além das tarefas de preparação de relatórios e chamadas de reuniões.

Os departamentos e agências envolvidos também tinham suas responsabilidades definidas pelo decreto:

Os departamentos e as agências participantes fornecerão ao Diretor e ao seu pessoal, assistência e acesso a informações que possam ser especificamente solicitadas pelo Diretor no cumprimento de suas atribuições. Os chefes dos departamentos e agências envolvidos examinarão, dentro dos seus departamentos e agências, as condições atuais para a condução, direção e coordenação das operações psicológicas com vistas a reajustá-las ou fortalecê-las, se necessário, para levar adiante os propósitos deste decreto. O Secretário de Estado está autorizado a efetuar tais reajustes na organização estabelecida sob a NSC 59/1, conforme julgar necessário para cumprir os objetivos deste decreto<sup>20</sup>. (USIA. RG 306. PRESIDENT’S..., 4 abr. 1951, tradução própria).

No desempenho de suas funções, o PSB e sua Diretoria não estavam autorizados a realizar quaisquer operações definidas como “psicológicas”, suas funções deveriam ser

---

operations shall include all activities (other than overt types of economic warfare) envisioned under NSC 59/1 and NSC 10/2, the operation planning and execution of which shall remain, subject to this directive, as therein assigned”. **Fonte:** President’s Directive. April 4, 1951. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 2, Folder Liaison: PSB.

20 “The participating departments and agencies shall afford to the Director and the staff such assistance and access to information as may be specifically requested by the Director in carrying out his assigned duties. The heads of the departments and agencies concerned shall examine into the present arrangements within their departments and agencies for the conduct, direction and coordination of psychological operations with a view toward readjusting or strengthening them if necessary to carry out the purposes of this directive. The Secretary of State is authorized to effect such readjustments in the organization established under NSC 59/1 as he deems necessary to accomplish the purposes of this directive”. **Fonte:** President’s Directive. April 4, 1951. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 2, Folder Liaison: PSB.

realizadas “utilizando ao máximo as instalações e recursos dos departamentos e agências participantes”<sup>21</sup>. (USIA, RG 306. PRESIDENT’S..., 4 abr. 1951).

Em 1951, o PSB, fazendo jus aos objetivos que o engendraram, criou o documento que definiria o trabalho ideológico das agências governamentais, o *US Doctrinal Program* PSB D-33, para orientar as ações ideológicas do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da CIA, bem como de todos os parceiros privados que foram incorporados ao longo da Guerra Fria.

Assim foi resumido o Programa Doutrinário PSB D-33 por relatório preparado pelo Departamento de Estado em 29 de julho de 1953:

Em setembro de 1951, a Diretoria autorizou o estabelecimento de um painel interdepartamental a fazer recomendações sobre a "guerra doutrinal (ideológica) contra a URSS". Naquela época, o Conselho aprovou um documento que registrava os esforços ideológicos soviéticos que haviam influenciado a intelligentsia em todo o mundo e os havia predisposto a pontos de vista comunistas. O painel, estudando a abordagem soviética e possíveis contra-ações dos EUA, desenvolveu um Programa Doutrinário dos EUA (PSB D-33) como um meio de restaurar a influência dos EUA e minimizar a influência comunista entre os intelectuais do mundo. **O Programa Doutrinário visualiza um movimento intelectual de longo prazo, empregando uma literatura permanente e uma série de atividades acadêmicas para quebrar a doutrina cujos padrões ajudaram o Comunismo, e promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre.** Em 30 de junho, o programa proposto havia sido distribuído para aprovação da diretoria.<sup>22</sup> (USIA. RG 306. PSYCHOLOGICAL..., 29 jul. 1953, tradução própria, grifo meu).

---

21 “This directive does not authorize the Board nor the Director to perform any ‘psychological operations’. In performing its functions, the board shall utilize to the maximum extent the facilities and resources of the participating departments and agencies”. **Fórum:** President’s Directive. April 4, 1951. **In:** NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 2, Folder Liaison: PSB.

22 “In September 1951, the Board authorized the establishment of an interdepartmental panel to study and make recommendations about ‘doctrinal (ideological) warfare against the URSS’. At that time, the Board approved a paper which noted the Soviet ideological efforts which had gained influence upon the intelligentsia through the world and had predisposed them towards communist viewpoints. The panel, studying the Soviet approach and possible US counter-action, developed a US Doctrinal Program (PSB D-33) as a means of restoring US influence and minimizing communist influence among the world’s intellectuals. The Doctrinal Program visualizes a long-term intellectual movement, employing a permanent literature and a series of scholarly activities to break down the doctrine thought patters which have aided Communism and to foster greater understanding and acceptance for the traditions and viewpoints of America and Free World. As of June 30, the proposed program had been circulated for Board approval. **Fonte:** Psychological Strategy Board Status Report, July 29, 1953. **In:** NARA II. USIA. RG 306. Office of the Secretary. Executive Secretary. Psychological Strategy Board Working Files 1951-1953. Lot File 62-D 333. NND 959288. Box 6, Folder PSB-D-45.

O Programa Doutrinário PSB D-33 institucionalizou, portanto, a política de intervenção na produção de conhecimento de forma a moldar a compreensão de mundo, através de “uma série de atividades acadêmicas” em prol dos pontos de vista da “América e do Mundo Livre”, e definia claramente as armas e os alvos da campanha perene de sua guerra silenciosa de longa duração: o sistema educacional, os livros, a imprensa escrita e seus principais veículos - jornais e revistas -, os intelectuais e os estudantes.

Definidas as estratégias da guerra psicológica, o PSB, fortalecido como órgão central na condução desta guerra, ditou o ritmo e a extensão dos programas ideológicos que a CIA e o Departamento de Estado, através da IIA, deveriam executar a partir de 1952.

Denominada “Packet”, a campanha da CIA destinada a “exercer pressão sobre ‘líderes de opinião’ estrangeiros, entre eles jornalistas e comentaristas, artistas, professores e cientistas”, foi supervisionada pelo PSB (SAUNDERS, 2008, p. 170). Sua missão era reconquistar as lideranças de várias áreas do conhecimento e em diversas partes do mundo para a causa da “liberdade”. A campanha contava com uma programação “cultura” que oferecia “seminários, simpósios, livros especiais, publicações eruditas, bibliotecas, intercâmbio de pessoal, dotações para cátedras, etc.” (SAUNDERS, 2008, p. 170). Esperava-se, com a campanha, desarticular os padrões de pensamento que alimentavam os movimentos que reivindicavam a transformação da sociedade e a superação do capitalismo como sistema.

Dentro da CIA, as atividades no campo cultural ficaram a cargo do OPC e seguiram as diretrizes formuladas pelo Programa Doutrinário sob a supervisão do PSB. Acadêmicos, escritores e jornalistas a serviço do OPC articularam em torno de si uma vasta rede de profissionais da cultura que, sob a coordenação do OPC, produziu conteúdo adequado aos interesses ideológicos do programa PSB. As relações pessoais que possuíam na sociedade estadunidense foram fundamentais não só para a construção da rede, mas também para manter o sigilo sobre a origem do dinheiro que sustentava suas atividades culturais e seus canais de divulgação.

Os intelectuais que pertenciam ao Escritório (O OPC contava com a colaboração direta de intelectuais entre os seus funcionários) gozavam de prestígio e emprestaram às suas ações o necessário feitiço de independência de pensamento e de espontaneidade para as atividades. Possuidor de um orçamento sem limites e sem necessidade de prestação de contas

(SAUNDERS, 2008, p. 56)<sup>23</sup>, o OPC pôde arregimentar artistas e intelectuais para as atividades que planejava, de forma abrangente e por quase duas décadas sem que fosse notado (WILFORD, 2003)<sup>24</sup>. Em 1952, o total de funcionários do OPC era de 2.812 (em 1949 era de 302), além de uma equipe no exterior que ultrapassava 3 mil funcionários. Entre 1949 e 1952, seu orçamento elevou-se de 4,7 milhões de dólares para 82 milhões de dólares (SAUNDERS, 2008, p. 56).

O consórcio construído pela CIA - composto pelo que Henry Kissinger<sup>25</sup> descreveu como ‘uma aristocracia dedicada a servir a esta nação em nome de princípios suprapartidários’ – foi a arma oculta da luta dos Estados Unidos na Guerra Fria, uma arma que, no campo cultural, teve amplas consequências. Gostassem ou não, soubessem ou não, poucos foram os escritores, poetas pintores, historiadores, cientistas ou críticos da Europa do pós-guerra cujos nomes não se ligassem de algum modo a essa iniciativa secreta. Não questionado nem detectado por mais de vinte anos, o *establishment* da espionagem norte-americana pôs em funcionamento uma frente cultural sofisticada e substancialmente financiada no Ocidente, para o Ocidente, em nome da liberdade de expressão. Definindo a Guerra Fria como uma ‘batalha pela mente dos homens’, ele acumulou um vasto arsenal de armas culturais: revistas, livros, conferências, seminários, exposições artísticas, concertos e premiações. (SAUNDERS, 2008, p. 14).

Das ações financiadas pela CIA, talvez a de maior extensão e durabilidade tenha sido o Congresso pela Liberdade da Cultura (*Congress for Cultural Freedom - CCF*). Criado em 1950 e organizado com a ajuda de intelectuais e artistas considerados de esquerda, mas não comunistas, tinha por objetivo promover a defesa do “livre pensamento” e combater as ideias produzidas e divulgadas por uma rede internacional de intelectuais da esquerda comunista, reunidos em torno do Congresso pela Paz Mundial, ocorrido em 1949, em Paris, e que contou com apoio da URSS. O Congresso pela Liberdade da Cultura, após sua primeira edição, acabou por se transformar em uma instituição cultural com sede em Paris e escritórios em diversos países, dentre eles Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, Islândia, Japão,

---

23 Para facilitar as operações do OPC, o Congresso aprovou a Lei da Agência Central de Informações em 1949, que autorizava o diretor da CIA a utilizar o orçamento sem a necessidade de prestação de contas.

24 Wilford (2003), especialmente nos capítulos 4 e 5, demonstra como o grupo de intelectuais que trabalhava na OPC agia por identificação ideológica e, portanto, o “uso” era recíproco: eles “usavam” a CIA e por ela eram “usados”. Eram intelectuais que faziam parte da elite econômica dos Estados Unidos e promoviam, entre os seus pares, as atividades culturais patrocinadas pela CIA, além de adensarem a rede de colaboradores como novos adeptos (é possível que muitos destes adeptos não tenham tomado ciência da origem e do patrocínio das atividades de que tomaram parte).

25 Diplomata norte-americano. Atuou entre 1968 e 1976.

Índia, Paquistão, Austrália, Líbano, Argentina, Peru, Chile, Colômbia, Uruguai, México, Brasil. Funcionou por 17 anos e recebeu dezenas de milhões de dólares da CIA. A estrutura de produção e divulgação de conteúdo incluía uma vasta rede de revistas de cultura, sendo as mais importantes *Preveus* (1951), *Cuadernos* (1953), *Encounter* (1953), *Forum*, *Cadernos Brasileiros* (1959-1970), *Jiju*, *Survey*, *Quadrant*, *China Quartely*, *Tempo Presente*, *Minerva*, *Comment*, *Hiwar*, *Black Orpheus*, *Sassangue*, *Transition*, *Mundo Nuevo* e *Monat*. Os encontros organizados pelo CCF e os artigos encomendados para publicação nas revistas orientavam-se por um discurso de defesa da liberdade e da democracia e na articulação entre pró-americanismo e combate ao totalitarismo (que àquela altura tornara-se sinônimo de comunismo). A participação da CIA como mantenedora do Congresso permaneceu oculta por muitos anos, e muitos dos intelectuais que participaram da rede afirmaram, quando o fato veio à público, que nada sabiam sobre a relação entre o CCF, suas revistas associadas e a CIA<sup>26</sup>.

A *International Information Administration* – o órgão antecessor da USIA<sup>27</sup> e então em funcionamento no interior do Departamento de Estado -, também foi chamado, pelo PSB, a adequar as suas atividades ao escopo da guerra ideológica, assim como projetá-las para os anos sucessivos até o ano de 1960.

A IIA definiu então que suas atividades no exterior deveriam assumir uma variedade de veículos de comunicação para expressar o conteúdo ideológico adequado: rádio, livros, produção e exibição de documentários, intercâmbio cultural voltado para estudantes, professores, especialistas técnicos, trabalhadores, religiosos etc. E encorajar agências e cidadãos estadunidenses a usarem seus recursos e contatos no exterior em apoio ao programa nacional e seus objetivos.

O orçamento estimado pela IIA para a guerra ideológica entre 1953 e 1958 seria de US\$ 1.032.325.000 (um bilhão, trinta e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil dólares).

É possível, com alguma segurança, prever os tipos gerais de serviços de informação no exterior que provavelmente serão úteis nos próximos anos. Não é possível prever com igual confiança até que ponto tais serviços serão necessários nem o escopo de tais serviços que devem ser fornecidos. O objetivo mais importante é fornecer a estrutura essencial de organização de um serviço de informação internacional competente para os Estados Unidos. Essa estrutura deve ser concluída tão prontamente quanto a equipe devidamente qualificada e devidamente treinada estiver disponível. [...] Para isso, será

---

26 As pesquisas de Saunders (2008) e Wilford (2003) tornaram-se pesquisas referência no assunto, mas cobrem as ações do CCF apenas na Europa. Elizabeth Cancelli (2017) preencheu a lacuna que havia em relação ao Brasil.  
27 A origem da IIA e a sua passagem para a USIA será tratada mais adiante.

necessário 1. haver, em cada país e em proporcionalidade à sua importância para os Estados Unidos, um núcleo de pessoal qualificado assessorado por um número tão grande de cidadãos locais quanto necessário; 2. serviços de mídia nos Estados Unidos competentes para fornecer, às missões no exterior, materiais e instalações de informação adequados e para conduzir outros serviços necessários ao serviço eficaz de informações no exterior; 3. centros regionais estrategicamente localizados no exterior para produção e distribuição de materiais e para programas de rádio; 4. provisão razoável, no exterior, por grupos regionais convenientes de países, para a supervisão dos serviços de informação dos Estados Unidos e sua coordenação com atividades similares de outros países com objetivos semelhantes.<sup>28</sup> (USIA, RG 306. PROJECTION OF FIP..., [s. d.], tradução própria).

Além de estimar valores e prever a necessidade de formação de uma equipe capacitada, alguns outros cuidados foram definidos, como a não utilização dos termos *propaganda* e *guerra psicológica* em suas atividades e na produção de conteúdo.

Dentre as atividades elencadas pela IIA para agir adequadamente dentro do programa doutrinal, três programas se destacaram como possuidores de grande potencialidade aos objetivos perenes da doutrina, principalmente por serem interligados: o programa de livros, o programa de intercâmbio educacional e os serviços de imprensa, todos sob a responsabilidade de um setor especificamente criado para coordenar estas atividades no interior do IIA, o Centro de Serviços de Informação (*International Center Service* - ICS)<sup>29</sup>.

Entre 1946 e 1953, portanto, o governo Truman, e depois seu sucessor, Eisenhower, construíram o aparato institucional e as diretrizes ideológicas para que a “guerra psicológica” cumprisse o seu papel na contenção de movimentos econômicos, políticos e sociais em países considerados aliados, pelas décadas seguintes, na defesa da hegemonia dos Estados Unidos.

---

28 O valor total é a soma dos valores declarados no documento, por ano: 1953: US\$ 87.325.000,00; 1954: US\$ 125.000.000,00; 1955: US\$ 160.000.000,00; 1956: US\$ 190.000.000,00; 1957: US\$ 220.000.000,00; 1958: US\$ 250.000.000,00. Trecho no original: “It is possible with some confidence to forecast the general types of overseas information services likely to be useful during the next several years. It is not possible to forecast with equal confidence the extent to which such services will be required nor the scope of such services which should be provided. The most important objective is to provide the essential structure of organization of a competent overseas information service for the United States. Such structure should be completed as promptly as suitably qualified and properly trained staff is available. [...] To do this will require (1) in each country commensurate with its needs and with its importance to the United States a staff nucleus of qualified Americans assisted by such numbers of local nationals as may be necessary; (2) media services in the United States competent to provide, to the overseas missions, suitable information materials and facilities, and to conduct such other services as are necessary to effective information service overseas; (3) regional centers, at strategic locations overseas, for the production and distribution of information materials and for programming (radio); and (4) reasonable provision, overseas, by convenient regional groups of countries, for the supervision of the United States Information services and their coordination with similar activities of other countries having like objectives”. **Fonte:** Projection of the Foreign Information Program. [s. d.]. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records [entre 1951-1954]. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

29 Estes programas são analisados no capítulo 3.



## 2.2 A TRAMA PÚBLICO-PRIVADA E O SUPORTE À “GUERRA PSICOLÓGICA”

Os Estados Unidos construíram o caminho para a sua hegemonia no pós-guerra através de três importantes demonstrações de força ainda durante o conflito: o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, a quebra da preferência imperial britânica e a substituição do padrão-ouro pelo padrão-dólar nas transações internacionais (estes dois últimos movimentos são conhecidos como partes constitutivas do acordo de Bretton Woods, matriz de toda a sua força econômica mundial a partir de então).

O projeto de poder que se desenhou, entretanto, extrapolou os limites das esferas governamentais, sendo projetado, articulado e executado por um poderoso consórcio privado envolvendo membros da elite econômica, política e intelectual do país, organizados em entidades de classe e nas principais universidades estadunidenses. O eixo central dessa articulação contava com o Conselho de Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations - CFR*), o Comitê para o Desenvolvimento Econômico (*Committee for Economic Development - CED*), e a *Ivy League*<sup>30</sup>.

O CFR, fundado em 1918, foi o precursor da junção de cérebros provenientes da política, dos negócios, das finanças, das universidades e da imprensa em prol de um projeto político para o desenvolvimento do capitalismo sob os interesses específicos dos Estados Unidos (DREIFUSS, 1987, p. 33). Sua estrutura era formada por grupos financeiros e industriais – em sua maioria do leste estadunidense, principalmente o grupo Morgan e, depois, o grupo Rockefeller -, enriquecido teórica e cientificamente por intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento, ligados à *Ivy League*. Voltava sua atuação para a política externa, de forma a moldá-la segundo seus interesses econômicos. Os 55 líderes do CFR representavam, juntos, 74 grandes corporações; dentre eles, 12 ocuparam diferentes cargos na administração pública estadunidense, incluindo Secretário de Estado, Secretários de Agricultura, do Tesouro e de Guerra, subsecretários de Estado, secretários assistentes da Marinha e do Comércio, além da estreita proximidade mantida com o Departamento de Estado (PARMAR, 2006, p. 81). 500

---

30 As universidades que compõem a *Ivy League* foram determinantes para a produção de teorias políticas e sociais que deram o suporte científico ao projeto ideológico presente nas políticas internas e externas do país. Somada a esta organização e articulação, as Fundações de grandes afortunados, como a Rockefeller, a Ford, a Carnegie, entre outras.

de seus 1500 membros assumiram responsabilidades em governos estadunidenses no pós-Segunda Guerra Mundial, segundo estimativas do próprio órgão. (DREIFUSS, 1987, p. 46).<sup>31</sup>

Sua influência sobre a elite política tornou-se mais efetiva a partir nos anos 1940. Através de seu setor de pesquisas, o Estudos de Guerra e Paz (*War and Peace Studies*), formulou linhas de coordenação política a serem compartilhadas pelo Departamento de Estado, Casa Branca e Forças Armadas para “viabilizar a grande estratégia (política, social, econômica e militar) que conduziria à vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo”. (DREIFUSS, 1987, p. 35).

Entretanto, o CFR almejava mais que a vitória sobre o Eixo, almejava construir uma nova ordem no pós-guerra que atendesse às necessidades das grandes indústrias e bancos a ele vinculados. Para tanto, o Estado deveria adotar um novo papel: o de potência líder na construção de um sistema econômico, político e cultural global.

Um dos princípios centrais não declarados do Conselho - sem surpresa - era uma firme crença no capitalismo livre das empresas. Como valor central, o apoio à livre empresa era discernível dentro dos princípios de ordem do Conselho. Um outro princípio era o "internacionalismo", a crença de que o Estado-nação era um fator limitante nos assuntos mundiais e que havia uma necessidade urgente de desenvolver instituições e organizações internacionais para superar tais limitações. Em particular, os líderes do Conselho queriam que os Estados Unidos se tornassem mais ativos nos assuntos mundiais, mantendo os ideais Wilsonianos, mas com mais sutileza. (PARMAR, 2009, p. 82-83, tradução própria).

Com este intuito, o órgão preparou um documento base e o entregou ao Presidente Roosevelt em 24 de julho de 1941. A administração Roosevelt, vinculada ao órgão, assim como a administração Truman, aceitou as linhas mestras do documento apresentado.

As recomendações do CFR para a execução do governo estadunidense no pós-guerra eram as seguintes: definição de uma grande área geopolítica e econômica indispensável ao desenvolvimento do país, realizando a imediata contenção das ameaças vindas da Alemanha e Japão; remodelação da Europa; criação de instituições financeiras internacionais.

---

31 Baseado em documentação do CFR, o autor traz um quadro relacionando os membros do órgão que participaram dos governos de Eisenhower, Kennedy, Johnson e Nixon. Com exceção de Johnson, os outros três presidentes eram membros do CFR. Ainda: Nelson Rockefeller, Allen Dulles, John Foster Dulles, Arthur Schlesinger Jr., Dean Rusk, Robert McNamara, Edward R. Murrow (que assumiu a direção da USIA no governo Kennedy), Walt Rostow, Lincoln Gordon, Henri Kissinger, são alguns dos citados.

Em ação concomitante, o CED, criado em 1942 pelo Departamento de Comércio, orientou-se, prioritariamente, para influenciar a política econômica interna do país, mantendo, entretanto, a intenção internacionalista. Dentre os seus objetivos, estava evitar crises que desestabilizassem a ordem social necessária ao pleno desenvolvimento do capital, propondo renovar o pacto capital-trabalho no mercado interno, estabilizar a democracia como regime preferencial de governo e o ideal da livre concorrência, garantir os mercados internacionais já conquistados e promover a abertura de novos. Entre seus associados, estavam empresários, professores universitários (oriundos da *Ivy League*) e políticos inseridos na administração pública estadunidense, muitos deles também membros do CFR.

Para levar seus propósitos aos fins desejados, o CED estruturou o Comitê de Pesquisas e Diretrizes (*Research and Policy Committee*) composto por conselheiros saídos dentre os seus sócios empresários e acadêmicos que compunham a direção do órgão, com o objetivo de formular diretrizes para a política econômica, realizando pesquisas, produzindo relatórios, promovendo seminários abertos à sociedade em quatro grandes áreas: economia nacional e internacional, aperfeiçoamento da administração pública, educação e desenvolvimento urbano.

Pautado por suas pesquisas e também pelas ideias professadas pelo CFR, o CED assumiu a defesa de uma política econômica que considerava a efetiva conexão entre o crescimento econômico interno e o comércio internacional (WHITHAM, 2013, p. 852).

Órgão central nos debates sobre o desenvolvimento interno dos Estados Unidos em conexão com a política externa nos anos imediatos ao final da guerra, o CED foi capaz de articular a viabilidade de um plano de desenvolvimento nacional que dosou um protecionismo de mercado interno levemente keynesiano com uma ação agressiva de exigência de mercado aberto no cenário internacional.

Das pesquisas e reuniões do CED, saíram

[...] o conceito de orçamento estabilizado, certos pontos fundamentais do futuro Plano Marshall – para o qual o CED preparou o terreno e elaborou as diretrizes básicas, junto com o CFR -, as disposições da Legislação de Pleno Emprego (*Full Employment Act*) de 1946 – que criava o Conselho de Assessores Econômicos da Presidência e comprometia o governo norte-americano com políticas fiscais e monetárias de longo alcance, de caráter keynesiano, destinadas a evitar a depressão, manter o pleno emprego e minimizar a inflação -; uma participação crucial na definição do marco do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (em conjunto com o CFR) e o estabelecimento do Comitê Conjunto do Congresso para Assuntos Econômicos. (DREIFUSS, 1987, p. 43-44).

O CED destacou-se, também, como articulador de várias organizações similares em países estratégicos aos interesses do capital estadunidense, especialmente na América Latina. Organizações de pesquisa e ação política, concebidas e lideradas por grupo de empresários segundo os moldes da CED e a ela associados, surgiram em países como Brasil, Chile, Peru e outros mais. No Brasil, sob este modelo, e pela análise de Dreifuss (1987), foi criado o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPÊS em inícios dos anos 1960. Importante notar que o IPÊS guardou profundas semelhanças com o planejamento estadunidense para criar, em países latino-americanos, instituições político-culturais que fossem capazes de dar suporte às interferências executadas na região. Esta intenção foi declarada em documentos consultados<sup>32</sup>. Se sua fundação foi inspirada ou subsidiada por instituições estadunidenses, não foi possível aferir nesta pesquisa. Porém, a relação próxima e profícua entre o IPÊS e instituições estadunidenses, em operação no Brasil e na América Latina como um todo, é um fato constatado também por esta pesquisa. Vale mencionar, por exemplo, que em 1964 o IPÊS fechou convênio com o CED para a realização de uma pesquisa sobre as especificidades da economia de todos os países da América do Sul, e o Instituto se comprometeu a coordená-la. Pela pesquisa, o IPÊS recebeu US\$ 6.000,00 (seis mil dólares). No mesmo ano, o IPÊS publicou, com subsídio do CED, o livro *A experiência inflacionária no Brasil*, de Roberto Henrique Simonsen, que foi distribuído na rede administrada pelo CED. (IPÊS, 1965).

Além da ação concomitante do CFR e CED, outras agências e órgãos privados somaram-se ao governo estadunidense para influenciar os caminhos da América Latina. Dentre tantas, destaco: o Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp); o *United States Inter-American Council*; o *Business Group for Latin America*; o *Latin American Information Committee*; o *Council for Latin America*. Dentre as agências governamentais voltadas para a América Latina e com atuação conjunta às iniciativas privadas, destaco: a CIA, a USIA, o *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD), o Corpo de Paz e a USAID.

As fundações das grandes corporações estadunidenses também desempenharam papel importante nesse consórcio público-privado para a guerra ideológica. O aspecto aparente de filantropia ajudou a ocultar por longo tempo - e, em certa medida, ainda permanece

---

32 A intenção de incentivar a formação de institutos político-culturais com capacidade de interferir na política local em defesa dos interesses estadunidenses é descrito em documento intitulado *Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance*, de 9 de abril de 1962.

relativamente oculta no tempo presente -, o pertencimento de classe destas fundações e suas estratégias ideológicas para influenciar a conformação de um mundo ditado pelo interesse do capital. Autoproclamadas filantrópicas, isentas de ideologia, orientadas para o bem-estar social e independentes (do governo e de interesses partidários), as principais fundações do bloco histórico – Rockefeller, Ford e Carnegie – desempenharam um papel ativo e de extrema importância para a política de segurança nacional dos Estados Unidos e sua guerra ideológica. Seus patronos, além de proprietários das mais poderosas indústrias estadunidenses e, portanto, membros da elite dirigente com participação ativa na formulação de políticas de Estado, pertenciam igualmente ao CFR, ao CED e aos círculos intelectuais da *Ivy League*.

Suas atuações centrais compreendem o financiamento de uma vasta gama de programas acadêmicos para “construção de conhecimento, consenso e planejamento avançado da elite” (PARMAR, 2012, p. 15), que se realizam tanto no próprio país quanto, e principalmente - talvez com até maior poder de influência - no exterior. No plano interno, seus programas acadêmicos transformaram as universidades estadunidenses, abrindo-as para os interesses da política externa, seja na promoção de novas disciplinas com interesse acentuado em Relações Internacionais e psicologia de massas, seja na preferência por adoção de métodos científicos positivistas para o campo das ciências sociais. Também proporcionaram a possibilidade para que o Departamento de Estado – e seguramente outras esferas do governo federal – melhorasse e aperfeiçoasse a qualidade técnico-profissional de seus agentes alocados em postos no exterior. As redes internas que envolveram as fundações e por elas foram aperfeiçoadas ajudaram na “construção e mobilização de uma elite globalista” que atuou fortemente nos rumos da política externa dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra.

Os programas de financiamento a intelectuais e universidades em países em desenvolvimento atestam o poder de influência dessas fundações no exterior para a aceitação da política externa dos Estados Unidos e para a construção de um conhecimento direcionado aos interesses do capital. Influenciaram especialmente as áreas de desenvolvimento político e econômico.

Através da mobilização de acadêmicos em estudos de ciência política, economia e sociologia, as grandes fundações construíram instituições acadêmicas de elite no exterior, redes de acadêmicos focados em 'centros de excelência', centros acadêmicos irradiando influência intelectual muito além dos níveis de investimento das fundações. Tais redes foram estabelecidas em países e regiões estrategicamente importantes [...] para garantir um efeito multiplicador regional e continental: quadros de acadêmicos imbuídos de

conhecimento e treinamento destinados a orientá-los em direção a uma abordagem pró-americana / ocidental de 'modernização' e 'desenvolvimento' em oposição às estratégias nacionalistas ou pro-comunistas. (PARMAR, 2012, p. 18, tradução própria).

Este consórcio público-privado, que envolveu o *staff* de Estado, membros do CFR, CED, *Ivy League* e as fundações estadunidenses, foi o responsável pela elaboração da política externa dos Estados Unidos, nos âmbitos econômico, político e ideológico, com a missão de garantir a segurança necessária ao fluxo de capital. Supriu os governos de quadros especializados, apoio logístico, apoio financeiro e canais de produção e distribuição de conteúdo ideológico apropriado.

Sua atuação no Brasil será aqui analisada através de um de seus braços, a USIA. Demonstrarei como, através dos programas dessa Agência - em especial o seu programa de Livros - se deu a operacionalidade e a extensão da rede posta em movimento por este poderoso consórcio.

“Além de seu inegável poder econômico, o bloco de poder soube usar, também, um poderoso programa ideológico e uma vasta rede organizada para influenciar as ‘diretrizes políticas no Brasil’”. (DREIFUSS, 1987, p. 135). Será desse “poderoso programa ideológico” e “vasta rede organizada” para “influenciar as diretrizes políticas no Brasil” que tratarei a seguir.

### 2.3 A USIA COMO INSTRUMENTO DE UMA ESTRATÉGIA

No discurso proferido na nomeação do primeiro diretor da *United State Information Agency* (USIA), Theodore C. Streibert, em 30 de julho de 1953, o presidente Dwight Eisenhower assim definiu a responsabilidade da nova agência de informação:

Nossas representações de informação no exterior nunca tiveram maior responsabilidade do que agora. A representação deve apresentar ao mundo as políticas e objetivos dos EUA, de maneira clara e factual. Para nós, o necessário é ter políticas claras, dedicadas aos objetivos da paz universal, liberdade e progresso. Essas políticas têm que ser conhecidas e entendidas por todos os povos ao redor do mundo. Essa é a responsabilidade da nova *United States Information Agency*. (EISENHOWER apud SANTOMAURO, 2015, p. 91).

A nova agência surgiu com a missão de trabalhar, política e ideologicamente, pela segurança dos Estados Unidos, conforme definição do Conselho de Segurança Nacional.

O processo que culminou na sua criação, entretanto, foi longo, resultado de trabalhos de transição do aparato de propaganda em funcionamento durante a Segunda Guerra para os tempos de paz que caracterizariam as relações internacionais durante a Guerra Fria.

Apesar de pressões por parte da sociedade civil e de parte do Congresso para que o aparato de informação montado em tempos de guerra fosse desarticulado pelo governo, o presidente Truman defendeu a sua permanência e conduziu uma transição a novas bases sem, contudo, perder o teor de sua essência, ou seja, produzir informação adequada aos propósitos políticos e econômicos estadunidenses na consolidação de sua hegemonia. (SANTOMAURO, 2015; CULL, 2008).

O presidente Truman, na condução de transição do aparato informacional de guerra para os tempos de paz, não só manteve a maioria das ações até então em andamento como foi o responsável por criar um ambiente de adaptação de agências e programas, ainda em operação, que resultou, após 8 anos de trabalhos, em definição, redefinição, elaborações teóricas e documentais, fusões departamentais, parcerias e readequações várias para a criação da USIA, em 1953, sob o governo de seu sucessor, Dwight Eisenhower (CULL, 2008; SANTOMAURO, 2015; NIÑO; MONTERO, 2013).

Esse processo de transição se deu em quatro fases que resumem a evolução administrativa iniciada pelo Departamento de Estado em direção à criação da futura USIA. (CULL, 2008).

A primeira fase, de 1945 a 1947, se caracterizou pela necessidade de convencer o Congresso estadunidense da necessidade de manter as atividades de informação em ação com o propósito de conhecer os outros países e dar-se a conhecer pelos outros países, dar visibilidade ao modo de vida estadunidense e à sua cultura, torná-lo atrativo, além de um modelo de desenvolvimento<sup>33</sup>. Com esse intuito publicamente declarado, criou-se o primeiro departamento, ainda ligado ao Departamento de Estado, destinado a produzir e divulgar

---

33 Para parte do Congresso, a permanência de serviços de informação e propaganda no exterior feriam princípios da liberdade dos povos e não se justificavam em tempos de paz. A recusa foi dissolvida quando a equipe de Truman conseguiu convencer congressistas sobre a importância dos serviços para a contenção do comunismo e para combater o antiamericanismo reforçado pela propaganda russa. Além dos esforços da equipe Truman, as ideias de George Kennan sobre a batalha ideológica ganhavam mais espaço no governo, institucionalizando a ideia de Segurança Nacional.

informações sobre a cultura estadunidense, o *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC).

A segunda fase, de 1947 a 1949, passada já a etapa de convencimento interno sobre a necessidade de manter e investir em programas de informação e propaganda, o OIC passou por uma reestruturação ao ser definida a necessidade de incluir, nas ações do Departamento de Estado, políticas de intercâmbio educacional. Diante dessa nova e importante inclusão de ações no campo da educação, o departamento passou a ser chamado de *Office of International Information and Educational Exchange* (OIE).

A terceira fase, de 1950 a 1951, consolidou a disposição do Departamento de Estado, adotada a partir de então, em não arrefecer no combate pela “mente e coração” dos homens e mulheres na batalha cultural que começava a se desenhar. Diante do crescimento do antiamericanismo, devidamente explorado pela União Soviética, o governo Truman lançou a Campanha pela Verdade (*Campaign for Truth*), baseada na criação de informações destinadas às regiões de influência, adaptadas às respectivas especificidades, mostrando ao mundo a *verdade* sobre os Estados Unidos: a sua superioridade econômica, política e cultural através de programas de intercâmbio que envolviam a realização de exposições de arte, distribuição de livros, apresentações musicais, filmes e bolsas de intercâmbio educacional, abertura de bibliotecas e centros de divulgação da língua e cultura estadunidenses em países europeus, latino-americanos, asiáticos.

A premissa das ações partia da compreensão, por parte dos *policy makers*, que o antiamericanismo em vigor e em crescimento mundo afora seria fruto de uma campanha difamatória posta em prática pelo governo soviético, e que um adequado conjunto de ações corrigiria tal percepção. Nesta fase o então OIE passa a chamar-se *United States Information and Education Exchange Program* (USIE).

A quarta fase, de 1951 a 1952, consolida a percepção sobre a necessidade de concatenar, sob uma única agência, as diversas ações existentes e desenvolvidas por diferentes órgãos e departamentos do governo. Nesta fase desenha-se um departamento semiautônomo em relação ao Departamento de Estado cuja estrutura e alcance prepararam estruturalmente a futura USIA: a *International Information Administration* (IIA).



Permeando cada uma das fases acima descritas em direção à criação da USIA, um aparato legal e ideológico foi tomando corpo: a aprovação da Lei Fulbright<sup>34</sup> em 1946; a criação da CIA e do NCS pela *National Security Act*, em 1947. Em 27 de janeiro de 1948, foi aprovada, pelo Congresso, a Lei de Intercâmbio Educacional e Informacional dos Estados Unidos (*United States Information and Educational Exchange Act*), popularmente conhecida por Lei Smith-Mundt<sup>35</sup>. O importante a destacar, sobre esta lei, é que ela defende a necessidade dos EUA de criar uma agência de informação e define a sua missão e o seu escopo de atuação em âmbito internacional:

A missão da Agência de Informação dos Estados Unidos deve ser a de atender ao interesse nacional através da melhoria das relações dos Estados Unidos com outros países e povos, por meio da ampla partilha de ideias, informações e atividades educacionais e culturais. Na realização dessa missão, a Agência de Informação dos Estados Unidos deve, entre outras atividades: 1. Conduzir atividades informacionais, educacionais e culturais patrocinadas pelo governo – (A) para fornecer a outros povos uma melhor compreensão das políticas, valores, instituições e da cultura dos Estados Unidos; (B) dentro dos limites legais que regem as atividades domésticas da Agência, aumentar a compreensão por parte do Governo e do povo dos Estados Unidos, acerca da história, cultura, atitudes, percepções e aspirações dos outros povos; (2) incentivar as instituições privadas nos Estados Unidos a desenvolver suas próprias atividades de intercâmbio e prestar assistência àquelas que forem atividades de intercâmbio do mais amplo interesse nacional; (3) coordenar as atividades informacionais, educacionais e culturais internacionais conduzidas ou planejadas por departamentos e agências do governo dos Estados Unidos; (4) auxiliar no desenvolvimento de uma política nacional abrangente para a comunicação internacional, e (5) promover a participação dos Estados Unidos em eventos internacionais relevantes para a missão da Agência<sup>36</sup>. (EUA. Lei número 22, 1948 apud OLIVEIRA, 2013, p. 156-157).

Com a criação do PSB e a definição da *US Doctrinal Program* PSB D-33, consolidou-se a base estrutural da política ideológica para a construção de consenso e hegemonia dos Estados Unidos.

Como resultado de um delicado processo de negociações entre departamentos do governo, o Presidente Eisenhower enviou ao Congresso, em 01 de junho de 1953, o *Reorganization Plan n.8*, documento que criava a nova agência de informação, “a única

---

34 Lei que define os termos para o intercâmbio educacional. Professores e estudantes podem, através de convênios binacionais, realizar intercâmbio de ensino entre si.

35 Sobre a Lei e sua relação com os programas culturais mantidos pela USIA, ver a tese de Laura Oliveira (2013) e o livro de Fernando Santomauro (2015).

36 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Lei número 22, capítulo 18, subcapítulo V, seção 146, 1948, s/p.

maneira correta de fornecer unidade real e maior eficiência' nas informações dos EUA". (CULL, 2008, p. 91).

Em 31 de julho de 1953, a circular n. 45 do Departamento de Estado anunciava:

A Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) está sendo estabelecida a partir das 00:01, sábado, 1 de agosto de 1953, data efetiva do Plano de Reorganização n. 8 do Presidente. Esta agência será responsável pelas atividades de informação estrangeira, anteriormente executadas pela Administração Internacional de Informações dos Estados Unidos, a Agência de Segurança Mútua - a Administração de Cooperação Técnica e aquelas financiadas pelo Orçamento do Governo de Áreas Ocupadas. O Presidente nomeou o Sr. Theodore C. Streibert como Diretor da USIA.<sup>37</sup> (USIA. RG 306. REORGANIZATION..., 31 jul. 1953, tradução própria).

As ideias base para a criação e estruturação da agência partiram de dois Comitês, convocados pelo Departamento de Estado, para pensar a melhor maneira de desenvolver um trabalho de informação voltado aos países do exterior: *Committee on Government Organization*, dirigido por Nelson Rockefeller<sup>38</sup> (SANTOMAURO, 2015, p. 97); e o *Committee on International Information Activities*, dirigido por William H. Jackson. Dos relatórios produzidos por esses comitês, envolvendo negociações de interesses diversos, saiu o documento que oficializou a criação da nova Agência. Na proposta final: inclusão do Voz da América – VOA - e exclusão do programa de intercâmbio educacional do Senador Fulbright, que continuaria sob a responsabilidade do Departamento de Estado (mas cuja administração, no exterior, ficaria a cargo da USIA através de seus postos de serviço, os USIS<sup>39</sup>).

---

37 "The United States Information Agency (USIA) is being established as of 12:01 am, Saturday, August 1, 1953, the effective date of the President's Reorganization Plan n. 8. This agency will be responsible for the foreign information activities formerly performed by the United States International Information Administration, the Mutual Security Agency the Technical Cooperation Administration and those financed under the Government of Occupied Areas Appropriation. The President has nominated Mr. Theodore C. Streibert as the Director of the USIA". **Fonte:** Reorganization of Foreign Information Activities. July 31, 1953. *In:* NARA II, USIA. RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-annual Report on Educational Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange. *In:* NARA, RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Material. Box 4, Folder 26th Semi-annual Report on Educational Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

38 Da proposta de Rockefeller surgiu, além da USIA, a Foreign Operations Administrations Agency – FOA, responsável por programas de cooperação e assistência econômica a outros países.

39 United States Information Services, USIS, termo usado para designar os postos de serviços da USIA, no exterior.

Desde 1º de agosto, estamos empenhados em organizar a Agência sob a nova configuração e reprogramação ou atividades dentro das limitações da presente dotação. A nova declaração de missão da Agência, adotada na reunião da semana passada do Conselho de Segurança Nacional, é um grande avanço. É de suma importância para nós - e de fato para o povo americano - porque define claramente as linhas gerais dentro das quais, estou convencido, nosso serviço de informação no exterior pode fazer um trabalho efetivo. (...) Também incorpora o conceito do Comitê de Atividades Internacionais do Presidente (William H. Jackson Committee). Este conceito é que as atividades psicológicas e a estratégia psicológica não existem além das políticas e ações oficiais. Sob esta nova missão, evitando um tom propagandístico, a Agência enfatizará a comunidade de interesse que existe entre as pessoas que amam a liberdade e mostrará como os objetivos e políticas dos Estados Unidos promovem os interesses legítimos de tais povos<sup>40</sup>. (USIA, RG 306. IMMEDIATE..., 28 out. 1953, tradução própria).

Duas importantes decisões balizaram o início das atividades da USIA: 1. considerar as atividades ideológicas enquanto política unificada e compartilhada por todos os setores do governo em atividade no exterior, nos campos econômico, militar ou político. Isto resultou na ampliação da ação do PSB por meio de um novo centro de coordenação das operações de “atividades psicológicas” denominado *Operations Coordinating Board* (OCB)<sup>41</sup>. Este, cuja estrutura de funcionamento não diferiu muito da proposta iniciada pelo PSB, a não ser pelo fato de reunir mais poder de ação e de ter, em sua equipe, o diretor da USIA, estava plenamente

---

40 “Since August 1, we have been engaged in organizing the Agency under the new set-up and reprogramming or activities within the limitations of the present appropriation. The new statement of mission for the Agency, adopted at last week’s meeting of the National Security Council, is a great stride forward. It is of supreme importance to us – and indeed to the American people – because it clearly defines the broad lines within which, I am convinced, our overseas information service can do an effective job. [...] It also embodies the concept of the President’s Committee on International Activities (William H. Jackson Committee). This concept is that psychological activities and psychological strategy do not exist apart from official policies and actions. Under this new mission, avoiding a propagandistic tone, the Agency will emphasize the community of interest that exists among freedom-loving people and show how American objectives and policies advance the legitimate interests of such peoples”. **Fonte:** Immediate Release, October 28, 1953. *In:* NARA II, USIA, RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 3, Folder Overseas Book Program.

41 OCB foi criada por Ordem Executiva 10483 em 2 de setembro de 1953 nos seguintes termos: “The National Security Council having recommended a national security policy and the President having approved it, the Board shall (1) whenever the President shall hereafter so direct, advise with the agencies concerned as to (a) their detailed operational planning responsibilities respecting such policy, (b) the coordination of the interdepartmental aspects of the detailed operational plans developed by the agencies to carry out such policy, (c) the timely and coordinated execution of such policy plans, and (d) the execution of each security action or project so that it shall make its full contribution to the attainment of national security objectives and to the particular climate of opinion the United States is seeking to achieve in the world, and (2) initiate new proposals for action within the framework of national security policies in response to opportunity and changes in the situation. The Board shall perform such other advisory functions as the President may assign to it and shall from time to time make reports to the National Security Council with respect to the carrying out this order”. **Fonte:** Operations Coordinating Board. s.d. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 3, Folder Committee OCB.

integrado ao *National Security Council*; 2. incorporar o VOA com a responsabilidade de produzir programas de rádio para cada país. (CULL, 2008).

Estas definições estratégicas iniciais, que sofreram inúmeros ajustes durante o funcionamento da agência, conduziram as ações encobertas de combate ao antiamericanismo e ao comunismo nas zonas de influência dos Estados Unidos. Orçamento, autonomia e espaços decisórios da Agência na estrutura governamental variaram de governo para governo, mas a estrutura institucional básica seguiu sólida ao longo de sua história, de 1953 a 1999. (CULL, 2008; SANTOMAURO, 2015; DIZARD, 2004).

Nos anos aqui analisados - entre os governos Eisenhower e Johnson, 1953-1968 – a estrutura organizacional da USIA seguiu o padrão desenhado em sua criação. As diretrizes ideológicas, formuladas em geral pelo NCS e avalizadas pela Casa Branca, eram encaminhadas à direção da USIA para que seguissem aos seus diversos setores operacionais e ganhassem corpo em conteúdos desenhados especialmente para cada mídia. Definidas as estratégias de ação, as orientações e objetivos de curto, médio e longo alcance seguiam para os seus postos espalhados por diversos países, os USIS, que deveriam colocá-las em prática.

O fluxo das decisões ideológicas e a estrutura hierárquica da USIA a executá-las foram assim resumidas em circular interna n. 32, de 1 de novembro de 1954, pela própria Agência: (1) o Presidente dos Estados Unidos, chefe responsável do Poder Executivo do Governo, através (2) do Conselho de Segurança Nacional, em cuja recomendação o Presidente aprovou a declaração de missão, e seu adjunto, o OCB, que atribui tarefas específicas à Agência e cuida para que as diretivas do NSC sejam corretamente programadas e executadas, designam ao (3) Diretor da Agência de Informação dos Estados Unidos, USIA, autoridade plena para a condução das atividades ideológicas de acordo com o PL 402 e o Plano de Reorganização nº 8 de 1953. (USIA. RG 306. OPERATING..., 1 nov. 1954).

As responsabilidades de outras agências, na relação com a USIA, ficavam assim organizadas: 1. o Departamento de Estado estabelece a política externa dos Estados Unidos, informa a Agência sobre decisões políticas e analisa as políticas a serem programadas pela Agência. No exterior, o chefe da Missão Diplomática dos EUA exerce a direção geral e a liderança, e coordena todos os programas dos EUA no país para o qual ele é designado; 2. outros departamentos e agências dos EUA fornecem à Agência informações sobre decisões políticas que afetam as atividades da Agência; 3. a CIA fornece à Agência as informações necessárias

para o desenvolvimento de políticas e programas de informação. (USIA, RG 306. OPERATING..., 1 nov. 1954).

Quanto aos diretores da USIA e suas responsabilidades, ficava assim definido: 1. Diretor Assistente de Políticas e Programas (*Assistant Director for Policy and Programs*), identificado pela sigla IOP: responsável por planejar e determinar o programa de informação e o conteúdo dos programas que orientam as operações da Agência em Washington e exterior; 2. Diretor Assistente de Administração (*Assistant Director for Administration*), IOA: responsável por administrar as políticas que orientam as atividades da Agência; 3. Diretores Assistentes de Área (*Area Assistant Directors*): responsáveis pela condução e efetividade das ações programadas pela Agência em suas respectivas áreas; 4. Diretor de Assuntos Públicos (*Public Affairs Officer*), PAO: responsável pela operação e efetividade do programa de informação dentro de seu país de atuação, de acordo com a definição da política externa; 5. The *Information Center Service* (ICS), the *Motion Picture Service* (IMS), the *Press Service* (IPS), and the *Broadcasting Service* (IBS): responsáveis por planejar, desenvolver e produzir conteúdo de mídia para todo o mundo com o objetivo de dar suporte aos postos USIS na execução de suas atividades de informação. Eles forneciam orientações técnicas e profissionais na utilização de matérias de mídia para os programas pensados para cada país; 6. o *Office of the General Council* (IGC), o *Public Information Staff* (I/R), o *Office of Research and Intelligence* (IRI), o *Office of Private Cooperation* (IOC) e o *Office of Security* (IOS): forneciam suporte para equipes das outras partes da Agência. (USIA, RG 306. OPERATING..., 1 nov. 1954).

Nos postos USIS, o Diretor de Assuntos Públicos, PAO, era revestido de toda a autoridade necessária para operacionalizar da melhor maneira possível as diretrizes formuladas em Washington. “Ao exercer essa autoridade, o PAO está sujeito à supervisão do Subdiretor responsável por sua área. De acordo com essa política, o PAO decide quais materiais serão utilizados em seu país e como serão utilizados.” (USIA, RG 306. OPERATING..., 1 nov. 1954).

Divididos entre ações de curto, médio e longo prazo, os principais programas da USIA se deram nas áreas de comunicação de massa: conteúdos para rádio, TV, cinema, jornais, revistas, espetáculos artísticos ou esportivos, incentivo ao voluntariado e à correspondência direta entre pessoas; na área de educação e formação profissional: formação e manutenção de centros culturais e bibliotecas, programas de intercâmbio, edição e distribuição de livros em todas as áreas do conhecimento, e na produção de pesquisas, levantando informações sobre

economia, política e comportamento social nos países em que seus postos estivessem presentes, de forma a possibilitar, com informações de campo, a definição de políticas ideológicas adequadas aos propósitos estadunidenses, sempre mantendo a sua autoria camuflada em uma rede de operadores-colaboradores externos como fundações, universidades, editoras, produtoras cinematográficas, canais de TV, imprensa, institutos de pesquisa.

UNITED STATES INFORMATION AGENCY  
 SEPTEMBER 1954

U.S. ADVISORY COMMISSION ON INFORMATION

This commission was established pursuant to Title VI, Sec. 601, PL 402. It recommends to the Director policies and programs for carrying out the provisions of PL 402. It also appraises the Agency's operations and periodically reports its findings to the Director and to Congress.

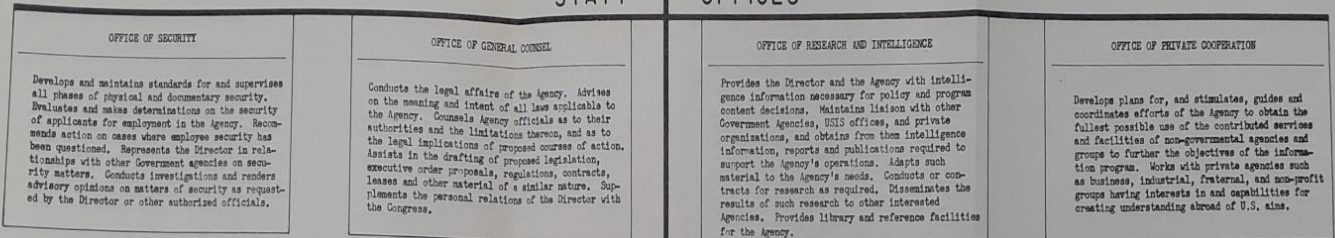
OFFICE OF THE DIRECTOR

Directs the activities of the U. S. Information Agency

PUBLIC INFORMATION STAFF

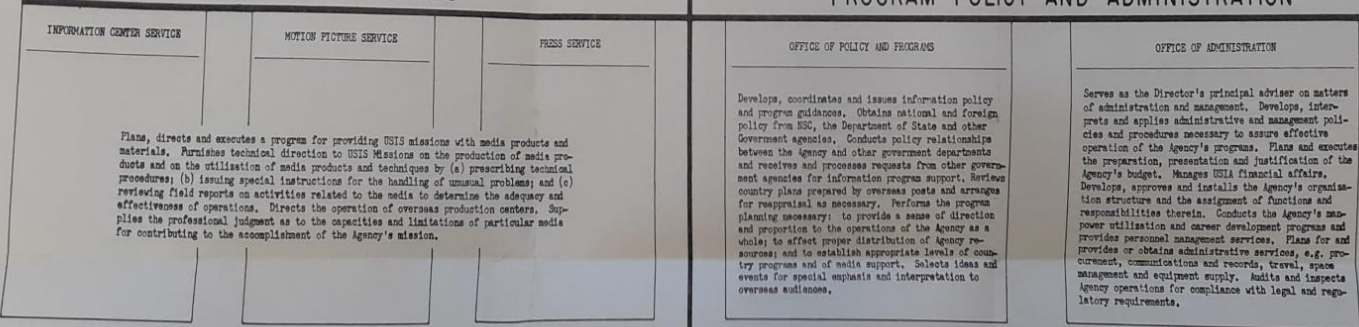
Guides and coordinates the Agency's reporting on its programs to the American public. Advises Agency officials on public relations matters, and supervises arrangements for speeches. Serves as a point of contact within the Agency for newspapers, radio, TV and the general public's requests for information and arranges for proper response to such inquiries.

STAFF OFFICES

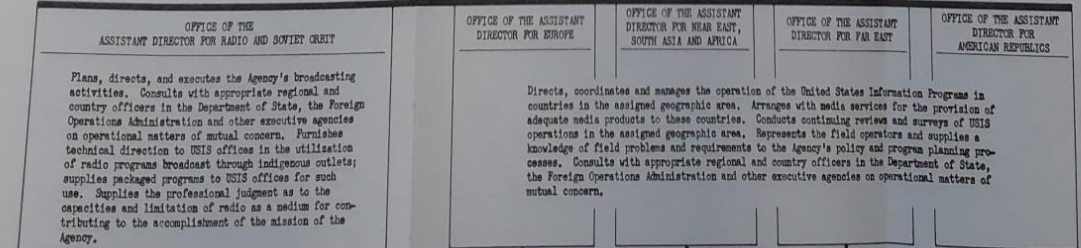


TECHNICAL SERVICES

PROGRAM POLICY AND ADMINISTRATION



GEOGRAPHIC PROGRAM DIRECTION



OVERSEAS OPERATIONS

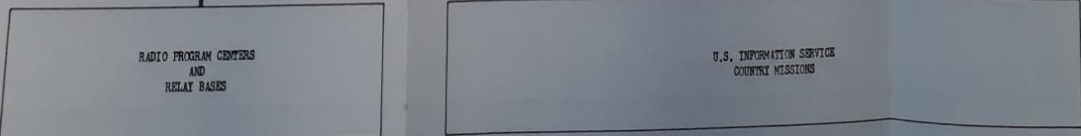


Figure 1

Em parceria com os estúdios cinematográficos, utilizando os canais de distribuição e exibição que possuíam, a USIA fez circular sua produção de filmes pelo mundo. Segundo relata Santomauro (2015), apenas para o ano de 1954, os filmes da USIA tiveram 200 milhões de espectadores por semana. Foram 200 diferentes filmes em mais de 40 línguas, distribuídos mundialmente pela Warner Brothers, RKO, 20th Century Fox e Paramount. Programas de TV também foram produzidos e distribuídos amplamente, a fim de incentivar não só a venda de uma imagem sobre os Estados Unidos como para vender a ideia da TV como sendo um importante veículo de comunicação. As atividades da VOA para TV tiveram início em 1952. Em finais de 1956, a agência forneceu 460 programas de televisão para 150 estações de transmissão e a uma audiência estimada em 40 milhões. Nessa época, o programa mais famoso foi o *Reporter from America*, que se dedicava a mostrar o estilo de vida do estadunidense, criado em parceria com a BBC. O programa mais audacioso do período, entretanto, foi o *People to People*, de 1956: programa de aproximação entre pessoas e empresas ao redor do mundo (leia-se: estadunidenses e empresas estadunidenses com os “outros” ao redor do mundo), com a proposta de, através das ações da sociedade civil, aproximar os governos de cada país. O programa previa a formação de comitês responsáveis por ações diferentes que cobrissem diferentes áreas de atuação: da área comercial à área cultural, e se realizou através de uma fundação de fachada, a *People to People Foundation*. (CULL, 2008; SANTOMAURO, 2015).

No governo Eisenhower, programas como *People to People* e *Sister Cities* ganharam destaque (CULL, 2008; SANTOMAURO, 2015)<sup>42</sup>. Compreendidos como potencialmente transformadores por acessar, diretamente e sem intermediários, as pessoas chaves para a popularização de um modo de ser e estar no mundo capitalista.

Sob os anos Kennedy, a USIA continuou a desempenhar papel de destaque. Seu diretor, nesse período, foi Edward R. Murrow<sup>43</sup>, famoso apresentador de programa de TV da CBS que protagonizou uma das principais frentes de combate ao macarthismo.

---

42 O programa das Cidades Irmãs, *Sisters Cities*, contou com a colaboração da Associação Americana Municipal (American Municipal Association), o Comitê pela Cooperação Internacional Municipal (American Committee for International Municipal Cooperation), Organização Municipal Interamericana (Inter-American Municipal Organization) e União Internacional de Autoridades Locais (International Union of Local Authorities) e, nas cidades estrangeiras, contava com a participação das embaixadas estadunidenses. O objetivo era atingir a paz mundial pelo irmanamento de cidades, e assim combater o que o governo considerava serem ideias distorcidas sobre os EUA, propagandeadas pela União Soviética. Cidades brasileiras também tiveram suas irmãs estadunidenses: São Paulo irmã de Kansas City, Goiânia irmã de Orlando, Jundiá irmã de Trenton, Porto Alegre irmã de Jacksonville etc.

43 Jornalista, fez carreira na CBS, tornando-se famoso por seus programas de rádio e TV. Foi diretor da USIA de janeiro de 1961 a janeiro de 1964.



Os ajustes estratégicos para as ações da USIA, a partir de então, foram: 1. dar maior atenção aos países africanos e latino-americanos, abrindo novos postos da agência (8 na África e 11 na América Latina); 2. fortalecer os USIS em países considerados estratégicos, com a diminuição de burocracia e o aumento de qualidade dos trabalhos desenvolvidos localmente, contratando especialistas conhecedores dos locais onde atuariam; 3. definir grupos-alvo, especialmente a juventude e o público estudantil; 4. criar um centro de imprensa para correspondentes estrangeiros; 5. duplicar a capacidade de transmissão do *Voz da América* para melhorar o sinal na América Latina, Europa e África; 6. aumentar a produção de filmes documentários e patrocinar festivais de cinema (Veneza e Cannes, principalmente); 7. produzir pesquisas de opinião pública em países considerados estratégicos, principalmente na América Latina; 8. produzir pesquisas, com envolvimento de acadêmicos, de temas de interesse governamental; 9. suprir empresários estadunidenses em atuação no exterior com informações estratégicas e políticas; 10. mapear correspondentes estadunidenses em atuação em países estrangeiros com o objetivo de controle do fluxo da informação; 11. ampliar parceria com editoras e revistas para divulgação de material produzido pela USIA, dando especial atenção aos quadrinhos; 12. intensificar feiras e exposições; 13. intensificar a produção de programas para TV (CULL, 2008). Programas como o *People to People* e *Sister Cities* continuaram a acontecer, e a Aliança para o Progresso exigiu o envolvimento da USIA em seu plano de implementação.

A agência em seu auge, com a Guerra Fria a todo vapor, parecia ser cada vez mais parte integrante de uma estratégia maior e fundamental para o futuro mundial, influenciando direta e indiretamente o modo de pensar, divertir e agir politicamente em todos os países do mundo. (SANTOMAURO, 2015, p. 167).

O presidente Johnson teve imediatos desafios quando assumiu a presidência: o impacto do assassinato de Kennedy, os conflitos raciais no âmbito do Movimento pelos Direitos Civis, os impactos da Guerra do Vietnam na opinião pública estadunidense e o crescente antiamericanismo no mundo.

A USIA trabalhou intensamente para introduzir o novo presidente ao mundo e, ao mesmo tempo, desfazer as suspeitas de conspiração política que envolviam o assassinato de John Kennedy (CULL, 2008). Os recursos imediatos de propaganda utilizados pela USIA, nesta tarefa, foram filmes, programas de TV e livros. Todos procuravam vender uma imagem de presidente à altura de seus desafios à frente de um país que evoluía e rapidamente resolvia os

seus problemas, principalmente aqueles originados pelo racismo. A nomeação do novo diretor da agência respondia a essa intenção: Carl Rowan<sup>44</sup>, negro, nascido no Tennessee. Entretanto, uma diferença importante ocorreu, no plano administrativo, na relação entre a USIA e o governo: pela primeira vez, desde a sua fundação, a USIA perdeu relativa autonomia, ficando o seu diretor subordinado ao Departamento de Estado (SANTOMAURO, 2015). No plano das ações, por outro lado, a maioria dos programas iniciados no governo Kennedy foi mantida, apresentando como realinhamento de rota a escolha da região prioritária para o destino das ações, os países da África e América Latina.

No caso da América Latina, o orçamento para a região cresceu enormemente, permitindo: a abertura de novos centros binacionais e ampliação do corpo de funcionários atuantes na região; a intensificação na produção, tradução e distribuição de livros; a ampliação dos programas do VOA; a dinamização das agências de notícias no suporte aos jornais latino-americanos; o crescimento no investimento em programas de TV; o aumento na produção de filmes e o auxílio às empresas norte-americanas atuantes na região (SANTOMAURO, 2015, p. 174,176).

O segundo mandato de Johnson trouxe novas modificações no relacionamento entre o seu governo e a Agência. Em afirmação em 1965, ele revelava o seu descontentamento com aquela que seria a “alma”, a razão de ser da Agência: “Esta nação e este governo não têm propaganda para vender. Nós não advogamos e nem defendemos nenhum dogma tão frágil ou uma doutrina assustadora que exija propaganda”<sup>45</sup>. (JOHNSON, 1953 apud CULL, 2008, p. 255).

Na interpretação de Santomauro (2015), Johnson abre o seu segundo mandato dando menos importância à opinião pública exterior, o que, portanto, não ensejava esforços de propaganda para moldá-la favoravelmente.

A postura mais intervencionista, não tão sutil, de Johnson na América Latina e a falta de preocupação direta do Presidente com as políticas de informação (em comparação a seus antecessores Eisenhower e Kennedy), apresentaram-se como um ponto de inflexão na história da USIA, com a diminuição de sua importância no interior do governo e na opinião pública norte-americana.

---

44 Carl Rowan, jornalista. Nomeado vice-secretário adjunto pelo Presidente John Kennedy, em 1961. Tornou-se embaixador dos EUA na Finlândia em 1963, e foi nomeado diretor da USIA em 1964, permanecendo no cargo até 1965.

45 “This nation and this government have no propaganda to peddle. We are neither advocates nor defenders of any dogma so fragile or a doctrine so frightened as to require propaganda”. Presidente Johnson em 31 de agosto de 1953. Public Papers of the Presidents, 1965, v. 2, doc. 468.

Depois do governo Johnson, reeleito em 1964, nunca mais a USIA teve a mesma importância para os Presidentes estadunidenses. (SANTOMAURO, 2015, p. 177).

Para Cull (2008), o segundo mandato do presidente Johnson conduz a Agência na direção da *Public Diplomacy*, apostando nos programas culturais e de intercâmbio.

O povo americano nunca se sentira à vontade com a palavra propaganda, com suas conotações de distorção, trapaça e mentiras descaradas. A "diplomacia pública" deu à USIA uma nova fase na qual poderia construir significados novos e benignos; era uma peça perfeita de propaganda sobre propaganda. O termo "diplomacia pública" cobria todos os aspectos da atividade da USIA e o número de funções culturais e de intercâmbio do Departamento de Estado<sup>46</sup>. (CULL, 2008, p. 259, tradução própria).

Nesta interpretação de Cull, portanto, as modificações de rota não significaram uma profunda diferença no funcionamento da Agência na sua função de braço cultural da política intervencionista mundo afora, mas talvez um cuidado maior com a opinião pública e com a oposição doméstica ao governo, retirando de sua agenda as ações mais obviamente intervencionistas e propagandísticas.

Sob o novo diretor, Leonard Marks<sup>47</sup>, a USIA investiu em aparato de comunicação (modernização e abertura de novas estações de transmissão do VOA) e programas de intercâmbio cultural. As áreas de prioridade foram, além da América Latina e África, a Ásia. Os tipos de ações culturais não mudaram: exposições itinerantes, espetáculos musicais, programas de rádio e TV, produção de filmes, produção, tradução e distribuição de livros, sempre contando com os parceiros privados para aumentar o orçamento e o alcance das ações.

## 2.4 A AÇÃO POLÍTICA DA USIA NO BRASIL

A atuação da USIA no Brasil foi realizada pelos seus postos USIS, sendo o principal deles o que funcionava no interior da Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro. Este foi um agente político de relevância, estabelecendo conexões com os principais setores

---

46 "The American people had never been comfortable with the word propaganda, with its connotations of distortion, trickery and downright lies. 'Public diplomacy' gave the USIA a fresh turn of phase upon which it could build new and benign meanings; it was a perfect piece of propaganda about propaganda. The term 'public diplomacy' covered every aspect of USIA activity and number of the State Department's cultural and exchange functions".

47 Leonard Harold Marks ocupou o cargo de Diretor da USIA entre julho de 1965 e dezembro de 1968.

conservadores do país e construindo uma sólida e eficiente rede de produção e distribuição de conteúdo ideológico para a defesa de interesses dos Estados Unidos.

Longe de ser um mero replicador das políticas ideológicas desenhadas pela *intelligentsia* estadunidense, o posto USIS Rio de Janeiro foi também um produtor de pesquisas e análises sobre o cenário político e econômico brasileiro, contribuindo com dados colhidos *in loco* para as estratégias elaboradas por Washington, além de desempenhar a função de órgão coordenador das atividades realizadas pelos postos localizados nas demais cidades brasileiras.

Em 1955, o posto USIS Rio de Janeiro formou sua equipe de pesquisa. As atividades de pesquisa do posto brasileiro deveriam fornecer relatórios periódicos sobre diversos aspectos da sociedade brasileira: bibliotecas, estudos de mídia, opinião pública, imprensa e estudos sociais, além dos barômetros, que eram estudos voltados para medir a opinião pública local em relação aos Estados Unidos, e dos *Fact Book*<sup>48</sup>. As pesquisas realizadas no Brasil contaram com a participação de institutos e empresas de pesquisa diversas, nacionais ou estrangeiras, como forma de ocultar o envolvimento da Agência e dar às pesquisas um aspecto de isenção<sup>49</sup>. (SANTOMAURO, 2015).

As regiões pesquisadas iam desde grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, até regiões fora do eixo central, como Amazonas, Acre, Mato Grosso, Amapá, Goiás, claramente regiões de interesse econômico.

As pesquisas de opinião pública tinham por objetivo medir o grau da aceitação política dos Estados Unidos no País, assim como a audiência dos programas de rádio produzidos pela USIA, que cobriam não só as grandes cidades, mas também centros urbanos mais afastados, em diversos Estados<sup>50</sup>. (SANTOMAURO, 2015, p. 193).

Os assuntos pesquisados eram diversos: opinião dos brasileiros sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA), presidentes diversos (estadunidenses especialmente), crises políticas, crises econômicas, canal do Panamá, energia nuclear, racismo nos Estados Unidos,

---

48 *Fact Books* eram relatórios que compilavam as informações de cada país pesquisado, reunidos anualmente num volume.

49 As parcerias da USIA para a realização de pesquisas foram McCann-Erick Publicidade S. A., Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, Escola Livre de Sociologia e Política, Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (INESE), *Institute for International Market and Public Opinion Research* (Alemanha), *Institute for International Social Research*, Princeton, Instituto de Estudos Econômicos (IPOM), *Market Planning* (MARPLAN), *Institute for International Market and Public Opinion Research* (EMNID), Instituto Gallup do Brasil, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

50 Cidades as mais diversas como São João do Meriti, Garanhuns, Campina Grande, Argolas, Franca e Guarulhos, entrevistando operários, donas de casa, executivos.

democracia, ditaduras, socialismo, capitalismo, possível terceira guerra mundial e a presença cultural dos Estados Unidos. (SANTOMAURO, 2015, p. 191).

Os movimentos de políticos também eram monitorados e avaliados nos relatórios. Políticos com pautas nacionalistas, estudantes e trabalhadores organizados, com especial atenção para os trabalhadores rurais, eram frequentemente apontados como focos de atividades subversivas. Havia um grande esforço para levantar informações e analisá-las, de modo a orientar as ações contrainsurgentes da Agência no país.

Em relatório de 1961, fruto de pesquisa da USIA realizada pelo *Institute for International Social Research*, estava em análise “o nacionalismo brasileiro, no legislativo e em geral, o poder e a influência de grupos rurais, urbanos, elites urbanas e forças armadas; a visão brasileira sobre o comunismo e sobre Fidel Castro, as aspirações populares, seus medos, preocupações, frustrações; e o tema da reforma agrária” (SANTOMAURO, 2015, p. 200). Em análise também estavam os partidos políticos com citação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foco de rejeição aos Estados Unidos e sua política no País; concluía-se que o nacionalismo brasileiro mais profundo e latente que o comunismo ou o antiamericanismo, e que o país buscava desenvolvimento econômico e reconhecimento internacional<sup>51</sup>.

De modo geral, as pesquisas levantavam informações sobre grupos sociais e seus níveis de organização acerca dos assuntos elencados pela Agência. Com os dados, mapeavam os grupos com atividades políticas consideradas subversivas, os grupos de onde poderiam tirar apoio, os grupos indiferentes etc.

As pesquisas não tinham por objetivo apenas mapear resistências e movimentos sociais, mas fazer levantamento de informações pertinentes ao ambiente dos negócios. No ano de 1965, por exemplo, pesquisa encomendada pela USIA ao sociólogo José Arthur Rios, ligado ao IPÊS, procurava identificar as possibilidades para criação de novas lideranças empresariais, enfocando especialmente o chamado empreendedorismo paulista.

As pesquisas de caráter sociológico, realizadas ou patrocinadas pela USIA até então, entraram em declínio a partir de meados da década de 1960, devido às modificações operacionais impostas à Agência pelo governo Johnson. O departamento de pesquisa foi perdendo força, embora não tenha deixado de existir enquanto existiu a Agência.

---

51 O posicionamento assumido pela USIA em relação ao nacionalismo e nacional-desenvolvimentismo brasileiros estão analisados, respectivamente, nos capítulos 4 e 5 desta tese.

A estrutura da USIA no Brasil, além do Departamento de Pesquisas, consistia em postos de serviços, os USIS, que já existiam por aqui antes mesmo da fundação da Agência, como herança da estrutura de intercâmbio cultural montada desde a década de 1940, com oferta de bibliotecas e centros culturais<sup>52</sup> (RODEGHERO, 2007).

Ofereciam programação cultural diversa como espetáculos de dança, teatro e música, exposições, aulas de inglês, palestras, chás da tarde e eventos esportivos<sup>53</sup>.

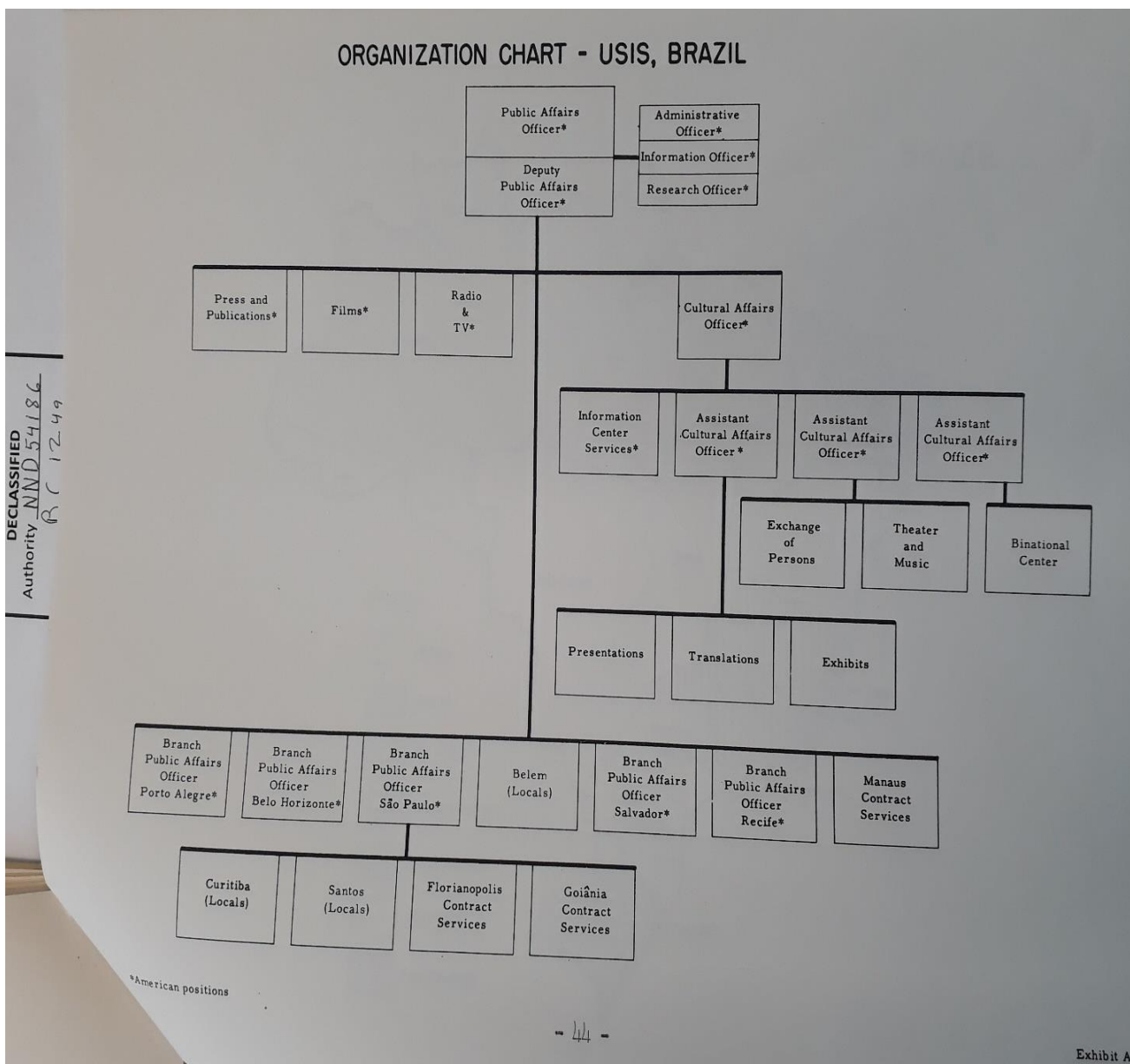


Figura 2

52 O serviço consular foi essencial na realização dos serviços de informação e guerra psicológica.

53 As cidades que já possuíam os postos eram Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Paulo e Vitória.

O orçamento destinado aos postos aumentou com a fundação da Agência, e já em 1954 era de US\$ 1.745.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil dólares). Novos postos destinados especialmente à produção de filmes foram instalados em Florianópolis, Goiânia e Manaus, e um novo centro binacional foi aberto em Caxias do Sul (SANTOMAURO, 2015, p. 213).

Os cargos de direção dos centros binacionais eram oferecidos a pessoas consideradas lideranças influentes na vida política e social local.

A identificação e combate aos *problemas* eram setorizados por região. O USIS São Paulo tinha como foco combater o *ultranacionalismo* detectado na cidade de Campinas, movimento de resistência à presença da iniciativa privada internacional no país. A estratégia era a produção e distribuição de artigos para a imprensa local para mostrar a participação benéfica, para o desenvolvimento da cidade, da economia norte-americana na região. Em Belo Horizonte, o alvo eram os líderes sindicais e estudantes, e a produção de material voltava-se especificamente para esses segmentos sociais. Sob a responsabilidade do USIS Porto Alegre, estava o de criar sentimentos cívicos na região sul, com aulas de educação cívica nas escolas. Na região nordeste, considerada “foco do comunismo”, a responsabilidade do USIS Recife era promover propaganda através de recursos audiovisuais, como a exibição de filmes, programas de rádio e de TV (SANTOMAURO, 2015), estratégia adotada para contornar o problema do alto índice de analfabetismo da região, que atrapalhava a eficiência da propaganda via palavra impressa<sup>54</sup>. Em 1963, já eram 64 postos locais da USIA em funcionamento no Brasil, que distribuía os conteúdos produzidos pela Agência (pró-americanismo, antinacionalismo e anticomunismo) e ofereciam programação cultural.

Com o governo Johnson e a progressiva desaceleração no orçamento da USIA no Brasil, houve o fechamento de diversos postos ao longo dos anos. Permaneceram abertos somente aqueles que foram capazes de se autossustentarem através das mensalidades cobradas aos usuários.

---

54 Na década de 1960, a população brasileira acima de 15 anos era cerca de 40 milhões, sendo 16 milhões de analfabetos, aproximadamente, perfazendo 39,7% de analfabetos. Na década anterior, os índices, para a mesma faixa etária, eram: cerca 30 milhões de habitantes, sendo 15 milhões de analfabetos, isto é, 50% da população. IBGE, Censo Demográfico apud MINISTÉRIO da Educação. MAPA do Analfabetismo no Brasil, s.d., p. 6. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 28 set. 2019.

A Agência defendia, entretanto, baseada em pesquisas que ela mesma realizava sobre a opinião pública, que seus postos eram percebidos, pela comunidade local, como lugares de excelência cultural e que isso melhorou a percepção geral sobre os Estados Unidos. Ainda que pese um viés de autopromoção da Agência, tudo indica que o fechamento dos postos USIS e seus centros binacionais teve uma relação direta com a mudança de estratégia do governo estadunidense, e não com a constatação de ineficiência da estratégia adotada até então.

Mesmo com a perda de importância na estratégia interna do governo, ao final de três décadas, dos anos 1950 aos 1970, os centros binacionais mostraram os resultados esperados inicialmente pela USIA, isto é, marcaram os EUA como referência cultural e de estilo de vida entre os brasileiros. Interessante notar também que os centros binacionais eram identificados pela população brasileira em geral como a forma de ação que era declaradamente do governo americano, ou apoiado por ele. Os outros meios de ação da USIA utilizaram-se, muitas vezes, de formas ‘não-assinadas’ pelo governo, com objetivo de alcançarem ainda maior eficácia e penetração nos modos de vida e de pensar do brasileiro. (SANTOMAURO, 2015, p. 224).

Nos planos elaborados para ação da USIA no Brasil, os chamados *Country Plans*, a ideologia da segurança nacional toma corpo nas estratégias desenhadas. Ali estão relacionadas as questões políticas consideradas preocupantes para os interesses dos Estados Unidos, assim como as ações elaboradas pela Agência para o seu enfrentamento através de conteúdos ideológicos apropriados. As questões giravam em torno do comunismo, da defesa da democracia (cujo modelo exemplar era o estadunidense), do nacionalismo, do antiamericanismo, da defesa da empresa privada e do capital privado, do uso da energia atômica, da defesa da paz mundial (e a justificativa para o armamento nuclear e os tratados de não agressão mútua) e, por fim, da valorização das artes e da herança cultural do “hemisfério ocidental”. Todo o conteúdo produzido, seja em palavras ou imagens, tinha por objetivo influenciar debates e legitimar o ponto de vista dos Estados Unidos.

Traduzidos em objetivos de ação de longo e curto prazos a serem concretizados pelos programas ideológicos, as questões declaradas nos *Country Plans* permaneceram praticamente imutáveis durante todo o período analisado neste trabalho. Nos planos de ação para 1954 (USIA RG 306. COUNTRY..., 28 abr. 1953), os objetivos imediatos eram: 1. fortalecer o tradicional espírito de amizade entre Brasil e Estados Unidos e o entendimento da democracia estadunidense; 2. convencer brasileiros de que seu progresso e segurança nacionais podiam ser



alcançados por meio da cooperação dos EUA, da OEA e da ONU; 3. encorajar brasileiros a tomar ações efetivas contra o comunismo e outros movimentos anti-Estados Unidos.

Os planos de ação para 1956 (USIA. RG 306. SIX MOTH'S..., 13 jul. 1956) não traziam grandes alterações em relação aos anteriores, apenas marcavam a necessidade de reforçar as diretrizes estabelecidas pela OCB e trabalhar de forma positiva os temas relacionados à economia estadunidense, isto é, a política econômica dos Estados Unidos, o sistema de empresas privadas e o conceito de *capitalismo para as pessoas*.

Os planos de ação elaborados para o ano de 1957, documento bastante completo em sua forma quando comparado aos anteriores, apresentavam, além dos temas relacionados ao sistema capitalista como um todo e o estadunidense em específico, a necessidade de convencer brasileiros de que o nacionalismo, agora compreendido pelos documentos do governo estadunidense como ultranacionalismo, representava uma séria ameaça ao desenvolvimento econômico brasileiro. Como objetivos globais, este documento declarava: 1. União do mundo livre para combater a ameaça comunista sem guerra; 2. Exposição do partido comunista como uma força estrangeira vinda de Moscou ou por ele financiada para expansão de seus objetivos; 3. Convencer os povos estrangeiros de que os Estados Unidos procuravam, com outras nações e povos, desenvolver rapidamente o uso do átomo para a paz – como uma promessa de uma vida melhor para todas as pessoas e uma poderosa força para a paz mundial.

Dentro destes objetivos globais, as ações da USIA na América Latina deveriam: 1. promover a defesa militar da democracia e do mundo livre; 2. reforçar a importância e o papel do capital estrangeiro, principalmente estadunidense, para o desenvolvimento do país; 3. expor os perigos do comunismo; 4. reforçar as contribuições dos EUA no desenvolvimento da energia atômica para o desenvolvimento de todos e manutenção da paz; 5. promover e fortalecer a OEA como meio de alcançar cooperação crescente no hemisfério quanto à política, economia e esforços militares; 6. esclarecer os *verdadeiros* fatos relacionados com Costa Rica, Havaí e Filipinas de forma a esvaziar as acusações de colonização por parte dos EUA.

Os objetivos específicos para o Brasil declaravam: 1. enfatizar a tradicional cooperação entre os EUA e o Brasil durante todos os períodos da história desses dois países; 2. obter grande apreciação da contribuição dos EUA para o desenvolvimento econômico e social do Brasil através do ICA (Ponto IV), programa de assistência técnica e outros projetos colaborativos; 3. explicar as políticas de suporte dos EUA para o mundo livre; 4. publicizar os variados esforços dos EUA para o desenvolvimento e o compartilhamento de conhecimento e materiais para o

uso da energia atômica em tempos de paz; 5. promover o entendimento e apreciação da cultura e modo de vida democráticos dos EUA; 6. expor que a penetração comunista e ultranacionalista são ameaças ao desenvolvimento econômico e social do país; 7. mostrar as vantagens dos investimentos privados para o desenvolvimento econômico brasileiro; 8. promover grande entendimento de todas as fases da democracia como chave para a estabilidade política e bem-estar nacional.

Dentre os objetivos específicos, os de curto prazo eram: 1. **criar atitude favorável para a modificação da lei da Petrobras**; 2. encorajar estabelecimento de condições de atração do capital privado estadunidense para investimentos no Brasil (em setores necessários ao desenvolvimento econômico do Brasil); 3. expor as implicações políticas da assistência técnica oferecida pela URSS.

Para cada um desses objetivos imediatos, uma justificativa foi apresentada. De modo geral, as justificativas giravam em torno da necessidade de contra-atacar as acusações, vindas especialmente dos setores nacionalistas do país, sobre tentativas de interferência e exploração indevida por parte dos EUA aos países do hemisfério, assim como a necessidade de convencer os brasileiros sobre os benefícios do capital privado.

Os obstáculos ao investimento estrangeiro e o descrédito da ajuda dos EUA ao Brasil, atribuíveis tanto à penetração comunista, em todos os níveis de governo, quanto ao ultranacionalismo continuam a ameaçar gravemente o progresso social e econômico do Brasil. Entre muitos brasileiros, ainda não há uma conscientização adequada sobre essa ameaça em seu país. Segue-se, é claro, a contínua necessidade de encorajar uma unificada contra-ação dos brasileiros. [...] Pesquisas de opinião pública (patrocinadas pelo USIS Rio e pela indústria) evidenciam a permanência do crédito ao governo para o desenvolvimento industrial, o que indica claramente a necessidade de conscientizar os brasileiros das vantagens da iniciativa privada no desenvolvimento econômico do Brasil<sup>55</sup>. (USIA. RG 360. COUNTRY... 1957, tradução própria).

---

55 “The obstacles to foreign investment and the discrediting of US aid to Brazil, attributable to both Communist penetration, at all levels of government, and to ultra-nationalism continue to severely threaten the social and economic progress of Brazil. Among many Brazilians there is not yet adequate awareness of this threat to their country. It follows, of course, that there continues to be great need for the encouragement of united counter-action by all Brazilian. [...] Public Opinion surveys (both USIS Rio and industry-sponsored) give evidence of continued ‘looking to the Government’ for the development of various industries which clearly indicates the need to give Brazilians greater awareness of the advantages of private enterprise [sic] in the economic development of Brazil”. **Fonte:** Country Plan for Brasil Fiscal Year 1957. In: NARA II. USIA, RG 306, Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

O plano de ação para o ano de 1958 apresentou os mesmos objetivos já anunciados nos planos para o ano fiscal anterior, transitando entre a necessidade de apresentar os EUA como defensores da paz mundial, promotores do desenvolvimento através do capital privado, a interdependência econômica entre países do hemisfério e a necessidade de união no combate à ameaça comunista.

Para as ações direcionadas exclusivamente ao Brasil, permanecia a orientação para **vincular o nacionalismo ao comunismo e para convencer a opinião pública brasileira de que o nacionalismo era prejudicial ao desenvolvimento econômico do país**. Cabem duas observações importantes em relação ao conteúdo “analítico” apresentado pelo documento: 1. a explícita declaração da importância estratégica do Brasil para os interesses estadunidenses; 2. a afirmação de que a Petrobras era a responsável, além dos comunistas, pelos recursos financeiros que sustentavam o movimento de “extremo” nacionalismo.

O Brasil é o único país da América Latina capaz de se tornar uma potência mundial. Por isso, tanto no econômico quanto no estratégico, o Brasil é importante para os EUA. Um Brasil hostil ameaçaria a posição dos EUA no hemisfério inteiro. [...] As agitações dos comuno-nacionalistas são evidentemente bem financiadas. As fontes de alguns fundos são comunistas. Interesses comerciais contribuem. Há motivos para suspeitar que muito dinheiro vem da Petrobras, cujo orçamento de propaganda é estimado de US \$ 14 a US \$ 22 milhões por ano<sup>56</sup>. (USIA. RG 306. COUNTRY... 1958, tradução própria).

A importância do Brasil para os objetivos imperialistas dos Estados Unidos na América Latina reaparece no plano de ação para o ano de 1959, e as análises sobre a situação política e econômica que apresenta revelam que a observação dos analistas do posto USIS Rio de Janeiro se tornou mais acurada (ou mais bem informada). Havia uma grande preocupação em informar Washington sobre as especificidades do governo de Juscelino Kubitschek, apontando as suas dificuldades econômicas, a presença de comunistas em seu governo, os aspectos de seu projeto nacionalista e o seu esforço em conduzir a Operação Pan-Americana (OPA). O nacionalismo continuou a ser considerado um problema e o documento nomeava os setores institucionais

---

56 “Brazil is the only Latin American country capable in this country of becoming a world power. For this reason, as for economic and strategic ones, Brazil is all important to the US. An unfriendly Brazil would threaten the US entire hemisphere position. [...] Communo-nationalism agitprops are evidently well financed. The sources of some funds are Communist. Business interests contribute. There is reason to suspect that much money comes from Petrobras, whose propaganda budget is variously estimated at \$14 to \$22 million annually”. **Fonte:** Country Plan for Brazil Fiscal Year 1958. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

brasileiros considerados responsáveis por alimentá-lo: o Conselho de Segurança Nacional, o Estado-Maior das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra (ESG), a Escola do Comando e Estado-Maior do Exército, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Petrobras.

Ameaçadoras, as forças que tendem a distorcer o nacionalismo saudável no chauvinismo poderiam ser identificadas dentro do governo. Como a Embaixada informou recentemente em detalhes (Despacho 1431, 12 de junho de 1958), quatro fortes proponentes e promotores do nacionalismo são: o Conselho de Segurança Nacional, o Estado-Maior das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra (que ao contrário dos EUA, seleciona a maioria - dois terços - de seu corpo de estudantes entre civis, empresários, jornalistas e funcionários do governo) e a Escola do Comando e Estado-Maior do Exército. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Ministério da Cultura e da Educação, um organismo relativamente novo, que mantém estreitas relações com líderes de universidades e representantes trabalhistas, é também um defensor do nacionalismo. O mesmo ocorre com a Petrobras, que apoia o nacionalismo financiando a sua propaganda<sup>57</sup>. (USIA. RG 306. COUNTRY... 1959, tradução própria).

As pesquisas e os *Country Plans* direcionaram as ações elaboradas pela USIA e executadas pelo posto USIS Rio de Janeiro. Para tanto, a aproximação com a imprensa local foi essencial. A estratégia abarcava larga parceria entre a Agência e as empresas de comunicação, que iam da compra de espaço em jornais brasileiros para divulgação de seu material à contratação direta de articulistas para que desempenhassem o papel de defensores locais dos interesses dos Estados Unidos.

Na parceria estabelecida com os Diários Associados (que incluíam também a veiculação de programas de rádio), a Agência ampliou consideravelmente seu potencial de alcance, complementada por outras mais que se efetivaram no país: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* (do grupo *Diários Associados*), *O Estado de S. Paulo*, *A Gazeta Comercial* (Juiz de Fora, MG), *A Gazeta* (Santa Cruz do Sul, RS), entre outros.

---

57 "Ominously enough, forces tending to distort healthy nationalism into chauvinism could be identified within the government. As the Embassy recently reported in detail (Dispatch 1431, June 12, 1958), four strong proponents of, and proselytizers for, nationalism are: the National Security Council, the General Staff of the Armed Forces, the Superior War College (which unlike the US National College selects the majority - two thirds - of its students body from among civilians, businessmen, journalists, and government officials), and the Army Command and General Staff School. The Ministry of Culture and Education's Superior Institute of Brazilian Studies, a relatively new organism, which maintains close relations with university student leaders and labor representatives, is also an advocate of nationalism. So is the government petroleum monopoly Petrobras, which supports nationalism to the extent of financing propaganda in its behalf". **Fonte:** Country Plan for Brasil Fiscal Year 1959. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

Os temas dos artigos publicados, seja nos espaços comprados ou na cessão dos direitos para reprodução, eram todos de interesse da estratégia estadunidense de construção de consenso, tais como monopólio sobre a energia nuclear e a bomba atômica, a necessidade de combate ao comunismo, a defesa da liberdade de mercado, a defesa da presença do capital estrangeiro no país. Nos suplementos culturais e sessões diversas: crônicas anticomunistas, notícias sobre eventos ligados ao calendário católico (recurso de utilização da religião dominante como estratégia de comunicação), notícias sobre os presidentes estadunidenses e suas agendas e aspectos diversos da cultura estadunidense, tais como o cinema, a música e os produtos capazes de transformar a vida em uma experiência moderna e confortável. Nenhum deles era assinado.

Pelas pesquisas que a Agência produziu para medir a eficiência da circulação de suas notícias na imprensa nacional, os seus materiais estavam alcançando todas as regiões selecionadas sem demora, vencendo satisfatoriamente as dificuldades de acesso e de comunicação<sup>58</sup>. A relação com a imprensa teve vida longa. Segundo afirma Santomauro, jornais brasileiros, na década de 1980, ainda usavam material anticomunista produzido pela USIA<sup>59</sup>. (RELATÓRIO BR 6403, 1964 apud SANTOMAURO, 2015, p. 244-245).

Entre julho e setembro de 1955, o posto USIS Rio de Janeiro relata, em despacho assinado por John M. Veber e enviado à USIA (despacho n. 26, de 28 outubro de 1955), ter publicado 5.276 artigos em jornais e revistas brasileiros, nas principais capitais/cidades do país. Além da quantidade de artigos por temas, informa também a quantidade de artigos por cidade: Rio de Janeiro: 765; São Paulo: 1031; Curitiba\*: 549; Belo Horizonte: 346; Belém: 166; Santos\*: 712; Recife\*: 230; Porto Alegre\*: 1135; Salvador\*: 342. Total: 5.276<sup>60</sup>. Os assuntos prioritários foram “Átomos pela Paz”, “Ponto IV”, “Combate ao comunismo”, “Empresa privada”.

---

58 Além do alto índice de analfabetismo, havia outro, a vencer: a dimensão territorial do país e a concentração de empresas de comunicação no eixo sul-sudeste, o que dificultava estabelecer uma logística de transporte e comunicação para a circulação do material impresso.

59 “A USIA desenvolveu uma pesquisa, pós-golpe de 1964, para entender como a imprensa brasileira afetava a política nacional. A conclusão: eram empresas familiares que refletiam a sua posição de classe. “[...] os jornais politicamente importantes do Brasil não são instituições impessoais. A maioria reflete suas opiniões gerais de acordo com a posição de seu dono, que circula entre os círculos sociais mais altos. O resultado disso é que ideias são normalmente as clássicas liberais, ao invés das marxistas, e os seus interesses são normalmente conservadores, ao invés de revolucionários. [...] Os jornalistas são independentes até onde o diretor permitir”.

Trecho extraído do Relatório BR 6403, Brazil Effect of Media on Politics, 1964.

<sup>60</sup> \*Inclui jornais e revistas do interior e outras capitais sob sua jurisdição.

O documento afirmava significativo ganho de espaço nos jornais locais em 1956 em comparação com o mesmo período em 1954. A evolução dos trabalhos da USIS na imprensa brasileira, afirmava ainda, não evoluiu somente em quantidade, mas também na capacidade de influência. Não dá provas acerca da influência, mas o volume de artigos e a extensão territorial que cobrem é realmente impressionante.

Atividades de imprensa descritas mostram a colocação de material USIS lidando positivamente com os principais temas do programa em 548 jornais e 43 revistas localizadas em 281 cidades e vilas. [...] Aproximadamente 30.000 colunas deste material foram contabilizadas. Estima-se que a soma total de circulação do material de imprensa do USIS seja cerca de 4.000.000 de colunas. [...] Embora nenhuma análise precisa do impacto do material de imprensa do USIS possa ser fornecida, a extensão de sua aceitação pelos melhores jornais do país como notícias confiáveis e oportunas é considerada como prova de sua eficácia. Assim, os leitores de jornais e revistas no Brasil estão sujeitos à contínua influência dos principais temas do programa. Existem inúmeras evidências de que essa influência é efetiva em relação à opinião pública<sup>61</sup>. (USIA. RG 306. IPS VOLUNTARY..., 28 out. 1955, tradução própria).

Menos de um ano depois, em despacho de 12 de março de 1956 (despacho n. 57), assinado por Lawrence S. Morris, do posto USIS Rio de Janeiro e enviado à USIA, o número de artigos publicados em jornais e revistas brasileiros subiu para 5.713, assim distribuídos: Rio de Janeiro: 696; São Paulo: 1247; Curitiba\*: 660; Belo Horizonte: 337; Belém: 218; Santos\*: 624; Recife\*: 484; Porto Alegre\*: 843; Salvador\*: 594. Total: 5713<sup>62</sup>.

O documento comemorava o aumento da presença de textos da USIA publicados nos jornais brasileiros quando comparado ao trimestre anterior, principalmente pelo fato de ter sido um período conturbado na política interna, com as eleições de outubro de 1955 e o golpe de 11 de novembro<sup>63</sup>, o que diminuía a oferta de espaço e o interesse por assuntos estrangeiros. Outro

---

61 "Press Activities described show placement of USIS material dealing positively with the principal program themes in 548 newspapers and 43 magazines located in 281 cities and towns. An average of almost 30,000 column inches of this material is recoveries are far from complete. It is estimated that the sum total of circulation of USIS press material is about 4,000,000. [...]. While no precise analysis of the impact of USIS press material can be provided, the extent of its acceptance by the country's best newspapers as reliable and timely news is regarded as proof of its effectiveness. Thus most newspapers and magazine readers in Brazil are subjected to continuous influence by the principal themes of the program. There are numerous evidence that this influence is effective in respect to public opinion". **Fonte:** IPS Voluntary quarterly report of press section actives, October 28, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

62 \*Inclui jornais e revistas do interior e outras capitais sob sua jurisdição.

63 O Movimento de 11 de Novembro (também denominado Golpe Preventivo do Marechal Lott) teve por objetivo assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice-presidente, eleitos em 1955.

problema, relatado pelo documento, diz respeito ao aumento da presença dos serviços de informação de países como França, Grã-Bretanha e Holanda, no período.

Além de comemorar a eficiência do trabalho de distribuição rápida de notícias aos jornais distantes da capital federal<sup>64</sup>, o documento enaltecia também o fato de ter vencido a desconfiança de um importante jornal brasileiro, *O Estado de S. Paulo*.

Os editores paulistas, relutantes em usar o material, já que se contentam com o atendimento da AP, UP e AFP, têm demonstrado um interesse crescente, e o número de itens colocados durante o período de 9 semanas do relatório, superou as expectativas. Particularmente importante tem sido a cooperação de *O Estado de São Paulo*, que, em várias ocasiões, publicou uma primeira página sobre a cobertura do IPS de eventos importantes, especialmente as declarações de autoridades do governo dos EUA.<sup>65</sup> (USIA. RG 306. IPS VOLUNTARY..., 5 abr., 28 out., 1955, tradução própria).

O documento informa os temas dos artigos que circularam por jornais e revistas no início do ano de 1956. *Cooperação Internacional e Assistência Técnica* (Ponto IV) continuavam a ser classificadas como de alta prioridade, e o posto afirmava que “357 notícias foram usadas em todo o Brasil em outubro, 166 em novembro e 159 em dezembro, [...] 672 itens apareceram em 50 artigos em 15 das principais cidades”. *Livre Empresa e Investimento Privado do Capital Americano no Brasil*, tema de alta relevância, “recebeu ênfase por vários meios, alguns deles de natureza confidencial”, e o posto começava a se dedicar ao tema *Capitalismo do Povo*. Por fim, sobre *Átomos pela Paz*, assegurava que “quase todos os jornais importantes no Brasil publicaram reportagens, fotos e séries de artigos preparados pelo USIS Rio de Janeiro e pelo

---

64 *Correio do Povo* (Porto Alegre), *Folha da Tarde* (Porto Alegre), *Diário da Noite* (Rio de Janeiro), *Diário de Pernambuco* (Recife), *O Estado de S. Paulo* (SP). As agências fornecedoras de notícias eram, em geral, *Associated Press* (AP) e *United Press* (UP).

65 Enviar as notícias sob a identificação de “Serviço Internacional de Imprensa”, IPS, foi o recurso encontrado pela USIA para quebrar a resistência dos jornais brasileiros em relação aos conteúdos fornecidos. Em geral, os jornais davam preferência às notícias provenientes de fontes que pudessem creditar, e dessa maneira o posto USIS Rio de Janeiro pode fornecer notícias “com crédito” sem a menção ao USIS. O “pseudônimo” IPS resolveu este impasse. No original: “The São Paulo editors, reluctant at first to use the material since they quite content with the service of AP, UP and AFP, have shown an increasing interest, and the number of items placed during the 9 week period under report has exceeded expectations. Of particular significance has been the cooperation of leading *O Estado de São Paulo*, which has, on several occasions, front-paged IPS coverage of important events and especially the statements of US Government officials”. **Fonte:** IPS Voluntary report of press section activities for the first quarter of 1955, April 5, 1955 e IPS Voluntary quarterly report of press section activities, October 28, 1955, respectivamente. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box1.

USIS São Paulo, muitos deles com ângulos locais”<sup>66</sup>. (USIA. RG 306. IPS..., 28 out. 1955, tradução própria).

A imprensa desempenhava, também, a importante função de legitimar a linha editorial da USIA no Brasil. Assunto central desta tese, o programa de livros da USIA foi um de seus mais importantes projetos, plenamente articulado com os objetivos traçados pelo NSC para a guerra ideológica. Pela defesa do capitalismo e da segurança dos Estados Unidos, a USIA subsidiou e pôs em circulação milhões de exemplares de livros de todas as áreas do conhecimento, e para tanto colocou em movimento uma rede complexa e articulada de colaboradores, da qual fazia parte a imprensa brasileira. Os capítulos seguintes tratarão especificamente sobre os livros e seu uso político, pela USIA.

Além da estratégia e da rede montadas para atingir formadores de opinião, como jornalistas, artistas, intelectuais e estudantes universitários, e cujo suporte privilegiado para a propagação ideológica era a palavra impressa em jornais, revistas e livros, havia estratégias especificamente direcionadas a estudantes e trabalhadores. Para os estudantes em geral, a programação dos centros binacionais eram o principal recurso da USIA, mas havia ainda os programas de intercâmbio educacional, com bolsas de estudo para os Estados Unidos, a produção e distribuição de quadrinhos, filmes e a edição de livros selecionados. (SANTOMAURO, 2015, p. 249)<sup>67</sup>.

Para atingir os trabalhadores, a estratégia principal foi a aproximação com organizações da Igreja Católica e sindicatos. Produção de panfletos anticomunistas, e a promoção de aproximação entre as entidades de trabalho estadunidenses e as instituições trabalhistas brasileiras parceiras da USIA. Nenhum desses materiais era assinado pela Agência e, muitos

---

66 Frases entre aspas foram retiradas do documento. Passagem na íntegra: 1. “This high Priority Subject of the country program continued to receive special emphasis with gratifying results, Only partial recoveries of clippings show that 357 news stories were used throughout Brazil in October, 166 in November and 159 in December, Incomplete clippings received show that 672 items appeared in 50 papers in 15 of the principal cities. A large proportion of these stories included pictures and appeared on page one”. 2. “This continuing priority theme received emphasis by various means, some of them of a classified nature. The five addresses of Henry HOLLAND were the subject of many news releases and editorials with several papers carrying the entire texts. The ‘People’s Capitalism’ theme began to receive much attention in December”. 3. “Continued intensive use of this theme undoubtedly has made many Brazilians aware of the possibility of peaceful uses of atomic energy. Almost every important paper in Brazil has carried features, photos and series of articles prepared by USIS Rio and USIS São Paulo, many of them with local angles”. **Fonte:** IPS Voluntary quarterly report of press section activities, October 28, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

67 Segundo Santomauro (2015, p. 249), em 1953, 61 estudantes na faixa dos 30 anos, em sua maioria de São Paulo (34 paulistas), e o restante do Rio de Janeiro, foram escolhidos como bolsistas. Um quarto desses era considerado da classe mais alta e os outros da classe “B”. A maioria dos estudantes era da área de ciências humanas e sociais.



deles, a partir de 1955, começaram a ser assinados pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). (SANTOMAURO, 2015, p. 254-255).

As histórias em quadrinhos e panfletos foram outro recurso muito utilizado para atingir as classes trabalhadoras de baixa escolaridade. Os títulos explicitavam a sua intencionalidade: *Comunistas contra o proletariado* (sem assinatura), *Zé Curioso* (assinada pela Associação Democrática Cristã), *Ameaça ao Trabalhador* (panfleto assinado pela Organização Regional Interamericana de Trabalhadores – ORIT). (SANTOMAURO, 2015, p. 267)<sup>68</sup>.

Também os trabalhadores rurais tornaram-se grupo-alvo das atenções da USIA, especialmente depois da Revolução Cubana. As ligas camponesas eram consideradas um sério foco comunista na zona pobre e rural do Nordeste. “A maioria dos camponeses do Nordeste ainda são, em sua grande maioria, ignorantes ou indiferentes às ideias sobre modernização ou revolução política. Eles têm pouca consciência social”. (PEASANT..., 14 fev. 1964 apud SANTOMAURO, 2015, p. 272)<sup>69</sup>.

O cinema, o rádio e a TV eram estratégias pensadas para divulgar programas voltados aos diversos segmentos sociais, devido a sua linguagem, especialmente aos iletrados, como era o caso da maioria dos trabalhadores rurais. O *Voz da América*, adaptado à realidade nacional, além de outros programas de rádio que ficaram famosos, cobriu todo o território nacional. Grande parte das emissoras de rádio em operação, na época, recebia e reproduzia os programas produzidos pela USIA.

Na década de 1950, os programas produzidos pela USIA e que entraram para o gosto e cotidiano dos brasileiros foram: *Nos bastidores do Mundo*, de Al Neto, *Comentários de Al Neto*, *A vida que o mundo Leva*, *Voz da Liberdade*, *Verdade ou Mentira*, *Rua do Sossego*, *História de Chinelo*, *Repórter Esso*, *Curiosidades* e *Ponta de Lança*, *Você se lembra*, *Os Vencedores da Vida*, *Noveleta Panamericana*, *A casa do Tio Sam*, *Clube do Disco* e *Hit Parade*. Participavam da exibição desses programas a Rádio Nacional e a Rádio Tupi. Nenhum desses programas era associado à USIA, com exceção do *Voz da América*. Os acordos de exibição entre as Rádios e a USIA eram sigilosos, com pagamentos feitos diretamente aos diretores. (SANTOMAURO, 2015, p. 293-299).

---

68 No material assinado pela ORIT havia uma explicação dada por ela sobre si mesma: uma organização criada (não diz por quem) para fazer frente à Confederação dos Trabalhadores da América Latina, que afirmava ser tomada por comunistas e, portanto, uma ameaça à liberdade sindical dos trabalhadores latino-americanos.

69 Peasant Attitudes in Northeast Brazil, February 14, 1964.

Na década seguinte, devido à expansão dos aparelhos de TV no país, a aposta maior recaiu sobre os programas para este veículo. Todas as grandes emissoras do país participaram da associação com a USIA, apresentando os programas por ela produzidos. Os programas de maior sucesso foram *Panorama Panamericano*, *Jazz na América*, *Entrevista da Semana*. (SANTOMAURO, 2015, p. 300-303)<sup>70</sup>.

A USIA utilizou-se largamente, também, da linguagem cinematográfica, especialmente documentários, exibidos em salas comerciais de cinema e nos centros binacionais. Enquanto a lei brasileira do audiovisual foi permissiva, a USIA exibia os filmes que produzia em parceria com *Hollywood*. Quando, a partir de 1955, as barreiras legais dificultaram a exibição de filmes produzidos no exterior, a Agência iniciou um programa de associação com produtoras locais. As séries produzidas tratavam das relações entre Estados Unidos e América Latina, enfatizando os benefícios da parceria na educação e na ciência, e exaltando a vida de presidentes estadunidenses. (SANTOMAURO, 2015, p. 304-306).

Após o golpe civil-militar de 1964, a USIA direcionou sua programação para apoiar o novo governo, tratado por ela como revolucionário e democrático. Em correspondência oficial de 28 de abril de 1964, Richard C. Wooton, coordenador do programa de livros para a América Latina, orientava os responsáveis pelos postos USIS de Buenos Aires e México, a trabalharem no sentido de: 1. criar narrativas para transformar em verdades a relação do governo deposto com movimentos subversivos; 2. mostrar a todo o momento o apoio da população brasileira com a deposição do governo; 3. mostrar a infiltração comunista no sistema institucional brasileiro; 4. apresentar provas da existência de armas em posse de movimentos populares, que seriam usadas para tomar o poder no país; 5. usar fontes brasileiras nas reportagens e notícias; 6. Relacionar os nomes de Brizola e Goulart com um possível golpe comunista no país<sup>71</sup>.

Nos capítulos a seguir, detalharei como decorreu a missão política da USIA no Brasil por meio do seu programa editorial.

---

<sup>70</sup> As emissoras foram a TV Tupi, a TV Record, a TV Paulista, a TV Rio, a TV Roquete Pinto e a TV Excelsior.

<sup>71</sup> Correspondência de Richard C. Wooton. **28 de abril de 1964** / Coordinator Latin American Book Program para Bill Childs e Ted Jaeckel / Regional Book Officers, USIS, American Embassies Buenos Aires and México. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. NND 74627. Box 5, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1964.

### 3 O PROGRAMA EDITORIAL DA USIA

Ampliar o contato de leitores estrangeiros com bons livros americanos traduzidos para as línguas locais e facilmente disponíveis em quantidades tão grandes quanto a situação exigir, país por país<sup>72</sup>.  
(USIA. RG 306. PROJECTION OF ICS... 1960).

Editar um livro é uma forma de filtro para o fluxo do conhecimento. Um editor pode facilitar ou dificultar a circulação do conhecimento produzido em uma dada sociedade (DARNTON, 2010).

Se considerarmos o espaço social, ou sociedade civil como a define Gramsci<sup>73</sup> (apud TEXIER, 2017, p. 733), como um espaço de luta e disputa por projetos políticos de afirmação ou superação das condições materiais determinadas pelas forças produtivas, este conhecimento não pode ser imparcial ou estar acima das contradições sociais, o que implica em pensá-lo como conhecimento socialmente construído, produzido *na* disputa por hegemonia, o que pressupõe luta ideológica.

A ideologia dominante é a ideologia do bloco histórico no poder, que tem a seu favor os mecanismos de controle e de educação para o consenso que o legitima enquanto estamento dominante, e que por isso pode, na construção do discurso ideológico, “usar e abusar abertamente da linguagem” (MÉSZÁROS, 2004, p. 59), sem revelar-se claramente ideológico.

Os aparelhos privados de hegemonia<sup>74</sup> (COUTINHO, 2011, p. 342.) inserem-se nessa estrutura de poder como espaços privilegiados para o controle de métodos de conhecimento e de produção de formas específicas de consciência social (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 44). Dentre eles, destaque para o papel ideológico da palavra impressa.

---

72 “Broadening the contact of foreign readers with good American books translated into local languages and made easily available in quantities as large as the situation demands, country by country [...]”. **Fonte:** Projection of ICS activities to fiscal year 1960. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

73 Para Gramsci, a sociedade civil é o lócus da prática política por excelência, onde entram em cena as organizações privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo), com o objetivo de moldar o modo de pensar das pessoas.

74 Gramsci define como aparelhos privados uma gama enorme de organizações sociais, tais como sindicatos, instituições religiosas, instituições de ensino, partidos políticos, imprensa em geral e qualquer outra forma de organização social.

Para realmente entender a estrutura ideológica de uma classe dominante, “isto é, a organização material para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica”, deve-se considerar o papel de editoras e imprensa em geral.

[...] [a] dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm programa implícito e explícito e se apoiam em uma determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filosóficas, de divulgação etc., periódicos diversos até boletins paroquiais. [...]. A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. (GRAMSCI apud Coutinho, 2011, p. 341-342).

A análise do programa editorial da USIA insere-se nesta compreensão do que seja a função social da atividade editorial articulada pelo bloco de poder através das instituições de Estado em consórcio com instituições privadas, estas últimas compreendidas segundo o conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia.

O programa editorial da USIA nasce ideologicamente posicionado para fortalecer um modo específico de ordenamento social, e para o qual a sua estrutura institucional se constituiu de modo a possibilitar a seleção adequada de conteúdos, a escolha acertada de colaboradores e a operacionalização eficiente de canais de ampla divulgação e circulação para o alcance do público-alvo, e assim moldar uma interpretação de mundo funcional aos interesses do capital.

Capitalismo como sistema, democracia como regime de governo, liberdade como condição individual: este se tornou o arcabouço primário de uma visão de mundo a ser expressa em uma ampla coleção de títulos produzidos ou acolhidos pelo programa de livros.

A liberdade, condição inalienável do indivíduo, só poderia ser plenamente realizada no - e apenas no - sistema capitalista em regime político democrático. Qualquer experimento social que fosse diferente deste arranjo seria acusado de desvio de conduta, uma distorção histórica que inevitavelmente conduziria a humanidade a ordenamentos sociais totalitários.

Neste circuito fechado, experimentos sociais acusados de distorção precisariam ser nomeados e, então, moralmente, cientificamente e filosoficamente combatidos. O marxismo como um sistema científico de ideias precisava ser urgentemente desarticulado em benefício do capital.

Dentro deste arcabouço ideológico, entre 1953 e 1968, a USIA financiou a publicação de aproximadamente 12.661 títulos de livros, perfazendo um total aproximado de 97 milhões de cópias, em todas as áreas do conhecimento, para serem distribuídos – por doação ou venda

- aos países dos continentes americano, europeu, asiático e africano. Nos países da América Latina, foram financiados e distribuídos aproximadamente 2.400 títulos e 23 milhões de cópias. No Brasil, aproximadamente 1.400 títulos e 8 milhões de cópias<sup>75</sup>. Ao mesmo tempo, e em uma conexão direta, houve uma incursão fabulosa na imprensa, visando à distribuição de conteúdos especialmente produzidos com o objetivo de interferir nas ações políticas locais ou de popularizar os pontos *cientificamente* defendidos nos livros postos em circulação, ao lado de programas educacionais e de intercâmbio cultural.

Esta fabulosa quantidade aproximada de livros subsidiados, e de conteúdo específico para a imprensa, só foi possível de ser realizado porque movimentou uma enorme engrenagem de aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais orgânicos, como será demonstrado ao longo deste capítulo.

### 3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os livros publicados com o subsídio da USIA refletiam os objetivos ideológicos definidos pela NSC. Defendiam, em temas e teses, a estrutura social adequada ao modelo capitalista e à hegemonia estadunidense.

O avanço científico causa o avanço econômico e social, segundo a ideologia da ciência voltada para o capital (MÉSZÁROS, 2009). A ciência, aqui, assume o papel ideológico de conformar a compreensão da sociedade sobre as disfunções sociais. Em primeiro plano, trabalha para tornar universal a ideia de que a evolução humana está atrelada, inevitavelmente, ao progresso técnico e cria, com isso, a “expectativa de solucionar os problemas da humanidade exclusivamente por meio da ciência e da tecnologia produtiva” (MÉSZÁROS, 2009, p. 20), ou seja, sem a necessidade de intervenção na estrutura do sistema.

Os esforços da ciência comprometida com o capital concentram-se, portanto, em escamotear os distúrbios sociais originários das contradições do capitalismo para, assim, torná-los passíveis de solução via aperfeiçoamentos tecnológicos.

---

75 Trata-se de valores aproximados. Foram consultados os números oficiais da USIA, disponibilizados em catálogos, os Books Published Abroad, e os diversos relatórios avulsos produzidos pela Agência ao longo do período analisado.

De acordo com esta perspectiva, os objetivos legitimamente factíveis da atividade humana *têm* de ser concebidos segundo o progresso material alcançado mediante a operação das ciências sociais naturais, permanecendo cegos para a *dimensão social* da existência humana a não ser em seus aspectos essencialmente funcionais/operacionais e manipulativos. Isso porque uma visão alternativa exigiria o abandono do ‘ponto de vista da economia política’, equivalente à ótica do capital que, mesmo no trabalho vivo, não pode ver senão um ‘fator material de produção’. (MÉSZÁROS, 2009, p. 20, grifo do autor).

A visão tecnicista da ciência, produzida em defesa do capital, trabalha, subrepticamente, para apontar como ideológica (no sentido negativo que esta ciência atribui à ideologia) a ciência que desvela as contradições do capital e as consequentes mazelas sociais daí advindas.

A ciência do capital apresenta-se múltipla, sob diversas e variadas visões, em uma profusão de autores e correntes teóricas que, em essência, trabalham sobre a mesma base ideológica de ciência, cujo “denominador comum” é o esforço para apresentar soluções aos problemas sociais “pertencentes ao âmbito da ciência e da tecnologia”, buscando evitar o “perigo de mudanças fundamentais na estrutura da sociedade” (MÉSZÁROS, 2009, p. 21).

A política editorial dos Estados Unidos projetou para o mundo as teses da ciência tecnicista. Os títulos selecionados e publicados cobriram todas as áreas do conhecimento sob esse viés. Economia, política, filosofia, artes, tratados sob dois ângulos: a despolitização dos temas, apresentando sempre uma visão técnica – portanto, *científica* – dos problemas; uma concepção individualista de conflito e de natureza humana, descaracterizando e atomizando a coletividade.

Os títulos sobre economia trabalharam o capitalismo como um sistema em constante evolução e aperfeiçoamento, atribuindo à incapacidade do indivíduo ou do governo – quando tratando de nações atrasadas ou subdesenvolvidas – a evidência de *fracassos*. Da mesma maneira, os livros sobre política procuravam identificar sublevações sociais das camadas subalternas ou os movimentos nacionalistas de nações à margem do centro do capital, como desvios perigosos para a *liberdade* da humanidade, assim como inserir uma concepção gerencialista do ato de governar, despolitizando ao máximo as discussões sobre a responsabilidade do Estado com relação às mazelas sociais.

É de se esperar que as coleções sobre política e economia, centrais na defesa da sociedade ideal para o capital, valorizassem os avanços tecnológicos e tivessem uma

aplicabilidade política evidente e imediata. Os livros sobre estes temas precisavam conter o “nacionalismo agressivo” contra o capital estrangeiro, serem capazes de mostrar como o capital estadunidense contribuía para a prosperidade das nações, enaltecer a força do capitalismo como produtor e distribuidor de riquezas e apresentá-lo como propulsor dos avanços tecnológicos, assim como “ênfatisar a eficácia do pensamento democrático no enfrentamento dos problemas socioeconômicos de nações emergentes” (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 3 jan. 1963, tradução própria)<sup>76</sup>, como veremos nos capítulos seguintes.

Entretanto, não só aos títulos sobre economia e política restringiu-se a política editorial dos Estados Unidos. De maneira menos evidente, mas bastante eficiente, o romance ocupou considerável espaço na política editorial estadunidense.

Tão eficiente quanto a filosofia, e mais facilmente consumido por um público amplo e de diferentes níveis cognitivos, o romance oferece o *ambiente* propício para desenvolver as teses filosóficas de *natureza humana e individualidade* “como categorias explicativas dos conflitos, em uma operação teórica que eleva o particular ao universal, e desloca os conflitos de sua origem fundante”, isto é, ofusca a origem social das mazelas do indivíduo. (MÉSZÁROS, 2009, p. 50).

O poder do romance enquanto fenômeno ideológico reside justamente no fato de que, nele, a ideologia que o constitui não se apresenta facilmente como tal. A ideologia na literatura e, mais especificamente no romance, não está apenas no conteúdo, mas na sua forma.

Georg Lukács (2009), em *A Teoria do Romance*, desenvolve os conceitos que elucidam os mecanismos que operam dentro da forma romance para a articulação entre texto e contexto. Para ele, texto e contexto só podem operar plausivelmente na forma romance através da categoria totalidade. A forma romance estrutura a totalidade do mundo real que escapa à experiência social do indivíduo. No romance, a totalidade se realiza não enquanto espelho da realidade, mas enquanto fragmento totalizado, integrado, realizado plenamente com começo, meio e fim. É a possibilidade para que o autor, ao criar a interpretação de uma realidade confusa, contraditória e hostil à compreensão humana, construa uma fração de realidade fechada em uma totalidade compreensível e inteligível, escolhendo as contradições e conflitos a serem

---

76 “The objectives of US Policy in Brazil as cited in the country plan can and being implemented by the books we are sponsoring in Brazil. [...] A number of books on economics, political affairs, international relations and history stress the efficacy of democratic thought and procedure in coping with the socio-economic problems facing emergent nations”. **Fonte:** Book Translation Program Office, Assessment Report, January 3, 1963. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, folder Brazil, Rio de Janeiro, July-Dec. 1962.

plenamente manipuláveis por ele em prol de uma interpretação nova sobre o mundo e, ainda assim, ser capaz de manter a ligação necessária com a complexidade do real. O recurso da narrativa biográfica do personagem central possibilita o toque final de coerência formal. É através do personagem-indivíduo que se opera a concretização de uma totalidade ficcionada: o herói que enfrenta a realidade sem sentido a enfrenta rumo ao autoconhecimento e, a partir do conhecimento de si, desvenda a realidade inóspita, embora permaneça, no jogo da tensão ali estabelecido, a discrepância entre o ser e o dever ser.

Desta maneira, preserva-se a realidade temporal que incide sobre o autor e a obra no momento de sua criação, permitindo que esta realidade específica possa alcançar o leitor e garantir-lhe a inteligibilidade necessária, ainda que este último esteja inserido em uma outra realidade temporal, e é nesta conexão que se opera a construção de uma interpretação nova do mundo (LUKÁCS, 2009, p. 83-85).

A forma romance faz da obra ficcional um fenômeno ideológico que se oculta enquanto tal, operando de forma sutil e diversamente distinta em cada indivíduo leitor, provocando nele uma coesão entre compreensão e indução de uma visão determinada do mundo que pode ser funcional a um conjunto específico de valores sociais.

Isto explica ter a USIA investido na forma romance com propósitos políticos. A lista de títulos é imensa, apresentando coleções várias: para crianças, para a juventude, para adultos em busca de leitura de entretenimento, para adultos com repertório literário sofisticado<sup>77</sup>.

Além dos temas e das correntes *científicas* de pertencimento, para um livro compor o programa da USIA ele tinha que passar por uma rigorosa avaliação ideológica, assim como seu autor/editor. Primeiro quesito observado era a sua utilidade: propagar informação acerca dos Estados Unidos, sua política interna e externa, combater o antiamericanismo, demonstrar o interesse dos EUA em promover a ciência, fornecer evidências sobre a vida intelectual e artística estadunidense e combater o comunismo eram considerados temas “úteis”.

Autores e editores eram avaliados em seus posicionamentos ideológicos. Ter qualquer laço com “comunismo” ou “pensamento marxista”, era motivo suficiente para afastar suas obras - ou editora - do programa de livros. Cabia ao PAO a avaliação dos editores com os quais trabalhar no exterior, respeitando as orientações definidas pela USIA para este fim.

---

<sup>77</sup> A análise pormenorizada sobre a coleção de romances publicada pela USIA e o seu uso político no Brasil seria assunto para um sexto capítulo nesta tese. Infelizmente, por constrangimento do fator tempo, foi necessário operar um recorte no plano inicialmente desenhado para apresentação dos resultados da pesquisa.



“Autores” neste contexto significa os produtores de materiais de programa em qualquer forma, incluindo “editores”, em vez de colaboradores incidentais, como ilustradores e designers de capas de livros. No entanto, uma entidade de fabricação ou publicação de caráter comunista demonstrável é proscrita. A impossibilidade prática de “autorizar” o autor estrangeiro é reconhecida no Acordo IOS-ICS de 21 de setembro [...]. Espera-se, no entanto, que os diretores nos postos de campo estejam em posição de avaliar a possível afiliação comunista de um dado autor, e eles têm a responsabilidade de fazer essa avaliação. Deve-se levar em consideração a exigência de que o campo, em conexão com suas justificativas de material adquirido localmente, observe que essa avaliação foi feita<sup>78</sup>. (USIA. RG 306. US INFORMATION..., 9 out. 1953, tradução própria).

Esta orientação, elaborada em 1953, permaneceu em vigência durante todo o período de existência do programa editorial. Alguns dispositivos institucionais foram criados especialmente para a realização dessas avaliações, sendo a Divisão Bibliográfica a principal delas, responsável por elaborar pareceres sobre os títulos e autores antes de estes serem liberados para o programa de traduções. Suas avaliações eram registradas em fichas que atestavam ou condenavam o uso dos títulos. Comitês também foram criados para este fim. Formados por representantes de diversas áreas do governo e externos a ele, os Comitês tinham por objetivo garantir que as decisões do ICS e suas divisões atendessem plenamente às diretrizes ideológicas desenhadas pelo NSC para o programa de livros.

A Divisão Bibliográfica (assim como os comitês) definia as prioridades para a tradução/publicação de títulos no exterior, de acordo com os *Country Plans*. No Brasil, por exemplo, temas como nacionalismo, democracia, capital privado, energia nuclear, Revolução Cubana foram temas prioritários ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Os títulos escolhidos eram classificados por adequação ideológica no tratamento do assunto, pela posição ideológica adequada do autor (e também do editor), e por estarem na ordem de prioridade dentro do programa.

---

78“‘Authors’ in this context means the producers of program materials in any form, including ‘editors’, rather than incidental contributors such as illustrators and designers of book jackets. However, a manufacturing or publishing entity of demonstrable communist character is proscribed as hitherto. The practical impossibility of ‘clearing’ foreign author is recognized in the IOS-ICS Agreement of September 21. [...] It is expected, however, that officers at the field post will be in a position to assess the possible communist affiliation of a given author, and they have the responsibility to make this assessment. Consideration should be given to requiring the field, in connection with its justifications of material acquired locally, to note that this assessment has been made”. **Fonte:** US Information Agency – Information Center Service, October 9, 1953. *In:* NARA II, USIA. RG 306, Information Center Service / Bibliographic Division. Subject Files, 1953-1967. Entry P 27. NND 74593. Box 7, Folder Book Policy and Procedure – Collections of Directives 1953-1954.

Os títulos aprovados para publicação eram reunidos em uma lista enviada aos postos USIS, chamada *Blue Books*. Esta lista era apresentada aos editores locais, que tinham a oportunidade de escolher, dentre os títulos listados, aqueles que julgavam atender à sua linha editorial e aos interesses de seus leitores. Entretanto, via de regra, eram forçados a escolher os títulos definidos como prioritários.

O programa não trabalhava com filtragens óbvias, embora não as dispensasse. Títulos explicitamente anticomunistas e antinacionalistas conviviam com títulos cuja abordagem apresentava críticas - toleráveis - ao capitalismo, à democracia, ao subdesenvolvimento e à propriedade, de acordo com o *espírito científico*. A margem para a inclusão de títulos críticos existia e era incentivada, calculada para atrair um público crítico, mas não comunista. Via de regra, estes títulos críticos e absorvidos pelo programa trabalhavam com abordagens que previam correções políticas ou econômicas sobre o que seriam as falhas do sistema. Nesta lógica, o racismo e o imperialismo, temas sempre recorrentes nas críticas aos Estados Unidos, eram apresentados em livros que apontavam para a sua superação **no e pelo** próprio sistema capitalista: o racismo, por exemplo, estaria em fase de extinção porque as deficiências políticas que o produziram estavam sendo corrigidas, garantindo aos afrodescendentes tratamento igualitário e condições de disputar espaços na sociedade; a correção econômica do capitalismo nos países subdesenvolvidos e com o auxílio dos desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, levaria inevitavelmente à expansão da riqueza a todos os povos<sup>79</sup>.

A tarefa da Divisão Bibliográfica e dos comitês de avaliação, assim, era calibrar o tom das críticas, de forma a manter a confiança na sua visão de mundo. Isto explica a exclusão de livros que apontavam o racismo como um problema estrutural da sociedade estadunidense. Sobre o livro *If they come in the morning*, de Angela Davis, por exemplo, assim se posicionou a USIA em circular de 22 de setembro de 1971:

O livro é desonesto porque omite completamente qualquer referência a qualquer coisa que este país tenha feito para melhorar as minorias e porque afirma que todos os prisioneiros negros, chicanos, indianos ou brancos da classe trabalhadora são presos políticos. A absolvição de membros dos Panteras Negras em vários tribunais é descrita como um triunfo da luta do povo contra o fascismo, enquanto não há menção ao processo jurídico pelo qual as absolvições ocorreram<sup>80</sup>. (USIA. RG 306. FYI..., 22 set. 1971, tradução própria).

---

79 Cerne da Teoria da Modernização, cuja relação com o programa será analisada no capítulo 5 desta tese.

80 “The book is dishonest because it omits completely any reference to anything that this country has done to improve the lot of the minorities, and because it claims that all black, chicano, Indian or with working class prisoners are political prisoners. The acquittal of members of the Black Panthers in various courts is described as

E conclui que os títulos que melhor tratavam da situação racial no país eram aqueles escolhidos (o documento apresentava uma lista de livros positivos sobre o racismo e que deveriam entrar no programa), pois cobriam os recentes progressos das políticas de inclusão do governo<sup>81</sup>.

Pelo mesmo motivo, o livro de Robert Heilbroner, *The Limits of American Capitalism*, publicado em 1966 pela Harper and Row, foi recusado pela comissão de avaliação. Em 10 de outubro de 1966, o IOP, Mr. Helfgott, escreve a Mr. Vogel, do ICS, confirmando ser o livro inadequado. Embora bem escrito, diz ele, o livro apresentava ao menos quatro bons motivos para ser descartado pelo programa:

Não há necessidade aqui de analisar a validade das alegações do autor ou argumentar se ele vê ou não o impacto da ciência e da tecnologia na perspectiva histórica "correta". Tudo o que temos que notar são alguns elementos básicos: 1. Como a revisão do ICS aponta, o autor escolhe seus próprios termos e seu próprio quadro de referência para encontrar falhas na condição dos EUA; isso é direito dele, mas também é nosso direito rejeitá-lo. 2. Apesar de pagar um relutante e altamente qualificado tributo às realizações do capitalismo, que ele caracteriza como o modo de vida americano, ele parece concluir (com um complemento repleto de *mas, ainda, no entanto, e por outro lado*) que, no final, alguma forma de controle centralizado administrada por um grupo de elite é inevitável e desejável. 3. Ele vê o modo americano como algo que não oferece nada que valha a pena para os países menos desenvolvidos, em essência, deixando a implicação de que formas concorrentes podem oferecer-lhes algo mais revigorante e que atenda às suas necessidades. 4. Ele parece rebaixar a preocupação da sociedade norte-americana com "o cultivo e o enriquecimento de todos os seres humanos" (veja a última página do livro)<sup>82</sup>. (USIA. RG 306. THE LIMITS..., 10 out. 1966, tradução própria).

---

a triumph of the people's struggle against fascism, while there is no mention of the juridical process through which the acquittals occurred". **Fonte:** FYI Material – If they come in the morning by Angela Davis and other Political Prisoners. In: NARA II. USIA. RG 306, Bureau of Education and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 1, Folder Frank Cass.

81 Os títulos e seus respectivos autores: Bardolph, Richard. *The civil rights record: black American and the law*; Mack, Raymond, ed. *Prejudice and race relations*; Morris, Willie. *Yazoo: integration in a deep-southern town*.

82 "There is no need here to analyze the validity of the author's contentions, or to argue whether or not he sees the impact of science and technology in the 'correct' historical perspective. All we have to note are a few basic elements: 1. As the ICS review points out, the author chooses his own terms and his own frame of reference to find fault with the US condition; this is his right, but it also is our right to reject it. 2. While paying grudging and highly qualified tribute to the achievements of capitalism, which he characterizes as the American way of life, he appears to conclude (with a full complement of buts, yet, nevertheless and on the other hands) that in the end some form of centralized control administered by an elite group is inevitable and desirable. 3. He sees the American way as offering nothing worthwhile to less-developed countries, in essence, leaving the implication that competing ways can offer them something more invigorating and is keeping with their needs. 4. He appears to downgrade the concern of US society with 'the cultivation and enrichment of all human beings' (see the last page of the book)".

A análise de Heilbroner, neste livro, não atendia aos imediatos interesses ideológicos para formação de consenso: além de apontar os limites do capitalismo e a sua propensão a eliminar, em futuro próximo, a livre concorrência em substituição a um poder político centralizado, nada oferecia ao mundo subdesenvolvido. Heilbroner, entretanto, não era um autor desconhecido do programa. Àquela época, duas obras suas já haviam sido traduzidas pelo programa e circulavam no Brasil, *Elementos da Macro Economia*, pela Zahar, 4 mil exemplares, e *A formação da sociedade econômica*, também pela Zahar, 5 mil exemplares<sup>83</sup>, o que comprova que a recusa daquela obra em específico respondia a uma avaliação ideológica rigorosa.

Em documento produzido pelo ICS, a USIA informa, a um comitê não especificado, a relação de livros que pretendia publicar na América Latina no ano fiscal de 1963 e, nela, os temas Democracia, Economia, Desenvolvimento e Aliança para o Progresso<sup>84</sup> eram considerados de alta prioridade<sup>85</sup>. (USIA. RG 306. USIA LA..., entre 1954-1968).

Em memorando de 6 de abril de 1964, destinado a todos os postos USIS, novos temas prioritários foram incluídos: 1. processo étnico e racial; 2. força econômica; 3. democracia econômica; 4. força científica e educacional; 5. desenvolvimento e diversidade cultural. cada prioridade foi acompanhada de uma breve justificativa. Para as prioridades 2 e 3,

Os EUA desenvolveram a economia mais poderosa e produtiva que o mundo já viu, baseada em um equilíbrio dinâmico entre negócios, trabalho e governo. Incentivos fornecem oportunidades; o governo protege contra abusos e excesso da flutuação econômica. A economia dos EUA continua a crescer rapidamente, e não há evidências de que os soviéticos a superarão em breve

---

**Fonte:** The Limits of American Capitalism by Robert L. Heilbroner, October 10, 1966. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service/Bibliographic Division. Subject Files, 1953-1967. Entry P 27. NND 74593. Box 9.

83 *The Making of Economic Society e Understanding Macroeconomics*, respectivamente.

84 ALLIANCE FOR PROGRESS (texts of 5 approaches by Dean Rusk, Teodoro Moscoso, José Figueres, Raul Prebisch and Milton Eisenhower).

85 Ordem de prioridade, conforme o documento: 1. Ciência Política e Democracia, 19 títulos; 2. Economia e Desenvolvimento Econômico, 33 títulos; 3. Comunismo em teoria e prática, 16 títulos; 4. Política Externa dos Estados Unidos, 13 títulos; 5. Lei e Jurisprudência, 6 títulos; 6. História, 12 títulos; 7. Educação, 17 títulos; 8. Sociologia, Psicologia, Trabalho e Bem-Estar Social, 18 títulos; 9. Filosofia, 16 títulos; 10. Livros infante-juvenis, 20 títulos; 11. Biografias de grandes americanos, 11 títulos; 12. Cultura norte-americana, 8 títulos; 13. Vida cotidiana nos EUA, 11 títulos; 14. Clássicos da Literatura norte-americana, 16 títulos. "Inclusion of a title in this list does not necessarily mean that negotiations for translation or publication have been initiated. The list is intended simply to give the Committee an idea of the kinds of books being included in the expanded USIA Latin American translation program". **Fonte:** USIA Latin American Book Program, s. d. In: NARA II. USIA. RG 306, ICS. Publication Division. Editorial Branch ca 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 8, Folder Latin American Book Program.

ou no futuro previsível. A força e a produtividade da economia dos EUA permitem que os EUA forneçam a seus cidadãos padrões materiais e de bem-estar que os comunistas só prometeram; manter a si mesma e ao mundo livre armado em nível adequado para proteção contra todas as formas de ataque, e para fornecer ajuda substancial aos países menos desenvolvidos. [...]. Benefícios sociais, sindicatos fortes, um sistema tributário progressivo, ampla propriedade de capital pela população e agências reguladoras do governo contribuem para a propriedade e o gozo generalizado da riqueza produtiva dos EUA. O sistema americano de "capitalismo com consciência" está muito mais próximo, em filosofia e prática, da socialdemocracia não-coercitiva da Europa Ocidental do que do conceito anterior do capitalismo. Apesar desse progresso, os EUA buscam oportunidades econômicas e igualdade ainda maiores para todos os seus cidadãos.<sup>86</sup> (USIA. RG 306. MEMORANDUM, 6 abr. 1964, tradução própria).

Em documento de 20 de setembro de 1967, a direção USIA informava ao ICS a criação de uma nova coleção de livros intitulada *FOCUS Program*. Seu objetivo era reunir títulos para combater estereótipos negativos sobre os Estados Unidos e suas políticas na América Latina. Os estereótipos a serem combatidos nessa nova coleção eram: 1. imperialismo econômico (10 títulos selecionados); 2. domínio de Wall Street sobre o governo estadunidense (15 títulos selecionados); 3. suporte estadunidense a ditaduras (6 títulos); 4. desconhecimento e negligência dos Estados Unidos para com a América Latina (13 títulos em conjunto); 5. fraude no sistema democrático e de liberdade dos EUA (18 títulos); 6. sociedade estadunidense como inculta e materialista (17 títulos).

---

86 "The US has developed the most powerful and productive economy the world has ever seen, based on a dynamic balance among business, labor, and government. Incentives provide opportunity; government protects against abuses and excess fluctuation of business cycle. The US economy continues to grow rapidly, and there is no evidence that the Soviets will overtake it soon or in the foreseeable future. The strength and productivity of the US economy permits the US to provide its people with material standards and welfare measures which the communists have only promised; to keep itself and the free world armed at a level adequate to protect against all forms of attack, and to provide substantial aid to less developed countries. [...] Social benefits, strong labor unions, a progressive tax system, broad capital ownership by the populace, and Government regulatory agencies contribute to widespread ownership and enjoyment of US productive wealth. The American system of 'capitalism with a conscience' is far closer in philosophy and practice to the non-coercive Social Democracy of Western Europe than it is to the earlier capitalism concept. Despite this progress, the US seeks still greater economic opportunity and equality for all its citizens". **Fonte:** Memorandum for all heads and all USIS posts, April 6, 1964. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Publication Division. Editorial Branch ca 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 19, Folder Directors quarterly meeting proposals.

### 3.2 O APARATO INSTITUCIONAL

Entre 1945 e 1953, os Estados Unidos estruturaram um aparato institucional e definiram as estratégias de ação envolvendo a participação simultânea de agências governamentais e organizações privadas para atender à sua política de segurança nacional, como analisado no capítulo 2.

O programa editorial posto em movimento pela USIA insere-se nesse quadro de combate ideológico pela segurança nacional. Teve origem na sua antecessora, *International Information Administration* (IIA) e, sob a USIA, foi aperfeiçoado para atender plenamente às determinações definidas pela *Psychological Strategy Board* (PSB), braço coordenador de estratégias ideológicas do *National Security Council*. A PSB foi depois substituída pela *Operations Coordinating Board* (OCB), em 1953.

A execução do programa editorial da USIA compreendeu a articulação das atividades específicas de dois de seus centros: o Centro de Serviços de Informação, ICS na sigla em inglês *Information Center Service*, e o Serviço Internacional de Imprensa, IPS na sigla em inglês (*International Press Service*), agrupados sob a definição de Serviços Técnicos e sob a responsabilidade dos Diretores de Atividades da Agência (diretoria imediatamente abaixo da Diretoria geral), cuja função - dos Serviços Técnicos - era assim descrita:

Planeja, dirige e executa um programa para fornecer às missões do USIS produtos e materiais de mídia. Fornece orientação técnica às missões do USIS sobre a produção de produtos de mídia e a utilização de produtos e técnicas de mídia (a) prescrevendo procedimentos técnicos; (b) emitir instruções especiais para lidar com problemas incomuns; e (c) revisar relatórios de campo sobre atividades relacionadas à mídia para determinar a adequação e eficácia das operações. Dirige a operação de centros de produção no exterior. Fornece o julgamento profissional quanto às capacidades e limitações de determinados meios de comunicação para contribuir para o cumprimento da missão da Agência<sup>87</sup>. (USIA. RG 306. ORGANOGRAMA..., 1954, tradução própria).

---

87 "Plans, directs and executes a program for providing USIS missions with media products and material. Furnishes technical direction to USIS Missions on the production of media products and on the utilization of media products and techniques by (a) prescribing technical procedures; (b) issuing special instructions for the handling of unusual problems; and (c) reviewing field reports on activities related to the media to determine the adequacy and effectiveness of operations. Directs the operation of overseas production centers. Supplies the professional judgment as to the capacities and limitations of particular media for contributing to the accomplishment of the Agency's mission". O Serviços Técnicos eram compostos, além do ICS e IPS, também pelo Motion Picture Service. **Fonte:** Organograma USIA de 1954. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-Annual Report on Education Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

Ao ICS cabia a responsabilidade sobre todos os programas relacionados à editoração de livros, a saber: o Programa de Tradução de Livros (*Book Translation Program*), o Programa de Desenvolvimento do Livro (*Book Development Program*), o Programa de Livros Didáticos (*Textbook Program*, viabilizado pela lei PL480) e a coordenação das ações editoriais da *Franklin Book Programs*.

Ao IPS cabia coordenar a elaboração e distribuição de conteúdo elaborado especialmente para a circulação em jornais, revistas e panfletos.

Ambos os setores se relacionaram para colocar em circulação livros e conteúdo de mídia impressa, atuando conjuntamente nos postos USIS mundo afora.

Os “bons livros” estadunidenses precisavam estar disponíveis ao amplo público leitor do hemisfério ocidental, em grande quantidade e em edições de baixo custo, de forma a se apresentar como uma alternativa aos livros russos que, segundo o Departamento de Estado, invadiam o mundo com suas análises sociais e econômicas, além de exaltarem as revoluções russa e chinesa<sup>88</sup>, realidade que o programa de livros coordenado pelo ICS deveria ser capaz de alterar (USIA. RG 306. PROJECTION OF ICS... 1960).

Deveria o programa de livros, ainda, ser capaz de suprir o “vácuo ideológico” identificado nas nações do Terceiro Mundo, onde os anseios por transformações sociais, expressos principalmente na ocorrência de movimentos nacionalistas, poderiam ser capturados por elementos “antiocidentais” representando uma “grande ameaça para a paz e estabilidade do mundo e, portanto, para a segurança dos Estados Unidos”. Os bons livros estadunidenses forneceriam aos “líderes dessas áreas as diretrizes que conduziriam ao equilíbrio social e político”. (USIA. RG 306. PROJECTION OF ICS... 1960).

Em algumas áreas, sul e sudeste da Ásia, por exemplo, os líderes políticos que cresceram em um clima intelectual predominantemente marxista estão começando a questionar muitas das premissas marxistas básicas. Líderes trabalhistas nessas áreas estão buscando uma nova base filosófica para suas atividades e gradualmente estão se conscientizando de que os Estados Unidos possuem uma história incomparável de progresso, da qual podem derivar essa

---

88 Estes livros “russos” estariam “disponíveis em grandes quantidades e de forma barata em bancas de livros na Ásia, no Oriente Médio, na Europa e na América Latina”. Embora o adjetivo “russo” para os livros seja usado neste documento em específico, ele refere-se, na verdade, a um conjunto de ideias cujo marco teórico encontra sustentação no marxismo, opondo-se ao sistema capitalista. **Fonte:** Projection of ICS activities to fiscal year 1960. In: NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

base muito necessária para suas políticas e atividades futuras. Livros fornecem os frutos desta experiência na forma mais prontamente digerida por tais líderes e seus seguidores intelectualmente atraentes. **Ampliar o contato desses leitores estrangeiros com livros americanos exige uma intensificação das atuais atividades de tradução e apresentação de livros em todo o mundo, e uma extensão das operações da empresa especial de publicação e distribuição de livros...**<sup>89</sup>. (USIA. RG 306. PROJECTION OF ICS... 1960, tradução própria, grifo nosso).

As ações via imprensa, executadas pelo IPS, tinham um papel político mais direto e ligado às disputas internas nos países onde atuavam os postos USIS. Além de trabalharem com um conjunto de temas definidos pela diretoria da Agência e que funcionavam como um grande guarda-chuva para temas afins (capitalismo, democracia, totalitarismo, comunismo, liberdade etc), definiam temas específicos para influenciar a condução política local. Atuavam também, no plano local, na produção de conteúdo para promoção dos livros editados pelos postos USIS, trabalhando pela ampla aceitação dos títulos através de encomenda de críticas, resenhas e artigos analíticos positivos.

Havia, ainda, as atividades que envolviam uma parceria direta entre IPS e ICS: os artigos encomendados pelo IPS, se originalmente publicados de forma seriada em jornais e ou revistas, podiam transformar-se em livros; os livros encomendados ou traduzidos sob a responsabilidade do ICS podiam transformar-se em artigos seriados para publicação em jornais ou revistas; se originalmente pensados como panfletos, responsabilidade do IPS, podiam assumir o formato de livretos, responsabilidade do ICS, e assim em uma sucessão de trocas de formato dependendo da função e do meio de divulgação.

Compondo a estrutura institucional do trabalho ideológico, havia ainda o Departamento de Estado, responsável pelo Programa Internacional de Intercâmbio Educacional (*International Educational Exchange Program*).

---

89 “In some areas, southern and southeastern Asia, for example, political leaders who grew up in an intellectual climate predominately Marxist are beginning to question many of the basic Marxist assumptions. Labor leaders in these areas are searching for a new philosophic base for their activities and are gradually becoming aware that the United States possesses an incomparable history of progress from which they can derive this very necessary base for their policy and future activities. Books provide the fruits of this experience in the form most readily digested by such leaders and their intellectually curious followers. Broadening the contact of these foreign readers with American Books calls for an intensification of the present world-wide translation and book presentation activities and an extension of the operations of the special book publishing and distributing company [...]”. **Fonte:** Projection of ICS activities to fiscal year 1960. *In:* NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.



Os critérios do programa de intercâmbio eram definidos pelo Departamento de Estado, mas a sua operacionalização se dava nos postos USIS localizados no exterior, o que significava que, sob a responsabilidade operacional dos postos USIS, estavam os três principais programas ideológicos elaborados pelo NSC em nome da segurança nacional e em ação em diversos países.

O Programa Internacional de Intercâmbio Educacional, conduzido por equipe específica, compartilhava com ICS e IPS muitos dos indivíduos que compunham o grupo-alvo. Eram eles: os líderes governamentais para verificarem os progressos da sociedade estadunidense e constatarem as “mentiras” que os comunistas diziam sobre o país; os líderes dos meios de comunicação de massa (rádio, escritores e diretores, editores, jornalistas) para aprenderem eles mesmos os fatos sobre os EUA e influenciarem a opinião pública de seus países; os líderes profissionais como professores, médicos e advogados; os líderes comunitários e culturais, por também serem bons influenciadores da opinião pública; os líderes trabalhistas, por sua capacidade de influenciar trabalhadores; os jovens, que por serem inquietos e intolerantes com as desigualdades, são mais influenciados pela propaganda comunista e “em muitos países eles possuem um importante potencial político”<sup>90</sup>. (USIA. RG 306. PROPOSED..., 25 ago. 1952).

O ponto forte do programa, segundo a USIA, seria **transformar pessoas em defensoras do modo de vida estadunidense e, por consequência, reativas às ideias comunistas.**

As pessoas em todos os lugares tendem a acreditar em relatos de primeira mão de representantes de destaque de sua própria nação, que tiveram a oportunidade de visitar os Estados Unidos e ver com seus próprios olhos o que quer que desejassem observar. Ser capaz de dizer ‘eu mesmo vi’ é aceito em todo o mundo como uma das razões mais convincentes para a crença. Por exemplo, um líder brasileiro que regressou de uma visita aos Estados Unidos e é muito requisitado pelos seus compatriotas para palestras, afirmou: “De um profissional modesto, tornei-me um ‘professor catedrático’ sobre os Estados Unidos”. Ele escreveu que estava tão entusiasmado com os Estados Unidos que alguns suspeitavam de seus relatos e opiniões, mas “no geral, sou ouvido com respeito sobre os Estados Unidos e todos os que estiveram lá acreditavam. Embora meu irmão (um conhecido sociólogo brasileiro) saiba mais sobre a cultura americana através de livros, sou ouvido com mais respeito do que ele sobre o assunto”<sup>91</sup>. (USIA. RG 306. PROPOSED..., 25 ago. 1952, tradução própria).

---

90 Entre aspas, as frases retiradas do documento.

91 “People everywhere tend to believe first-hand accounts from outstanding representatives of their own nation who have had an opportunity to visit the United States and see with their own eyes whatever they wished observe. Being able to say “I saw it myself” is accepted the world around as one of the most convincing reasons for belief. For example, a Brazilian leader now home from a visit to the United States is greatly in demand of his countrymen to his talks, he stated: “From a modest professional, I became a ‘full professor’ about the United States”. He wrote that he was so enthusiastic about America that some were suspicious about his reports and opinions, but “on the

A capacidade de influência do programa de intercâmbio educacional não era posta em dúvida, pelo contrário. Afirmavam seus defensores que dois dos grupos definidos como público-alvo prioritário se complementavam solidificando a perenidade pretendida: estudantes e professores garantiriam a formação de líderes favoráveis aos Estados Unidos por gerações e, naquele momento, afirmavam que o projeto já estava em andamento em 70 países, mas não especificavam quais. (USIA. RG 306. PROPOSED..., 25 ago. 1952).

No Brasil, assim como nos demais países que tiveram postos USIS, o trabalho ideológico pela segurança nacional dos Estados Unidos operou articulando estes três programas, e todos eles direcionados ao mesmo grupo-alvo: intelectuais e estudantes.

### 3.2.1 O Franklin Book Programs

Em 1951, reuniram-se, na Biblioteca do Congresso, membros do *American Library Association's International Relations Committee*, editores da *American Book Publishers Council Foreign Trade Communittee*, o bibliotecário chefe da *Library of Congress*, um representante da Educação estadunidense e um membro do Departamento de Estado. O objetivo era tornar viável um programa de edição e tradução de livros destinados a países em desenvolvimento, considerados os elos frágeis do capitalismo e, por meio dele, construir um modo de compreender e entender o mundo sob as lentes interessadas dos Estados Unidos.

Aproximadamente um ano mais tarde, em 1952, o Conselho Jurídico do Governo Eisenhower deliberava sobre as bases de atuação da nova instituição. Destas reuniões surgiu a *Franklin Publications*, tornada realidade em 5 de junho de 1952<sup>92</sup>. (ROBBINS, 2007; OLIVEIRA, 2013).

---

whole, I am heard with respect about the United States and all who have been there are believed. Although my brother (a well-know Brazilian sociologist) knows more about American culture through books, I am heard with more respect than he is on the subject". **Fonte:** Proposed Extension of the International Educational Exchange Program, August 25, 1952. In: NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee.

<sup>92</sup> Em 1964, a então diretoria da Associação decidiu mudar o seu nome para Franklin Book Programs. Ver Franklin Book Programs. Disponível em: <http://findingaids.princeton.edu/collections/MC057/#description>. Acesso em: 1 out. 2014, atualizado em 19/11/2018. Franklin Book Programs atuou por 26 anos, de 1952 a 1978. Sobre o período de atuação da instituição, consultar o livro de Louise Robbins (2007) e a tese de Laura Oliveira (2013), descritos nas referências.

A missão da *Franklin Publications*, definida pelo grupo fundador sob a liderança de Datus C. Smith Jr., da Princeton University Press, apresentava três objetivos: “fortalecer a posição dos EUA e do mundo livre e preservar a paz mundial; aumentar a distribuição estrangeira de livros americanos; ajudar os povos do Oriente Médio e, assim, promover o bem-estar da humanidade<sup>93</sup>” (ROBBINS, 2007, p. 642, tradução própria). A estes objetivos entrelaçaram-se as três ações estratégicas: 1. ajudar a fortalecer a estrutura econômica, social e política dos países do Oriente Médio. 2. fornecer informações e pontos de vista sobre a América, a democracia e a ideia de sociedade aberta. 3. promover o intercâmbio cultural internacional. (ROBBINS, 2007, p. 642).

Objetivos e estratégias contaram com uma estrutura apropriada: equipe mista (estadunidenses ao lado de intelectuais e profissionais selecionados no país escolhido), escritórios locais, escolha dos títulos a serem traduzidos de acordo com o interesse declarado pela população local, oferta de trabalhos de tradução e impressão para profissionais do local, preferência por assuntos ligados à arte e à cultura de modo geral, à educação, à literatura infantil e aos assuntos técnicos de interesse profissional. O orçamento para a manutenção do programa veio, inicialmente, do Departamento de Estado através da IIA, e posteriormente pela USIA e USAID em fases distintas, além da participação de fundos provenientes de fundações privadas e governos estrangeiros.

Constituído e publicamente apresentado como uma organização não governamental, o *Franklin Book Programs*, em realidade, foi criado pelo governo estadunidense exclusivamente para ocultar que o programa de livros era de autoria do governo dos Estados Unidos, elaborado com os propósitos ideológicos definidos pelo NSC, e durante anos foi inteiramente financiado pelo governo através da USIA.

O programa de Publicação de Livros da Franklin representa um esforço para usar um instrumento escolhido (com ocultação da participação do USIS) na publicação de livros no exterior. Embora isso tenha sido considerado útil de forma limitada, foi ampliado proporcionalmente a outras fases do programa, à medida que os fundos disponíveis aumentaram<sup>94</sup>. (USIA. RG 306. STUDY..., jan. 1968, tradução própria).

---

93 “[...] to strengthen the position of the U.S. and the free world, and to preserve world Peace; increase the foreign distribution of American Books; to help the peoples of the Middle East, and thus to further the welfare of mankind”.

94 “The Franklin Book Publishing program represents an effort to use a chosen instrument (with concealment of USIS participation) in book publishing abroad. While this has been found useful to a limited extent it has been expanded in proportion to other phases of the program as available funds increased”. **Fonte:** Study of

Com poucos meses de governo, Eisenhower propôs novos arranjos institucionais para dar maior força e coordenação às ações da guerra ideológica, o que resultou na criação, em 01 de agosto de 1953, da United States Information Agency (USIA), em substituição a International Information Administration (IIA); e na criação, em 2 de setembro de 1953, da *Operations Coordinating Board* (OCB) em substituição a *Psychological Strategy Board* (PSB)<sup>95</sup>. Todo o aparato operacional descrito acima, e até então sob a responsabilidade da IIA, foi inteiramente transferido para a USIA<sup>96</sup>.

Sendo um órgão externo ao aparato institucional, mas fazendo parte dele, o *Franklin Book Programs* foi impactado pela criação da USIA, que exerceu sobre a organização uma pressão acentuada para que sua linha de atuação correspondesse de forma mais direta aos propósitos ideológicos preestabelecidos.

Nos primeiros 10 anos de funcionamento do *Franklin Book Programs*, a USIA financiou todas as suas atividades, repassando, até 1962, o montante de US\$ 5,4 milhões (dos quais 3 milhões em dólares e o restante em moedas estrangeiras), que resultaram em 1.140 edições/títulos, totalizando cerca de 5.5 milhões de cópias em 6 idiomas.

A USIA, através de sua agência predecessora, a Administração Internacional de Informação do Departamento de Estado, foi responsável pela criação de Franklin na primavera de 1952. Desde o início, todos os fundos disponibilizados à Franklin pela Agência foram adiantados sob os termos do contrato de concessão, firmado em 4 de junho de 1952<sup>97</sup>. (USIA. RG 306. FRANKLIN..., 1 de mar. 1963, tradução própria).

---

USIA Book Publishing Program, January 1968. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Office of Research and Media Reaction. Special Reports 1953-1997. Entry P 160. Declassified 988085. Box 24.

95 Não foi encontrado nenhum documento que indicasse a alteração ou substituição do Programa Doutrinal elaborado pelo PSB (PSB D-33). Considerando a permanência da linha mestra de atuação da USIA em relação à sua antecessora IIA, conclui-se que PSB D-33 manteve-se em execução.

96 O Programa Internacional de Intercâmbio Educacional, entretanto, permaneceu sob a responsabilidade do Departamento de Estado, mas sua operação no exterior se daria sob a coordenação dos postos USIS.

97 “USIA, through its predecessor agency the International Information Administration of the Department of State, was responsible for the creation of Franklin in the spring of 1952. Since this beginning, all of the funds made available to Franklin by the Agency have been advanced under the terms of the original grant agreement, executed on June 4, 1952”. **Fonte:** Franklin Publication, Inc. A Background Paper Prepared by the US Information Agency for the Government Advisory Committee on International Book Programs, March 1, 1963. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Office of the General Counsel. General Legal Files 1953-1968. Entry P 295. Declassified Authority NND 54025. Box 3, Folder Franklin Publications.

O *modus operandi* do *Franklin Book Programs* até 1963 pode ser assim resumido: em parceria com editoras locais, o FBP selecionava os títulos a serem publicados, que sob sua supervisão, eram traduzidos e editados, e pelos quais pagava todos os custos envolvidos. As editoras locais pagavam o custo da fabricação apenas, e remetiam ao *Franklin Book Programs* os royalties pelas vendas realizadas. Criado para “auxiliar a USIA em seu programa de tradução, publicação e distribuição de livros” no exterior de maneira a ocultar a autoria e o financiamento do programa, o *Franklin Book Programs* tinha condicionantes em sua liberdade de ação: cada título negociado com editoras locais deveria passar pela aprovação da USIA, que avaliava o grau de adequação aos propósitos de seu programa editorial. A função do *Franklin* resumia-se apenas a facilitar e ocultar a autoria editorial.

As bases deste acordo duraram 10 anos, embora não sem atritos com os interesses específicos e comerciais defendidos pela maioria dos membros não governamentais que compunham a diretoria do FBP.<sup>98</sup> Segundo o estatuto de criação do *Franklin Book Programs*, sua linha editorial estava atrelada aos objetivos editoriais da USIA e a ela deveria se submeter, ainda que recebesse recursos de outras fontes.

Entretanto, já em 1963, os recursos que alimentavam os projetos do *Franklin Book Programs* tinham se diversificado. Além dos recursos provenientes da USIA, a entidade passou a contar com recursos de Fundações norte-americanas, especialmente Ford e Rockefeller, agências diversas do governo estadunidense e governos estrangeiros, entre outras fontes (USIA. RG 306. STUDY..., jan. 1968),<sup>99</sup> o que, segundo entendia a USIA, tirava-lhe o controle sobre a linha editorial do *Franklin Book Programs*.

Diante dos conflitos de interesse, em 1963, reavaliando o papel e o *modus operandi* em execução pelo FBP e sua recusa em se submeter aos imperativos editoriais da Agência, a USIA decide mudar os termos legais que conferiam ao FBP o *status* de seu adendo externo. A mudança na relação com a USIA possibilitou ao FBP trabalhar sua linha editorial, assumindo

---

98 Ainda que criada como um adendo do Departamento de Estado, o *Franklin Book Programs* representava, também, objetivos comerciais. Sua diretoria era composta por representantes do governo e por representantes de entidades livres, e estes últimos mantinham vivos na organização os interesses comerciais do setor livreiro. Os interesses corporativos do setor rivalizaram com as estratégias puramente ideológicas do governo, exigindo o aparo de arestas entre as respectivas diretorias durante todo o período de relacionamento entre ambas.

99 Segundo o documento analisado, *Franklin Book Programs* tornou-se totalmente independente dos recursos exclusivos da USIA em 1963, e em 1966, ano em que o documento analisa o programa de livros e a parceria com o *Franklin Book Programs*, apenas 17% de seu orçamento provinha da USIA. **Fonte:** Study of USIA Book Publishing Program, January 1968. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Research and Media Reaction. Special Reports 1953-1997. Entry P 160. NND 988085. Box 24.

projetos variados com agências governamentais distintas, estadunidenses e estrangeiras, além de diversificar amplamente as fontes de financiamento. “Se o *Franklin Book Programs* tivesse interesse em publicar títulos que não fossem do interesse da USIA, ele poderia fazê-lo tendo outra fonte de financiamento”. (USIA. RG 306. STUDY..., jan. 1968).

Os novos termos da parceria USIA-FBP, definidos em 1963, estabeleceram o repasse de verbas para projetos específicos, sobre os quais ficava garantida a interferência da Agência nas publicações realizadas com o seu financiamento, assim como a liberdade do FBP em definir sua linha editorial sem necessidade de submetê-la à aprovação da USIA. O *Franklin Book Programs* ficava, a partir de então, livre para estabelecer parcerias com outras agências do governo e com governos estrangeiros, assim como para ampliar e diversificar tanto a sua linha editorial quanto os projetos de atuação.

Tendo iniciado sua atuação no Oriente, expandindo-se em seguida para a África e a Ásia, sua presença na América Latina ocorreu somente a partir de 1963, beneficiando-se da relação em novos patamares com a USIA, e coincidindo com os planos de incremento da produção de livros para a região sob a Aliança para o Progresso<sup>100</sup>.

Em 1961, o *Franklin Book Programs* faz seu primeiro levantamento do mercado editorial latino-americano para elaboração de seu projeto de ação na área, a pedido da USAID, agência responsável por viabilizar a Aliança para o Progresso na América Latina.

No outono de 1961, a Franklin Publications patrocinou a visita de uma equipe de pesquisadores à América Latina. Os membros dessa equipe eram Francisco Aguilera, da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso; Curtis Benjamin, da McGraw-Hill Book Company, e Dan Lacy, do Conselho de Editores do Livro Americano. Seu objetivo era verificar, de modo geral, qual seria o tipo de esforço em cooperação empreendido por latino-americanos e norte-americanos para aumentar a disponibilidade de livros em espanhol, inglês e português. Foi apresentado um relatório, intitulado ‘Livros na América Latina’, com data de 31 de janeiro de 1962, o qual fazia uma série de recomendações com este propósito. Uma das recomendações dirigia-se diretamente à Franklin Publications e sugeria que a empresa organizasse uma divisão latino-americana, incumbida, por sua vez de elaborar um plano adequado de ajuda, baseado nos dados fornecidos pelo relatório. (FBPR. PROPOSTA..., 1 jul. 1963, tradução própria).

---

**100** O motivo pelo qual o *Franklin Book Programs* chegou à América Latina apenas na década de 1960, quando já atuava, sob a supervisão da USIA, em países do Oriente Médio, africanos e asiáticos desde a década de 1950, não fica claro nos documentos pesquisados, mas é plausível supor que a Agência considerasse que a rede de editoras brasileiras em operação em início dos anos 1950 fosse em número suficiente para operar satisfatoriamente e sob sigilo, dispensando a necessidade de uma instituição de fachada como a FBP. Cabe ressaltar, ainda, que a FBP destinou seus esforços, no Brasil, para o fortalecimento da profissionalização do setor editorial, para a formação de leitores e para a abertura de bibliotecas, atividades estas não realizadas pela USIA.

O projeto que o FBP elaborou para a sua atuação na América Latina levou em consideração a proposta do então recém-eleito presidente John F. Kennedy para incrementar o programa de livros como uma estratégia de combate aos ideais comunistas em alta na região após a Revolução Cubana. A proposta do *Franklin* incluía tradução de livros técnicos (vocacionais e didáticos em todos os níveis educacionais), edição de obras de referência (enciclopédias, dicionários e compilações bibliográficas), impulsionamento da edição de livros infantis, assistência à indústria livreira, com linhas de crédito para maquinário; auxílio na profissionalização do setor e na organização de associações de profissionais; linhas de crédito para abertura de livrarias modelos e estímulo à abertura de bibliotecas.

A Argentina e o Brasil foram escolhidos como os dois países cujos meios de influência cultural e cujo potencial, para editores de livros, pareciam os mais propícios aos planos pilotos e foram expedidas as devidas recomendações para este fim. Embora o Brasil demonstrasse ser o país mais indicado para o esforço inicial da *Franklin*, a sua instabilidade política durante 1963 e na primeira metade de 1964, ocasionaram um certo empecilho a uma concentração mais ampla sobre o assunto, tanto externa como internamente. A Argentina apresentava as condições mais oportunas, e quando a ideia foi apoiada pela Fundação Ford da Argentina, que contribuiu com a maior parte do financiamento, a 'Fundación Interamericana de Bibliotecologia Franklin' foi instalada em Buenos Aires, em julho de 1964<sup>101</sup>. (FBPR. PROPOSTA..., 1 jul. 1963, tradução própria).

Em 1965, o Centro de Bibliotecnia do Brasil abre suas portas por meio da parceria *Franklin Book Programs* e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), e dá início à parceria com editoras brasileiras para executar as políticas editoriais da USAID.

Ao contrário do que ocorreu nos primeiros 10 anos de atuação do FBP, em que a fonte de financiamento foi majoritariamente via USIA, no período de sua atuação na América Latina o financiamento governamental foi majoritariamente via USAID.

---

101 Um resumo da Fundación Interamericana de Bibliotecologia Franklin, Buenos Aires, para possível estabelecimento de uma similar brasileira. Assinado por Wilbur A. Kenerr, vice-presidente da Franklin Publications, s/d. Documento redigido em português. **Fonte:** Proposta para um Programa Editorial na América Latina. Relatório assinado por Wilbur A. Kenerr, vice-presidente da Franklin Publications, de 1 de julho de 1963. *In:* Princeton University. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Franklin Book Programs Records. Brazil: Program Status Report, Box 85, Folder 6.

### 3.2.2 A USAID

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, USAID, foi criada pelo governo do presidente John F. Kennedy, em 4 de setembro de 1961, e teve uma importante participação na edição de livros na América Latina, atuando em parceria com a USIA e o *Franklin Book Programs*. Kennedy considerava os programas para o livro, sob responsabilidade da USIA, de extrema importância para os seus planos de construir as novas bases de relacionamento com a América Latina, e estava disposto a reforçá-los com os recursos da Aliança para o Progresso, envolvendo a recém-criada Agência nesse esforço.

A importância dada ao livro estava na possibilidade de usá-lo politicamente, como um recurso eficiente de propaganda contra a Revolução Cubana, e por seu potencial para o alcance dos dois principais grupos-alvo da Aliança, os intelectuais e os estudantes (USA. DS. RG 59. AN EXPANDED..., 5 jul. 1961).

A decisão de envolver a USAID na produção de livros resultou em algumas modificações nas atividades editoriais da USIA. A realização de um profundo exame de seus resultados, solicitado pelo governo, levou à redefinição de processos da Agência e à definição de parâmetros para um trabalho articulado com a USAID.

Em 5 de julho de 1961, John McKnight, diretor assistente da USIA para a América Latina, enviou a Adolf Berle, então Consultor do Secretário de Estado, um extenso memorando em que apresentava as ações que considerava importantes para a expansão racional da propaganda estadunidense na América Latina (USA. DS. RG 59. AN EXPANDED..., 5 jul. 1961). A produção editorial da USIA continuava fundamental para este objetivo, dizia ele, mas algumas deficiências deviam ser sanadas, pois o potencial do programa de tradução de livros e impressos em geral estava subutilizado. Os panfletos produzidos localmente, segundo ele, embora em quantidade significativa, consumiam aproximadamente US\$ 700.000,00 (setecentos mil dólares) do orçamento do USIS, e ainda que estivessem corretamente direcionados aos grupos-alvo e dando suporte aos objetivos estratégicos da política externa dos EUA, não consumiam todos os recursos alocados para a atividade. Em outra deficiência identificada, ele afirmava que somente 7 ou 8 postos USIS ofereciam periódicos para estudantes e trabalhadores, além de não produzir publicações para distribuição entre intelectuais. Os postos USIS apresentavam eficiência no que dizia respeito à inserção de notícias e artigos em jornais, revistas, rádios e demais órgãos de comunicação de massa nos países em que atuavam, mas



diante da necessidade de um combate mais acirrado aos comunistas e simpatizantes, o orçamento para impressos e publicações deveria aumentar, e dava a cifra que julgava necessária para realização dos objetivos: US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares). (USA. DS. RG 59. AN EXPANDED..., 5 jul. 1961).

A mesma preocupação ocorria em relação à publicação de livros, que Mcknight não incluiu na análise sobre impressos em geral. Segundo a sua informação, ao longo do ano fiscal encerrado em 30 de junho de 1961 (cobria, portanto, o período de julho de 1960 a junho de 1961), os postos USIS haviam patrocinado a produção de menos de 500 mil livros – 65 títulos entre espanhol e português – a um custo aproximado de US\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil dólares). Considerado um número baixo, recomendava substancial aumento.

Ao desenvolver um programa de publicações de livros maximizado para a América Latina, deve-se levar em conta o fato de que existe um alto grau de analfabetismo e o público potencial para livros é, relativamente falando, muito menor do que nos EUA. No entanto, um programa realista compreendendo livros didáticos, seria executado em uma base anual para cerca de US\$ 4.300.000,00 (permitindo um acúmulo de três anos).<sup>102</sup> (USA. DS. RG 59. AN EXPANDED..., 5 jul. 1961, tradução própria).

A indicação do memorando para a necessidade de incrementar o volume de títulos produzidos pela USIA na América Latina abriu espaço para que o governo decidisse pela inserção da USAID na atividade. Seus recursos seriam bem-vindos, além de haver, sob sua responsabilidade, o Centro Regional de Ajuda Técnica, RTAC (*Regional Technical Aids Center*), herdado da USOM (*United States Operations Mission*),<sup>103</sup> que oferecia à Agência estrutura e experiência para assumir e ampliar as atividades editoriais na região de acordo com as ambições da Aliança para o Progresso.

Em memorando datado de 15 de novembro de 1961 e enviado ao Departamento de Estado, a USAID assumiu a responsabilidade por livros técnicos e científicos, a serem traduzidos para o português e espanhol, através de seu Centro (RTAC) e parcerias com fundações e editoras privadas, como o *Franklin Book Programs*, editoras universitárias

---

102 “In developing a maximized book publications program for Latin America, account must be taken of the fact that there exists a high degree of illiteracy and the potential audience for books is, relatively speaking, much smaller than in the US. However, realistic program comprising textbooks, would run on an annual basis to about \$4,300,000 (allowing for a three-year buildup)”. **Fonte:** An Expanded Program in Latin America, July 5, 1961. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1-3149, NND 959040. Box 1 Folder: Propaganda Program in LA.

103 United States Operations Mission. Extinta com a criação da USAID, suas atividades foram assumidas pela nova agência.

estadunidenses, fundações. Comprometeu-se a abrir novos RTAC em países latino-americanos e a empenhar um orçamento inicial de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) no primeiro ano e US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) nos 4 anos seguintes, e a utilizar canais privados de produção e distribuição de livros na América Latina, isto é, editoras e empresas de distribuição locais (USA. DS. RG 59. AMERICAN..., 15 nov. 1961).

Com a entrada da USAID na política editorial do governo para a América Latina, problemas de sobreposição não tardaram a aparecer, evidenciando a necessidade de criar um centro coordenador para a edição de livros e impressos em geral.

Em 1 de fevereiro de 1962, Wilbur P. Chase, do *American Republic Administration*, ARA, do Departamento de Estado, produziu o primeiro memorando sobre as atividades das agências envolvidas com a produção de livros e trabalhos ideológicos para a América Latina – Departamento de Estado, USIA e USAID. O objetivo era avaliar o que haviam realizado até então, identificar falhas e, principalmente, reunir as informações necessárias para orientar os parâmetros de criação de uma coordenação comum efetiva. Sua conclusão apontava para desencontros entre as atividades das agências, entre si. O principal problema, entretanto, residia no fato de que os esforços do programa de livros do governo e seus parceiros privados estavam muito aquém de seu potencial. Para Chase, o trabalho mais efetivo neste campo até então fora realizado pela USIA. No ano fiscal de 1960, a agência, utilizando editoras do Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires, distribuiu mais de 3.500.000 cópias de títulos na América Latina. No ano fiscal de 1961, teria distribuído 400.000 cópias de 70 títulos, e para o ano fiscal de 1963 a agência estimava 900 mil cópias de 100 títulos. O programa de livros da USAID havia operado com um orçamento de US\$ 35.000,00 no ano fiscal de 1961, com estimativa de expandir os recursos nos anos seguintes (USA. DS. RG 59. TRANSLATION..., 1 fev. 1962). Informava, ainda, que em reunião de 7 de dezembro de 1961, os representantes do Departamento de Estado, da USIA e da USAID decidiram atacar os problemas relacionados à política editorial do governo.

Foi decidido iniciar o ataque ao problema mundial com um projeto piloto para a América Latina. Para lidar com isso, foi estabelecido um Grupo de Trabalho Interinstitucional para Publicação e Impressão no Exterior (...). Para fornecer uma base mais sólida para o programa da USAID, foi assinado um contrato com a Franklin Publications Inc. para pesquisar o mercado latino-americano de livros e os métodos recomendados para aumentar a participação americana. Esse relatório está previsto para o início de fevereiro e espera-se que seja

semelhante às propostas da USAID<sup>104</sup>. (USA. DS. RG 59. TRANSLATION..., 1 fev. 1962, tradução própria).

Os estudos e reuniões acabaram por definir os parâmetros de articulação entre USIA e USAID, os recursos para incremento do programa e a formação de uma equipe interagências para a coordenação dos trabalhos de todos os envolvidos. A coordenação geral dos programas editoriais da USIA e da USAID ficou a cargo de Arturo Morales-Carrion<sup>105</sup>, então chefe-assistente da Secretaria de Estado para os Assuntos Interamericanos, e passou a chamar-se *Latin American Book Program* - Programa Latino Americano de Livros (. (USA. DS. RG 59. DIRECTIVE..., 21 maio 1962).

A entrada da USAID com seus recursos para a Aliança propiciou um aumento orçamentário ao o programa de livros da USIA e, conseqüentemente, aumentou o número de livros por ela subsidiados.

Antes de 1962, a América Latina tinha executado apenas um pequeno programa de livros, com uma média de 75 títulos por ano. Conseqüentemente, em abril de 1962, o Presidente Kennedy sugeriu a expansão do programa. Além da recomendação de Kennedy, três fatores indicaram a conveniência do aumento do programa: 1. uma percepção crescente de que as traduções dos livros dos Estados Unidos não alcançavam o leitor latino-americano em quantidade ou variedade suficiente para lhe proporcionar uma ampla compreensão dos Estados Unidos; 2. convicção de que uma contribuição significativa dos Estados Unidos para a consecução dos objetivos da Aliança para o Progresso seria a ampla divulgação de livros que ajudariam os latino-americanos em seu desenvolvimento econômico, social e político; 3. evidência de produção e disseminação maciça em espanhol e português de livros comunistas e anti-Estados Unidos na América Latina<sup>106</sup>. (USIA. RG 306. STUDY..., jan. 1968, tradução própria).

---

104 "It was decided to begin the attack on the world-wide problem with a pilot project for Latin America. To handle this, there was established an Interagency Working Group on Publishing and Printing Materials Abroad [...]. To provide a firmer basis for AID program, a contract was given to Franklin Publications Inc. to survey the Latin American book market and to recommended methods for increasing American participation. That report is due early February and is expected to be similar it the above AID proposals". **Fonte:** Translation of American Books for Latin America, February 1, 1962. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1-3149. NND 959040. Box 6, Folder Books Department of States Materials.

105 Foi nomeado subsecretário de Estado de Porto Rico em 1953. No governo porto-riquenho, participou da formulação e um programa de intercâmbio e cooperação educacional, cultural e técnico para países da América Latina e Caribe. Indicado por John Kennedy, ele assumiu cargo na Secretaria de Estado para Assuntos Interamericanos, dos EUA, em 1961.

106 "Prior to 1962, Latin America had run only a small book program, with an average of 75 titles per year. Then in April 1962 President Kennedy suggested expansion of the program. Aside from the Kennedy recommendation three factors indicated the desirability of the increased program: 1. An increasing realization that translations of United States books were not reaching the Latin American reader in sufficient quantity or variety to give him a broad understanding of the United States; 2. A conviction that a significant United States contribution to the

À USIA coube dar assistência técnica à USAID na atuação em campo através dos postos USIS, orientando sobre os procedimentos locais para edição de livros e compartilhando os contatos com as editoras locais.

### 3.2.3 Editoras, Institutos e Fundações

As ações ideológicas postas em andamento pelo NCS exigiram não só a reunião coordenada de agências e de departamentos provenientes da estrutura de Estado estadunidense, como a adesão de uma infindável gama de parceiros fora dele, geralmente pertencentes à esfera do setor privado. Se considerarmos o Estado tal qual definido por Gramsci como parte constitutiva da sociedade civil, a separação entre Estado e sociedade não existe, o que torna a parceria a ser tratada aqui um amálgama orgânico, resultado do bloco histórico que efetivamente detém o poder no sistema capitalista.

A totalidade do poder ali amalgamado pode ser observada em suas partes específicas, entretanto. Assim, podemos ver como cada parte pode agir em proveito do todo, isto é, em proveito do sucesso na defesa da manutenção do sistema capitalista em geral, e da hegemonia estadunidense em específico.

Dada a dimensão orgânica das associações feitas ao longo do processo aqui em exame, o mapeamento das instituições participantes foi realizado tendo como foco a participação efetiva no programa de produção e tradução de livros, o que significa participação nas ações para a viabilidade do programa, tais como as editoras de livros, a imprensa, as universidades, as fundações e os institutos de pesquisa.

Editoras ocupam o centro da rede de parcerias, obviamente. O caráter sigiloso do programa de edição de livros exigia a presença de selos editoriais privados e atuantes no mercado, ou o aspecto espontâneo e independente que o movimento editorial deveria apresentar seria comprometido.

---

achievement of the goals of the Alliance for Progress would be the wide dissemination of books which would help Latin Americans in their economic, social and political development; 3. Evidence of massive production and dissemination in Spanish and Portuguese of Communist and anti-United States books in Latin America”.

**Fonte:** Study of USIA Book Publishing Program. Relatório de circulação restrita à USIA, de janeiro de 1968. *In:* NARA II. RG 306. Office of Research and Media Reaction. Special Reports 1953-1997. Entry P 160. Declassified 988085. Box 24.

Editoras estadunidenses e latino-americanas operavam em duas frentes complementares do programa: no Programa de Desenvolvimento do Livro (*Book Development Program*) e no Programa de Tradução de Livro (*Book Translation Program*), ambos sob a coordenação do ICS. O primeiro era operado nos Estados Unidos e tinha por objetivo encomendar às editoras estadunidenses os livros cujos temas e/ou abordagens considerados de importância para a construção de consenso não estavam disponíveis no mercado para a tradução. Editoras e universidades – através de seus centros de pesquisas e professores - compunham a rede de produção de conteúdo a ser publicado nos Estados Unidos para, posteriormente, ser inserido no programa de tradução de livros destinados aos países estrangeiros.

Praeger, McGraw-Hill, Harper and Brothers, Prentice-Hall e Mcmillan são editoras frequentemente citadas nas documentações produzidas pela USIA quando esta necessitava de produção de conteúdo sob medida. A rede era diminuta, mas de alta confiança, adequada aos propósitos. É o que atesta a correspondência trocada entre John Hawley, da ICS, e Clarke Newlon, então diretor da Editora Praeger, tratando do tipo de livro que a Agência estava interessada em encomendar: um livro que abordasse as guerras de libertação nacional em uma perspectiva diferente da marxista, que fosse uma obra acadêmica, mas de fácil compreensão, e de interesse de longo prazo.

O que temos em mente é um livro sobre a teoria e a prática do conceito comunista de “guerras de libertação nacional” que são, naturalmente, uma forma nova e desonesta - em seu jargão - de agressão colonial-imperialista. [...] O livro que procuramos, em vez de seguir a abordagem usual de país por país, isolaria os componentes básicos desse tipo de guerra e analisaria suas manifestações na Ásia, na África e na América Latina. Alguns desses componentes básicos são: a primazia da ação política com sua exploração e manipulação de sentimentos nacionalistas; o peso dado à opinião pública internacional; e os estágios da guerra de guerrilha. Espero que isso seja suficiente para lhe dar algo para continuar<sup>107</sup>. (USIA. RG 306. CORRESPONDÊNCIA..., 31 ago. 1965, tradução própria).

---

107 “What we have in mind is a book on the theory and practice of the Communist concept of ‘wars of national liberation’ which are, of course, a new and devious form of – in their jargon – colonialist-imperialist aggression. [...] The book we are looking for, instead of following the usual country by country approach, would isolate the basic components of this type of war, and then analyze its manifestations in Asia, Africa and Latin America. Some of these basic components are: the primacy of political action with its exploitation and manipulation of nationalist feelings; the weight given the international public opinion factor; and, more on the military side, the privileged sanctuary; the role of terror; and the stages of guerrilla warfare. I hope this is enough to give you something to go on”. **Fonte:** Correspondência, 31 de agosto de 1965. *In:* NARA II. USIA. RG 306. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Editorial Branch. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 19, Folder Praeger, Frederick A., Inc.

A resposta do editor é que, sim, seria possível realizar a encomenda a um custo de 4 a 5 mil dólares a serem pagos ao escritor, e mais alguma reserva para “melhorar” o produto, dada a urgência. Em setembro, ele poderia fazer as checagens entre os professores, encontrar aqueles que estariam disponíveis para assumir o projeto (USIA. RG 306. CORRESPONDÊNCIA..., 31 ago. 1965).

Episódio semelhante protagonizou D. G. Kousoulas, professor da *Howard University* e colaborador do programa com 3 títulos. Em 1966, foi consultado pela Agência sobre a disponibilidade para escrever um livro que abordasse semanticamente conceitos do socialismo e do capitalismo, tarefa que assumiu mediante o pagamento de US\$ 5 mil dólares (USIA. RG 306. BOOK..., 28 nov. 1966).

Embora a legislação estadunidense, através da Lei Smith-Mundt, desse algum respaldo para este tipo de operação cujo destino comprovado das obras seria o exterior, a USIA frequentemente agiu na ilegalidade, pois as obras, para manter o aspecto de *produção espontânea*, eram postas à venda no mercado editorial estadunidense pelas editoras que as produziam, infringindo a proibição quanto à propaganda aos cidadãos estadunidenses; a denúncia da infração do Programa de Desenvolvimento do Livro, pela imprensa estadunidense, causou a sua interrupção em 1967 (OLIVEIRA, 2013, p. 211-219).

Fosse através de encomenda específica de conteúdo para publicação por editora ou fosse através da escolha de livros já disponibilizados no mercado editorial, a USIA compunha sua lista de livros a ser disponibilizada às editoras estrangeiras por seus postos USIS.

No Brasil, a rede articulada pela USIA contou com a participação de mais de sessenta editoras<sup>108</sup> e um vasto número de profissionais ligados ao campo da edição de livros e revistas, professores, escritores, jornalistas e institutos diversos, como universidades e centros de pesquisa, sob a coordenação do posto USIS Rio de Janeiro.

A responsabilidade do posto USIS Rio de Janeiro era zelar pela construção de uma rede confiável à realização da missão. Em um movimento inicial, deveria fazer a prospecção das editoras com potencial para serem parceiras no programa, e a avaliação envolvia tanto a estrutura comercial quanto o posicionamento ideológico de sua linha editorial que, via de regra, se manifestava no posicionamento ideológico de seu proprietário também.

---

108 Na tese de Laura Oliveira (2013), há uma relação detalhada das editoras e as parcerias estabelecidas com a USIA na publicação de livros no Brasil, especialmente no capítulo 3.

De posse das listas enviadas pela USIA e atualizadas duas vezes ao mês, os *Blue Books*, como eram denominadas essas listas, o posto USIS estabelecia contato com as editoras selecionadas e as induzia à publicação de títulos de acordo com a ordem de prioridade indicada pela USIA, mantendo relação com os *Country Plan* desenvolvidos para cada país. Havia espaço para os interesses comerciais das editoras na escolha dos títulos disponibilizados pela lista USIA, mas a negociação envolvia a aceitação de pelo menos um dos títulos prioritários do programa.

Na construção da rede de atuação, era importante garantir o sigilo das operações e, tão importante quanto o sigilo, era a garantia da divulgação dos conteúdos produzidos.

O acordo entre editoras brasileiras e USIA envolvia responsabilidades de ambas as partes: à USIA cabia o pagamento pelos direitos de publicação em língua portuguesa, a tradução dos textos, a compra de metade da tiragem acordada em contrato e, frequentemente, o pagamento por serviços de divulgação e propaganda. Às editoras cabia o sigilo, a produção e a colocação do livro à venda através de seus canais comerciais – distribuidores e livrarias -, podendo contar com algum incentivo financeiro nos trabalhos de distribuição também.

Nem só de editoras se constituiu a rede de produção e circulação de conteúdo da USIA no Brasil. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), por seu caráter conservador e por se dedicar, entre as suas atividades, à produção e distribuição de conteúdo ideológico para fins políticos, tornou-se parceiro de grande importância.

A aproximação do IPÊS com a USIA percorreu diferentes caminhos e existem poucos documentos sobre isso<sup>109</sup>.

Em 12 de janeiro de 1962, Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, enviou documento secreto aos Consulados de Brasília e São Paulo tratando do recém-criado IPÊS e seus objetivos, e encaminhava o Estatuto da organização, traduzido para o inglês. Dizia que o Estatuto do IPÊS já havia sido encaminhado às agências de informação do governo e informava que o Instituto já havia organizado reunião na Câmara Americana do Comércio, em São Paulo, com representantes de 50 empresas estadunidenses, presentes no Brasil, para apresentar suas propostas e solicitar apoio financeiro, e que o “programa de ação proposto foi

---

109 Das 23 mil páginas coletadas nos arquivos NARA e Princeton, a relação do IPÊS com a USIA não aparece em documentação produzida pela Agência. A pouca documentação encontrada foi produzida pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e enviada ao Departamento de Estado, constando no grupo documental do Departamento de Estado, RG 59 e RG 84. O conjunto documental do *Franklin Book Programs*, em Princeton, possuiu documentação que revela a sua relação com o Instituto apenas para a formação do centro de Bibliotecnia.

amplamente discutido e com aparente unanimidade de apoio”. (USA. DS. RG 84. ORGANIZATION..., 12 jan. 1962). Em relação às contribuições financeiras, entretanto, não houve unanimidade. O IPÊS solicitava financiamento de cerca de meio a um por cento sobre o capital registrado de cada empresa. Houve adesões imediatas, mas houve quem preferisse esperar pelas orientações de suas matrizes, e esperavam que elas lhes fornecessem também as orientações do governo sobre como proceder neste caso.

Gordon reservou sua recomendação em documentação separada<sup>110</sup>, mas terminava este documento, após resumir as intenções do IPÊS, que os membros da organização eram empresários em sua maioria, e que embora tenham centrado suas atividades anticomunistas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, esperavam expandi-las nacionalmente, “atraindo forças poderosas em todos os Estados do Brasil.”<sup>111</sup> (USA. DS. RG 84. ORGANIZATION..., 12 jan. 1962).

Entre janeiro e março de 1962, houve uma série de encontros e reuniões entre os representantes da Câmara Americana do Comércio, Consulado de São Paulo e dirigentes do IPÊS para discutir como e em que bases poderia se concretizar o apoio financeiro das empresas estadunidenses às atividades do IPÊS. O Departamento de Estado, via Embaixada, pedia cautela e o não envolvimento direto, pois a aproximação e o apoio financeiro à organização poderia trazer dificuldades políticas ao governo estadunidense naquele ano de eleições em cenário extremamente delicado. Por sua vez, o IPÊS pedia apoio e dava algumas garantias: que contava com o apoio de vários setores da sociedade brasileira, entre empresários e militares, inclusive do Rotary Club do Brasil; e que seus objetivos não incluíam atividades políticas como o financiamento de políticos ou partidos, por exemplo. Afirmavam que suas atividades se resumiam a:

1. preparação e divulgação de informação e propaganda, inclusive filmes, em favor da livre iniciativa e de instituições democráticas;
2. manutenção de um escritório em Brasília para fornecer informações aos membros do congresso sobre assuntos que tenham importância na Guerra Fria;
3. contato com grupos estudantis e trabalhistas para o mesmo fim;
4. oferecer oportunidades para jovens brasileiros que prometem liderança futura para visitar os Estados

---

110 A recomendação de Gordon não foi localizada neste conjunto documental. Entretanto, em documento assinado pelo Consul Geral de São Paulo, ele afirma ter sabido, por intermédio de outro membro do corpo diplomático, que Gordon apoiava o Instituto.

111 Nem o estatuto IPÊS e nem o resumo de seus objetivos, apresentados por Gordon neste documento, falam de ações anticomunistas. A afirmação é de Gordon e está na última linha do documento, o que sugere já um conhecimento mais aprofundado da organização.



Unidos<sup>112</sup>. (USA. DS. RG 84. MEMORANDO..., 13 mar. 1962, tradução própria).

Além disso, afirmava Paulo Ayres, porta-voz do IPÊS em várias reuniões, que a participação das empresas estadunidenses esperada pelo IPÊS se daria de forma indireta, em apoio a projetos específicos, e sob o intermédio da Câmara Americana de Comércio. Segundo ele, não seria só o governo estadunidense o interessado em resguardar sua imagem. O IPÊS também não gostaria de ser publicamente associado aos Estados Unidos e então ser acusado de “instrumento americano.”<sup>113</sup> (USA. DS. RG 84. MEMORANDO..., 13 mar. 1962).

Em 14 de março daquele ano, os membros da Câmara Americana de Comércio decidiram pelo apoio financeiro ao IPÊS, nas condições bastante discutidas até aquele momento: de forma discreta, por projeto sugerido, mas não executado pelo IPÊS, com a intermediação da Câmara e sem ligação a políticos ou partidos políticos.

Não há especificação de quais seriam os projetos sugeridos pelo IPÊS que contariam com o apoio financeiro das empresas estadunidenses, apenas menciona-se que seriam muito benéficos para o sucesso da Aliança para o Progresso.

Feita a menção à ligação do IPÊS com empresas, Embaixada e Departamento de Estado desde o seu surgimento, o seu envolvimento na política editorial da USIA, por sua vez, é verificado pelas conexões sutis, sem documentação explícita.

O primeiro ponto de conexão a mencionar é a simpatia que a Embaixada e o setor empresarial estadunidense dedicaram ao IPÊS. Havia uma total sinergia entre as instituições governamentais, as organizações privadas dos Estados Unidos e os propósitos do Instituto. O segundo ponto é que o IPÊS já apresentava ligações internacionais de classe, pois seus membros fundadores ligavam-se ao CED e, na condição de fundadores, já haviam se reunido com

---

**112** Em reunião ocorrida em 13 de março de 1962 entre o Consul de São Paulo, Daniel Braddock, James McKee, presidente da Câmara Americana de Comércio e Paulo Ayres Filho, dirigente do IPÊS, este assumia serem essas as atividades do IPÊS, sustentando não serem políticas porque não relacionadas a políticos ou partidos políticos. No original: “1. Preparation and dissemination of information and propaganda, including films, in favor of free enterprise and democratic institutions; 2. Maintenance of an office in Brasilia to provide information to members of congress on matters having cold war significance; 3. Contact with student and labor groups for same purpose; 4. Providing opportunities for young Brazilians who show promise of future leadership to visit the United States”.  
**Fonte:** Memorando de Conversação. Consulado de São Paulo para Embaixada, Rio de Janeiro. 13 de março de 1962. *In:* NARA II. Department of States. RG 84. Records of the Foreign Service Posts of The Department of State. Brazil. US Consulate, São Paulo. Classified Central Subject Files. 1962-1974. Entry P 87. NND 53384. Box 1. Folder 350 Brazil IPÊS.

**113** “He said [Paulo Ayres Filho] that so far as American support was concerned, IPÊS did not want such support to a degree that IPÊS could be represented as an American instrument”.

Moscoso<sup>114</sup>, coordenador da Aliança para o Progresso, em Washington, antes mesmo da aproximação com os empresários estadunidenses atuantes no Brasil. O terceiro ponto remete às atividades culturais empregadas pelo IPÊS com fins políticos, que se assemelhavam muito às atividades da USIA, incluindo aí o programa editorial. Em um quarto ponto de conexão, o IPÊS, por sua ligação com editores e empresários produtores de papel (celulose), transformou-se rapidamente em um distribuidor eficiente de conteúdo, o que o tornava parceiro de grande valia aos interesses do programa editorial da USIA.

Deste modo, os recursos que sustentavam a política editorial da USIA se constituíam em uma extensa articulação de orçamentos públicos e privados. Compreendidas como um importante elo da corrente de fortalecimento dos ideais capitalistas, as organizações empresariais deviam ser necessariamente incluídas na guerra ideológica em ação.

A Equipe de Cooperação de Empresas Privadas (ICO) - *Private Enterprise Cooperation Staff*, responsável por captar recursos e apoio às atividades da IIA junto às empresas e organizações privadas e cuja estrutura e *modus operandi* foram mantidos na USIA, afirmava trabalhar de forma exitosa com a iniciativa privada desde 1948, e que até então (1952c), contava com a colaboração de mais de 600 organizações. Projetava aumentar esta rede de colaboração em mais 200 organizações para os próximos dois anos entre “empresas, organizações sem fins lucrativos, comunidades, grupos cívicos, grupos de artes plásticas e associações de trabalhadores aposentados”. Esta rede seria convidada a colaborar na viabilização de vários programas sob a coordenação do ICS, dentre eles a doação, para países e grupos definidos pelo ICS, de livros didáticos ou de livros cujo potencial de venda não se realizou a contento e que, por isso, estavam encalhados em prateleiras de editoras e livrarias; financiamento de programa de intercâmbio especificamente voltado a profissionais da imprensa e de editoras; aumento da produção de tiras de HQs produzidas por sindicatos estadunidenses a partir de conteúdo encomendado pelo ICS e distribuídas em larga escala no exterior<sup>115</sup>. (USIA. RG 306. PROJECTION... 1960).

---

114 Teodoro Moscoso foi coordenador da Aliança para o Progresso. Antes, assumiu cargo de embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, a convite do presidente John Kennedy.

115 O documento consultado cita ainda outras de atividades patrocinadas pelas organizações privadas, como prática esportiva, incentivo para que problemas sociais sejam resolvidos por iniciativas individuais, incentivo para a troca de correspondências entre indivíduos como método informal do ensino e ou aprimoramento de inglês para estrangeiros. **Fonte:** Projection of ICS activities to fiscal year 1960. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

Esta abertura à participação de organizações privadas explica não só a participação do IPÊS no programa editorial, como também a ativa participação das fundações estadunidenses, concretizadas em diversas ações complementares: distribuição de livros, repasse de verbas a editoras e escritores, linhas de financiamento para pesquisas em ciências sociais e ciências aplicadas concordantes com os preceitos da “segurança nacional”, financiamento para centros de pesquisa em universidades brasileiras, financiamento para abertura de programas acadêmicos voltados aos Estudos Americanos (*American Studies*) e bolsas de estudos oferecidas a intelectuais e estudantes brasileiros.

### 3.3 A CONEXÃO “INTELECTUAIS”

Até o surgimento da Aliança para o Progresso, quando houve uma redefinição nas estratégias de abordagem dos grupos-alvo, os documentos produzidos pela USIA, Departamento de Estado e NSC não apresentavam definição clara sobre o que entendiam por intelectual, tratando esta categoria social ao lado de outras, cuja importância estava na condição comum de serem formadoras de opinião. No conjunto de *Country Plans* analisados para o Brasil, o intelectual – sem definição do que seria – aparece conceitualmente diluído em um grupo grande de alvos a serem conquistados: jornalistas, chefes de redação de periódicos e revistas, editores de livros, líderes trabalhistas, líderes em negócios, líderes selecionados nas artes, ciências e letras, estudantes universitários e as forças armadas<sup>116</sup>.

O sucesso da conquista do intelectual passava pelo sucesso da parceria que o programa poderia ser capaz de estabelecer com ele, isto é, privilegiar um conjunto deles, dar voz e evidência a intelectuais ideologicamente afinados para influenciar a sociedade, sendo eles o elo necessário para a legitimação de conteúdo a ser divulgado em jornais, livros, palestras, seminários, cursos universitários, centros de pesquisas.

No circuito de produção de conhecimento estadunidense a ser utilizado pelo programa, os intelectuais eram mobilizados especialmente em universidades, e sua produção intelectual era disseminada em livros, documentários, palestras, artigos e inundavam os canais de distribuição de conteúdo da USIA na América Latina. Entre os intelectuais brasileiros, os

---

116 Os *Country Plans* produzidos ao longo da década de 1950 para orientar as ações ideológicas no Brasil estão nos conjuntos documentais da USIA: Information Center Service 1953-1978. Copies of Country Plans, 1952-1959. Box 2; Office of Assistant Director for Latin America. Country Files for Brasil 1953-1971, Box 1.

mobilizados eram preferencialmente os que se destacavam na mídia, como jornalistas e escritores.

Em diversos documentos trocados entre o posto USIS e USIA, destacam-se as avaliações que oficiais trocavam, entre si, sobre os intelectuais com os quais estabeleciam parceria: “[...] um jornalista amigável que é fervorosamente anticomunista”, sobre A. F. Porto Sobrinho<sup>117</sup>.

“Esta série, escrita especialmente para o USIS Rio de Janeiro por Hernane Tavares de Sá, conhecido autor brasileiro, foi planejada para fornecer uma pesquisa abrangente sobre as atividades do Ponto IV”, escreve o PAO do posto USIS Rio de Janeiro, Lawrence S. Morris, em 23 de maio de 1955<sup>118</sup> (USIA. RG 306. USIS RIO’S... 23 maio 1955).

“Fred Dickens, nosso funcionário de escritório no Brasil, o conhece bem, diz que é inteligente, muito pró-Estados Unidos e tem bom senso, [...] e é autor de vários livros”, memorando do posto USIS Rio para USIA, recomendando que Tavares de Sá fosse recebido por Murrow, em Washington, em 1963<sup>119</sup> (USIA. RG 306. APPOINTMENT..., 29 maio 1963, tradução própria). E outro memorando, registro de conversação entre Freyre e Arturo Morales-Carrión, um dos coordenadores da Aliança para o Progresso.

Segunda-feira, 29 de maio [de 1961], tive contato com o eminente sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. [...] Esta liderança democrática sente que a melhor maneira de combater a infiltração comunista na África portuguesa é criar um senso mais profundo de fraternidade cultural entre as colônias portuguesas da África e Portugal e o Brasil<sup>120</sup>. (USIA. RG 306. CONVERSATION..., 29 maio 1961, tradução própria).

---

117 “[...] a friendly newspaperman who is an ardently anti-Comunist. *In*: Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958”. Tratado nos documentos produzidos pela USIA como jornalista. Seu nome era, provavelmente, Antonio F. Porto Sobrinho. Publicou, pela Fundo de Cultura, em 1965, o livro *Guerra psicológica no Brasil*. Não consegui maiores informações sobre o jornalista e nem sobre este seu livro. Pelo tema, editora, ano de edição e ligação do autor com a USIA, é plausível supor tratar-se de obra subsidiada pela Agência, embora nenhum documento sobre isto fora encontrado.

118 “This series, written specially for USIS Rio by Hernane Tavares de Sá, well-known Brazilian author, was planned to provide a comprehensive survey of Point IV activities”. Tavares de Sá, médico paulista, escreveu 8 artigos que foram publicados no *Correio da Manhã* e em jornais das principais cidades do país. **Fonte:** USIS Rio’s accomplishment in publicizing US Technical Cooperation Activities in Brazil, May 23, 1955. *In*: NARA II, USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files with Latin American United States Information Service Posts 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

119 “Our Brazilians desk officer, Fred Dickens, knows him well, says he is intelligent, very pro-United States, and has good judgment. Free adds [...] is author of several books”. **Fonte:** Appointment with Mr. Tavares de Sa, May 29, 1963. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 56, Folder Field – Latin American Republics - IAL.

120 “On Monday, May 29, I had lunch with the eminent Brazilian sociologist, Gilberto Freyre. [...] This democratic leadership feels that the best way to fight communist infiltration in Portuguese Africa is to create a deeper sense of cultural brotherhood between the Portuguese Africa colonies and Portugal and Brazil”.

“Recentemente a famosa escritora brasileira Rachel de Queiroz publicou alguns artigos sobre o livro *Sete anos solitários*, da Dra. Edith Bone, na revista O Cruzeiro.”<sup>121</sup> (USIA. RG 306. ICS BOOK..., 3 dez. 1962, tradução própria).

As citações em destaque explicitam não apenas o esforço do posto USIS para se aproximar dos intelectuais brasileiros, mas também o corte ideológico que os orientava.

A ameaça que a Revolução Cubana representava para os planos ideológicos de construção de consenso levou o governo Kennedy a repensar as estratégias de aproximação até então executadas pela USIA com os formadores de opinião da América Latina. Pensaram ser necessário conhecer melhor aqueles que chamavam de intelectuais.

Sob o guarda-chuva da Aliança para o Progresso, a estratégia de aproximação com o até então grupo-alvo heterogêneo, genericamente denominado formadores de opinião, precisaria ser reestruturada, entendiam seus propositores.

O LAPC, sigla em inglês para Comitê de Política para a América Latina (*Latin American Policy Committee*), formado por exigência do governo Kennedy para execução coordenada das ações da Aliança para o Progresso, em sua primeira reunião organizativa com a presença de líderes de diferentes agências e departamentos da estrutura governamental, dedicou-se a entender o intelectual latino-americano e, a partir deste entendimento, estabelecer as novas bases para o trabalho de cooptação e aderência deste grupo que, avaliava, ainda representava um nível mínimo e muito aquém do desejado no apoio que deveria dar ao projeto hegemônico dos Estados Unidos na região.

A reunião em questão aconteceu em 24 de maio de 1962 com a presença de chefes e diretores do Departamento de Estado (ARA, CU, INR), USIA, CIA, Departamento de Defesa, USAID, Casa Branca e Procurador Geral. Foi presidida por Richard Goodwin, na ocasião presidente em exercício do LAPC.

---

**Fonte:** Conversation with Gilberto Freyre, May 29, 1961. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs / Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 2, Folder Brazil. Gilberto Freyre fez lançamento de sua obra *Sobrados em Mocambos* em Nova York e palestrou em universidades estadunidenses no início da década de 1960.

**121** “Recently the famous Brazilian writer Raquel de Queiroz published some articles about the book *Seven years solitary*, by Dr. Edith Bone, in the magazine *O Cruzeiro*”. **Fonte:** ICS Book Program, December 3, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962. Raquel de Queiroz teve outras participações relacionadas ao programa e foi responsável, ao lado do poeta Augusto Frederico Schmidt, pela seleção de títulos da biblioteca IPÊS, mantida com o financiamento USIA-USAID através da relação estabelecida com o *Franklin Book Programs*.

Goodwin abre a reunião enfatizando ser de vital importância que o programa cultural da Aliança penetrasse **na** e capturasse **a** comunidade intelectual da América Latina.

Um dos objetivos desta campanha é tirar esse grupo do extremismo do pensamento político e mobilizar sua inteligência e energia na batalha pela sobrevivência da cultura ocidental. O grupo-alvo, identificado como "responsivo a ideias", consiste em uma parte de alunos, professores, escritores, artistas e jornalistas.<sup>122</sup> (USA. DS. RG 59. THE INTELLECTUAL..., 24 maio 1962, tradução própria).

Para embasar as decisões do grupo sobre o intelectual latino-americano, a USIA preparou um extenso relatório para a reunião do LAPC, em que apresentava quem era e como pensava este grupo-alvo, e qual a sua importância dentro do programa cultural da Aliança para o Progresso.

Além de considerar a sua importância como central, o que em si não significava nada de novo, já que o intelectual sempre foi o alvo principal da USIA, o relatório buscava conhecer as especificidades deste intelectual em seu contexto latino-americano.

Em seu relatório, afirmava a USIA que o intelectual latino americano é oriundo de uma sociedade fortemente estratificada em que poucos têm acesso à educação formal e, menos ainda, à formação superior, o que o coloca em uma posição de porta voz e consciência de seu povo. Tende a valorizar sua herança cultural europeia, e a nutrir desdém e frieza quanto ao papel e significado da cultura estadunidense. “Ainda somos imaginados como imperialistas econômicos egoístas [...], materialistas grosseiros sem conhecimento ou compreensão de arte, música, filosofia e literatura”, diz o relatório (USA. DS. RG 59. THE INTELLECTUAL..., 24 maio 1962, tradução própria).<sup>123</sup> Por isso, afirmava, seria necessário compreendê-lo em suas atitudes e aspirações, não somente porque eles representam a visão de um segmento altamente articulado da população latino-americana, mas também porque eles formavam, assim como refletiam, a imagem dos Estados Unidos e sua existência na mente latino-americana.

---

122 “One objective of this campaign is to draw this group away from extremism in political thought, and to enlist its intelligence and energies in the battle for the survival of Western culture. The target group, identified as those ‘responsive to ideas’, consists in a part of students, teachers, writers, artists, and journalists”. **Fonte:** The Intellectual in the Latin America Cultural Program, May 24, 1962. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs / Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Alianza para el Progreso – Political-Ideological force.

123 “We are still imagined by many as selfish economic imperialists, joining the oligarchs to exploit the masses, and supporting dictatorships as instruments of this exploitation. The crowning condemnation is that we are crass materialists with no knowledge of or understanding for art, music, philosophy and literature”.

Se houve progresso na aproximação com intelectuais latino-americanos, e o relatório afirmava ter havido, ele era ainda tímido para os objetivos. Propunha superar as diferenças culturais entre América Latina e Estados Unidos fortalecendo o que havia de comum: a cultura ocidental europeia e o fato de, como os países latino-americanos, os Estados Unidos também serem originários do rompimento com a estrutura colonial.

Apesar desta base comum, o relatório apontava para a complexidade das diferenças. Latino-americanos eram miscigenados (flexibilidade racial), mas politicamente autoritários (rigidez política), combinação que, segundo a USIA, criava frustrações. A compreensão da USIA repetia o que já era um entendimento consensual de dirigentes estadunidenses sobre os povos latino-americanos<sup>124</sup>: sua história produziu governos autoritários e politicamente imaturos gerando uma situação social de permanente tensão, e esta sociedade estratificada produziu intelectuais cuja origem social é a classe média, o que os mantém equidistante do povo e da elite.

O resultado é um intelectual filosoficamente instável, geralmente nacionalista, defensor de uma imagem de país e dado a ímpetus de liderança. Acredita na ideia de transformação social pela revolução política, “e permanece fascinado por esta ideia”. Sua ferramenta é a linguagem; é, antes de tudo, um literato.

Quer concordemos com esse conceito do intelectual como literato, somos confrontados com o fato de que sua sociedade considera esse tipo de pessoa como intelectual. Esse intelectual real ou pseudo-intelectual é frequentemente não acadêmico, filosófico e não científico, negativo em sua reação à sua própria sociedade, e um homem de pensamento em vez de um homem de ação. Seu marxismo muitas vezes é o resultado de seu protesto contra sua própria sociedade e sua busca por uma ideologia segura. Embora suas aspirações materiais, das quais ele tem muitas, estejam ligadas aos Estados Unidos, ele se ressentido de sua dependência econômica. Embora com sede de reconhecimento para compensar sentimentos de insegurança e inferioridade, ele tem um medo real e motivador da dominação cultural pelos Estados Unidos, especialmente a dominação filosófica que ele considera ser um pragmatismo materialista que lhe negaria o seu ecletismo espiritual em seu absolutismo marxista<sup>125</sup>. (USA. DS. RG 59. THE INTELLECTUAL..., 24 maio 1962, tradução própria).

---

124 João Feres Jr. (2005) tem um excelente trabalho sobre a construção ideológica dos Estados Unidos sobre a América Latina. Walter Mignolo (2005) também oferece análises importantes sobre o assunto.

125 “Whether we agree with this concept of the intellectual as litterateur, we are faced with the fact that his society looks upon this type of person as the intellectual. This real or pseudo intellectual is frequently non-academic, philosophical rather than scientific, negative in his reaction to his own society, and a man of thought rather than a man of action. His Marxism often is the result of his protest against his own society and his search for a secure ideology. While his material aspirations, of which he has many, are tied to the United States, he resents his

O relatório conclui que, diante da situação apresentada e da caracterização do intelectual, apenas um consórcio entre governo e setor privado poderia realizar os planos ideológicos a contento. As instituições educacionais, a imprensa, os veículos de comunicação e organizações profissionais diversas deveriam se juntar aos esforços do governo estadunidense na missão didática da nação, levando aos latinos os valores e realizações culturais dos Estados Unidos. E acreditava que, sob a Aliança para o Progresso, tais dificuldades seriam efetivamente sanadas, pois a Aliança já vinha coadunando empresas privadas e programas governamentais.

A conclusão da USIA sobre o intelectual latino-americano orientou as discussões da LAPC para propostas de novas estratégias de cooptação. Da reunião saíram as seguintes decisões: incrementar o programa de intercâmbio cultural, incrementar o programa de tradução e publicação de livros, criar programas de premiação aos intelectuais e criar um subcomitê liderado por Morales-Carrión, dentro da LAPC, para coordenação articulada dos programas culturais. Estas ações levadas em conjunto e em articulação, envolvendo agências governamentais e o setor privado, deveriam dar conta de mudar o quadro de desconfiança e distanciamento – ou frieza – que detectavam no intelectual latino-americano.

Nada aqui era novidade em termos de política. Os programas considerados mais eficientes para os propósitos já existiam e estavam em plena realização. A mudança ficou por conta do entendimento mais apurado do que significava, para a construção de consenso, a eficiência no controle da produção e disseminação de conteúdo ideológico, e isto fica claro na observação de movimentos inter-relacionados e debatidos nesta reunião: 1. criação de uma coordenação articulada especialmente pensada para a América Latina, dos programas culturais, envolvendo cada vez mais agências governamentais e setores privados; e 2. o aumento de recursos.

Três meses após a realização dessa reunião, e depois das devidas orientações operacionais aos postos USIS latino-americanos, o posto USIS Rio enviava à USIA, em 27 de

---

economic dependence. While thirsting for recognition to compensate for feelings of insecurity and inferiority, he has a real and motivating fear of cultural domination by the United States, especially philosophical domination by what he considers to be a materialistic pragmatism which would deny him his spiritual eclecticism in his Marxist absolutism". **Fonte:** The Intellectual in the Latin America Cultural Program, May 24, 1962. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs / Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Alianza para el Progreso – Political-Ideological force.



agosto de 1962, seu relato de ação para aproximação aos intelectuais brasileiros. A análise que faz em relação aos intelectuais reafirma a análise da USIA de meses atrás, e dedica ao livro a importância estratégica na abordagem.

Os intelectuais brasileiros constituem um dos nossos grupos-alvo mais importantes. Como eles desempenham um papel importante no ethos evolutivo da civilização brasileira - que, em última análise, se manifesta em esquemas políticos, sociais e econômicos concretos - merecem atenção crescente em nossos programas. O movimento esquerdista no Brasil encontrou, no passado, apoio e encorajamento entre intelectuais de todos os matizes e habilidades. Um dos principais problemas que enfrentamos é apresentar a eles um quadro convincente e coerente da evolução democrática da sociedade americana, de modo a obter a sua compreensão e simpatia, se não apoio e lealdade<sup>126</sup>. (USIA. RG 306. BRAZILIAN..., 27 ago. 1962, tradução própria).

A ação de convencimento relatada pelo posto consistiu em enviar, a um grupo de 11 intelectuais selecionados, o livro *The Growth of the American Republic*<sup>127</sup>, entendida esta ação como de importância complementar para o sucesso do programa de tradução e publicação de livros no Brasil.

Os presenteados estavam entre os “mais prestigiados escritores brasileiros”, segundo a declaração do documento. Eram eles: Austregésilo Athayde, Renato Almeida, Manuel Bandeira, Stella Leonardos (poetisa, novelista e crítica); Carlos Drummond de Andrade; Álvaro Lins (membro da academia de letras e editor do *Diário de Notícias*); Cecília Meireles (documento diz que ela tinha um programa de rádio à época e possuía coluna semanal em jornal); Vinícius de Moraes; Jorge Amado (documento destaca sua condição de ex-comunista publicamente rompido com o partido); Afrânio Coutinho (considerado um dos mais importantes

---

126 “Brazilian intellectuals constitute one of our most important target groups. Since they play a major part in the evolving ethos of Brazilian civilization – which ultimately manifests itself in concrete political, social, and economic schemes – they merit increasing attention in our programs. The leftist movement in Brazil has, in the past, found support and encouragement among intellectuals of all hues and abilities. One of the principal problems we face is to present to them a convincing, coherent picture of the democratic evolution of American society so as to gain their understanding and sympathy if not support and loyalty”. **Fonte:** Brazilian Intellectuals, August 27, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

127 MORISON, S. E.; COMMANGER, H. S. *The Growth of the American Republic*. New York City: Oxford University Press, 1962. 2 v. Não foram encontradas informações precisas sobre o ano da primeira edição. Alguns resultados de busca indicaram o ano de 1939 para a terceira edição.

críticos literários), Rachel de Queiroz (colunista semanal em *O Cruzeiro*, romancista focando sua obra no Nordeste), Elisabeth Bishop (USIA. RG 306. BRAZILIAN..., 27 ago. 1962).<sup>128</sup>

O grupo selecionado, diz o documento, reagiu de 4 maneiras distintas à abordagem: demonstrou “genuíno interesse” no livro; com curiosidade, algumas vezes hostil, com questões como “quais são suas intenções em relação a nós?” e “qual a natureza de suas instituições e como elas se desenvolveram?”; impressão de estarem sendo alvo de propaganda, mas esta postura desaparecia, segundo o documento, quando examinavam o conteúdo do livro com atenção; e, por fim, “uma indicação de que a leitura dos livros seria uma experiência esclarecedora. Em alguns casos, deve-se notar que os indivíduos eram declaradamente pró-Estados Unidos e indicavam sua firme amizade.”<sup>129</sup> (USIA. RG 306. BRAZILIAN..., 27 ago. 1962, tradução própria).

Essa pequena amostra de esforço de aproximação com intelectuais, dada pelo documento elaborado pelo posto, evidencia algumas das estratégias de seleção para a aproximação: ser o intelectual conhecido do público, ter um canal de expressão – escrever em jornais-revistas ou ter programa de rádio-tv e, um bom trunfo quando a aproximação resultava em aliança, ser um ex-comunista declarado.

O esforço para convencer o campo intelectual do valor da cultura dos Estados Unidos não se restringia à América Latina, e por razões óbvias: ideias não têm fronteiras. Havia a preocupação permanente em provar ao mundo científico e filosófico europeu, na Guerra Fria, que o país produzia mais que capitalismo imperialista e cultura de *mass media*, e que seus legados culturais e científicos eram muito superiores aos da URSS.

A USIA tinha por meta modificar a imagem negativa dos Estados Unidos perante o mundo ocidental.

---

128 As indicações entre parêntesis são originais do documento. Vale ressaltar que a lista de intelectuais selecionados pelo posto USIS para o recebimento do livro reunia nomes que, àquela altura, eram tanto de colaboradores como de não-colaboradores. Austregésilo Athayde, jornalista da revista *O Cruzeiro*, Afrânio Coutinho, editor da revista *Cadernos Brasileiros*, ligada ao Congresso pela Cultura, e Rachel de Queiroz, ligada ao IPÊS, são os nomes que comprovadamente estiveram ligados ao programa editorial da USIA no Brasil. Sobre os demais intelectuais mencionados no documento, não há nenhuma evidência de colaboração estreita, mas certamente estavam entre aqueles que o posto planejava ou estreitar relação, ou estabelecer relação, mas não significa, com isso, que tenham alcançado o intento.

129 “[...] an indication that the reading of the books would be an enlightening experience. In some cases, it should be noted, the individuals were avowedly pro-United States and indicated their firm friendship”. **Fonte:** Brazilian Intellectuals, August 27, 1962. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

A área mais importante sob o título de “Americana”, que exige maior ênfase na produção da USIA, é a excelência intelectual e criativa nos Estados Unidos. A impressão generalizada no exterior de que os americanos são culturalmente rústicos e, portanto, estúpidos, é uma desvantagem política para os Estados Unidos. A maioria dos europeus instruídos, devido às suas tradições acadêmicas, julga os países em grande parte por suas realizações artísticas e intelectuais. O horror com que grande parte da elite edificada europeia e ocidental se refere à chamada americanização do mundo - ou seja, a barbarização do gosto do público - é evidência desse medo, ou ressentimento do que eles consideram uma influência americana. Esses sentimentos fazem com que muitos dos elementos de poder em países estrangeiros hesitem em nos acompanhar politicamente. (Na esfera política, General de Gaulle e André Malraux, seu ministro da Cultura, são os porta-estandartes dessa atitude e, infelizmente, encontram audiências receptivas, mesmo entre aqueles que se opõem aos objetivos políticos franceses). Para compensar essa má imagem, a USIA deveria se concentrar mais do que atualmente em retratar a “vida da mente” nos Estados Unidos - e não apenas através de medidas quantitativas (“Existem mais de 2.000 universidades nos EUA”), mas fornecendo exemplos de realizações e interesses intelectuais<sup>130</sup>. (USIA. RG 306. US IMAGE..., 19 nov. 1963, tradução própria).

Os recursos que o documento destaca, para este fim, são praticamente todos os programas desenvolvidos pela USIA, como turnês musicais, exposições de arte moderna, programas de TV, tradução e distribuição de livros através das bibliotecas mantidas nos países europeus, para “convencer o público-alvo da força intelectual do pensamento e da criatividade americanos.” (USIA. RG 306. US IMAGE..., 19 nov. 1963).

A estratégia da desqualificação do pensamento crítico de intelectuais não alinhados foi o outro lado da estratégia de construção de consenso. Interferência nas indicações de prêmios

---

130 “The most important area under the heading of “Americana” which requires greater emphasis in USIA output is that of intellectual and creative excellence in the United States. The widespread impression abroad that Americans are cultural boors and hence stupid is a political handicap to the United States. Most educated Europeans, owing to their academic traditions, judge countries largely by their artistic and intellectual achievements. The horror with which a great part of the European and Western educated elite regards the so-called Americanization of the world – meaning the barbarization of public taste – is evidence of this fear, or resentment of what they consider to be an American influence. These feelings cause many of the power elements in foreign countries to hesitate to go along with us politically. (In the political sphere General de Gaulle and André Malraux, his Minister of Culture, are the standard-bearers of this attitude, and they unfortunately find receptive audiences, even among those who oppose French political aims.) To offset this bad image, USIA should concentrate more than it does at present on portraying the ‘life of the mind’ in the United States – and not alone through quantitative measurements (“There are over 2.000 universities in the US” approach), but by furnishing examples of intellectual achievements and interests”. **Fonte:** US Image, November 19, 1963. *In:* NARA II. USIA, RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Subject Files 1953-1967. Entry P 27. NND74593. Box 1, Folder Advisory Committee.

Nobel, prêmios literários, prêmios cinematográficos etc., organizados em solo europeu, mostrou-se recurso recorrente (SAUNDERS, 2008).<sup>131</sup>

Bertrand Russell protagonizou episódio exemplar, que forçou a USIA a elaborar uma série de ações de neutralização de críticas promovidas a partir do campo intelectual europeu.

Em 1966, já Prêmio Nobel, Bertrand Russell iniciou uma campanha mundial entre intelectuais para responsabilizar criminalmente os Estados Unidos pelas atrocidades cometidas durante a Guerra do Vietnã. O Tribunal de Guerra<sup>132</sup>, proposto por ele em parceria com Jean-Paul Sartre, reunia nomes da intelectualidade de 18 países. A respeitabilidade intelectual dos nomes dos participantes, as sérias acusações documentadas da prática de crimes contra a humanidade e a determinação em colocar os Estados Unidos na condição de réu, ganharam visibilidade, o que levou o governo estadunidense a tomar “providências”.

Desqualificação, desmerecimento, silenciamento foram as armas utilizadas. Segundo o documento confidencial elaborado pelo Departamento de Estado e assinado por Rusk, o tribunal deveria ser desqualificado de forma indireta, nos bastidores, usando vozes locais nos países onde os postos USIS atuavam (através da imprensa, em geral) para que eles tomassem a frente na campanha de desqualificação em nome dos Estados Unidos, para que atacassem o Tribunal como pífio e resultante de um delírio de intelectuais mal-informados ou mal-intencionados, usando à exaustão a insinuação que a idade avançada de Russell (94 anos à época) teria lhe tirado a lucidez de outrora. O documento foi enviado a todo serviço diplomático dos Estados Unidos, e a campanha de neutralização foi assumida pelos postos USIS.

Podemos esperar um fluxo crescente de histórias carregadas de propaganda durante o período preparatório deste projeto ambicioso. É possível que o projeto, apesar da publicidade antecipada, possa não se concretizar; ele vai vacilar - por falta de credibilidade, interesse ou apoio - apesar do grupo de Russell poder encenar um "julgamento" prolongado que a imprensa comunista e de pensamento semelhante exploraria mais extensamente do que outros; ou que os preparativos podem culminar em um desempenho de grande dimensão, com impacto público suficiente para causar alguma preocupação aos EUA. [...] Nada faremos para sugerir que esse programa tenha qualquer status como

---

131 Há informações sobre tentativas de interferência em prêmios de literatura, cinema e no Nobel, conforme Frances Saunders (2008).

132 Também conhecido por Tribunal de Russell ou Tribunal de Estocolmo, ocorreu em duas sessões durante o ano de 1967, a primeira em Estocolmo, Suécia, e a segunda em Roskilde, Dinamarca. Delas participaram diversos intelectuais representando 18 países, incluindo latino-americanos (Julio Cortázar, Lázaro Cárdenas, Melba Hernandez) e estadunidenses (James Baldwin, David Dellinger, Alice Walker), com participação de vítimas e testemunhas. Membros do governo estadunidense foram convidados, como o presidente Lyndon Johnson e o seu Secretário de Defesa Robert McNamara, que não compareceram. Russel escreveu um livro sobre a guerra no Vietnã, *War Crimes in Vietnam*, Monthly Review Press, 2011. Primeira edição é de 1967.

foro legítimo, ou para admitir que os procedimentos constituam a base da discussão ou refutação racional. Quando ou se o "tribunal" de Russell se concretizar, queremos que outros apliquem o equivalente local do rótulo A loucura de Russel<sup>133</sup>. (USIA. RG 306. BERTRAND..., 15 set. 1966, tradução própria).

A simpatia que movimentos revolucionários despertava na intelectualidade europeia era outra fonte permanente de preocupação, e esta simpatia precisava ser controlada, matizada, ampliando os mecanismos largamente utilizados pelo Congresso pela Liberdade da Cultura, qual seja, acolher e amplificar as críticas feitas por intelectuais de esquerda às escolhas políticas de governos de esquerda. Neste sentido, outro episódio encontrado nos arquivos exemplifica, por outro viés, o teor da relação que a USIA em específico – mas o governo estadunidense em geral – estabeleceu com o campo intelectual ao longo da Guerra Fria: utilizá-lo como aliado, ainda que à sua revelia, para deslegitimar pensamentos e ações ideologicamente transformadoras do ordenamento social capitalista. A prisão do poeta Herberto Padilla pelo governo de Fidel Castro em 1970, por exemplo, rendeu críticas da intelectualidade mundial. A USIA, em relatório de 1971, gabava-se de ter aproveitado ao máximo o episódio e de ter minado as relações entre o governo Fidel e os escritores K. S. Karol e René Dumont.

Pode ser que a agência tenha tido alguma coisa a ver com a divisão entre Fidel Castro e alguns de seus partidários intelectuais de esquerda na Europa. Como você sabe, nossos comentários no VOA e o IPS tiraram o máximo sobre os livros escritos por K. S. Karol (polonês) e René Dumont (francês). Ambos possuem credenciais esquerdistas impecáveis e foram considerados amigos de Fidel. Seus livros, aos olhos dos autores, certamente podem ser vistos como "crítica construtiva". Mas Castro ficou ferido. Nós exploramos extensivamente essas "críticas amigáveis" por meio de nossa mídia. Há algumas semanas, Fidel mandou prender o poeta cubano Herberto Padilla. Nós jogamos isso como um expurgo típico de intelectuais. Quando os intelectuais de esquerda europeus e latino-americanos assinaram uma carta solicitando a libertação de Padilla, isso também foi cobertura ampla da mídia da agência. Finalmente, na semana passada, em um discurso no Congresso Nacional de Educação de Cuba, Fidel atacou seus críticos intelectuais como "audaciosos pseudo-esquerdistas que querem ganhar louros - esses vivem em Paris,

---

133 “We may expect an increasing flow of propaganda-charged stories during the further preparatory period of this ambitions project. It is possible that the project, despite advance publicity, may never materialize; that it will falter - for lack of credibility, interest, or support - despite which the Russell group may stage a protracted 'trial' which the communist and like-minded press would exploit more extensively than others; or that the preparations may culminate in a performance of major dimension, with sufficient public impact to cause the US some concern. [...] We will do nothing to imply that this show has any status whatever as a legitimate forum, or to concede that the proceedings constitute the basis of rational discussion or rebuttal. When or if Russell's 'tribunal' materializes, we want others to apply to it the local equivalent of label Russell's Folly”. **Fonte:** Bertrand Russell's War Crimes Trials, September 15, 1966. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Assistant Director for Operations. Program Files 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP, Office of Policy and Plans.

Londres e Roma". Ele prosseguiu dizendo: "Quando eles tentam nos defender, nós lhes diremos: não nos defendam, amigos. Por favor, não nos defendam. Não é do nosso interesse que vocês nos defendam". Mais tarde, ele disse que não os deixaria entrar em Cuba novamente<sup>134</sup>. (USIA. RG 306. CASTRO..., 10 maio 1971, tradução própria).

Provocar fissuras na aproximação de intelectuais com movimentos revolucionários era de suma importância, assim como amplificar as críticas que produziam sobre as revoluções soviética, chinesa e cubana. Eram os intelectuais os propagandistas mais valiosos para os objetivos do programa de livros da USIA. Eram a ponta de um arco que tinha, na ponta oposta, os estudantes, compreendidos como importante público leitor dos livros produzidos e como atores políticos organizados e com potencial transformador da sociedade. Vergar este arco para a confluência de um circuito apropriado de conhecimento se mostrava essencial ao projeto ideológico e consensual da hegemonia capitalista estadunidense.

### 3.4 A CONEXÃO “ESTUDANTES”

A participação de estudantes latino-americanos em movimentos sociais revelou para a Agência a necessidade de conhecer melhor este segmento, uma vez que sua crescente força social exigia ações mais eficazes de cooptação ideológica e de neutralização política. Se entre os anos de 1953 a 1957 os estudantes apareciam nos *Country Plans* como grupo-alvo “formador de opinião”, selecionado para receber livros e diversos outros materiais gráficos, compor público frequentador das bibliotecas e Centros Binacionais, e participar dos programas de intercâmbio educacional, a partir de 1958 passaram a figurar também como o grupo político no qual mais fortemente se consolidavam as posições nacionalistas e antiamericanistas.

---

134 “As you know, our VOA and IPS commentary has made the most of books written by K.S.Karol (Polish) and Rene Dumont (French). Both have impeccable leftist credentials and were considered to be friends of Fidel. Their books, in the authors’ eyes, certainly must be seen as ‘constructive criticism’. But Castro was hurt. We have exploited these ‘friendly criticisms’ extensively through our media. A few weeks ago, Fidel had Cuban poet Heriberto Padilla arrested. We played this as a typical purge of intellectuals. When European and Latin American leftist intellectuals signed a letter requesting Padilla’s release, that was ample Agency media coverage, too. Finally, last week in a speech to the Cuban National Education Congress, Fidel attacked his intellectual critics as ‘brazen pseudo-leftists who want to win laurels – these living in Paris, London, and Rome’. He went on to say, ‘When they try to defend us, we are going to tell them: do not defend us, buddies. Please, do not defend us. It is not in our interest to have you defend us’. Later he said he would not let them enter Cuba again”. **Fonte:** Castro and European Intellectuals, May 10, 1971. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 45431 / 31645. Box 171, Folder FPD Latin America.

As pesquisas sobre universitários e universidades latino-americanas tiveram início em 1955 e ganharam importância após a Revolução Cubana, sendo realizadas de forma mais consistente a partir de 1960<sup>135</sup>.

Em linhas gerais, as pesquisas sustentavam serem os estudantes latino-americanos potencialmente revolucionários e atraídos pelas doutrinas marxistas. Inconformados com as desigualdades e as injustiças sociais, identificavam no marxismo o potencial de transformação social. Via de regra, consideravam os Estados Unidos e sua política externa como causadores dos males sociais que afligiam a América Latina, e apoiavam as propostas nacionalistas para o desenvolvimento, como a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária, por exemplo.

Em relatório de pesquisa realizada em 1965 sobre estudantes latino-americanos, a USIA compilou, com base em pesquisas por ela realizadas, um conjunto recorrente de acusações dos estudantes em relação aos Estados Unidos. Seriam sete os principais pontos de crítica e rejeição àquele país: o imperialismo econômico; a dominação político-econômica de Wall Street; o apoio às ditaduras de direita na região; o lugar de subalternidade conferido às nações latino-americanas; a política de negligenciamento das forças democráticas atuantes na América Latina; a farsa da democracia e da liberdade estadunidenses; a incultura do país, dominado pela filosofia utilitarista e sem relevância na literatura e nas artes em geral (USIA. RG 306. NEGATIVE..., jun. 1965).

Esta pesquisa trouxe um dado novo em relação às anteriores ao mostrar como os estudantes latino-americanos se viam, como se informavam e o que entendiam sobre seu papel

---

**135** A USIA produziu ou encomendou diversas pesquisas para conhecer o estudante latino-americano, seus objetivos políticos e seus hábitos de leitura: Readership of the Alboreal Book Collection in Argentina. January 1967. IOP/RL; Books and Authors Read by Students: São Paulo and Rio de Janeiro. June 1963; Books and Authors Read by Students: Recife e Porto Alegre, July 1963; Brazilian Student Book Reading on Economic and Politics. September 16, 1963. USIS Rio de Janeiro. Research Report BPO/S9-1; Survey shows Agency Books not widely distributed in Lima. January 3, 1958. Lima Dispatch 61; Book Publishing in Latin America. September 12, 1962. USIA, IRS, R-102-62 (c). Relação apresentada em: Study of USIA Book Publishing Programs, que traz um resumo de cada uma delas. In: NARA II. USIA. RG 306, Office of Research and Media Reaction. Special Reports 1953-1997. Entry P 160. NND 988085. Box 24. Ainda: International Research Associates, Surveys of Student and Faculty Attitudes in Six Mexican Universities, 1957-1958; Instituto Boliviano de Encuestas, Survey of Attitudes of Bolivian University Students, (Five Universities), 1958; School of Journalism, University of Chile, Attitude Survey of Chilean University Students, 1959; Political Attitudes of Students in Four Brazilian Universities, reporting sample surveys conducted in 1963; Preliminary reports (data books) on student surveys conducted in Chile, Mexico, Venezuela, and Peru, 1964. Estas últimas serviram de base analítica e foram citadas na pesquisa realizada pela USIA em 1965: **Fonte:** Negative Stereotypes about the United States held Latin American University Students, June, 1965. In: NARA II. USIA. RG. 306. Records of the Office of Research. Subject Files 1953-1999. Entry P 195. NND 37262. Box 6. Folder USIA Relations with Private Business in Latin America 1965.

político; e quantificou, no universo pesquisado, a proporção existente entre estudantes de esquerda, de direita e os sem orientação política definida.

Segundo interpretação da USIA, os estudantes se viam como socialistas ou “de esquerda” de uma maneira generalista, e poucos se definiam comunistas. Defendiam reformas sociais no combate às mazelas que identificavam na América Latina e se mostravam críticos ao capitalismo, mas não necessariamente defendiam uma revolução. Por socialismo, entendiam uma sociedade igualitária e assistencialista na qual as injustiças sociais seriam removidas, o que, na análise dos pesquisadores da Agência, não passava de um idealismo filosófico não muito distante dos pensadores utópicos do século XIX. Aproximavam-se do marxismo por razões diferentes, o que poderia explicar, por exemplo, que estudantes autodeclarados cristãos-democratas professassem o marxismo tão ou mais apaixonadamente que comunistas. Concluía, os analistas da USIA, que o que identificava os estudantes enquanto grupo político seria mais a sua insatisfação social e menos um programa revolucionário definido.

Embora mais à esquerda que a maioria da população latino-americana, nem todos os estudantes pesquisados se identificavam como de esquerda, na análise da USIA. Autodeclarados comunistas ou socialistas perfaziam entre 5 e 15% da população estudantil. Na mesma proporção, havia os estudantes autodeclarados “democratas”, cuja crítica aos Estados Unidos variava entre não serem mais duros no combate a Cuba e não apoiarem mais efetivamente as ditaduras de direita na região. A imensa maioria dos estudantes latino-americanos seria, então, segundo a pesquisa da USIA, sem filiação política definida e cuja preocupação maior era obter os títulos que as universidades lhes proporcionariam.

O conjunto das pesquisas apontava que era nos livros e na imprensa que os estudantes depositavam sua confiança intelectual. Pesquisa realizada pelo posto USIS Rio de Janeiro, em 1962, demonstrou a experiência literária dos universitários brasileiros e confirmou a composição dos dados compilados pelo relatório da USIA de 1965: mais da metade dos estudantes entrevistados afirmou ter nos livros a sua principal fonte de informação sobre economia e política, e que a grande maioria dos livros citados era de autores que atacavam a estrutura social vigente sob um ponto de vista marxista. Entre os autores citados pelos estudantes brasileiros, a pesquisa menciona Celso Furtado ao lado de autores franceses e estadunidenses de esquerda, como Paul Sweezy, Eric Fromm, C. Wright Mills. Afirmava ainda que havia a tendência geral, entre os estudantes, em considerar escritores não de esquerda como reacionários que não valiam a leitura.



Em outra pesquisa, realizada entre 1963 e 1964 para analisar o comportamento do estudante brasileiro, a USIA concluiu que os estudantes representavam o grupo político mais ativo no país pós-golpe civil-militar, uma força modernizante e produtora de opinião e ação políticas<sup>136</sup> (SANTOMAURO, 2015, p. 206).

As universidades também foram investigadas na sua relação com os estudantes: enquanto espaços de atuação estudantil, qual seria o papel e a relevância das universidades na formação ideológica dos estudantes latino-americanos? Questionava-se a Agência. Ao contemplar as universidades na investigação a respeito dos estudantes, a intenção era saber se havia um nexo entre a posição de esquerda dos alunos, a universidade e os professores aos quais estariam ligados.

A USIA afirmava com base em suas pesquisas que as universidades laicas e públicas abrigavam a maioria dos estudantes de esquerda, e que havia, em seu corpo docente, assim como em departamentos ou faculdades, alinhamento ideológico que poderia ser considerado como de esquerda. As universidades católicas, ao contrário, seriam espaços mais conservadores, e produziram igualmente alunos mais conservadores. Concluía, portanto, que o nexo se estabelecia: estudantes mais críticos e de esquerda frequentavam universidades com professores e faculdades (ou departamentos) igualmente críticos e ideologicamente de esquerda. “Uma pesquisa com estudantes e professores em várias universidades mexicanas mostrou uma clara correlação entre as visões ideológicas do corpo docente e dos estudantes”. (USIA. RG. 306. NEGATIVE..., jun. 1965).

A maioria das pesquisas da USIA, ou por ela encomendadas, sobre o comportamento dos estudantes latino-americanos se deu sob os auspícios da Aliança para o Progresso e resultou em algumas modificações estratégicas nas ações ideológicas voltadas para este grupo-alvo.

Em primeiro lugar, a segmentação e coordenação de trabalhos entre as agências em operação na América Latina: o *Franklin Book Programs* dedicou parte de seus esforços para projetos de formação de leitores e de coleções infantojuvenis; a USAID desenvolveu programa para livros didáticos e técnicos, e a USIA preocupou-se em oferecer livros aos jovens que se interessavam por política, economia, filosofia, artes e ciências em geral. Em segundo lugar, a USIA iniciou ações de interferência *in loco*: além da publicação de livros e demais impressos,

---

136 Nesta pesquisa, foram entrevistados 800 estudantes, 6 deles em entrevistas aprofundadas, os seus familiares e 24 funcionários de faculdades. Santomauro não cita quais seriam as faculdades dos 24 funcionários. Informações sobre a pesquisa realizada no Brasil foram citadas por Santomauro a partir do relatório BR 6403, *Brazil Students Attitudes (Bryant Wedge Study)*, Oct. 1964-65.

organização de cursos, manutenção de bibliotecas e administração de programas de intercâmbio, atividades já em ação há muito tempo. A Agência passou também a coordenar atividades de inserção de estudantes “democráticos” em movimentos estudantis, procurando interferir na composição de centros e diretórios acadêmicos das universidades, entidades estudantis estaduais e da UNE.

Isto porque a análise da USIA a respeito dos dados levantados em pesquisa apontava as brechas para as quais deveria direcionar as suas estratégias de cooptação.

A importância dos livros e impressos para este segmento foi comprovada pelas pesquisas. Estudantes afirmaram ter nos livros, jornais e revistas a fonte de suas informações e formação da compreensão de mundo, o que sustentou a decisão em manter e incrementar o programa editorial em execução na região.

Embora houvesse estudantes marxistas, eles eram a minoria entre os estudantes latino-americanos, ainda que, na análise da USIA, fossem caracterizados assim: “geralmente os mais politicamente ativos, fazem mais barulho e ocupam cargos em organizações estudantis totalmente desproporcionais à sua força numérica” (USIA. RG 306. NEGATIVE..., jun. 1965). Havia ainda os estudantes conservadores, admiradores dos Estados Unidos e de sua política externa, igualmente quantificados como uma minoria. A maioria dos estudantes universitários estaria, portanto, disponível para a conquista ideológica se as estratégias desenhadas fossem capazes de estabelecer as aproximações adequadas.

Além da decisão de incremento na produção de livros e impressos em geral, houve a reformulação do programa de intercâmbio educacional para levar aos Estados Unidos estudantes latino-americanos de diferentes posições ideológicas e extratos sociais, facilitando a obtenção de vistos e oferecendo bolsas que garantissem alimentação e alojamento, ampliando assim as classes sociais de estudantes aptos a participarem do programa.

A novidade na estratégia de ação ideológica foi a inserção de estudantes conservadores nos movimentos estudantis sob patrocínio da USIA. Segundo relatório produzido pelo USIS Rio de Janeiro, em 1962, a ação se desenvolvia bem e dava bons resultados: a formação de um jornal “democrático” viabilizado com recursos USIS, que teria conseguido espaço crível entre estudantes e ajudado na vitória de candidatos “democratas” independentes sobre os comunistas pelo controle das organizações estudantis secundaristas e universitárias no Estado do Rio de Janeiro; a formação de uma célula de estudantes “democratas” em Fortaleza, descrito como um grupo ativo que vinha desenvolvendo diversas atividades entre os estudantes; um grupo

organizado em Recife, ativo e em constante contato com lideranças estudantis do Rio de Janeiro, cujas atividades foram subsidiadas pelo USIS<sup>137</sup> (USIA. RG 306. COUNTRY..., 22 fev. 1963).

Os estudantes “democratas” subsidiados pelo USIS faziam também o papel de informantes. Edward J. Donovan, bolsista intercambista contratado para dar aulas de inglês aos estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade de Recife, iniciava seu trabalho quando monitores daquela faculdade ameaçavam entrar em greve, em outubro de 1964, por estarem há meses sem receber salário, e os estudantes de esquerda planejavam aproveitar o movimento para incitar uma grande greve entre funcionários e estudantes da Universidade, bem como a retomada do diretório acadêmico. Donovan, aproveitando o acesso aos estudantes, escreveu um relatório ao USIS Rio de Janeiro relatando as reuniões em que participou a convite dos estudantes organizadores do plano de greve geral na Universidade, fornecendo seus nomes e planos de ação. A greve geral não aconteceu porque os monitores da Faculdade de Engenharia aceitaram acordo proposto pela reitoria. Já a retomada do centro acadêmico ocorreu, sendo possível graças a manobras do grupo de estudantes de esquerda, segundo o informante. O que importa com a menção a este episódio, encontrado entre os documentos pesquisados, é ilustrar o grau de interferência que a USIA exercia entre os estudantes (USIA. RG 306. REPORT..., 30 nov. 1964).

Por meio da combinação de contato pessoal e projetos especiais relacionados a interesses e objetivos específicos dos alunos, nossos esforços produziram um impacto tangível nos principais líderes e organizações estudantis. Há todos os motivos para esperar resultados maiores no próximo ano, à medida que essas técnicas forem sendo desenvolvidas<sup>138</sup>. (USIA. RG 306. COUNTRY..., 22 fev. 1963).

---

137 Estudantes de Fortaleza produziam panfletos, jornais, organizavam reuniões para discussão e sessões de cinema; estudantes de Recife, além de realizarem as atividades semelhantes às realizadas pelos estudantes de Fortaleza, teriam organizado aulas de inglês na Universidade, ministradas por alunos do Rio de Janeiro e com financiamento USIS Rio de Janeiro.

138 “Through the combination of personal contact and special projects relating to specific student interests and objectives our efforts have produced tangible impact on key student leaders and organizations. There is every reason to expect greater results in the coming year as these techniques are developed further”. **Fonte:** Country Assessment Report, February 22, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, folder Brazil, Rio de Janeiro, July-Dec. 1962.

### 3.5 A REDE DE CONEXÕES EM OPERAÇÃO

Tanto quanto selecionar os parceiros editoriais ideologicamente adequados para a publicação de seus livros, pesava, na escolha da USIA, a capacidade de distribuição oferecida pela editora.

Era importante que a editora apresentasse recursos de distribuição, ou estivesse disposta a construir estes recursos e pô-los em funcionamento na parceria estabelecida.

A Editora e distribuidora Record foi uma das mais antigas e profícuas editoras parceiras do programa de livros da USIA, no Brasil, e oferece um exemplo da exigência para a atenção aos serviços de divulgação e distribuição a que as editoras parceiras eram frequentemente submetidas.

Para manter-se parceira atraente aos propósitos da USIA, a Record procurou ampliar sua capilaridade, elaborando novos recursos de divulgação e abrindo novos mercados em centros urbanos mais afastados das áreas centrais de sua costumeira atuação. Em carta para o USIS Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1963, a editora relatava as medidas tomadas em atenção aos contratos estabelecidos naquele ano: compra de veículos Kombi para realização de viagens ao interior das cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ampliação dos negócios, incluindo “numerosas vendas” para livrarias recém-incorporadas aos negócios. No quesito divulgação, afirmava a redação e layout de anúncios já prontos para serem publicados em “*O Globo* (edição local e nacional), *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio do Povo*, e que foram aprovados pelo Sr. Alan James”<sup>139</sup>; preparação e impressão do catálogo geral das edições Record para distribuição aos revendedores e clientes de reembolso, e aos clientes das lojas, “cerca de quatro mil catálogos já foram distribuídos...”; preparo das brochuras de divulgação das coleções *Enciclopédia Juvenil* e *Livros para a Juventude*; produção de cartazes, folhetos e display para exposição de livros; organização de palestras e conferências sobre temas abordados nos livros sob trabalho de divulgação, além de modernização nos processos de expedição rápida de encomendas<sup>140</sup>.

As editoras que ofereciam capacidade de produção e distribuição ganhavam a preferência – ou a concorrência – no fechamento de contrato com a Agência.

---

139 Ocupava o cargo de PAO (Public Affairs Officer) no posto USIS Rio de Janeiro, na ocasião.

140 **Fonte:** Carta da editora Record para o USIS Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 5.

O livreto *Você e a Democracia* é um exemplo. No início de maio de 1962, o posto USIS Rio de Janeiro entrou em negociação com a Editora Melhoramentos, considerada uma das editoras brasileiras com a melhor linha editorial voltada para o público juvenil. A editora havia aceitado os termos da USIA e o posto apenas aguardava que ela apresentasse seu orçamento. Entretanto, em julho daquele mesmo ano, em nova correspondência enviada pelo posto a Washington, as negociações para publicação do livreto apareceram relacionadas à Editora Abril. Dizia a correspondência que a Editora Abril lidava com 750 atacadistas no Brasil, cobria 900 cidades e possuía 10 mil pontos de venda, e que, por isso, acabara de enviar-lhe dois títulos de livros do programa, *Land of Freedom* e *You and Democracy*, e que aguardava as estimativas de custos para a edição de 10, 50 e 100 mil cópias. A editora Abril publicou 1 milhão e 200 mil cópias do livreto *Você e a democracia* em 1962 porque oferecia as melhores condições para distribuição e circulação do produto em relação à Editora Melhoramentos.

A Editora Abril, uma das maiores editoras de revistas do Brasil, colaborou conosco na distribuição do livreto. A divulgação foi feita através de três revistas da empresa, além de serem colocadas à venda nas bancas. O livreto foi grampeado como uma inserção nas revistas de acordo com o seguinte cronograma: Ilusão: 368.000 cópias; Manequim: 141.000 cópias; O Pato Donald: 127.000 cópias. A editora também publicou anúncios de página inteira nas revistas sem custos para o USIS em apoio ao projeto. Cópias (25.000) foram colocadas à venda nas bancas por Cr\$ 10 e cópias (39.000) foram reservadas para posterior distribuição em todo o país pelo USIS. O número total de cópias impressas e distribuídas foi 1.200.000, das quais 700.000 cópias foram patrocinadas pelo USIS a um preço unitário de pouco menos de Cr\$ 6<sup>141</sup>. (USIA. RG 306. BOOK..., 2 out. 1962).

A editora Bloch, por estas mesmas razões, era parceira muito valorizada pela USIA. Em memorando de operação enviado à USIA, em 13 de abril de 1965, o posto USIS Rio de Janeiro encaminhava proposta editorial apresentada pela Editora Bloch. Recordava aos superiores que a editora já era parceira na publicação de vários títulos, e que além da qualidade de sua

---

141 “Editora Abril, one of Brazil’s largest magazine publishers, cooperated with us in the distribution of the booklet. Dissemination was made through three of the firm’s magazine in addition to being put on sale in newsstands. The booklet was stapled as an insert into the magazines in accordance with following schedule: Ilusão: 368.000 copies; Manequim: 141.000 copies; O Pato Donald: 127.000 copies. The publisher also ran full page ads in the magazines at no cost to USIS in support of the project. Copies (25.000) were placed on sale in newsstands for Cr\$10 and copies (39.000) were reserved for later country-wide distribution by USIS. The total number of copies printed and distributed was 1.200.000 of which 700.000 copies were sponsored by USIS at a unit price of slightly under Cr\$6”. **Fonte:** Book Translation Program: You and Democracy, October 2, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Information Center Service/Publications Divisions/Translation Branch. Entry P 58. Box 3. Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

impressão, a empresa oferecia sólida estrutura de distribuição. O projeto que ora a Editora apresentava era considerado, pelo posto, excelente em forma e conteúdo, e seria realizado sob a responsabilidade de seu mentor, neto e sobrinho dos fundadores da empresa. A USIA subsidiaria os direitos de publicação em português de dez títulos de livre escolha da Agência, e pagaria à Editora o equivalente a US\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos dólares) por título publicado. A Editora se responsabilizaria pela tiragem de 5 mil cópias por título em edições de visual atraente, e publicaria, com recursos próprios, outros 20 títulos desejáveis ou aceitáveis para o programa de livros da USIA conforme a sua avaliação.

A parte mais importante de sua proposta envolve seus planos de promoção e vendas. O primeiro estágio seria a venda normal de livros de todos os títulos, auxiliada por expositores, pôsteres e anúncios em suas revistas. O segundo estágio seria uma campanha de mala direta, com os títulos agrupados em quatro ou cinco, projetados para atrair públicos específicos. Todas as instalações de Bloch seriam usadas em apoio a isso. O terceiro estágio seria uma promoção do tipo clube de livros. A quarta etapa seria uma grande coleção de títulos selecionados (uma ideia de prateleira de um metro e meio) para serem vendidos de porta a porta<sup>142</sup>. (USIA. RG 306. BLOCH..., 13 abr. 1965).

A Editora Letras e Artes é considerada excelente parceira também por sua proposta para divulgação e distribuição dos produtos: em acordo para a publicação de uma série de três livros (*Cuba, First Soviet Satellite in the Americas, The Berlin Crisis e Surface at the Pole*), em formato livro de bolso e com tiragem de 15 mil cópias por título, a editora assumiria a responsabilidade pela distribuição às livrarias no Brasil e, em um acordo feito com a empresa de distribuição da revista *Reader's Digest*, a editora cobriria também revistarias e bancas de jornais. Neste contrato em específico, o posto USIS ficaria responsável por sincronizar anúncios em jornais, revistas, TV e rádios com os períodos previstos de lançamento de cada título.

A editora Fundo de Cultura, uma das parcerias mais estáveis do posto USIS Rio de Janeiro, perdeu preferência na disputa por publicar *O Custo da Liberdade*, de Henry C. Wallich,

---

142 "The most important part of his proposal involves his plans for promotion and sales. First stage would be normal bookstore sales of all titles, aided by racks, posters, and advertisements in his magazines. Second stage would be a direct-mail campaign, with the titles grouped in fours or fives, designed to appeal to specific audiences. All of Bloch's facilities would be used in support of this. Third stage would be a book-club type promotion. Fourth stage would be a large collection of selected titles (a five-foot shelf idea) to be sold from door to door". **Fonte:** Bloch Editores Publishing Proposal. April 13, 1965. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 7.

para a então recém-fundada APEC Editora, que estava “ansiosa para publicar o livro e ofereceu melhores condições que a Fundo [...] [e] um contrato está sendo elaborado com a APEC para 2.700 cópias comerciais por US\$0,95 cada”.<sup>143</sup> (USIA. RG 306. BOOK..., 25 mar. 1965, tradução própria).

A preocupação do posto USIS Rio de Janeiro com os trabalhos de promoção e divulgação dos livros editados atendia, evidentemente, às diretrizes estabelecidas pela USIA, que exigia em seus protocolos de atuação que um título subsidiado pela Agência deveria ser promovido por todos os canais disponíveis sob responsabilidade do posto USIS local.

O USIS Rio de Janeiro trabalhava para responder às responsabilidades de edição e distribuição que lhe cabiam: produzindo programas de rádio a partir dos temas constantes em livros publicados; inserindo resenhas ou colunas anunciando os lançamentos em jornais aos finais de semana, com circulação tanto nos grandes centros como no interior; inserindo publicidade em revistas de grande circulação; produzindo pôsteres para colocação em livrarias e assim promover os livros que consideravam com potencial para chamar a atenção de leitores os mais diversos; e fazendo uso de *displays* para expor livros em bibliotecas e nos centros binacionais. (USIA. RG 306. ADVERTISING..., s. d.).

O esforço de publicação em tiragens tão acima da capacidade de geração de demanda exigia estratégias de quase imposição de seus títulos aos diversos canais de circulação existentes. A concentração de editoras e livrarias em grandes centros urbanos, associada às dimensões físicas do país, dificultava canais eficientes de distribuição, o que levava o posto USIS a, necessariamente, estabelecer contrato com empresas especializadas em distribuição em larga escala; a distribuidora Palácio do Livro foi sua parceira por longos anos. Descrita como uma “das mais progressistas do Brasil em termos de concepção e execução de distribuição de livros”<sup>144</sup> (USIA. RG 306. ADVERTISING..., s. d., tradução própria) e atuante por mais de 20 anos, a empresa estava apta a cobrir todo o território nacional e possuía sistema eficiente usando

---

143 “A new Publisher, APEC Editora, which has an excellent board of directors and contacts, came to us for assistance in obtaining rights for Wallich’s COST OF FREEDOM. Rights for this book had recently been obtained for Fundo de Cultura but a contract had not as yet been signed. Since APEC was eager to publish the book and offered better terms than Fundo, an amicable conference ended in Fundo’s agreement to withdraw. A contract is being draw up with APEC for 2.700 commercial copies at \$0.95”. **Fonte:** Book Translation Program, March 25, 1965. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 7.

144 “This firm is one of the most progressive in Brazil in terms of both its conception and execution of book distribution. Financial statements and other pertinent documents and records of the company have been examined by the reporting officer”.

equipamentos modernos de endereçamento, o que a tornava, portanto, peça essencial para realizar a circulação dos livros editados. A Palácio já atuava como importadora de livros editados nos Estados Unidos, correspondendo também às expectativas ideológicas sempre presentes na escolha das parcerias. Em mensagem redigida pelo posto USIS Rio de Janeiro à USIA, assim se referia o PAO (*Public Affairs Officer*) a Carlos Cohon, proprietário da Palácio do Livro:

Um fator intangível de importância primordial é que o Sr. Cohon acredita em livros. Como homem de negócios, ele não é bobo de ninguém, mas mantém uma perspectiva revigorante sobre as infinitas possibilidades de realizar um crescimento construtivo em seu país com a palavra escrita. É para esse sentimento de realização que o nosso programa é direcionado<sup>145</sup>. (USIA. RG 306. ADVERTISING..., s. d., tradução própria).

Além da estratégia de venda dos títulos, modalidade utilizada através do uso dos canais estabelecidos entre editoras e livrarias ou postos diversos de venda, como já visto, havia a modalidade de distribuição gratuita dos títulos, em que se esperava ampliar em muito o alcance de público leitor. Nesta modalidade, a distribuição de livros para bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias, associações profissionais e de classe eram recursos frequentes. Em relatório USIS Rio de Janeiro, encaminhado à USIA [1962 c.], o posto informava ter conseguido estabelecer contato com a Confederação Rural Brasileira, com a Confederação Nacional do Comércio e com a Confederação Nacional das Indústrias para, através de suas listas de associados, ser capaz de chegar àqueles que bibliotecas e livrarias não poderiam alcançar; e em paralelo continuava cuidando dos trabalhos de aproximação com departamentos e faculdades de universidades, assim como de bibliotecas as mais diversas.

[...] montaremos listas de discussão de seus membros e enviaremos livros e material pertinente para eles, como faremos com os membros da Confederação Rural Brasileira. Assim, estaremos direcionando os nossos livros para setores influentes em áreas rurais, bem como em áreas industriais e metropolitanas. [...] Também estamos focando nossa atenção nos grupos a seguir e estamos nos esforçando para sistematizar nossa distribuição de livros pertinentes a eles: 1. faculdades de direito e de filosofia; 2. estudantes

---

145 “One intangible factor of overriding importance is that Mr. Cohon believes in books. As a businessman he is no man’s fool, but he retains a refreshing outlook regarding the infinite possibilities of accomplishing constructive growth in his country with the written word. It is to this sense of accomplishment that our program is ultimately directed”. **Fonte:** Advertising / Promotion Campaign, [s. d.]. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4.



universitários em geral; 3. intelectuais, incluindo escritores, pintores, críticos, etc.; 4. bibliotecas<sup>146</sup>. (USIA. RG 306. USIS'S PROGRAM..., 13 set. 1962], tradução própria).

A utilização de revistas e periódicos para publicidade de lançamento dos livros, assim como espaços para a legitimação de autores e livros presentes no programa, foi outra modalidade de circulação considerada de máxima importância para o sucesso da construção do consenso ideológico. Os livros publicados precisavam não apenas da publicidade para ser aceitos, mas fundamentalmente do acolhimento pelos canais de legitimação. Periódicos científicos e revistas semanais de grande alcance, assim como palestras e cursos a partir dos temas tratados nos livros publicados pelo programa, compuseram os circuitos de disseminação dos conteúdos da USIA. Neste quesito, intelectuais em rede eram fundamentais.

As revistas *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Mundo Novo*, *Desfile* (criada pela USIA e distribuída como encarte em jornais), *Seleções* (versão nacional da *Reader's Digest*), *Suspense*, *Cadernos Brasileiros*, *Revista Brasileira de Economia* e *Revista de Administração de Empresas* (ambos periódicos da Fundação Getúlio Vargas), *Diálogos*, e ainda espaços em cadernos temáticos de jornais (economia, política, cultura) foram canais utilizados de forma sistemática e concomitante. “Esse tipo de publicidade é caro, mas é indicado em alguns casos. A circulação e o número de leitores são altos nas três revistas que propomos usar: *O Cruzeiro*, *Manchete* e a edição portuguesa do *Reader's Digest*”<sup>147</sup>. (USIA. RG 306. ADVERTISING..., s. d., tradução própria).

Um caso exemplar da rede em funcionamento foi protagonizado por Walt Whitman Rostow. Ele visitou o Brasil em 1964, ocasião apropriada para fazer circular os livros de sua autoria que o programa já havia publicado no Brasil. Todos os canais de propagação construídos pelo USIS Rio de Janeiro foram acionados. Palestras em Universidades, publicação de artigos,

---

146 “[...] we will set up mailing lists of their members and send pertinent books and material to them as we will do with the members of the Brazilian Rural Confederation. We will thus be directing our books to influential sectors in rural as well as industrial and metropolitan areas. We are also focusing our attention on the following groups and are endeavoring to systematize our distribution of pertinent books to them: 1. University faculties in law, philosophy; 2. University students in general; 3. Intellectuals including writers, painters, critics, etc; 4. Libraries”. **Fonte:** USIS Program Support for the Alliance for Progress, Field Message n. 28, September 13, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3.

147 “This type of advertising is expensive but is indicated in some instances. Circulation and readership are high in the three magazines we propose to use: O CRUZEIRO, MANCHETE, and the Portuguese edition of Reader's Digest”. **Fonte:** Advertising / Promotion Campaign, s.d. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4.

resenhas dos livros, entrevistas em rádios e ampla divulgação da agenda de visitas em jornais de grande circulação. Entre 08 de agosto e 19 de setembro, foram localizadas 42 referências a Rostow entre notícias, artigos e entrevistas nos jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, relacionados à sua presença no País.

A visita do Sr. e Sra. Rostow ao Brasil proporcionou ao posto excelentes oportunidades para expor os formadores de opinião e líderes brasileiros aos principais temas políticos dos EUA. As aparições pessoais e discursos do Sr. e da Sra. Rostow foram as principais notícias no Brasil durante a sua estada, e, portanto, tiveram uma cobertura exaustiva pela imprensa, rádio, televisão e filmes. [...] Os livros e artigos anteriores de Rostow deram ao posto a oportunidade de colocações antecipadas nos jornais de domingo, de modo que as bases de relações públicas haviam sido estabelecidas para a visita de Rostow. O envio direto e a distribuição de textos completos dos discursos do Sr. Rostow para selecionar públicos-alvo, como membros do Congresso, foram bem recebidos pelos destinatários. O Book Translation Program apresentou o livro de Rostow durante sua visita, e várias cópias foram distribuídas estrategicamente por membros da missão do país. O posto considera que a visita do Sr. e da Sra. Rostow foi um sucesso absoluto que contribuiu significativamente para os objetivos do país<sup>148</sup>. (USIA. RG 306. VISIT..., 14 set. 1964, tradução própria).

Os trabalhos de divulgação exemplificados pelo caso de Rostow evidenciam a constante preocupação com a realização de uma ampla circulação dos livros editados. Em síntese: não bastava editar, **os livros deviam circular**, tornarem-se **públicos**.

O programa editorial não cumpriria seu papel se concentrasse esforços apenas na edição. Os livros tinham um papel político a cumprir, deveriam dar suporte teórico, com ares de cientificidade, ao conjunto de ideias que desenhava o sistema capitalista como consequência natural da evolução humana. Para além disso, os livros deveriam dar suporte às disputas

---

148 “The visit of Mr. And Mrs. Rostow to Brasil provided the post with outstanding opportunities to expose Brazilian opinion makers and leaders to major US policy themes. The personal appearances and speeches by Mr. and Mrs., Rostow were top news in Brazil during their stay, and hence got exhaustive coverage by the press, radio, television and motion pictures. [...] Mr. Rostow’s books and previous articles gave the post the opportunity for advance placements in Sunday papers, so that the public relations groundwork had laid for the Rostow’s visit. Direct mailing and distribution of full texts of Mr. Rostow’s speeches to select target audiences, such as members of Congress, was well received by the recipients. The Book Translation Program featured Mr. Rostow’s book during his visit, and a number of autographed copies were strategically placed by members of the county mission. The post feels that the visit of Mr. and Mrs. Rostow was an unqualified success which contributed significantly to county objectives”. **Fonte:** Visit of Mr. and Mrs. Rostow to Brazil, September 14, 1964. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 6.

travadas entre os governos latino-americanos e os Estados Unidos sobre autonomia política e desenvolvimento econômico.

Nos capítulos a seguir, veremos como o uso público e político dos livros subsidiados pela USIA, no Brasil, se ligou às disputas travadas entre os Estados Unidos e os governos nacional-desenvolvimentistas.

## 4 O PROGRAMA EDITORIAL DA USIA E A DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

O Brasil pode aprender muito com a observação dos frutos do modo de vida democrático e de livre iniciativa nos EUA, assim como os EUA podem aprender muito com a observação do Brasil<sup>149</sup>.  
(USIA. RG 306. BRAZIL..., 12 set. 1957).

A importância do Estado para o padrão de acumulação do capital reside no fato de ser o Estado moderno uma das formas derivadas da forma mercadoria e, como tal, essencial ao ordenamento social que sustenta o sistema capitalista. O Estado é o lugar da reprodução do capital, não o lugar de sua superação (MASCARO, 2018); é o lugar para regular a luta de classes e assegurar a estabilidade da ordem social (BOTTOMORE, 1988). Determinar o modelo da forma Estado dentro do sistema capitalista significa, para as classes economicamente dominantes, direcioná-lo politicamente para as melhores condições de reprodução do capital.

Esta compreensão de Estado se opõe à definição que dele constrói a teoria política clássica, na qual o Estado que se desenvolve no seio do liberalismo e que, na atualidade, compartilhamos é definido como “um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes” (MORTATI, 1969, p. 23 apud BOBBIO, 1987, p. 94). Sendo soberano, cabe a ele o monopólio da violência<sup>150</sup> (GERTH; WRIGHT, 1967, p. 55) e a responsabilidade de dirimir os conflitos internos entre grupos sociais com interesses opostos, condições estas necessárias para manter em funcionamento a sociedade moderna.

O Estado moderno é o Estado das leis, das constituições (BOBBIO, 1987, p. 97). Estado em que a racionalidade atinge centralidade na elaboração e aplicação de leis para arbitrar os conflitos sociais. É representativo, estruturado por um sistema partidário em que os indivíduos se organizam e disputam o direito de ocuparem cargos decisórios no interior dos poderes que o constitui, através do sufrágio universal.

---

149 “Brazil may learn much from observing the fruits of the democratic, free enterprise way of life in the US, just as the US may learn much from observation of Brazil USIS”. **Fonte:** Brazil Country Plan, September 12, 1957. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

150 “Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força.”

Esta compreensão teórica de Estado, que o apresenta como uma instituição neutra capaz de promover a inclusão, a igualdade e a justiça a partir, e principalmente por causa, de seu ordenamento jurídico, é também apresentada como o resultado atual de um longo processo histórico de aperfeiçoamento da sua condição originária elitista: por uma sucessão de revoltas e revoluções sociais que enfrentaram o poder monárquico exercido de forma discricionária ou com base em direitos consuetudinários, foi tomando corpo uma instituição que, por meio de leis regulatórias, tornou possível trazer para o centro do poder a figura do povo, criando e consolidando um sistema de representação política para a mediação consensual entre mandante e mandatário.

O Estado, ou Estado burguês, resultado das revoluções dos séculos XVII e XVIII, assim como das revoltas sociais protagonizadas pelas classes subalternas para a ampliação dos direitos ao longo do século XIX, chegou aos nossos dias na configuração do Estado democrático de direito. Nele, o indivíduo tem garantidos os seus direitos de cidadania, que incluem, na sua versão básica, tomar decisões políticas através do voto, escolher livremente uma profissão que lhe garanta meios de subsistência, ter e proteger a sua propriedade privada.

Embora seja inegável que houve avanços sociais nesse processo histórico (resultado da luta dos subalternos, ressaltado), o que nele permanece oculto é justamente o que explica a funcionalidade do Estado ao sistema capitalista e, por conseguinte, a sua submissão aos desígnios do capital, relação esta que o modelo teórico clássico não evidencia.

Pelas lentes da teoria materialista do Estado<sup>151</sup>, o processo que culminou na formação do Estado democrático de direito assenta-se na separação entre poder político e poder econômico. Há, nessa separação, a possibilidade de apropriação dos preceitos do liberalismo e

---

<sup>151</sup> A teoria materialista do Estado parte da premissa de que o Estado moderno é a expressão de uma forma social determinada que cria condições concretas de organização política. Para entender a complexidade dessa “forma social”, é necessário compreender as suas especificidades fundantes e como tais especificidades se objetivam na “forma política”. O Estado é analisado como instituição resultado de luta de classes da sociedade capitalista, cuja sociabilidade se dá pela combinação entre propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado, troca de mercadorias e concorrência. Nas análises críticas sobre o Estado moderno, entre elas as produzidas por Gramsci, “a relação entre Estado e a estrutura de classes da sociedade capitalista é vista de maneira mais mediatizada e complexa, e no seu centro encontra-se a hipótese de uma ‘autonomia relativa’ do Estado em relação a todas as classes, que também é fundamentada de diferentes maneiras. O Estado não é visto como simples aparelho repressivo da opressão de classe, mas, ao mesmo tempo, como instância ideológica e parte integrante de amplas relações hegemônicas definidas pelo pensamento e ação dos indivíduos” (HIRSCH, 2010, p. 22). Embora seja a forma Estado o resultado das condições concretas da sociabilidade capitalista e, portanto, apresente as condições necessárias para a realização do fluxo e acúmulo de capital, ainda assim é uma forma em permanente disputa no seio da luta de classes.

da democracia pelo capitalismo, que os redefine e os funde de modo a construir as melhores condições para o seu funcionamento.

A democracia liberal, fruto desse amálgama, é uma democracia formal, limitada em seu poder e extensão pelo liberalismo que a conforma. Democracia dos tempos modernos tornou-se sinônimo de liberdade política, mas não de liberdade econômica, em um sistema em que o privilégio não é mais o político, mas o econômico (WOOD, 2011). Sob o capitalismo, as relações de propriedade entre capital e trabalho foram preservadas enquanto “se permitia a democratização dos direitos políticos e civis” (WOOD, 2011, p. 174). A separação da esfera econômica do poder democrático tornou a economia invulnerável à democracia, ao mesmo tempo que tornou a democracia um instrumento apenas formal.

A própria condição que torna possível definir democracia como se faz nas sociedades liberais capitalistas modernas é a separação e o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático. Proteger essa invulnerabilidade passou a ser um critério essencial de democracia. Essa definição nos permite evocar a democracia contra a oferta de poder ao povo na esfera econômica. Torna mesmo possível invocar a democracia em defesa da redução dos direitos democráticos em outras partes da ‘sociedade civil’ ou no domínio político, se isso for necessário para proteger a propriedade e o mercado contra o poder democrático. (WOOD, 2011, p. 202).

O sistema opera para que haja a prevalência do capital determinante sobre a condução política do Estado e sua democracia formal (MASCARO, 2018, p. 14).

Historicamente, as nações periféricas que buscaram modificar, pelo poder político, suas bases produtivas e redistributivas entraram em rota de colisão com os interesses do fluxo contínuo do capital. A Teoria Marxista da Dependência oferece as condições teóricas para entender as especificidades e contradições do processo de desenvolvimento dos países de economia periférica, como é o caso dos países da América Latina, na sua relação de dependência com o capitalismo central. Basicamente, trata-se de compreender as particularidades do capitalismo e a luta de classes na América Latina e revelar “as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial”, superando os limites de compreensão oferecidos pelas teorias cepalinas (PADRÃO..., 2012, p. 9)<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> Categorias analíticas como desenvolvimento do subdesenvolvimento, padrão de reprodução do capital, subimperialismo e superexploração tornaram-se essenciais para a compreensão das condições concretas da economia dependente dos países da América Latina, não apenas para o período abordado nesta tese, mas para todo

Neste capítulo, busco demonstrar como a interferência política dos Estados Unidos sobre o Estado Nacional Brasileiro, no período entre 1953 e 1968, respondeu à sua necessidade de conformar um Estado plenamente satisfatório ao fluxo contínuo de acumulação de capital, e que a sua aposta sobre uma forma autoritária de Estado, originário de um golpe civil-militar, evidencia ausência de nexos obrigatório entre Estado burguês e democracia, podendo ser a democracia descartada, se necessário, para a preservação do Estado liberal facilitador do fluxo de capital.

#### 4.1 A DISPUTA PELO ESTADO NACIONAL

Fortalecer a ideia de que o Estado democrático de direito funciona apenas sob um regime capitalista de produção exigia, na guerra ideológica, apresentar o modelo de Estado socialista como farsa.

“No mundo de hoje achamo-nos cara a cara com o perigo de que o crescente ideal de liberdade e melhor vida que exalta todos os povos possa ser corrompido e traído pelas falsas promessas do comunismo.” Este trecho da mensagem de Truman enviada ao Congresso, em 1950, é retransmitido ao povo brasileiro através da coluna de Al Neto, *Nos Bastidores do Mundo* (SANTOMAURO, 2015)<sup>153</sup> no *Jornal do Brasil* (que também transmitia a coluna pela *Rádio Jornal do Brasil*, PRF4, onda de 940kcs). O artigo tinha o objetivo de reafirmar à audiência nacional o compromisso assumido pelos Estados Unidos na defesa do “mundo livre” das ameaças do comunismo.

As ideias propagadas pelo comunismo representavam, segundo mensagem de Truman, um desafio à democracia, ao sistema econômico, à paz e à prosperidade mundiais, e que a confiança que os “povos livres” depositavam na capacidade de liderança dos Estados Unidos não seria traída. “Nós estamos resolvidos a dedicar nossa energia e nossos recursos a esta causa, porque sabemos que nossa própria segurança e o futuro da humanidade estão em jogo”, palavras

---

o processo histórico de desenvolvimento enfrentado pelos países latino-americanos até hoje. Para compreensão aprofundada da Teoria Marxista da Dependência, ver LUCE, 2018.

153 Afonso Alberto Ribeiro Neto, o Al Neto, formado em Direito e em Filosofia, atuou como jornalista. Anticomunista. Foi correspondente da United Press – UP e da BBC de Londres. Foi bolsista de intercâmbio pelo Departamento de Estado, passando seis meses nos Estados Unidos. Seus programas de rádio, “Comentários de Al Neto” e “Nos bastidores do mundo” alcançavam grande audiência. Por isso e por suas posições ideológicas, Al Neto tornou-se parceiro subsidiado da USIA no Brasil. A pesquisa de Fernando Santomauro (explora em profundidade o uso de programas de rádio pela USIA, no Brasil.

de Truman com as quais Al Neto fechava a sua coluna de 5 de janeiro de 1950 (AL NETO, 5 jan. 1950, p. 6).

No dia seguinte, a coluna de Al Neto foi dedicada a explicar, à sua audiência, a principal diferença entre o comunismo e o liberalismo. Dizia ele que o primeiro promove a coletividade e sufoca o indivíduo, enquanto o segundo valoriza o indivíduo e seu bem-estar, proporcionando assim o bem coletivo. Na sua explanação, traça um argumento em que iguala comunismo e nazismo como doutrinas sociais coletivistas e totalitárias, reservando ao liberalismo a base de ideias que torna possível a construção de um mundo livre e próspero.

A doutrina liberal mantém que respeitando e protegendo os direitos do indivíduo, o Estado está promovendo o bem da coletividade, que é formada por esses indivíduos. O nazismo e o comunismo sustentam que podem menosprezar o bem do indivíduo em nome da coletividade. Mas uma coletividade formada por indivíduos escravizados é também uma coletividade escravizada. (AL NETO, 6 jan. 1950, p. 5).

Daí resultaria a condição irreconciliável entre o “mundo livre” e o mundo “submetido” à doutrina comunista. Por sua defesa ao indivíduo e à sua natural capacidade de livre iniciativa, cuja plena realização só seria possível sob a liberdade garantida pelo Estado de Direito democrático, os Estados Unidos não poderiam “aceitar tal doutrina”.

O conflito reveste-se de muitos aspectos diferentes, divergentes e não raro contraditórios. No fundo, porém, resulta da diferença inicial de que as democracias acreditam na dignidade da pessoa humana, do indivíduo, enquanto as nações comunistas negam esses direitos em nome da coletividade, em nome do Estado.

Recentemente, falando perante a Sagrada Rota Romana, o Sumo Pontífice, papa Pio XII, definiu o coletivismo como sendo ‘a doutrina legal que priva o homem de toda a sua dignidade pessoal’.

Nem a Igreja Católica, nem os Estados Unidos, que hoje se unem na defesa dos direitos do homem, podem aceitar tal doutrina. (AL NETO, 6 jan. 1950, p. 5).

Os dois artigos assinados por Al Neto (1950) indicam a autoria do conteúdo ao final, USIS<sup>154</sup>, e exemplificam a articulação dos dois pilares básicos com os quais a matriz ideológica do NSC definiu a política de atuação da USIA ao longo das décadas de 1950 e 1960: a)

---

154 As duas matérias assinadas por Al Neto tiveram origem no posto USIS, Rio de Janeiro, cuja participação na matéria, àquela altura, não era mantida em sigilo, já que ao final de ambas aparece, entre parênteses, a palavra USIS.



deslegitimação do marxismo enquanto teoria científica; b) deslegitimação de projetos político-econômicos que oferecessem barreiras à sua política externa. O mote da defesa: a liberdade e a democracia, que só encontrariam sua plenitude sob o sistema capitalista. Neste escopo de ação ideológica, o ano de 1956 foi especialmente produtivo à USIA, que desenvolveu quantidade considerável de conteúdo anticomunista – e antinacionalista – a partir de eventos políticos ocorridos nos países socialistas do Leste Europeu e na União Soviética, em especial os crimes de Stalin, denunciados pelo relatório de Kruchev no XX Congresso do Partido Comunista, e o processo de silenciamento e prisão de Milovan Djilas, vice-presidente de Tito, na Iugoslávia.

O impacto das denúncias de Kruchev foi enorme, não só para o movimento comunista internacional, mas também para os setores de esquerda não comunistas, segmento este de grande importância para as campanhas ideológicas orquestradas pelo NSC.

No Brasil, o relatório Kruchev foi trabalhado de duas formas em simultâneo: em uma série especial de 11 artigos publicados no *Correio da Manhã*, intitulada “Os crimes soviéticos e as confissões de Kruchev”, e na publicação de um livreto reunindo artigos críticos de intelectuais comunistas e líderes de partidos comunistas, que se posicionaram a partir do relatório de Kruchev: Howard Fast, Palmiro Togliatti, Eugene Dennis, Pietro Nennis, Maurice Thorez<sup>155</sup>.

A série “Os crimes soviéticos e as confissões de Kruchev” foi levada ao público entre 26 de setembro e 31 de outubro de 1956, e defendeu, ao longo de seus 11 artigos, que as denúncias de Nikita Kruchev sobre os crimes de Stalin, no XX Congresso do Partido, em 1956, não podiam ser atribuídas apenas a Stalin, mas ao sistema soviético como um todo.

A série era a reprodução, em capítulos, de relatório preparado pela *Public Affairs Committee of Freedom House*, NY, baseado em estudo de Chester S. Williams. O objetivo era incluir Kruchev nos crimes que ele próprio denunciava. Despersonificando os crimes, o relatório queria provar que eles continuavam a ser cometidos, pois era característica inerente ao comunismo: o sistema soviético era o culpado e permanecia sendo o culpado pelos crimes

---

155 O material contendo os textos dos intelectuais foi enviado pela USIA ao posto USIS Rio de Janeiro em 27 de julho de 1956. Response to Kruchev's Denunciation of Stalin. Howard Fast, escritor estadonidense, escreveu *The Naked God: the writer and the Communist Party*, livro autobiográfico no qual contava o seu rompimento com o partido comunista e que entrou para o catálogo de livros subsidiados pela USIA (no Brasil, foi editado pela Editora Saga, em 1959, sob o título *Deus nu: o escritor e o partido comunista*). Palmiro Togliatti, líder comunista italiano, Eugene Dennis, líder do Partido Comunista dos Estados Unidos, Pietro Nennis, líder do Partido Socialista italiano, e Maurice Thorez, líder do Partido Comunista francês. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

cometidos outrora por Stalin e seus assessores, assim como era Kruchev o responsável pelos crimes que continuavam a ocorrer após a morte de Stalin.

O relatório catalogou “novos crimes cometidos após a morte de Stalin”, “incluindo os expurgos que se seguiram à morte de Béria<sup>156</sup>, o fuzilamento dos grevistas de Poznan, na Polônia, e o novo expurgo de camponeses russos, ainda este ano”. (UM POUCO..., 1956, p. 3).

O artigo de abertura da série esclarece ao leitor a importância da denúncia e o direciona para a tese que defenderá: que a denúncia de Kruchev “não indicou até onde os atuais dirigentes da União Soviética foram cúmplices de muitas dessas ofensas” e nem admitiu que os crimes **eram** originários do Estado bolchevista e, portanto, “constituem parte integral desta sociedade, sua concepção, liderança e direção”. (UM POUCO..., 1956, p. 3).

O leitor era apresentado, artigo após artigo, a uma sequência de crimes cometidos por Lenin e Stalin, reforçando que os líderes que então lhes sucederam estiveram ao lado desses dirigentes quando os seus crimes foram cometidos, como parte integrante de um Estado Totalitário sem limites para o poder discricionário. Expurgos, perseguições, execuções e censura foram os temas abordados. “O sistema totalitário controla toda a atividade humana, fixando-a dentro de padrões rígidos. Escritores e artistas, sempre considerados como quadros de vanguarda na programação da linha oficial, foram particularmente arregimentados”, controlados, perseguidos, censurados, expurgados e até executados (A GRANDE..., 1956, p. 3).

Promover a associação com o Nazismo foi outro ponto bastante explorado pela série. Definindo o Estado soviético como Estado Totalitário, a comparação tornava-se fácil e profícua. Os horrores da Guerra eram ainda muito fortes na memória de seus contemporâneos, mesmo entre as populações que não foram suas vítimas diretas, como no caso brasileiro. Usar referências a campos de concentração e uso de trens de carga levando um amontoado de indivíduos perseguidos por suas convicções religiosas ou políticas, facilmente causava o repúdio desejado no leitor.

Despojados de suas economias e propriedades, milhares se viram embarcados em vagões de gado a fim de encontrar morte prematura nos campos de trabalho forçado da Sibéria e Ásia Central. Ao mesmo tempo, os intelectuais – escritores, artistas, cientistas – eram perseguidos como ‘inimigos da classe’. (A ALEGRE..., 1956, p. 3).

---

156 Lavrenti Béria foi chefe da polícia secreta na URSS entre 1929 e 1935. Após a morte de Stalin, Béria foi executado pelo governo de Nikita Krushev.

Nos artigos, a União Soviética foi responsabilizada, também, pelo advento da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Segundo a linha argumentativa dos artigos, os acordos de Stalin com Hitler e seu jogo duplo com o Ocidente levaram a um quadro insustentável que deflagrou a guerra, assim como a atitude de Stalin e seus colaboradores no imediato pós-Guerra, dando mostras irrefutáveis de seus intentos imperialistas, levou à Guerra Fria e a episódios de conflitos armados isolados, como a Guerra da Coreia.

No último artigo da série, publicado em 31 de outubro de 1956, a apresentação das conclusões. A União Soviética cometeu e continuava cometendo crimes contra a humanidade, e cabia ao “mundo livre” combater as forças do Estado Totalitário soviético, adotando medidas em conjunto. As medidas foram elencadas em 5 pontos e convidavam a todos, governantes e governados do “mundo livre”, a adotá-las na luta pela liberdade: jamais confiar em comunistas; acirrar a luta ideológica pela liberdade; forjar canais de expressão para que os “povos escravizados” saibam que são compreendidos e acolhidos e não aceitar líderes comunistas como representantes dos povos “amordaçados”; unir o mundo livre, especialmente no trabalho de acolhimento aos movimentos de libertação colonial e se precavendo contra “demagogos e ditadores que abrem suas portas ao comunismo”, assim como utilizar melhor os recursos da ONU “como instrumento de assistência técnica às áreas em desenvolvimento” e manter o “mundo livre” fortemente armado, pois sem a “superioridade militar, estaremos a mercê do inimigo comunista”. (A NOVA..., 1956, p. 10).

A precária paz que possuímos será convertida na paz que realmente ambicionamos, apenas com o fim do totalitarismo. Isto poderá chegar em anos ainda não previstos. Mas jamais acontecerá caso o mundo livre não agite bem alto a bandeira da liberdade, buscando ativamente a libertação de todos os homens. (A NOVA..., 1956, p. 10).

Dois pontos chamam a atenção nas proposições finais do Relatório da Freedom House, replicados em série pelo *Correio da Manhã* e que revelam o cerne da disputa da Guerra Fria: a necessidade de garantir influência econômica e política sobre os territórios recém-libertos de suas metrópoles e assegurar a condução das demandas desenvolvimentistas em direção aos interesses econômicos dos Estados Unidos, caso específico da América Latina.

À exploração do relatório de Kruchev segue outro evento de extrema importância para os trabalhos ideológicos promovidos pela USIA neste período: o processo de acusação e condenação de Milovan Djilas.

O caso Djilas foi objeto de trabalho da USIA por longos anos, como veremos a seguir. Deste evento, saíram inúmeras notícias de acompanhamento do desenrolar dos fatos e séries de artigos analíticos sobre o funcionamento de um Estado Totalitário sob influência da União Soviética. O ponto alto foi o subsídio da USIA para a publicação de seu livro, *The new class*, escrito no cárcere e engenhosamente de lá retirado para ser publicado em Nova York, sob intenso trabalho de divulgação para torná-lo um *best-seller* e uma referência aos debates políticos nacionais travados então.

Djilas tornou-se um troféu da propaganda ideológica estadunidense. Reunia, em seu caso, todos os elementos considerados pela USIA como eficientes no combate ao comunismo mundial. Djilas era apresentado como uma exemplar vítima do comunismo e do Estado Totalitário: político silenciado por suas críticas ao sistema, objeto de uma condenação injusta e conseguida através da farsa jurídica, intelectual silenciado e perseguido em sua liberdade de expressão e - o mais importante – militante arrependido por ter se dedicado ao comunismo, e que por isso passava a denunciar ao mundo a farsa que ele representava.

A maioria dos jornais brasileiros de grande circulação dedicou espaço para o caso Djilas e, evidentemente, nem todos eram espaços pagos pela USIA, dada a relevância que o caso ganhou na imprensa internacional. Entretanto, em meio aos espaços de imprensa ocupados com o caso e fruto da dinâmica e interesse de cada periódico, a documentação consultada comprova a mão da USIA na imensa maioria dos espaços dados pela imprensa nacional. *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, revista *O Cruzeiro*, entre 1956 e 1959, e mesmo nos anos iniciais da década de 1960, ainda que em menor ocorrência, deram espaço ao caso.

Milovan Djilas, preso por divergências com o Partido Comunista quando ocupava o cargo de vice-presidente, na Iugoslávia, teve uma carreira de militante e revolucionário comunista durante décadas. Caiu em desgraça quando, no posto de vice-presidente, defendeu a implementação do socialismo democrático em seu país, com medidas como a abertura do sistema representativo para participação além do Partido Comunista e flexibilização da censura com a ampliação do direito de livre expressão. Assim foi, de forma geral, apresentado o caso Djilas pela imprensa brasileira.

Djilas foi preso em 1956. Antes, porém, suas críticas ao Partido Comunista Soviético já circulavam pela imprensa internacional. O *Correio da Manhã* publicava, em 21 de dezembro de 1952 (ANTISSEMITISMO..., 21 dez. 1952, p. 6), com material fornecido pelo posto USIS, as críticas feitas por Djilas ao antissemitismo soviético, então em prática na União Soviética e em países do Leste Europeu. Em seu artigo, publicado no *Borba*<sup>157</sup>, dizia o *Correio da Manhã*, Djilas alertava para o iminente perigo de expurgos de dirigentes comunistas, tais como o primeiro-ministro Matyas Rakosi e seu vice-primeiro-ministro Erno Geroe, na Hungria, em uma política de expurgos antissemitas, iniciados ainda durante a Segunda Guerra Mundial. A denúncia de Djilas, na ocasião, adequava-se perfeitamente ao rol de notícias que o Departamento de Estado<sup>158</sup> utilizava para promover a associação entre comunismo e nazismo.

*O Estado de S. Paulo* publicava, em 10 de janeiro de 1954 (O PC..., 1954, p. 2), a notícia – material fornecido pela *Agence France-Presse* (AFP) – sobre o descontentamento de dirigentes comunistas iugoslavos frente ao posicionamento público de Djilas quanto à política de seu partido, o PC iugoslavo. Na ocasião, ele havia publicado dois artigos críticos, um no *Borba* e outro na revista nova-iorquina *Nova Missão* [sic], em que defendia a necessidade de reformulação do partido e flexibilização de regras a fim de facilitar a construção do socialismo em seu país. A repercussão foi enorme, tão negativa para o mundo soviético quanto foi positiva para o “mundo livre”, abrindo ainda mais espaço de trabalho ideológico para a USIA na guerra de informações que então se travava. “As teses esposadas por Djilas podem causar prejuízo à edificação do Socialismo”, dizia a notícia, e Djilas havia sido aconselhado, pelo partido, a suspender futuras publicações de seus artigos. O pronunciamento do PC iugoslavo, que afirmava tratar-se de uma opinião pessoal de Djilas e cuja publicação não contava nem com a ciência nem com a concordância do Partido, mostrava o caminho de isolamento que Djilas enfrentaria a partir de então e sobre o qual a USIA tiraria o máximo proveito.

Djilas ignorou as advertências do Partido e publicou, em 1956, um novo artigo, desta vez capaz de levá-lo à prisão. Publicado pela revista nova-iorquina *New Leader*, Djilas anunciava no artigo o fim do comunismo ao posicionar-se sobre a revolução húngara. Ele sustentava que a revolução húngara seria o começo do fim do comunismo, pois já não seria ‘possível conter a luta da Europa Oriental pela independência e somente com grande esforço

---

157 Jornal oficial do Partido Comunista Iugoslavo.

158 Esses trabalhos estavam sob a responsabilidade da *International Information Administration*, IIA, integrante do Departamento de Estado e antecessora da USIA, como já demonstrado nos capítulos 2 e 3.

sua luta pela liberdade'. Era, para Djilas, o nascimento do comunismo nacional – o que significaria o fim do comunismo internacional comandado por um só país. O *Correio da Manhã* deu espaço considerável à notícia sobre o artigo e sobre a prisão de seu autor<sup>159</sup>, ocorrida, segundo enfatizava o jornal, 3 dias após a publicação (FIM..., 1956).

A combinação entre a reação do Estado soviético à revolução húngara, a interferência na condução da política interna da Iugoslávia e a prisão de Djilas facilitava o trabalho da USIA na associação entre comunismo e Estado Totalitário, esforço este recompensado pelo subsídio do programa de desenvolvimento de livro ao manuscrito que Djilas escreveu na prisão e que foi peça importante no combate ideológico.

Escrito durante a primeira metade do ano de 1957 e sub-repticiamente levado a Nova York, o livro foi lançado pela Editora Praeger em agosto daquele ano e tornou-se a mais importante peça publicitária dos Estados Unidos contra o Estado soviético, em específico, e contra qualquer modelo de Estado não liberal, em geral.

Isto porque o exaustivo trabalho de divulgação do livro foi coordenado pela USIA e seguido à risca por seus postos USIS, com estratégia de uso e exploração de conteúdo em diferentes mídias. À Editora Praeger coube assumir todas as negociações públicas que envolveram a comercialização do livro, como cessão de direitos autorais.

Concomitante ao lançamento do livro em Nova York, a USIA disponibilizou, através da Praeger, os direitos de publicação para o francês, italiano, alemão, grego, holandês, dinamarquês, norueguês e japonês, com recomendações aos postos USIS que trabalhassem imediatamente na divulgação e na contratação de editores locais sob a máxima discrição.

Refletido nas extensas atividades de promoção do editor, seu interesse em fornecer direitos de tradução é viável. Para continuar a evitar o envolvimento evidente das mensagens e manter as atividades de promoção da Agência no âmbito das investigações referenciadas, solicita-se que os postos que considerem a tradução local vantajosa informem a Agência os nomes e endereços de interesse das empresas locais, permitindo a Washington facilitar as negociações diretamente do editor para traduções locais. Os postos são advertidos para manter discrição em seu envolvimento<sup>160</sup>. (USIA. RG 306. DJILAS..., 27 ago. 1957, tradução própria).

---

159 A fonte para a matéria era a United Press (UP).

160 "Reflected in the publisher's extensive promotion activities is his interest in providing translation rights where this is feasible. To continue to avoid overt involvement by posts and to keep the Agency's promotion activities within the framework of referenced guidances, posts which consider local translation possible and advantageous are requested to inform the Agency soonest of the names and addresses of interest local firms, enabling Washington to facility direct negotiations by publisher for local translations. Posts are cautioned to keep overt involvement to

Em circular confidencial enviada a todos os seus postos em 9 de agosto de 1957 a agência orientava sobre o trabalho de divulgação da obra, sugerindo as passagens biográficas do autor a se destacar e os trechos da obra a se publicizar (USIA. RG 306. INFOGUIDE..., 1 ago. 1957). A divulgação deveria reforçar Djilas como um comunista com conhecimento aprofundado do marxismo, o que legitimaria suas críticas. O principal aspecto a ser explorado na obra era, em primeiro lugar, o seu argumento principal: a burocracia comunista criou uma nova classe, os dirigentes do partido, que exploravam o povo e concentravam a riqueza produzida por ele. Em complemento, havia muitos outros pontos importantes que deveriam ser amplamente explorados: a condição do operário sob o regime comunista, o desperdício sob o sistema comunista, o militarismo, a supressão da liberdade de expressão, a corrupção, o avanço econômico conseguido à custa de um povo escravizado. Cada um desses tópicos era acompanhado, na circular, por breves explicações e por trechos retirados do livro.

O posto USIS Rio de Janeiro informava à Agência que os planos de publicação e divulgação seguiam à risca a orientação: o livro recebia “considerável publicidade na imprensa carioca” e o *Diário de Notícias* “está publicando agora todo o texto”, enquanto a editora Agir preparava a publicação do livro para dezembro, e “em conformidade com as instruções, o USIS-Brasil não interveio no arranjo descrito”. (USIA. RG 306. PUBLICATION..., 28 out. 1957). Os trabalhos de divulgação do livro, no Brasil, foram concomitantes ao seu lançamento em Nova York e colocaram em ação todos os canais de imprensa aos quais o governo estadunidense tinha acesso: desde as agências estadunidenses de notícias, como a *United Press* (UP) e a *Associated Press* (AP), passando pelas agências colaboradoras, como a *Reuters* e a AFP, até o uso exaustivo da cadeia de revistas sob controle da CIA<sup>161</sup>.

“Um livro devastador do comunismo e que já está sendo comparado, por seu alcance, ao *J'acuse* de Emilio Zola, foi publicado, ontem, em Nova York”, sentenciava artigo da *United Press* publicado pelo *Jornal do Brasil* em 13 de agosto de 1957<sup>162</sup> (MONTELLIER, 1957, 1º Caderno, p. 13). O artigo dedicava-se a apresentar um cuidadoso resumo do conteúdo do livro

---

a minimum”. **Fonte:** Djilas Book Translation, August 27, 1957. Confidential. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2.

161 As revistas de arte e cultura financiadas pelo Congresso para a Liberdade da Cultura, que por sua vez era mantido com recursos e direção da CIA.

162 Artigo de igual teor foi publicado pelo *O Globo* com material fornecido pela United Press: NENHUMA revolução falhou tanto como a comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 agosto 1957, p. 8. Acervo O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

– *A Nova classe (The New Class)*, utilizando os trechos adequados para deslegitimar o comunismo e os Estados socialistas.

A revolução comunista – disse Djilas – não conseguiu obter um só dos ideais que citava como sua força impelidora. Não há revolução que tenha prometido tanto e conseguido tão pouco, pois a demagogia e o logro são as armas indispensáveis do líder comunista.

A única coisa que conseguiu o comunismo – diz Djilas – foi a criação de uma nova classe que ‘cada dia se torna mais poderosa, enquanto o partido se enfraquece’. (MONTELLIER, 1957, 1º Caderno, p. 13).

Recheado de frases extraídas do livro - “o realismo socialista do comunismo em nada se diferencia do Nacional-Socialismo de Hitler”; “o Estado comunista é do tipo que se corrompe por si mesmo”; “o verdadeiro comunista é uma mescla de fanático e de sedento de ambição ilimitada do poder” - o artigo detalhava para o leitor a obra que, a partir de seu lançamento, passaria a ser apresentada, pelos ideólogos estadunidenses, como o maior documento político do século XX.

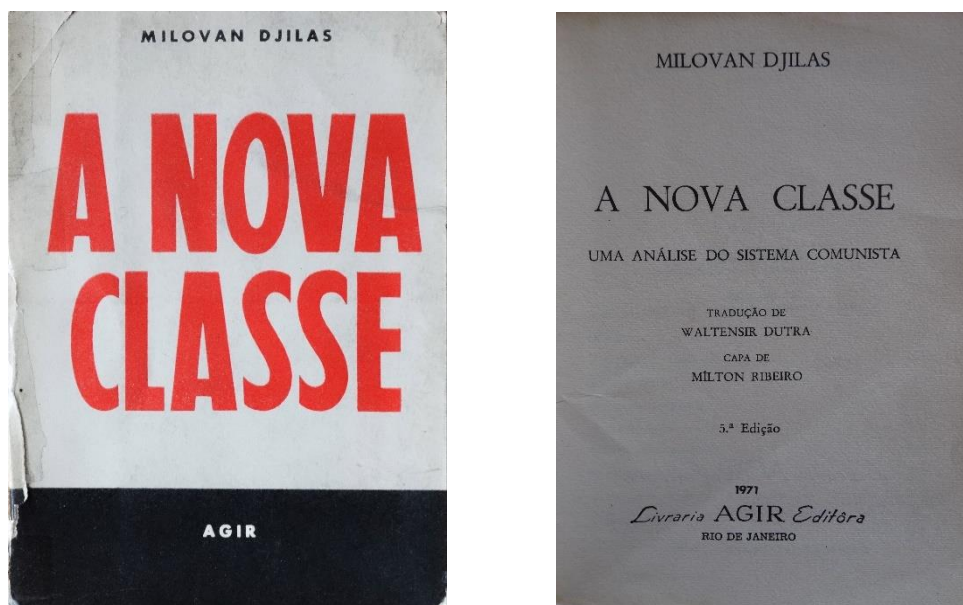


Figura 3

Outras matérias e artigos com igual teor foram publicados na imprensa nacional, popularizando os trechos que expunham as críticas de Djilas, conforme determinado pela Agência: entre notas biográficas do autor e enaltecimento da obra como um documento autêntico, o argumento central em todos eles era de que o comunismo finalmente foi



desmascarado, uma esfinge que, decifrada por Djilas, levaria o mito do comunismo à extinção (MAYO, 1957, p. 10-11).

Figuras políticas nacionais também reforçaram seus argumentos contra propostas nacionalistas por meio do livro de Djilas, e destaco alguns exemplos.

O deputado Raimundo Padilha, da UDN, em plenário da Câmara, ao responder ao general Lott a sua declaração pró-humanização do comunismo, o rechaçava argumentando, a partir de Djilas, como uma revolução dá origem a um novo grupo social explorador, e “reparem bem aqueles que estão acompanhando a evolução das coisas em certos países da América Latina, uma nova classe social, que a pretexto de defender proletários e trabalhadores, não é outra coisa senão a classe dos exploradores do trabalho e do trabalhador”. (PADILHA, 1957, p. 3).

Em meio aos debates travados no Senado e na Câmara sobre o projeto de criação da Eletrobrás, *O Estado de S. Paulo*, em matéria extensa, alertava para o fato de que a tramitação do projeto no Senado “permitiu aferir o grau de estatismo que domina o Congresso”, e contra o qual se pronunciou o senador Mem de Sá<sup>163</sup>, que “sustentou, sozinho, a batalha contra os chamados nacionalistas da Casa”, salientando que “a empresa privada é cada vez mais perseguida” e oprimida pelo Estado. Afirmando que o país enfrentava o dilema da escolha: ou marchar rumo ao socialismo e suprimir a iniciativa privada de vez ou manter “a livre iniciativa das empresas privadas, dando-lhes as mesmas condições, os mesmos termos, as mesmas vantagens de que gozam as empresas públicas.”

Ao destacar que o senador Mem de Sá alertava, também, para a força e o peso negativos da burocracia quando o Estado “invade o campo da economia”, o articulista reforçou o argumento através de Djilas:

O ex-comunista Djilas, em livro recente, escreveu, muito profundamente a esse respeito, mostrando que nos países comunistas se formam essas classes burocráticas tentaculares e dominadoras, que se consideram cada vez mais indispensáveis e esmagam todo o Estado. (A ELETROBRÁS..., 1957, p. 4).

Pouco mais de um mês depois, Carlos Lacerda, na Câmara dos Deputados, fazia igual ataque ao “estatismo” do Congresso, reforçando seus argumentos com base na obra de Djilas:

---

163 Eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1954, pela coligação Partido Social Democrático, PSD e União Democrática Nacional, UDN.

a UDN não se deixaria prender pelo “falso dilema” entre estatismo e iniciativa privada, pois sob a máquina do Estado, o desenvolvimento é alcançado...

à custa da abdicação dos direitos do homem, da sua renúncia à sua própria condição de homem; conseguido à custa da formação – e sirvo-me da expressão feliz daquele pobre líder Djilas, que lá está purgando no cárcere a sua nobre dissensão do marxismo ortodoxo, conseguido à custa da formação de uma nova classe, mais valeria dizer de uma casta, a casta da burocracia comunista que, através de um partido essencialmente e obrigatoriamente minoritário, que representa, na Rússia, menos de 2% da população, domina a máquina do Estado e, por intermédio desta, a consciência dos cidadãos. (LACERDA, C., 1957. 1º/2º Cadernos, p. 4-5).

Os discursos acima citados foram realizados antes mesmo da publicação do livro em português, o que evidencia que o trabalho de divulgação promovido pela USIA através da imprensa<sup>164</sup> ou através de envio de livros em inglês (chamavam esta ação de *presentation*) para figuras políticas nacionais, conforme determinação da USIA, foi realizado a contento<sup>165</sup> (USIA. RG 306. ORIENTAÇÕES..., 27 ago. 2007). Pouco antes da publicação pela editora Agir, o *Diário de Notícias* publicou o livro em formato seriado, entre 29 de outubro e 27 de dezembro de 1957<sup>166</sup>.

A versão do livro em português chegou ao mercado editorial em janeiro de 1958, produzindo uma nova leva de artigos, resenhas, comentários e discursos na Câmara dos Deputados. Tratado como um *best-seller*, figurando entre os mais vendidos, a repercussão agradou ao posto USIS Rio de Janeiro.

A Nova Classe, de Milovan Djilas, foi publicado até agora em três edições, totalizando 15.000 cópias. A terceira edição está quase esgotada e o editor está planejando imprimir mais 3.000 cópias. Pelos padrões brasileiros, essa resposta a uma obra política é extraordinária. O USIS-Brasil ajudou a divulgar o livro colocando anúncios em jornais locais e em duas das principais revistas nacionais. Além disso, o USIS adquiriu aproximadamente 1.000 cópias para distribuição aos destinatários selecionados. A editora afirma que mais de 350 pedidos por correspondência já foram recebidos, como resultado dos anúncios do USIS. Pedidos são recebidos a uma taxa de cerca de 15 a 20 por semana,

---

164 Trabalho intensivo de resenhas, comentários e artigos sobre o livro foram abundantes na imprensa nacional, antes mesmo da publicação em português.

165 Orientações nesse sentido foram feitas pela USIA em circular confidencial de 27 de agosto de 1957. **Fonte:** Djilas Book Translation. NARA II, RG 306, USIA. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. Declassified NND 74593. Box 2.

166 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 1957, edições entre 29 de outubro e 27 de dezembro de 1957. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 19 de abril de 2019.

principalmente a partir do interior. Além disso, a editora estima que os anúncios representaram um mínimo de 3.000 vendas. De interesse é uma referência ao livro feito recentemente na Câmara dos Deputados por um dos nossos colaboradores, Herbert Levy, um membro da oposição. Senhor Levy criticou o governo por não permitir que os membros da oposição tenham tempo de rádio e televisão para fins políticos, e comparou esta prática à dos comunistas. Ele citou o livro de Djilas para provar seu ponto. (Uma regra atual proíbe críticas às políticas do governo através das redes de rádio e televisão. As críticas de Levy foram feitas durante as audiências para descartar este regulamento.) Essa ocorrência é registrada na Ata do Congresso brasileiro<sup>167</sup>. (USIA. RG 306. THE NEW..., 19 jun. 1958).

O uso que autoridades e jornalistas faziam do livro de Djilas, para defesa do modelo de Estado liberal e do capitalismo, era motivo de comemoração para a USIA, pois fazia assim com que seus projetos de interferência nos debates nacionais cumprissem os seus objetivos.

Nas próximas seções deste capítulo, demonstrarei como a propaganda antinacionalista e anticomunista, planejada pela USIA para agir no espaço público de debates de ideias, procurou, por meio de parcerias locais, interferir na política nacional.

#### 4.2 NACIONALISMO, A “CABEÇA DE HIDRA”

O suicídio de Getúlio Vargas levou o nacionalismo a um novo patamar.

Sua carta-testamento<sup>168</sup> sustentou por uma década a convicção de que havia a necessidade de se lutar contra uma poderosa força externa que agia para impedir a construção de uma efetiva soberania nacional.

---

167 “The New Class, by Milovan Djilas, has to date been published in three editions, for a total of 15.000 copies. He third edition has almost been sold out and the publisher is planning to print 3.000 more copies. By Brazilian standards, this response to a political works is extraordinary. USIS-Brazil helped publicize the book by placing advertisements in local newspapers and in the two leading national magazines. In addition, USIS purchased approximately 1.000 copies for distribution to selected recipients. The publisher states that more than 350 mail order requests have so far been received, as a result of the USIS advertisements. Order are received at the rate of about 15 to 20 per week, mostly from the interior. Furthermore, the publisher conservatively estimates that the advertisements accounted for a minimum of 3.000 sales. Of interest is a reference to the book made recently in the Brazilian Chamber of Deputies by one of our recipients, Herbert Levy, a member of the opposition faction. Senhor Levy criticized the Government for not allowing members of the opposition to have radio and television time for political purposes, and likened this practice to that of the Communists. He quoted from the Djilas book to prove his point. (A current rule prohibits criticism of Government policies over the radio and television networks. Levy’s criticism was made during hearing to discard this regulation). This circumstance is carried in the Brazilian Congressional Record”. **Fonte:** The New Class by Milovan Djilas, Foreign Service Despatch n. 221, 19 de junho de 1958. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2

168 A Carta-Testamento, aqui analisada, com destaque de alguns de seus trechos em referência direta entre aspas, assim como as informações sobre as manifestações populares que se seguiram à notícia do suicídio de Vargas, foram embasadas no verbete Getúlio Vargas, do CPDC, disponível online:

A frase de abertura de sua carta, “mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim”, é seguida por uma sequência de frases que dão a dimensão da perseguição pessoal que Vargas afirmava sofrer por ser o defensor do povo, especialmente dos mais humildes. Dizia ali que seu trabalho até então havia sido pautado pela determinação em impedir “a espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais” e instaurar um “regime de liberdade social”, trabalho que, interrompido por sua renúncia forçada em 1945, voltava a realizar porque o povo havia lhe dado o direito de novamente estar no governo da nação. Entretanto, sua política de transformação do país encontrava resistências poderosas, tão poderosas, dizia ele em sua carta, que isolado e abandonado, nada mais poderia fazer senão oferecer-se em sacrifício para que o povo resistisse. As “aves de rapina” queriam sangue, então ele lhes oferecia o *seu* sangue, a *sua* vida em “holocausto”. Daí por diante e até o fim, o tom da carta é de lamento pelo sofrimento do povo brasileiro e de louvor à sua própria bravura, por ter incessantemente lutado em defesa do país e que, através de seu último ato em vida, ofereceria a este povo a possibilidade de, unido e em seu nome, continuar a luta, pois cada gota de seu sangue seria como “uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência”. O povo, unido e fortalecido por seu ato, “não mais será escravo de ninguém”.

O parágrafo em que Vargas, na carta, sucintamente descreve as políticas de seu governo, até então alvo das “forças poderosas” que exigiam o seu afastamento, não deixava dúvidas ao povo-leitor:

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios.

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada [*sic*] até o desespero. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e

---

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em 20/05/19. Há duas versões da Carta disponíveis: a manuscrita e a datilografada. O conteúdo difere entre elas. Optei pelo uso da carta datilografada por ter sido a versão levada a público na ocasião.

a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder<sup>169</sup>. (GETÚLIO VARGAS, 1954).

O resultado combinado do suicídio com a carta provocou uma imediata explosão de revolta popular. Comícios no centro do Rio de Janeiro denunciavam a responsabilidade dos Estados Unidos e da UDN no suicídio. Grupos armados de pedaços de pau percorriam as ruas da cidade atacando o que identificavam como marcas de antigetulismo: cartazes de políticos antigetúlio, especialmente da UDN, as sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, a Embaixada dos Estados Unidos, o prédio da *Standard Oil* e os edifícios da *Light & Power* e da Companhia Telefônica. Em São Paulo, operários entraram em greve de protesto e ocuparam as ruas do centro da cidade, enquanto um número considerável de pessoas tentava invadir o edifício onde funcionavam os jornais dos *Diários Associados*. Em Porto Alegre, além do ataque aos jornais locais e rádios antigetulistas (especificamente Rádio Farroupilha, *Diário de Notícias* e *O Estado do Rio Grande do Sul*), houve registro de ataques populares ao Consulado dos Estados Unidos. Enfim, as manifestações de revolta popular foram registradas por todo o país, principalmente nas grandes cidades.

Poucos anos antes do suicídio de Vargas, o Departamento de Estado, em relatório de 1949 sobre a América Latina, concluía que o perigo que rondava a região, em suma, não era exatamente o comunismo, mas o nacionalismo, que se aproximava de ideias comunistas como reação à influência e interesses estadunidenses presentes na região, e como possibilidade de realizar mudanças nas condições sociais (HAINES, 1989, p. 31.)

Anos depois, a USIA, encarregada de combater o nacionalismo latino-americano, viu-se na necessidade de melhor compreender o fenômeno.

Seu esforço gerou uma análise, datilografada, sem data, sem assinatura e sem indicação de remetente, localizada pela pesquisa na série documental pertencente ao escritório do Diretor Assistente para a América Latina, da Agência<sup>170</sup>.

Afirmava o documento que o nacionalismo latino-americano era uma doença passional que dominava os povos da região e foi devidamente cooptado por Moscou para plantar

---

<sup>169</sup> VARGAS, Getúlio. Carta-Testamento (24 agosto 1954). In: CPDOC. Dicionários. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>170</sup> Pelas informações contidas no documento, presume-se que a data de sua confecção esteja entre 1953 e 1956, nos arquivos: NARA II, RG 306. USIA. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1.

resistência à presença de negócios e influência estadunidenses. O comunismo, afirmava, metamorfoseava-se na luta nacionalista de países “pré-capitalistas” contra os países avançados, especialmente os EUA, transformando o nacionalismo em uma guerra contra o capitalismo estadunidense. Dizia, ainda, que os programas industriais que os países latino-americanos almejavam implementar eram todos um grande equívoco, pois não passavam de sociedades lideradas por caudilhos desprovidos de real interesse pelo desenvolvimento moderno. Concluía que, combater o nacionalismo dos países latino-americanos era combater o comunismo, e que seria urgente encontrar outras formas de combatê-lo na América Latina, já que as formas tradicionais por meio de ataques às teorias leninistas-marxistas pareciam ser inócuas na região.

O nacionalismo que se organizava na sociedade brasileira, e que ganhou contornos mais definidos e mais reformistas após a morte de Vargas, abrigou-se em vários setores sociais para além dos partidos seus herdeiros diretos – PTB e PSD. Nas associações estudantis, especialmente a União Nacional de Estudantes (UNE), na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), nas Ligas Camponesas, na Liga de Emancipação Nacional. No parlamento, organizou-se na formação de frentes suprapartidárias que desempenharam importante papel ao longo do período democrático, como a Frente Parlamentar Nacionalista, a Frente de Libertação Nacional e a Frente de Mobilização Popular; e, fora do parlamento, mas dentro da estrutura do Estado, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Esses agentes sociais, cada qual à sua maneira e dentro de seus escopos de ação, representaram um corpo político que contribuiu para o fortalecimento de uma ideologia nacional que aglutinava projetos de reforma social - tendo por base a ampliação de direitos - a um conjunto de políticas econômicas que visava o desenvolvimento autônomo, ambos coordenados e conduzidos pela ação do Estado.

O aparato institucional em operação no Brasil – Embaixada, consulados, postos USIS – definia suas estratégias de ação conforme mapeava as forças políticas nacionais e definia os sentidos políticos para o nacionalismo e o comunismo. O que estava realmente em jogo, para os Estados Unidos, era a disputa pelo controle do Estado nacional. Dominar a forma Estado pressupunha aniquilar a influência de um arco ideológico que envolvia, com igual peso de importância, os nacionalistas, os comunistas e os demais defensores de um modelo de Estado nacional propulsor do desenvolvimento.

O “problema” nacionalismo aparece em diversos documentos produzidos pela USIA e pelo Departamento de Estado ao longo do período entre 1953 e 1964, tratado como um entrave

à sua política externa e como um dificultador do trabalho de propaganda ideológica. Ao longo dos anos, o nacionalismo aparece nos documentos produzidos pela USIA como porta de entrada para o peronismo (1953), como obstrução para o desenvolvimento nacional (1956, 1957, 1958, 1959), como fenômeno dos mais perigosos aos objetivos dos EUA no Brasil (1959), como recurso utilizado pelos comunistas para criar desestabilização política (1959), como empecilho ao desempenho eficiente da propaganda ideológica dos EUA (1961) ou como o principal obstáculo para o sucesso da implementação da Aliança para o Progresso (1962)<sup>171</sup>.

A defesa do modelo Estado democrático de direito será a bandeira utilizada pelos Estados Unidos na sua batalha pelo Estado brasileiro. Em relatório preparado pelo posto USIS Rio de Janeiro e enviado à USIA em 1957, John P. McKnight, responsável pelo cargo de Public Affair Officer (PAO), assim definia o nacionalismo e sua penetração no campo político brasileiro:

Esse ultranacionalismo é uma cabeça de hidra, as motivações por trás disso são várias. Muitos brasileiros confundem honestamente o nacionalismo com o patriotismo. Outros sinceramente temem a dominação estrangeira da economia brasileira. Alguns empresários brasileiros não gostam da concorrência estrangeira. Alguns demagogos que buscam questões para as eleições parlamentares de 1958 e para as eleições presidenciais de 1960 estão cinicamente experimentando apelos chauvinistas. Alguns jornais aparentemente acreditam que a linha ultranacionalista constrói a circulação. Finalmente, há a Petrobras, o monopólio petrolífero politicamente poderoso do governo brasileiro: sua burocracia entrincheirada e privilegiada, tenazmente defendendo-se dos críticos de sua incapacidade de atender às necessidades petrolíferas brasileiras (que argumentam que o capital privado pode fazer um trabalho melhor) está deliberadamente impulsionando o nacionalismo<sup>172</sup>. (USIA. RG 306. USIS-BRAZIL..., 1 out. 1957 - 30 set. 1958, tradução própria).

---

171 Todos os documentos pertencentes à década de 1950 são referentes aos Country Plans formulados pela USIA. O documento de 1961 é um memorando endereçado ao presidente Kennedy por Richard Goodwin; o documento de 1962 é um relatório de Teodoro Moscoso sobre os problemas na implementação da Aliança para o Progresso. Os documentos pertencem ao NARA II, arquivados nos seguintes conjuntos documentais, respectivamente: Office of the Assistant Director for Latin America, - Country Files for Brasil 1953-1971; Department of State- Bureau of Inter-American Affair.

172 “This ultra-nationalism is hydra-headed, the motivations behind it several. Many Brazilians honestly confuse nationalism with patriotism. Others sincerely fear foreign domination of Brazil’s economy. Some Brazilians businessmen dislike foreign competition. Some demagogues seeking issues for the 1958 congressional and 1960 presidential elections are cynically experimenting with chauvinistic appeals. Some newspapers apparently believe the ultra-nationalist line builds circulation. Finally, there is Petrobras, the politically powerful Brazilian government oil monopoly: its entrenched, privileged bureaucracy, tenaciously defending against critics of its inability to meet Brazil’s petroleum needs (who argue that private capital can do a better job), is deliberately fanning nationalism”. **Fonte:** USIS-Brazil Annual Assessment Report for the Period October 1, 1957 to September 30, 1958. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P327. NND 36961. Box 2.

Os motivos pelos quais McKnight afirmava à USIA a necessidade de combate ao nacionalismo não se referiam apenas às condições multifacetadas de sua origem (que atrapalhava a percepção de patriotas, confundia empresários que não gostavam de concorrência, alimentava políticos demagogos e tinha espaço nos jornais porque o assunto “vendia”), mas ao tipo de Estado que o nacionalismo pretendia fortalecer. Não por acaso, é a Petrobras – e não o comunismo – que é identificada como o centro de impulsionamento desse nacionalismo considerado nefasto. O ponto é: a origem do nacionalismo estava no governo Vargas e na sua bem-sucedida campanha para o fortalecimento de um Estado propulsor da transformação econômica do país<sup>173</sup>.

Outro informe importante sobre como os analistas estadunidenses entendiam o nacionalismo vem de documento formulado pela Embaixada e endereçado ao Departamento de Estado, em 20 de março de 1964, sobre a necessidade de se efetivar um plano de defesa interna para o Brasil. Ali, entre outras motivações apontadas para a instabilidade do país, estava o nacionalismo, novamente identificado ao comunismo e entendido enquanto uma força desestabilizadora e nociva. Afirmava o documento que o governo Goulart estava repleto de “ultranacionalistas” e comunistas que ocupavam pontos-chaves em sua administração, enquanto sindicalistas e comunistas se utilizavam dos ideais nacionalistas para formarem um *front* e promoverem a aceitação popular às suas propostas “autoritárias” de tomada do poder. Ainda que tais forças subversivas, dizia, “não tenham a unidade e a organização necessárias para impor um regime autoritário ao país, eles têm uma alta capacidade de frustrar as poucas tentativas honestas de lidar com os muitos problemas urgentes que a nação enfrenta”. (USIA. RG 306. BRAZIL-COUNTRY..., 20 mar. 1964).

Ao longo das décadas 1950 e 1960, os segmentos sociais classificados politicamente como nacionalistas foram perseguidos e identificados ao comunismo, levando à sua criminalização. Para a guerra ideológica estadunidense, estes segmentos, e as entidades nas quais eles se organizavam, eram os “engenheiros do caos” a serem neutralizados.

---

173 Em 1956, em Country Plan desenhado para interferência na ação política local para o ano de 1957, a USIA exigia do posto USIS Rio de Janeiro que criasse condições favoráveis para a modificação da lei da exploração do petróleo e para permitir a participação de capital privado na sua exploração. A resposta do posto à USIA: a modificação da lei não era um objetivo realista sob as condições políticas de então, mas a participação de empresas petrolíferas privadas continuava sendo uma meta realista. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.



### 4.3 OS “ENGENHEIROS DO CAOS”

Em 1954, o getulismo era uma sólida realidade, “símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país” (GOMES, 2007, p. 57), bandeira de luta nacionalista cujas demandas sociais irão se abrigar em diversos espaços de manifestação e organização políticas, ao longo dos anos que separam a morte de Vargas do golpe civil-militar de 1964.

No contexto em que Vargas sai de cena para “entrar para a história”, havia três grandes partidos atuantes no Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), sendo os dois primeiros originários da força política de Getúlio (GOMES, 2007). Clandestino, e sem possibilidade de disputar eleições por sua legenda, havia ainda o PCB e sua capacidade de mobilização e formação de alianças.

Era o momento em que o sistema político partidário nacional se abria para a participação popular, configurando um quadro de poderes entre um centro aglutinador de eleitores provenientes da classe média urbana (PSD), uma classe operária urbana e sindicalizada (PTB), e uma direita capaz de reunir indivíduos da classe média, funcionários da alta burocracia do Estado e ruralistas (UDN). (GOMES, 2007).

À UDN coube a tarefa de aglutinar toda a oposição possível ao estadismo que representava o getulismo. Defendiam o Estado liberal e pluralista que afirmavam não existir no getulismo e em seus herdeiros políticos, etiquetados por seu discurso como estadistas que perigosamente flertavam com forças ditatoriais.

Para o PTB e PSD, partidos que se apresentavam como herdeiros do getulismo, houve ganho político-partidário no cenário nacional pós-suicídio e pré-golpe de 1964. Destarte as idiosincrasias que alimentaram as disputas partidárias entre si e/ou no interior de cada qual, eram partidos que se identificavam - e eram identificados - como herdeiros das bandeiras nacionalistas de Vargas, cabendo ao PTB, especialmente, a recepção de frações mais reformistas e até revolucionárias do espectro nacionalista em ação.

De fato, a consolidação do PTB aglutinava sindicalistas, getulistas, nacionalistas, socialistas, reformistas, democratas sociais e até mesmo os comunistas, o que dava ao partido um amplo arco de trabalho dentro do espectro ideológico e pragmático pela mobilização popular, e de onde provinha, ao mesmo tempo e na mesma intensidade, a sua força e a sua fraqueza partidárias (GOMES, 2007, p. 65).

Atento às especificidades do cenário nacional e respeitando os planos traçados e documentados nos *Country Plans*, o USIS Rio de Janeiro elaborou estratégias não apenas para identificar os agentes sociais ligados ao nacionalismo e ao comunismo, mas para identificar os agentes sociais que a eles se opunham na dinâmica política nacional para, com eles e por meio deles, interferir na política brasileira. As eleições de 1955 são um exemplo.

O posto USIS enviou relatório à USIA informando a sua ação para interferência no processo eleitoral daquele ano (USIA. RG 306. IPS..., 4 out. 1955). A chapa Juscelino Kubistchek e João Goulart, PSD-PTB, despertou resistência nos setores interessados na constituição de um Estado liberal aberto ao capital estrangeiro e, de preferência, sem ligação com o legado getulista.

Aproveitando a declaração de apoio à chapa, por parte do PCB, o posto elaborou uma série de 6 artigos para demonstrar a falácia de eleições democráticas, se houvesse a participação de comunistas no processo, como “meio de combater o comunismo durante a recente campanha presidencial brasileira sem ser acusado de interferir nos assuntos internos do país”<sup>174</sup>. (USIA. RG 306. IPS..., 4 out. 1955).

Intitulada “A farsa das eleições comunistas”, a série, sem assinatura, foi publicada pelo *O Globo* (que o posto USIS afirmava, no documento, ser jornal de oposição à chapa) entre 27 de setembro e 04 de outubro de 1955<sup>175</sup>.

O objetivo era demonstrar, a partir de “informações documentadas e atuais”<sup>176</sup> (COMO..., 28 set. 1955. Matutina, Geral, p. 3), o comportamento violento do Estado soviético na anexação de países do leste europeu e as práticas eleitorais organizadas pelos comunistas, nos países anexados, como farsas. Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia e Alemanha Oriental são apresentados, na série, como palcos de uma farsa eleitoral que escondia fraude nos resultados,

---

174 “As a mean of countering Communism during recent Brazilian presidential campaign without being accused of meddling in internal affairs of the country, USIS Rio prepared a series of six articles based on the recent special packet, “Elections under Communism”. **Fonte:** IPS: Countering Communism during Brazilian Presidential Election Campaign, October 4, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

175 Datas de publicação dos artigos que compuseram a série e seus respectivos títulos: “Stalin chegou a obter mais de 130% dos votos numa eleição”, *O Globo*, 27/09/55, matutina, geral, p. 5; “Como decorreu o último pleito nos países bálticos”, *O Globo*, 28/09/55, matutina, geral, p.3; “Experiência na Polônia Oriental”, *O Globo*, 29/09/55, matutina, geral, p.8; “Como se conseguiram na Polônia resultado de 100%”, *O Globo*, 30/09/55, matutina, geral, p.3; “Eleições sem urnas e sem cédulas”, *O Globo*, 04/10/55/ matutina, geral, p.10. Disponíveis em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>.

176 Segundo o articulista: “Nos dois primeiros artigos desta série vimos, através de informações documentadas e atuais, como essas ‘eleições’ são realizadas nos países de governo comunista em geral, e na União Soviética em particular. No presente artigo, veremos como se realizaram nos países bálticos.” A Farsa das eleições comunistas.

humilhação e intimidação à população votante, perseguição e expurgo aos que ousavam opor-se a ela.

Quando Moscou e os comunistas no mundo inteiro ainda estavam classificando a Guerra Mundial como um conflito ‘imperialista’, o Governo soviético, então neutro, pensava em aproveitar-se da guerra para a expansão do território soviético que fez da URSS um império mais extenso do que o da Rússia czarista. (EXPERIÊNCIA..., 29 set. 1955. Matutina, Geral, p. 8).

O sistema soviético pelo qual se acabaram as eleições livres naquelas nações foi tão rude e total, que o termo ‘eleições bálticas’ passou a ser usado para significar pleitos manipulados e controlados. (COMO..., 28 set. 1955. Matutina, Geral, p. 3).

O Estado soviético era apresentado como violento e sem limites para a obtenção de seus objetivos, considerados imperialistas. Comunistas usavam a força e a opressão por onde passavam. Sem escrúpulos, eram traiçoeiros e tramavam pelas costas. Obedientes a Moscou, adotavam as práticas do Partido Comunista soviético onde quer que estivessem. Estes eram os termos usados e a mensagem espalhada.

O monstro comunista em ação no Brasil era desenhado na ligação dos pontos, matéria por matéria, artigo por artigo, pelas folhas dos matutinos e vespertinos do país.

#### **Os comunistas agravam a atual crise política!**

Só o repúdio público dos senhores Juscelino Kubitschek e Jango [sic] Goulart ao apoio ostensivo dos vermelhos poderia evitar o novo perigo que se criou para o regime. (Os COMUNISTAS..., 22 ago. 1955. Vespertina, Geral, p. 1, grifo nosso).

O novo perigo: um golpe de Estado suspendendo as eleições. Entretanto, apesar de responsabilizados pela “atual crise política”, os comunistas eram utilizados como véu de ocultamento do principal problema: o legado getulista de Estado nacional-desenvolvimentista que a aliança PSD e PTB se propunha a defender.

A desconfiança maior recaía sobre João Goulart, que não só representava fortemente o legado de Vargas como, enquanto seu Ministro do Trabalho, construiu um canal de comunicação com sindicatos urbanos e passou a ser associado à defesa das pautas da classe operária.

Acusado de organizar, em parceria com o governo de Peron<sup>177</sup>, a coordenação unificada dos sindicatos dos dois países, e dizendo ter provas sobre a denúncia, o jornal *O Globo* publicou ao menos duas matérias sobre o assunto: uma apresentava carta trocada entre Goulart e o deputado argentino Antonio Brandi, revelando a armação em andamento (A CARTA..., 1955, Matutina, Geral, p. 1), e a outra, com base em documentos reunidos por Carlos Lacerda em viagem à Argentina, em que o então deputado afirmava não restar dúvidas sobre a armação.

‘Trago provas concretas das ligações de João Goulart com o peronismo e de que seus argumentos, tentando anular a carta do Deputado Brandi, não passam de um amontoado de mentiras’, declarou à reportagem de *O Globo* o Deputado Carlos Lacerda, ao desembarcar ontem no aeroporto do Galeão, de regresso da Argentina, aonde foi colher elementos para a comprovação das ligações do grupo Vargas com Perón. (TENHO..., 28 set. 1955. Matutina, Geral, p. 5).

Juscelino Kubistchek tampouco escapara. Acusado de oportunista, a presença de Jango como seu vice-presidente demonstrava sua intenção em usar, em um claro artifício populista, segundo *O Globo*, as pautas das classes subalternas para vencer as eleições (COMO..., 19 set. 1955. Vespertina, Geral, p. 1).

Associar as propostas nacional-desenvolvimentistas, especialmente as que eram defendidas pelo PTB, ao comunismo, abria a possibilidade de combatê-las sem chamá-las pelo nome, ou quando inevitável, apresentá-las como um nacionalismo deturpado pela infiltração comunista que, afirmavam, se avolumava no país.

Com este objetivo o posto USIS lançou, no Brasil, manuscrito preparado pela USIA sobre a infiltração comunista na América Latina, em dois formatos: o formato livreto e o formato série de artigos para serem publicados em jornal.

O livreto foi publicado sob o título de “Penetração comunista em Sindicatos da América Latina”, em uma tiragem de 100 mil cópias, sendo 20 mil cópias distribuídas sem autoria atribuída e 80 mil distribuídas através de quatro sindicatos brasileiros, que assumiram a sua autoria.<sup>178</sup> A série do jornal recebeu o título de “A infiltração soviética”, publicada em 5 artigos pelo *Correio da Manhã*, entre 26 e 31 de outubro de 1956, com adaptação de Maurício de Lacerda, que enriqueceu a série associando-a ao cenário político nacional, sustentando ser a

---

177 Foi frequente o esforço para ligar João Goulart ao peronismo durante a campanha eleitoral.

178 Título em português para o manuscrito Communist penetration of labor in Latin America, autoria da USIA. O documento não informa quais os quatro sindicatos que assumiram a autoria do livreto e os distribuiu. **Fonte:** Anti-Communism, s. d. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

Frente de Novembro uma organização de fachada para os comunistas agirem livremente no país<sup>179</sup>.

Maurício de Lacerda habilmente articulou o conteúdo preparado pela USIA, que originalmente referia-se à União Soviética e sua relação com os países do Leste Europeu, com as disputas em torno do nacional-desenvolvimentismo que então se travavam no Brasil, fazendo a defesa da agenda estadunidense.

Na abertura da série, a pergunta lançada ao leitor era: até que ponto conseguem os comunistas infiltrar-se nas organizações operárias e serem bem-sucedidos nos seus “planos de utilização dos INOCENTES ÚTEIS (e dos espertos-úteis também) no acesso a postos-chaves e na fundação e manejo de Frentes Únicas?”, e o convidava a acompanhar os artigos, nos dias que se seguiriam, para compreender como e porque “foi fundada com apoio ostensivo dos comunistas a Frente de Novembro”; porque razão os sindicatos e as organizações trabalhistas se manifestam favoráveis às “atitudes de comunistas infiltrados no governo” brasileiro; e como foi possível, confirmando “o que sempre predissemos e denunciámos”, que na definição de legislação regulatória para a exploração de minérios radioativos, organizações comunistas tivessem papel relevante “graças aos planos previamente postos em prática para domínio das entidades trabalhistas, repartições governamentais, assessorias técnicas militares e assim por diante”. (INOCENTES..., 26 out. 1956, p. 9, 14).

Ao longo dos artigos, o leitor ficava conhecendo o “histórico” da política de infiltração soviética nos sindicatos latino-americanos, concretizando-se na criação da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), as principais técnicas utilizadas para aproximação e uso de operários, as propagandas enganosas utilizadas e como se infiltravam no governo para gerar o caos.

Em regra, os comunistas preferem ignorar as pequenas associações de classe onde existem grandes sindicatos, acreditando na teoria de que o domínio dos grandes forçará inevitavelmente a submissão dos pequenos. Desse modo (lembre-se do que está sucedendo no Brasil), desenvolvem maior atividade em movimentos sindicais dos ferroviários, mineiros, tecelões, servidores de empresas de utilidade pública e outros semelhantes. Entre seus principais objetivos estão as associações de funcionários públicos, a quem podem ser confiadas tarefas equivalentes à espionagem e à traição: - compilação e entrega de relatórios confidenciais, para uso do Partido Comunista e da União Soviética. (INOCENTES..., 26 out. 1956, p. 9, 14).

---

179 Jornalista, editor do jornal carioca *Correio da Manhã* e funcionário em tempo parcial da USIS Rio de Janeiro, fez vários trabalhos para o posto USIS. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

Mais importante: ficou o leitor sabendo que, no Brasil, quando os sindicatos (e também as organizações como a Liga de Emancipação Nacional, a Defesa dos Minérios, a Associação de Mulheres, a Liga de Patriotas, por exemplo) saem em defesa do monopólio estatal para exploração de minérios radioativos (denominado o “caso do Átomo”, no artigo), quando promovem “agitação” em defesa do aumento do salário mínimo, quando exigem a libertação de presos políticos comunistas e quando protestam contra a bomba atômica, em verdade estão respondendo aos interesses de Moscou através dos infiltrados comunistas atuando em suas organizações (AGENTES..., 27 out. 1956, p. 7, 16).

Uma das técnicas dos comunistas, a mais nefasta segundo a série, era a organização de Frente Única. O leitor, graças ao artigo, ficava sabendo como a técnica era pensada e desenvolvida e porque servia tão bem aos propósitos de Moscou.

Na verdade, dizia o artigo, a Frente Única era um “artifício para atrair anticomunistas sinceros, mas confiantes, que abrem ao comunismo as portas que antes a este eram vedadas”.

Atrás das frases sonoras e dos nobres sentimentos que encobrem os apelos para uma Frente Única (o de agora é o de evitar golpes com os quais ninguém evidentemente concorda, levando de cambulhada apelos de nacionalização e de outras reformas) escondem-se objetivos que são tão importantes para os comunistas como perigosos para o trabalhismo da América Latina. (ÚLTIMA..., 30 out. 1956, p. 11, 18).

A Frente de Novembro<sup>180</sup>, portanto, não passava de um artifício que revelava a presença de comunistas interessados em promover o caos na sociedade brasileira. No artigo de 31 de outubro, o último da série, foi ofertada ao leitor a prova, tratada como irrefutável: a publicação, lado a lado, do manifesto do Partido Comunista Brasileiro, elaborado em 26 de setembro de 1954, e o manifesto da Frente de Novembro, elaborado e divulgado em 7 de junho de 1956.

Afirmava o artigo que, na comparação, não sobrariam dúvidas quanto à verdadeira identidade da Frente de Novembro, pois seu manifesto continha não apenas as mesmas

---

180 A Frente de Novembro teve a sua origem ligada à Frente Nacionalista e no Movimento do 11 de novembro, de 1955. Fundada em 1956, tinha por objetivo aprofundar os debates e as ações políticas levadas pelo Frente Nacionalista e pelo Movimento do 11 de novembro. Contava com a participação de oficiais do Exército (ativos e na reserva), líderes sindicais e parlamentares governistas. A Frente foi acusada de subversiva e comunista pelos opositores, especialmente a UDN, e pela maioria da imprensa nacional. Foi fechada por Juscelino Kubistchek em 24 de novembro de 1956. CPDOC, verbete Frente de Novembro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-novembro>. Acesso em: 30 de set. 2019.

bandeiras defendidas no manifesto do Partido Comunista, como até a linguagem utilizada era a mesma.

Os pontos defendidos pela Frente de Novembro, e que por isso eram a prova de ser ela a fachada para a ação dos comunistas, eram: democratizar e unificar as Forças Armadas; organizar as empresas nacionais para que fossem as responsáveis pela exploração das riquezas nacionais e impedimento de formação de trustes internacionais na exploração das riquezas nacionais; desapropriar grandes extensões de terras improdutivas e democratizar o acesso à terra, principalmente terras ao “redor de cidades populosas e das áreas de grande produção”; “facilitar a inversão do capital estrangeiro não-monopolizador, não-colonizador, não-agressivo, em todas as atividades que não comandem a economia nacional; aumentar a produção industrial”; promover a representação proporcional de trabalhadores nas câmaras federais, estaduais e municipais; ampliar o direito de voto a analfabetos; reformar a Constituição para adequá-la ao “processo de democratização social econômica e política, provocado pelo nosso desenvolvimento social”; “nessas condições, a democratização do trabalho, a democratização da propriedade, a democratização política hão de figurar em uma primeira etapa. As etapas subsequentes a esta é que farão aparecer, de fato, a Democracia.” (COMPARAÇÃO..., 31 out. 1956, p. 9, 14).

O manifesto da Frente de Novembro conclamava, ao final: “Urge que levantemos uma Força Popular e Nacionalista [...] por um programa de emancipação social do povo e emancipação econômica da Nação. Todos com a Frente de Novembro, todos com o Movimento de Novembro, tudo pela Democracia.” (COMPARAÇÃO..., 31 out. 1956, p. 9, 14).

O elo estabelecido por Maurício de Lacerda entre os sindicatos e movimentos sociais com a Frente de Novembro é um ponto importante a ser destacado na campanha antinacionalismo perpetrada pelos Estados Unidos: identificar opositores políticos no interior do Estado e acusá-los de serem os agentes desestruturadores do próprio Estado.

Nesta lógica, o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) e União Nacional dos Estudantes (UNE) serão violentamente atacados ao longo do período aqui em análise.

É vasta a bibliografia que analisa a história do ISEB na cena política brasileira, e não é o objetivo, aqui, recuperar a sua trajetória na íntegra, mas é, isto sim, objetivo destacar o seu papel de interlocutor importante na consolidação de uma política nacionalista.

Por uma associação inusitada de fatos, oriundos de um grupo de intelectuais independentes, o ISEB foi inserido na estrutura de Estado pelo presidente Café Filho e

transformou-se em um instituto subordinado ao Ministério da Educação<sup>181</sup>. (ABREU, 2007, p. 411).

“O ISEB seria um dos centros de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcou todo o processo político brasileiro desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, até a queda do governo de João Goulart, em 1964.” (ABREU, 2007, p. 417). Destarte a polifonia e desavenças interpretativas diversas que o caracterizaram desde a origem, (IORIS, 2017, p. 184, 190)<sup>182</sup> e embora não acolhido pela intelectualidade nacional (ABREU, 2007, p. 419; IORIS, 2017, p. 206)<sup>183</sup>, o ISEB constituiu-se em um órgão cujo objetivo era produzir estudos sobre a realidade nacional e assessorar o governo na definição de políticas para o desenvolvimento<sup>184</sup>.

Enquanto produtor de cursos de formação (ABREU, 2007, p. 418)<sup>185</sup>, o ISEB tinha por objetivo aplicar as categorias analíticas e os dados produzidos pelas ciências sociais para compreensão e transformação da realidade nacional. O público-alvo eram os representantes dos estados da Federação, representantes de órgãos do serviço público, Poder Judiciário, Casas do Congresso, Forças Armadas, autarquias e fundações, órgãos paraestatais, institutos universitários, entidades culturais, sindicatos, associações de classe, partidos políticos e imprensa. Exigia-se nível universitário para ingresso e, como requisito de conclusão, uma tese versando sobre temas brasileiros. A duração era de um ano letivo. A partir de 1959, fruto de uma reorganização de suas estratégias e funções, os cursos do Instituto passaram a incorporar alunos oriundos do operariado e de associações profissionais (ABREU, 2007, p. 427). Os temas tratados pelo ISEB e consolidados em seus cursos e em livros, publicados por seus membros, correspondiam ao cerne dos assuntos que compunham o nacionalismo - desenvolvimento, capital estrangeiro e os papéis do Estado e da iniciativa privada no desenvolvimento (ABREU, 2007, p. 420).

---

181 Inserido na estrutura do MEC por decreto presidencial de Café Filho em 14 de julho de 1955, mantendo autonomia administrativa, liberdade de pesquisa, opinião e cátedra.

182 Segundo Rafael Ioris (2017), ainda que apresentando divergências individuais, enquanto grupo, ISEB foi capaz de construir uma posição teórica e política razoavelmente coesa em torno do desenvolvimento, compreendendo o Estado como o centro propulsor, e a necessidade de criar uma ideologia para o desenvolvimento nacional. Há também uma rica análise de aspectos do pensamento de cada um dos principais membros do Instituto.

183 USP, UFRJ e intelectuais de esquerda, como Caio Prado Jr. guardavam reservas à produção teórica dos isebianos.

184 Embora vendo-se na posição de competente conselheiro para diretrizes desenvolvimentistas, o ISEB não conseguiu influenciar o governo JK, como pretendia.

185 O primeiro curso aconteceu em 1956.



Enquanto grupo formulador de políticas, o ISEB articulou-se com a Frente Parlamentar Nacionalista<sup>186</sup> e passou a assessorar os deputados ligados a ela, concentrando sua atuação “na elaboração de projetos de lei sobre capitais estrangeiros e controle de remessa de lucros para o exterior”<sup>187</sup>. (ABREU, 2007, p. 428).

Durante o governo Goulart, o ISEB passou por mais uma etapa de renovação, ampliando seu quadro de professores, as vagas nos seus cursos e o leque de assuntos de debates (inclusão de pesquisas sobre subdesenvolvimento e mundo afro-asiático), publicando livros de divulgação pela editora Civilização Brasileira, especialmente na coleção Cadernos do Povo Brasileiro (ABREU, 2007, p. 430).

Mapeado como um grupo produtor e irradiador de conteúdo nacionalista, o Instituto entrou para a lista dos chamados ‘engenheiros do caos’, elaborada pelas agências de inteligência e informação estadunidenses. Matérias na imprensa não tardaram a estabelecer ligações entre o ISEB e os comunistas, explorando de forma exaustiva a acusação de ser um órgão subversivo no interior do governo.

A partir desse momento, alguns jornais do Rio de Janeiro, como *O Globo*, os *Diários Associados* e também o Conselho das Classes Produtoras do Brasil (Conclap), desencarearam uma enorme campanha contra o ISEB. As acusações eram de que o ISEB se comportava como um órgão subversivo, controlado pelos comunistas. E o que era apontado como o mais grave era o fato de tratar-se de uma instituição governamental. (ABREU, 2007, p. 428).

*O Globo* deu ampla cobertura à acusação feita pelo vice-presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro, Jorge Bhering de Matos, e às repercussões que se seguiram, abrindo uma temporada de ataques ao ISEB.

A ameaça, segundo o orador, atinge sobretudo, a livre iniciativa e se concretiza pela difusão de nova mentalidade, a qual, por métodos hábeis e bem definidos, vem penetrando ultimamente em todas as camadas sociais, para solapar a crença na liberdade, a esperança de dias melhores no que regime em que vivemos, mediante a glorificação da intervenção estatal em todos os setores da economia privada<sup>188</sup>. (ENÉRGICA..., 4 nov. 1959, p. 3).

---

186 Grupo formado por parlamentares de vários partidos políticos que atuou, no Congresso Nacional, de 1956 a 1964, em defesa das pautas nacionalistas para o desenvolvimento nacional. CPDOC, verbete sobre a Frente Parlamentar Nacionalista, FPN. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>. Acesso em: 30 set. 19.

187 Em especial, para o Deputado Sérgio Magalhães, do Partido Trabalhista Brasileiro.

188 Denúncia feita em discurso proferido por Jorge Bhering de Matos perante o Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1959.

Em seu discurso, Matos afirmava que, com um orçamento de 8 milhões de cruzeiros por ano, no mínimo, o ISEB se tornara o mais perigoso centro propagador da doutrina marxista e comunista no Brasil.

A nossa luta em torno de princípios e da preservação do regime é muito mais árdua do que pode parecer, uma vez que teremos de enfrentar organismos poderosos como o ISEB, já incrustados na máquina estatal, com expressivas raízes nos meios culturais e sociais de nossa Terra. (ENÉRGICA, 4 nov. 1959, p. 3).

O perigo representado pelo ISEB estava, segundo a matéria que reportava o discurso de Matos, principalmente no seu programa de ensino e no seu corpo docente, que eficazmente doutrinava os seus alunos e os introduzia no governo, em cargos chave (ENÉRGICA, 4 nov. 1959, p. 3).

Seus cursos eram, ainda, segundo Matos, um libelo de defesa de um novo modelo de política externa, que incluía negócios com os países comunistas, e um arsenal de uso de conceitos marxistas como luta de classes, burguesia e proletariado, e seu alerta estava chancelado pelo testemunho de “cidadãos brasileiros que cursaram o ISEB”. O perigo ia além dos cursos, dizia, pois era “grande a influência do ISEB nas áreas de orientação da política econômica nacional”. (ENÉRGICA, 4 nov. 1959, p. 3).

Matérias de reforço à acusação se seguiram: “desde logo se conclui que o Sr. Bhering de Matos, ao apontar como suspeita a ação que vem desenvolvendo o ISEB, prestou um serviço ao país” (O ISEB..., 16 nov. 1959, p. 6); “a conclusão é que a criação do ISEB e a composição de seu quadro de pessoal contrariam a Constituição e a Lei” (CONTRARIADAS..., 18 nov. 1959, p. 2); “são notórias que as atividades deformantes do ISEB se alicerçam na veiculação de ideais marxistas, ateístas e totalitários...” (AS ATIVIDADES..., 21 dez. 1959, p. 16); “em qualquer hipótese, uma fraude remunerada pelo Estado. Sim, uma fraude – seja pelo toque, às vezes, de charlatanismo na propaganda ideológica, seja porque se torna um centro de doutrina dirigida”. (MADEIRA, 31 dez. 1959).<sup>189</sup>

Em março de 1960, *O Globo* editou um caderno especial integralmente dedicado ao ISEB, em que pretendia destrinchar todos os aspectos que envolvia o “escândalo”. Em 1963, novas acusações: identificado como colaborador da UNE, seja por convênio para realização dos cursos, seja pelas acusações de infiltração comunista, o ISEB vê o aprofundamento das

---

189 Entrevista de Marcos Almir Madeira, professor da FGV, ao jornal *O Globo*, em 31/12/59.

acusações ao ser implicado na CPI que apurava as denúncias de ligação da UNE com o comunismo internacional: segundo depoimento de aluno à CPI, estaria o Instituto e seu diretor, Álvaro Vieira Pinto, com a colaboração da UNE, transformando faculdades brasileiras em “escolas de guerrilha”. (USIA. RG 306. STUDENT..., 2 out. 1963).

Assim que consolidado o golpe civil-militar, o ISEB foi uma de suas primeiras vítimas, sendo extinto por decreto presidencial em 13 de abril de 1964. O mesmo pode-se dizer sobre o movimento estudantil. Como demonstrado no capítulo 3, intelectuais e estudantes configuravam o grupo-alvo de grande importância para o trabalho ideológico. Interferir na sua formação ou na sua organização política era essencial.

O cerco ao movimento estudantil brasileiro se intensificou na medida em que o movimento se fortaleceu enquanto grupo político identificado com a ideologia nacionalista, atingindo seu auge na década de 1960 e tendo a UNE como protagonista.

Se entre 1950 e 1956 a direção da UNE foi tomada por um grupo conservador ligado à UDN<sup>190</sup>, o cenário mudou precisamente no ano de 1956, quando o congresso da entidade deu vitória ao grupo da Juventude Universitária Católica (JUC), progressista e alinhado aos projetos nacional-desenvolvimentistas em curso no país. De 1956 a 1964, a direção da UNE foi composta por dirigentes oriundos da JUC (Ação Católica, depois Ação Popular), em parceria com o PCB e as novas organizações que foram compondo o cenário político nacional a partir de 1961<sup>191</sup>. As pautas nacionalistas envolviam a luta anti-imperialista, a soberania nacional, a reforma universitária e as reformas de base.

[...] e o movimento estudantil desempenhava um papel de vanguarda em relação a essa luta. Quanto às correntes que atuavam naquele momento, você tinha o Partidão. Na verdade, o movimento estudantil era altamente hegemônico pela esquerda. Durante muitos anos a direita não conseguiu ganhar congresso algum. Então, era principalmente o Partido Comunista (PCB) mas, a partir de um determinado momento, a Ação Popular conquista a hegemonia em aliança com o PCB. Tinha a Política Operária (POLOP), que também atuava no movimento estudantil, e algumas outras correntes que eu não me lembro exatamente. E tinha, claro, um setor de direita, mas atomizado, desorganizado<sup>192</sup>. (ARANTES apud ARAÚJO, 2007, p. 98-99).

---

190 Segundo Maria Paulo Nascimento Araújo (2007, p. 81), apesar da direção udenista na UNE, graças às pressões exercidas pelas uniões estaduais de estudantes, a entidade foi forçada a assumir bandeiras nacionalistas.

191 Novas organizações políticas surgiram de cisões no interior do PCB e que tiveram atuação importante no período: PC do B, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

192 Aldo Arantes, dirigente da UNE no biênio 1961-1962, em depoimento à Maria Paula Araújo para o projeto Memória do Movimento Estudantil.

A capacidade organizativa e combativa da UNE foi se demonstrando eficiente na luta ideológica nacional: organizaram seminários sobre reforma universitária e reforma agrária; manifestações públicas de repúdio às visitas de Foster Dulles (1958) e Eisenhower (1960); manifestaram apoio a Juscelino Kubitschek em seu rompimento com o FMI (1959) e à Revolução Cubana. Combateram ativamente no Movimento pela Legalidade. Criaram atividades que ganharam o cenário nacional, como os Centros Populares de Cultura (CPCs) e a UNE-Volante, responsável por levar os congressos da entidade para diversas regiões do país; organizaram festivais de teatro e música, fizeram cinema e montaram sua própria editora – a Editora Universitária.

A greve universitária de 1962 não deixou dúvidas sobre a sua capacidade organizativa. Na luta pela democratização das instâncias administrativas da estrutura universitária, a greve exigia a participação ampliada de representantes discentes em órgãos colegiados e decisórios na proporção de 1/3 em relação à população estudantil. Das 40 universidades existentes então no Brasil, a UNE conseguiu parar 23 federais, 14 particulares e 3 estaduais (ARAÚJO, 2007, p. 105).

O conjunto de ações organizativas e combativas da UNE, sucintamente citadas nos dois parágrafos acima, apenas atende metodologicamente ao objetivo de trazer à tona os aspectos do movimento estudantil que rivalizaram com a USIA na disputa político-ideológica em ação no Brasil de então. Daqui por diante, e tendo o exposto acima como referência, o destaque será para as ações de contra-ataque da USIA.

O movimento estudantil, identificado pela USIA como um grupo político já no início de suas atividades na América Latina, apareceu como alvo de suas ações, no Brasil, em 1955, para desarticular o Festival da Juventude Sul-Americana, organizado pelo movimento estudantil de São Paulo. O festival estava planejado para acontecer na cidade de São Paulo em fevereiro de 1955. “A interdição oficial do Festival da Juventude Sul-Americana programada pelas autoridades brasileiras foi o resultado de uma intensa campanha por parte da imprensa e de grupos de estudantes, assistidos pelo USIS Rio de Janeiro e pelo USIS São Paulo”<sup>193</sup>. (USIA. RG 306. SOUTH AMERICAN..., 11 fev. 1955).

---

193 “Official interdiction of the scheduled South American Youth Festival by Brazilian authorities was the result of an intensive campaign on the part of the press and of student groups, assisted by USIS Rio de Janeiro and USIS São Paulo”. **Fonte:** South American Youth Festival – Developments contributing to official interdiction of

Minucioso, o relatório do posto USIS Rio de Janeiro informava à USIA como articulou imprensa e Secretaria Geral de Segurança Pública do Estado de São Paulo para evitar a realização do evento sob a acusação de ser comunista. Dizia o posto que os principais esforços foram via imprensa. Porto Sobrinho, usando de suas “excelentes conexões em grupos de estudantes universitários”<sup>194</sup> (ARAÚJO, 2007; POERNER, 1979), entre eles o então presidente da União Metropolitana dos Estudantes, Octaciano Nogueira, e de sua excelente inserção no meio jornalístico, iniciou a campanha em 12 de janeiro de 1955, publicando artigo no *Diário da Noite*, expondo a “natureza comunista do festival”. (USIA. RG 306. SOUTH AMERICAN..., 11 fev. 1955)<sup>195</sup>. Abastecido com material fornecido pelo Posto, Porto Sobrinho, em trabalho conjunto com Octaciano Nogueira e outros líderes estudantis, exigia respostas do governo, sendo apoiado por outros jornais, como *O Jornal*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Diário Carioca*.

Paralelamente, o USIS Rio de Janeiro sugeriu ao *O Globo* que, através de seu jornal e rádio – *Rádio Globo* – realizasse entrevista com o Ministro da Justiça, Seabra Fagundes<sup>196</sup>, a fim de obter a adesão aberta do governo, o que foi conseguido: em 3 de fevereiro de 1955, o Ministro da Justiça declarava haver provas de que o Festival era apoiado pelo comunismo, mas não havia comprometimento do governo para impedi-lo. Tal comprometimento veio um dia antes da abertura do Festival, em 5 de fevereiro, na articulação entre Ministro da Justiça, Seabra Fagundes, o Governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, e o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, General Pradel, sob a alegação de ser o país signatário da Conferência de Caracas e serem comprovadas as relações do Festival com o comunismo.

A nota emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em seus 10 pontos, dizia o relatório, apresentava argumentos sólidos e os métodos comunistas de infiltração.

---

conference originally scheduled to be held at São Paulo, February 6-13, 1955. February 11, 1955. NARA II. USIA. RG 306. Correspondence Files with Latin America USIS Posts 1954-1958.

194 Segundo a literatura consultada, este período corresponde ao domínio, no interior do movimento estudantil, de grupo de estudantes ligados aos setores conservadores da política nacional, em especial a UDN.

195 Segundo o relatório USIS, Porto Sobrinho cobria o legislativo brasileiro para a Agência Meridional. **Fonte:** South American Youth Festival – Developments contributing to official interdiction of conference originally scheduled to be held at São Paulo, February 6-13, 1955. February 11, 1955. NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

196 Miguel Seabra Fagundes assumiu o Ministério da Justiça entre 1954 e 1955.

A ação descrita acima não só ajudou a realizar o objetivo de verificar e expor um projeto comunista, mas também alertou jornais, estudantes, pais e organizações patrióticas e líderes responsáveis sobre os perigos de tolerar atividades comunistas dessa natureza.<sup>197</sup> (USIA. RG 306. SOUTH AMERICAN..., 11 fev. 1955).

À medida que a UNE aumentou o seu protagonismo no cenário nacional sob a liderança de estudantes ligados ao espectro político de esquerda, de 1956 a 1964, a agência ampliou suas táticas: modificou a estrutura do posto USIS no Brasil para lidar com os estudantes e sofisticou suas ações no combate ao movimento estudantil ligado à UNE. Com este fim, foi criado, em 1962, um setor no interior do USIS Rio de Janeiro, chamado de *Student Program*, cuja função era não apenas identificar e financiar os grupos de estudantes de direita em atuação no Brasil, mas também infiltrar jovens no movimento estudantil e, com isto, provocar rupturas e fornecer informações obtidas desde o interior das direções da entidade.

Com esta nova configuração, a agência contribuiu para dinamizar os setores direitistas do movimento estudantil fornecendo apoio financeiro e conteúdo. As acusações que afirmavam ser a UNE um instrumento do comunismo internacional, liderado por estudantes ligados, em sua grande maioria, à Frente da Juventude Democrática (FJD)<sup>198</sup> – que por sua vez ligava-se à Ação Democrática Parlamentar (ADP)<sup>199</sup> – possibilitaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, através dela, a possibilidade de criminalizar não só a entidade, mas também todos os movimentos sociais nacionalistas atuantes à época, fechando o cerco sobre os “engenheiros do caos”.

---

197 “The action outlined above not only helped accomplish the objective of checking and exposing a communist project, but it also has alerted newspapers, students, parents and patriotic organizations and responsible leaders to the dangers of tolerating communist activities of this nature”. **Fonte:** South American Youth Festival – Developments contributing to official interdiction of conference originally scheduled to be held at São Paulo, February 6-13, 1955. 11 de fevereiro de 1955. NARA II. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

198 A Frente da Juventude Democrática foi uma organização de extrema direita anticomunista com atuação em diversos estados brasileiros a partir de 1962 (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Minas Gerais). Foi presidida por João Batista Gabriel. A Frente opunha-se, principalmente, a Leonel Brizola e à UNE. CPDOC, verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-da-juventude-democratica>. Acesso em: 30 set. 2019.

199 Ação Democrática Parlamentar foi um bloco de parlamentares de direita ligados majoritariamente à UDN e, em menor proporção, ao Partido Social Democrático (PSD), ao Partido Republicano (PR), ao Partido Social Progressista (PSP), ao Partido Democrata Cristão (PDC), ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), ao Partido de Representação Popular (PRP) e ao Partido Libertador (PL). Opunham-se à Frente Parlamentar Nacionalista e ao governo de João Goulart. Combatiam especialmente as políticas nacional-desenvolvimentistas e as reformas sociais, que acusavam de comunistas. CPDOC, verbete. Disponível em:

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-parlamentar-adp>. Acesso em: 30/09/19.

*O Jornal* noticiava, em julho de 1962, que o deputado federal pela UDN, Raimundo Padilha, havia proposto a abertura de uma CPI para investigar as atividades da UNE, e que já contava com apoio nos “meios políticos, militares, eclesiásticos e, principalmente, entre os próprios estudantes”. Os motivos que justificavam a abertura da CPI, segundo Padilha, eram o caráter esquerdista e autoritário da minoria de estudantes que tomava a direção nos Congressos da entidade, as denúncias de que era financiada por recursos estatais, paraestatais e privados para que subvertesse a ordem do país, e as evidências de sua ligação com o comunismo internacional, manifestada nas viagens internacionais que envolviam os seus dirigentes. “Pelas manifestações de apoio que já começo a receber, posso prever que a CPI constituirá um grande foro da democracia, aberto ao pronunciamento dos universitários de espírito livre e antitotalitário.” (PROPOSTA... 26 jul. 1962. 1º Caderno, p. 3).

Poucos dias depois, Raul Brunini, deputado estadual da UDN pelo Estado da Guanabara, em discurso na Assembleia Legislativa, publicado pelo *O Globo* em 04 de agosto de 1962, reforçava os argumentos que deram base para a abertura do inquérito e acusava a entidade de ser “o maior foco de agitação comunista em nossa terra”, e que os estudantes a ela ligados eram “mercenários a serviço da anarquia e da baderna, integrantes do ‘exército libertário’ do Sr. Leonel Brizola” (A UNE..., 4 ago. 1962, p. 3). Ainda no mês de agosto daquele ano, *O Jornal* voltava ao tema anunciando que a proposta de CPI, de autoria do deputado Padilha, já contava com o necessário número de assinaturas e que, através da CPI, ele provaria que a UNE financiava a revolução no Brasil.

Os brasileiros não podem continuar a financiar a revolução marxista em território nacional. Não estamos contra os moços, o que seria um contrassenso. Mas precisamos saber onde a UNE aplica as verbas que este ano vão a mais de Cr\$ 2 bilhões e onde ela vai buscar suas raízes ideológicas e doutrinárias. (CPI..., 29 ago. 1962, p. 3).

De 2 a 23 de setembro de 1962, *O Jornal* publicou uma série de reportagens para provar a ligação da UNE com o comunismo. Intitulada “UNE, menina dos olhos do PC”<sup>200</sup>, a série foi assinada por Sonia Seganfreddo e teve um importante papel colaborativo na CPI sobre a UNE e nas acusações de envolvimento de outros segmentos nacionalistas em suas “atividades subversivas”.

---

200 A série foi composta por 8 artigos, e tinha por objetivo ser um retrato do funcionamento da UNE pelos olhos de uma estudante que denunciava as atividades da entidade como comunizantes.

Seganfredo tomava para si a tarefa de retratar como era o funcionamento da entidade e denunciar as suas atividades “comunizantes” então em curso no país. Procurava dar legitimidade às suas acusações por ser estudante e de ter, nesta condição, conhecido o movimento por dentro. Em seus artigos, contou a história da fundação da UNE, de como ela se tornou uma importante entidade estudantil e como, por isso mesmo, foi tomada pelo comunismo, em uma ação sistemática, ininterrupta desde 1956 até aquele momento - não por acaso, período em que o grupo estudantil de direita, liderado pela FJD, não conseguiu vencer uma única eleição da entidade. Falava das táticas comunistas de cooptação de estudantes ingênuos, de como outras entidades esquerdistas perigosas agiam dentro da UNE, dando grande destaque ao ISEB, e como chegavam à UNE as orientações de Moscou.

Seganfredo tornou-se conhecida do público como militante estudantil anticomunista, envolvendo-se em embates com militantes de esquerda. Ficou famosa por ter enfrentado o bloqueio dos estudantes na greve da Universidade Nacional de Filosofia, sendo notícia em *O Cruzeiro*, em 25 de junho de 1962, como a representante do verdadeiro espírito dos estudantes brasileiros (SONIA..., 25 jun. 1962).

A imprensa deu-lhe grande destaque a partir de então. Em 11 de agosto do mesmo ano, foi convidada a participar do programa de televisão de Flávio Cavalcante<sup>201</sup>, e ali alertar ao grande público sobre a presença de comunistas entre os estudantes brasileiros. “Brava atitude a dessa moça. E ela sabe a impopularidade que a espera.”<sup>202</sup>

A série de artigos que publicou em *O Jornal* teve desdobramentos, e acompanhá-los nos revela, a um só tempo, as conexões e a interferência das ações políticas da USIA no Brasil.

Por sua popularidade como militante que enfrentava os comunistas no interior do movimento estudantil, Seganfredo foi contatada pelo Tenente Heitor de Aquino Ferreira, assistente do General Golbery do Couto e Silva, e convidada a escrever um livro sobre a UNE. Dizia o Tenente Aquino, em carta dirigida a Seganfredo e em nome do IPÊS<sup>203</sup>, que eles estavam dispostos a enfrentar o assunto sobre a cooptação de estudantes brasileiros pelo comunismo e ela, na condição de estudante “democrata” e autora de artigos que denunciavam

---

<sup>201</sup> Jornalista, repórter e apresentador de programas de rádio e tv ao longo das décadas de 1960 e 1970, no Brasil.  
<sup>202</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 agosto 1962. 2º Caderno, p. 3. Em 29 de setembro de 1962, *O Cruzeiro* publicava uma matéria cuja acusação sobre ser o movimento estudantil brasileiro infiltrado por comunistas baseava-se em artigos assinados por Sonia Seganfredo: MAIS que entre operários e camponeses deve-se temer o comunismo entre estudantes. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 29 setembro 1962. Hemeroteca Digital <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>203</sup> A carta enviada pelo Tenente Aquino Ferreira está em Dreifuss (2006, no apêndice O, p. 771).



a “esquerda, o nacionalismo, o ISEB e a UNE”, em jornais nacionais<sup>204</sup> (DREIFUSS, 2006, p. 306), teria toda a condição e respaldo moral para fazê-lo. Nas negociações, o IPÊS pediu à autora sigilo sobre o subsídio para a edição do livro a ela encomendado (DREIFUSS, 2006, p. 307).

Seganfredo organizou o seu livro a partir dos artigos que anteriormente publicara em *O Jornal*. Acrescido o texto de documentos e entrevistas – segundo a autora em prefácio – o livro foi publicado pelas Edições GRD<sup>205</sup> sob o título de *UNE, instrumento de subversão*, com o financiamento absolutamente sigiloso **não** do IPÊS, mas da USIA<sup>206</sup>.

Após uma análise muito cuidadosa, incluindo leituras e relatórios de quatro diretores americanos, o Comitê do Livro aprovou o apoio do Programa de Livros para a publicação da UNE: Instrumento de Subversão por Sonia Seganfredo, ex-dirigente [*sic*] da UNE. A editora é a Editora GRD, com quem já colaboramos anteriormente. Após discussões com os diretores políticos, foi decidido que este acordo deveria ser sigiloso. Um contrato sigiloso, IA-6-1147, foi redigido e a editora será paga em dinheiro. O livro, cujas cópias serão encaminhadas em breve, está sendo publicado em uma edição de 15.000 exemplares, a um preço de tabela de Cr\$ 250,00 (aproximadamente US\$ 0,40). A USIS receberá 4.000 cópias, mas todas elas serão enviadas diretamente pelo editor para os nomes e endereços fornecidos por um comitê no Posto. O custo para o USIS será de Cr\$ 1.600.000,00 (aproximadamente US\$ 2.666,67). No registro não sigiloso, fizemos um pedido de compra de 100 cópias com o editor. É consenso que nenhuma cópia do contrato deve sair do prédio da embaixada. O contrato é normal, sujeito a termos completamente de acordo com nossas práticas regulares. A menos que você solicite cópias, nenhuma será encaminhada. Por favor, verifique isso com a Divisão de Finanças da Agência. Nosso relatório final do ano fará referência a essa transação apenas pelo número do contrato<sup>207</sup>. (USIA. RG 306. UNE..., 21 jun. 1963).

---

204 Sonia Seganfredo deu uma série de entrevistas publicadas em *O Globo*, denunciando as atividades subversivas da UNE. Há, também, uma série de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, em 1962, sob o título Encontro Universitário, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

205 Na sessão Literatura do *Jornal do Brasil* de 28 de agosto de 1963, em nota sobre os lançamentos das Edições GRD para o mês de agosto figurava, entre outros títulos, *UNE, instrumento de subversão*.

206 Dreifuss, cuja pesquisa foi baseada nos documentos produzidos pelo IPÊS, não pode estabelecer a ligação entre o IPÊS e a USIA, especialmente na relação que envolveu a publicação do livro de Seganfredo.

207 “After very careful consideration, including readings and reports by four American officers, the Book Committee approved Book Program support for the publication of UNE: Instrument of Subversion by Sonia Seganfredo, a former officer of UNE. The publisher is Editora GRD, with whom we have cooperated before. After discussions with political officers it was decided that this agreement should be classified. A classified contract, IA-6-1147, has been draw up and the publisher will paid in cash. The book, copies of which will be forwarded shortly, is being published in an edition of 15.000 copies at a list price of Cr\$250,00 (approximately \$.40). USIS will receive 4.000 copies but all of these will be shipped directly by the publisher to names and address supplied by a committee at the Post. The cost to USIS will be Cr\$1.600.000,00 (approximately \$2.666,67). On the unclassified record we have placed a purchase order for 100 copies with the publisher. It is the feeling here that no copy of the contract should leave the Embassy building. The contract is normal otherwise, subject to terms completely in accord with our regular practices. Unless you request copies, none will be forwarded. Please check

Este episódio é um claro exemplo de como agia a rede coordenada pela USIA em sua atividade editorial no Brasil<sup>208</sup>. A responsabilidade do IPÊS, neste arranjo específico da rede, foi o de servir de fachada à operação com a autora e promover a ampla divulgação e distribuição do livro<sup>209</sup>.

Por causa do assunto delicado, a distribuição do livro pelo USIS está sendo feita exclusivamente pelo editor com assistência do CAS [não identificado], conforme apropriado. Nosso nome não está de forma alguma vinculado ao livro e nossos acordos contratuais são confidenciais. UNE: INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO é o primeiro estudo do gênero a aparecer em forma de livro. É uma contribuição valiosa, sentimos, para tornar claro o papel atual da UNE: uma organização estudantil legítima, subvertida e usada por comunistas e *fellow traveler* para seus próprios fins<sup>210</sup>.

Antes mesmo que o livro chegasse ao grande público, já cumpria um dos papéis que lhe fora destinado desde a origem: dar suporte para que a oposição parlamentar fortalecesse a CPI da UNE, consolidando assim um novo caminho de ataque ao governo Goulart.

Era agosto de 1963 e o livro de Seganfredo acabara de ser editado, mas o deputado Raimundo Padilha, UDN-GB, em depoimento à CPI que trabalhou para abrir, já o acolhia como um documento repleto de denúncias a serem investigadas.

Pelos estatutos da entidade – disse – pode-se avaliar a evolução ideológica da UNE. Citou o Centro Popular de Cultura e a Editora Universitária e leu trechos

---

this out with the Agency Finance Division. Our final report of the year will make reference to this transaction only by contract number”. **Fonte:** UNE- Instrumento de subversão, correspondência trocada entre Alan E. James, responsável pelo programa de traduções da posto USIS Rio de Janeiro, e Richard C. Wooton, coordenador do programa de livros para a América Latina, June 21, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, May-June 1963.

208 Explícita, também, a cooperação entre USIA e a Escola Superior de Guerra-ESG.

209 A obra consta na lista de livros distribuídos pelo IPÊS. Fundo IPÊS, QL0CD.5, p. 10. Disponível em: Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp).

210 “Because of the delicate subject matter, USIS distribution of the book is being handled exclusively by the publisher with assistance from CAS as appropriate. Our name is in no way linked to the book and our contractual arrangements are confidential. UNE: INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO is the First study of its kind to appear in book form. It is a valuable contribution, we feel, toward making clear the present role of UNE: a legitimate student organization, subverted, and being used by Communists and fellow travelers for their own ends”. **Fonte:** Documento enviado pelo posto USIS Rio de Janeiro para USIA, Washington, em 23 de julho de 1963, encaminhando 10 exemplares do livro e reportando sobre o seu conteúdo, sua importância política para o cenário nacional e a operação para a produção do livro. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 5.

do livro da estudante Sonia Seganfredo [*sic*], e de relatórios aprovados em congressos da UNE, principalmente em Niterói. Abordou a ligação entre organizações camponesas, portuárias e do CGT com a UNE, além do ISEB, dirigido pelo Sr. Álvaro Vieira Pinto, a quem atribuiu o papel de teórico do bolchevismo. [...] Disse que a UNE já se considera bastante adulta para uma ação revolucionária mais concreta, graças ao estímulo financeiro e político que recebe do Governo, auxílio e proteção – frisou – inclusive nas lutas encetadas contra professores e diretores de faculdades. Salientou que o Ministério da Educação está infestado de esquerdistas, constituindo-se em uma ameaça à segurança nacional e à formação da mocidade brasileira. (RAIMUNDO..., 23 ago. 1963, p. 13).



Figura 4

Apontava ainda, segundo a matéria, os volumosos recursos de seu orçamento, mais de 1 bilhão de cruzeiros, recursos que afirmavam serem não confessos, do Brasil ou do estrangeiro, e que havia ainda recursos da Petrobras, do BNDE, de governos estaduais.

O depoimento de Sonia Seganfredo foi o mais longo da CPI: com duração de três dias, resultou em uma série de acusações que envolvia, além do ISEB e seus professores, o então Ministro da Educação, Paulo de Tarso. Seriam eles, afirmou em denúncia, os principais doutrinadores da juventude universitária. A imprensa deu ampla cobertura aos depoimentos colhidos pela CPI, sempre reforçando as teses que Seganfredo ajudou a consolidar em seu livro.

O USIS Rio de Janeiro acompanhou de perto os trabalhos da CPI contra a UNE. Em relatório preparado pelo *Student Program* (o setor do USIS Rio de Janeiro, responsável por acompanhar assuntos ligados ao movimento estudantil), todos os movimentos e depoimentos da CPI foram analisados e informados à USIA. Entendia a equipe USIS que a CPI era impotente para realizar reformas legais no estatuto da entidade, e que serviria principalmente para “expor e desacreditar a UNE como uma organização da frente comunista”. Os desdobramentos legais advindos dos depoimentos reunidos pela Comissão ainda não estavam claros para a equipe. Os depoimentos analisados no relatório foram os de José Antabi, vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Estado da Guanabara e que na ocasião estava nos Estados Unidos, beneficiado por bolsa de intercâmbio estudantil (não informa o relatório quem era o patrocinador da bolsa); Sonia Seganfredo, ali identificada como “autora do livro apoiado pelo USIS” e o professor Eremildo Viana, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Detalhando cada um dos depoimentos, o posto USIS informava o teor das acusações, que envolviam o ISEB, a Petrobras, o Ministro da Educação Paulo de Tarso, Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Almino Afonso (como congressistas – e ministro – beneficiados e protegidos pelas ações da UNE), além das acusações sobre repasse de verbas do governo Goulart e de fontes estrangeiras através da União Internacional de Estudantes. Reportaram também as acusações de ordem moral, em que o depoente Antabi afirmava que os estudantes ligados à UNE promoviam “imoralidades sexuais”. (USIA. RG 306. STUDENT..., 2 out. 1963).

Importante frisar que os argumentos defendidos pelo grupo político que acusava e criminalizava a UNE e outros segmentos sociais a ela ligados eram exatamente os mesmos argumentos defendidos pela USIA. A Agência tratava a UNE como um grupo político capaz de articulação e formulação de análises conjunturais e estratégias de ação. Por sua postura fortemente antiamericanista e nacionalista, estava a entidade no cerne das preocupações da USIA.

Preocupavam-se com os recursos financeiros da UNE, pois claramente significava solidez na continuidade de suas ações. Segundo informação do posto USIS Rio de Janeiro, enviada via correspondência à USIA, o orçamento da UNE para o ano de 1962, então inserido no orçamento do governo federal, era da ordem de Cr\$ 2,146 bilhões com os quais, afirmava o remetente do posto USIS, os dirigentes da UNE fariam viagens a Praga e outras capitais da Europa oriental, organizariam congressos estudantis e, provavelmente, fortaleceriam a sua atividade editorial.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), liderada pelos comunistas, comprou recentemente as instalações de impressão da antiga editora penitenciária do Rio. Eles já começaram a publicar livros, sob o nome de Editora Universitária, que são fortemente anti-Estados Unidos e favoráveis aos interesses comunistas no Brasil. Com o grande orçamento da UNE (veja o item seguinte) para este ano, eles estarão, sem dúvida, aumentando suas atividades de publicação. Até o momento, eles produziram dois livros. Eles são de qualidade profissional e estão sendo vendidos nas principais livrarias do Rio e, presumivelmente, em todo o Brasil<sup>211</sup>. (USIA. RG 306. CORRESPONDÊNCIA... JAMES, 8 nov. 1962).

As informações arroladas no documento acima guardam uma íntima relação com as denúncias feitas pela FJD, ADP, UDN e demais grupos políticos organizados e em oposição ao governo Goulart. Claro está que se retroalimentavam, e a eficiência de suas denúncias estava justamente na constância das mesmas denúncias repetidas em diversos meios (jornais, revistas, livros), documentados pelo posto USIS desde pelo menos 1954 e na extensa rede de divulgação pública que formaram no país.

O advento do golpe civil-militar não interrompeu esta estratégia, ao contrário, reafirmou, para o diretor do programa de livros para a América Latina da USIA, Richard C. Wooton, a necessidade de intensificar o trabalho de produção de conteúdo que acusasse a infiltração comunista na sociedade brasileira e fortalecesse as posições assumidas pelos governos brasileiro e estadunidense em relação ao golpe. Isso fica evidente na correspondência que Richard C. Wooton enviou a Robert Smith, da Diretoria de Políticas para a América Latina (IAL), em 17 de abril de 1964, a fim de que este, em viagem ao Brasil, orientasse o posto USIS Rio de Janeiro em suas próximas ações. Dizia Wooton que os livros que apontassem a subversão comunista das organizações de trabalhadores brasileiros, no Ministério da Educação e no sistema de ensino, deveriam continuar a ser desenvolvidos. Sugeriu uma nova edição para *UNE, instrumento de subversão*, assim como para o livro *Quem faz a revolução no Brasil*, de autoria

---

211 Correspondência oficial e informal de Alan E. James, responsável pelo programa de tradução de livros no Brasil, USIS Rio de Janeiro, para Richard Wooton, da Information Center Service, USIA, em 8 de novembro de 1962. No original: "The Communist-led National Student Union (UNE) recently bought the printing facilities of the old penitentiary publishing house in Rio. They have already begun publishing books, under the name of Editora Universitária, which are strongly anti-United States and favorable to Communist interests in Brazil. With the large budget of the UNE (see following item) for this year, they will undoubtedly be increasing their publication activities. They have, to date, produced two books. They are of professional quality and are being sold at the major bookstores in Rio, and, presumably, throughout Brazil". **Fonte:** Book Translation Program, Field Message n. 73, November 8, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1962-1963.

de Pedro Colombo. Indicava ser necessário aumentar a tiragem e a distribuição do livro de Jeane J. Kirkpatrick<sup>212</sup>, *Estratégia da traição*, por ser muito “importante para apoiar nossa posição e a posição do governo brasileiro”. Por fim, devido à posição adotada pela imprensa europeia diante do golpe de estado no Brasil, atribuindo sua “fabricação” aos Estados Unidos, sugeria que, de maneira urgente, fosse encontrado um intelectual escritor que assumisse o projeto de “cobrir” os fatos *in loco* e depois escrevesse um livro em defesa da “revolução” brasileira. Um nome a ser considerado era o da francesa Suzanne Labin, por ser uma intelectual anticomunista, autora de diversos livros e que já conhecia o Brasil. Se a ideia fosse aceita, seu trabalho seria totalmente subsidiado pela Agência<sup>213</sup>. (USIA. RG 306. YOUR BRAZIL..., 17 abr. 1964).

Em resposta, Alan James, o PAO (*Public Affair Officer*) do posto USIS Rio de Janeiro afirmava:

Já concordamos que devemos continuar apoiando as LEITURAS DO POVO com ênfase contínua em livros "positivos" em vez de "negativos". Na situação em desenvolvimento, é possível que esta série tenha um impacto por causa do preço, nível de escrita, brevidade etc. (Aliás, os primeiros exemplares apareceram nas Livrarias de São Paulo em quantidade no dia em que a Revolução começou, e vários dos títulos venderam muito bem durante as primeiras semanas.). O ABC Democrático publicará indubitavelmente alguns títulos de forte caráter político. Conversamos com Décio sobre isso e ele está muito interessado em publicar folhetos sobre subversão comunista e corrupção nos sindicatos, Ministério da Educação, Petrobras etc. Uma nova e muito ampliada edição de *UNE*, de Sonia Seganfreddo, está prestes a ser lançada, receberemos as provas da editora assim que estiverem disponíveis. E finalmente, estamos lendo as provas de um livro sobre as Forças Armadas e a crise em desenvolvimento.<sup>214</sup> (USIA. RG 306. CORRESPONDÊNCIA...WOOTON..., 24 abr. 1964).

---

212 Cientista política. Participou do governo de Ronald Reagan, atuando no Conselho de Segurança Nacional. Entre 1981 e 1985, foi Embaixadora dos Estados Unidos na ONU.

213 Todas as aspas utilizadas neste parágrafo representam as frases retiradas do documento. **Fonte:** Your Brazil Trip, correspondência de Richard Wooton, Coordenador do Programa de Livros para a América Latina/ICS para Robert Smith, da Diretoria de Políticas para a América Latina/IAL. April 17 1964. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 6.

214 Memorando assinado por Alan James, Public Affairs Officer, USIS Rio de Janeiro, a Richard Wooton, Coordenador do Programa de Livros para a América Latina/ICS, em 24 de abril de 1964. No original: “We have already agree that we should continue supporting the LEITURAS DO POVO with a contibuing emphasis on ‘positive’ rather than ‘negative’ books. In the developing situation it is possible that this series may have a very decided impact because of price, level of writing, brevety, etc. (Incidentally, the first copies appeared in the São Paulo Bookstores in quantity on the day the Revolution began, and several of the titles have sold very well during the first weeks). The ABC Democrático will undoubtedly publish some titles of a strong political nature. We have talked to Decio about this and he is very much interested in publishing tracts dealing with Communist subversion and corruption in the unions, Ministry of Education, Petrobras, etc. A new and greatly enlarged edition of *UNE* by Sonia Seganfreddo is about ready for the printer and we will receive printer’s proof as soon as available. And finally, we are reading proofs of a book dealing with the Armed Forces and the developing crisis”. **Fonte:**

Décio, mencionado na resposta, era Décio de Abreu, dono da Editora Record e parceiro da Agência na publicação de vários dos livros ideológicos da USIA. *ABC Democrático*, uma coleção com vários títulos cuja temática era a defesa da democracia, assim como *Leituras do Povo*, coleção pensada para concorrer com os títulos da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, da editora Civilização Brasileira. Sobre o livro de Jeane Kirkpatrick, informava Alan James que uma edição em formato livro, tiragem de 3 mil cópias, estava sendo preparada concomitante a uma versão em livreto, preparada a partir de 4 capítulos selecionados do livro, em uma tiragem de 10 mil cópias, para serem distribuídas a grupos-alvo específicos (não informa quais). A ideia sobre Labin era boa, dizia Alan, mas arriscada pela razão mesma apontada por Wooton: ser Labin uma intelectual independente e que não hesitaria em atacar o governo Castelo Branco se achasse motivos para tal. A discussão que deliberou sobre este ponto não foi expressa na carta resposta de Alan a Wooton.

Ainda no agitado mês de abril de 1964, Wooton escreveu outra correspondência, desta vez aos dirigentes dos postos USIS de Buenos Aires e Cidade do México. “Escrevo para vocês dois sobre o Brasil”, dizia ele na abertura de sua carta, para informar que o objetivo dos postos USIS frente ao ocorrido no Brasil deveria ser a produção de conteúdo que expusesse o nível da penetração comunista nos vários segmentos da vida brasileira. Um documento oficial havia sido preparado pelas instâncias superiores da Agência para orientar seus postos no exterior sobre os procedimentos a serem adotados. “É para o resto do mundo, especialmente para os outros países da América Latina, que a história da subversão comunista no Brasil deve ser contada”, dizia ele na carta aos oficiais de Buenos Aires e Cidade do México, e lhes repassava os pontos essenciais definidos pela USIA: documentar a extensão da penetração comunista na sociedade brasileira, destacando os principais focos de subversão e infiltração no governo de Goulart, que eram setores das forças armadas, os trabalhadores, os estudantes, a imprensa e os intelectuais; enfatizar o envolvimento cubano na conspiração comunista, além de chineses e representantes do bloco soviético; usar todas as evidências de documentos e armas como prova do esforço comunista para conquistar o Brasil; em relação a Goulart, Brizola e outros altos funcionários

---

Correspondência de Richard C. Wooton / Coordinator Latin American Book Program para Bill Childs e Ted Jaeckel / Regional Book Officers, USIS, American Embassies Buenos Aires and México. 28 de abril de 1964. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 5, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1964.

do governo deposto, fazer pleno uso de qualquer prova que os envolva na conspiração comunista. Enfatizava Wooton que a alta cúpula do governo estadunidense considerava os eventos recentes no Brasil de suma importância para os Estados Unidos, na mesma proporção que haviam sido as revoluções húngara e cubana. Quanto aos procedimentos específicos que os postos USIS de Buenos Aires e Cidade do México deveriam adotar, orientava Wooton:

O item mais urgente provavelmente será um breve livro descrevendo a revolução e os eventos que levaram a ela. Devido à conveniência de dar a este item a distribuição máxima no Chile antes das eleições de setembro, queremos que este seja em Buenos Aires e tenha prioridade sobre qualquer outra coisa. Uma subsequente história bem documentada e mais acadêmica da comunização do Brasil sob Goulart e o sucesso final das forças democráticas, também está sob consideração e poderia ser concebida no México, já que certamente levará mais tempo do que o primeiro item.

Ao mesmo tempo, alguns dos outros livros escritos localmente, apoiados por Alan James, poderiam ser úteis se adaptados e traduzidos para o espanhol, particularmente aquele sobre a infiltração comunista na Federação Brasileira de Estudantes Universitários [sic]<sup>215</sup>. (USIA. RG 306. CORRESPONDÊNCIA...WOOTON, 28 abr. 1964.

Cabem aqui duas observações a respeito dessa correspondência: a importância em influenciar a narrativa sobre o golpe dado no Brasil, para o Brasil e para o mundo, e o permanente esforço em interferir na condução política dos países latino-americanos, como fica evidente na passagem em que as eleições de setembro, no Chile, são citadas.

O esforço para contar a história do golpe civil-militar sob uma perspectiva adequada ao novo arranjo político que se construía entre Brasil e Estados Unidos se evidencia também no artigo *A nação que se salvou a si mesma*, publicado pela *Seleções*, versão brasileira da revista estadunidense *Reader's Digest* (HALL, 1964, p. 93-120). Havia no artigo, de forma evidente,

---

215 Wooton se referia, nesta passagem, ao livro UNE, instrumento de subversão. Trecho no original: "The most urgent item will probably be a fast-moving short book describing the revolution and the events which led up to it. Because of the desirability of giving this item maximum distribution in Chile before the September elections, we want this one to be in Buenos Aires and given priority over anything else. A subsequent well documented, more scholarly history of the communization of Brazil under Goulart and the ultimate success of democratic forces is also under consideration and could conceivably be done in Mexico, since it will certainly take longer than the first item. At the same time, some of the other locally written books supported by Alan James could be useful if adapted and translated into Spanish, particularly the one on Communist infiltration of the Brazilian Federation of University Students". **Fonte:** Correspondência de Richard C. Wooton / Coordinator Latin American Book Program para Bill Childs e Ted Jaeckel / Regional Book Officers, USIS, American Embassies Buenos Aires and México. 28 de abril de 1964. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 5, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1964.



um esforço narrativo que extrapolava os limites territoriais do país. Ao mesmo tempo que se dirigia aos brasileiros, falava dos brasileiros ao mundo<sup>216</sup>.

Libelo de exaltação à “revolução”, publicado em novembro de 1964, dedicou-se a contar, com base em entrevistas realizadas entre aqueles que “tomaram parte nos acontecimentos”, a “revolução” vitoriosa de contenção ao comunismo no Brasil. Devido à sua importância para o mundo, que provava a força que um povo pode ter em defesa da “democracia”, o artigo especial saiu como um encarte para que pudesse ser destacado do corpo central da revista e “enviado a outras pessoas”. Trazia ainda o endereço para que interessados solicitassem a quantidade que quisessem do artigo<sup>217</sup>.

Esforçou-se o autor do artigo para “provar” que a “revolução” foi um ato de coragem organizado pela sociedade civil para impedir uma revolução comunista no Brasil: um grupo de empresários organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e um grupo de mulheres organizadas na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), aliados a um grupo de militares, se uniram e lograram êxito na batalha contra o comunismo internacional.

Nenhuma das “forças anticomunistas” tinha interesse na deposição de Goulart, dizia o artigo. O objetivo era “limpar” o governo de “métodos e pessoas” que “ameaçavam levar o país ao caos e à guerra civil”, e várias tentativas de diálogo nesse sentido foram realizadas. Sem sucesso, entretanto, o grupo via Goulart aprofundar os laços de seu governo com os comunistas.

Graças às suas ações investigativas, o IPÊS “desmascarou a infiltração de comunistas” no governo Goulart. “Muitos comunistas disfarçados, ‘plantados’ em ministérios e órgãos governamentais anos antes, tinham conseguido alçar-se até postos-chaves na administração federal”, como no Ministério das Minas e Energia, no Correios e Telégrafos (Dagoberto Rodrigues, oficial do Exército conhecido esquerdista) e no Ministério da Educação, o “mais sabidamente infiltrado” de comunistas como Darcy Ribeiro que, conselheiro de Goulart e Ministro da Educação, “serviu-se de cartilhas para ensinar a milhões de analfabetos o ódio de classes marxista”.

A UNE e o repasse de verbas que recebia do governo por meio do MEC não deixavam dúvidas sobre a “infiltração comunista” no governo. “Durante anos um subsídio anual do Governo, de cerca de 150 milhões de cruzeiros, era entregue aos diretores da UNE sem que

---

<sup>216</sup> Todas as palavras e frases entre aspas, daqui por diante, são citações diretas do artigo em análise.

<sup>217</sup> Av. Presidente Vargas, 62, 6º andar, Rio de Janeiro.

tivessem que prestar contas”, o que lhes garantia liberdade de ação na agitação política, tal como “financiar excursões à Cuba Vermelha e visitas a grupos irmãos de estudantes comunitários em outros países da América Latina.” Fortemente blindados pelos recursos do governo Goulart e por “fundos de guerra oriundos de Moscou”, os estudantes líderes da UNE promoviam distúrbios pelas ruas com a organização de greves escolares e comícios por todo o país.

Mas a infiltração comunista ia muito além, afirmava o artigo. Agindo como verdadeiros “engenheiros do caos” e confortavelmente protegidos pelo governo, os comunistas estavam no Supremo Tribunal Federal, no Ministério da Justiça, Secretaria de Imprensa do Presidente, na Câmara dos Deputados. Atuavam, dizia o artigo, nos sindicatos urbanos e rurais, e organizavam treinamento de guerrilha em diversas áreas rurais.

“Por toda a parte havia ‘técnicos de conflito’. Adestrados em escolas de subversão atrás da Cortina de Ferro, eram peritos em criar o caos, para depois promover agitações em prol das ‘reformas’”. Contaminavam, afirmava o artigo, os pobres, os trabalhadores, os agricultores e os estudantes, ingênuos.

Em um contexto tão ameaçador, não sobrou alternativa ao grupo de empresários, mulheres e militares senão salvar o país da “revolução comunista” que se organizava.

A primeira confirmação de que no governo se fortalecia a disposição para a revolução comunista, dizia o artigo, veio após a reunião de Robert Kennedy com João Goulart, em dezembro de 1962, em que, como porta-voz do governo Kennedy, alertava que os Estados Unidos não poderiam continuar “eternamente despejando fundos da USAID dentro do Brasil, a menos que [Goulart] fizesse alguma coisa para deter a espiral inflacionária que anulava o valor desses fundos”. Goulart, ao contrário, diz o artigo, demonstrou seu desdém pelo recado de John Kennedy ao organizar, imediatamente após a partida de seu irmão e portador do recado, uma “comissão para coordenar a expansão do comércio com a União Soviética”. O comício de 13 de março de 1963 deu a prova final: ali, Goulart “riscou o fósforo” para um “rastilho pronto a irromper em chamas de revolta”. A “estupefata classe média” assistiu Goulart pela TV afirmando que as “estruturas de governo e a ordem social existentes”, estavam “superadas”, defendendo a necessidade de mudanças na Constituição e anunciando dois decretos: confisco e entrega à Petrobras de refinarias privadas, e confisco sem indenização de “quaisquer áreas agrárias por ele julgadas inadequadamente utilizadas” para serem entregues a camponeses, “uma clara repetição do programa inicial de Fidel Castro de ‘reforma agrária’”. Brizola, que

com ele dividia o palanque, foi ainda mais longe, “exigiu a extinção do Congresso”, propondo a representação direta através da organização de operários, camponeses e soldados em assembleias, “um evidente eco dos soviets”. Episódios claros da intenção de Goulart e seus aliados em dar um golpe e estabelecer uma ditadura no Brasil.

Apresentada como o desfecho democrático, não-violento e vitorioso para uma situação de iminente ameaça de comunização do Brasil pelas mãos violentas dos “vermelhos”, a “revolução” brasileira liderada pelo Exército em comunhão de esforços com grupos da classe média e empresarial, provou ao mundo ser possível o combate ao perigo comunista.

O desfecho apresentado pelo artigo publicado pela revista *Seleções*, meses após o golpe civil-militar de 1964, assentava-se, como demonstrado ao longo deste capítulo, em um processo político ininterrupto, iniciado na década anterior, de mapeamento das forças políticas contrárias aos interesses estadunidenses para desarticulá-las e neutralizá-las. Partidos políticos e seus membros, entidades de estudantes e de trabalhadores, assim como estruturas administrativas do Estado, foram alvo de diversos ataques ao longo dos anos.

Na próxima seção, apresento a análise sobre a literatura subsidiada para dar suporte à sociedade burguesa.

#### 4.4 LEITURAS PARA A SOCIABILIDADE BURGUESA

A política editorial da USIA correspondia aos objetivos delineados em 1951 pelo NSC e expressos no documento PSB D-33, cujo intento era, declaradamente, empregar uma “literatura permanente” para “quebrar a doutrina cujos padrões ajudaram o comunismo, e promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre”. (DS. RG 59. US DOCTRINAL..., 1951-1953).

Tratava-se, em outras palavras, de produzir e conformar conhecimento capaz de dar sustentação ideológica ao sistema capitalista e ao ordenamento social a ele funcional.

Em 1957 o *Jornal do Brasil* anunciava:

Vale a pena tomarmos conhecimento de um fenômeno que se tem processado no movimento editorial brasileiro, pois, na verdade, nunca se editou tanto e com tanto êxito como agora. Os autores e os títulos se sucedem em ordem crescente, as edições se repetem e o público leitor [sic] aumenta a olhos vistos. A cultura se democratiza e na sua expansão busca levar a maior número de leitores as exigências culturais que há bem pouco eram exclusivas dos ‘happy few’. (MOVIMENTO..., 13 ago. 1957. 1º Caderno.).

Era fundamental, para a consolidação da hegemonia político-econômica dos Estados Unidos, que estes ocupassem o centro das referências teóricas sobre a nova ordem mundial inaugurada após a Segunda Guerra, no Brasil principalmente, considerado país chave para domínio específico desejado sobre a América Latina.

Muitos brasileiros continuam em sua orientação anterior e tradicional em relação à cultura europeia e particularmente francesa em todas as suas facetas. Sua apreciação da cultura americana permanece indevidamente limitada apenas a nossas conquistas tecnológicas. Reportagens sensacionalistas da imprensa sobre casos isolados de dificuldades raciais que ofuscaram relatos do grande progresso feito nas relações raciais levaram muitos brasileiros a acreditar que os americanos pregam um conjunto de valores sociais enquanto vivem de outro<sup>218</sup>. (USIA. RG 306. THE COUNTRY..., 27 dez. 1956).

Em seus *country plans*, conforme já demonstrado, a USIA revelava também as diretrizes operacionais de seu programa editorial para o Brasil, estabelecendo os critérios de prioridade para que o posto USIS Rio de Janeiro comandasse a tarefa no país. Em linhas gerais, e de forma recorrente, os temas a serem cobertos pela linha editorial tinham que valorizar o Estado liberal e o capitalismo, e promover maior entendimento e apreciação da cultura e da democracia dos Estados Unidos. A valorização deste conjunto de ideias previa temas anticomunistas e antinacionalistas. O objetivo do programa editorial estadunidense no Brasil previu, também, influenciar a linha editorial de editoras nacionais para que adotassem os livros estadunidenses mesmo sem os subsídios da USIA, conforme atesta relatório do USIS Rio de Janeiro de 1957:

No campo do livro, uma tentativa foi feita durante o novo ano fiscal para incentivar os editores a imprimir livros favoráveis aos interesses dos EUA sem subsídio da USIS. (Despacho 36, 21 de agosto de 1957). Desta forma, fundos restritos podem ser utilizados para trabalhos não comerciais de natureza política, nos quais a Agência tenha interesse direto. Os tópicos enfatizados são empresa privada, prática da democracia e vida dos EUA<sup>219</sup>. (USIA. RG 306. ANNUAL USIA..., 4 nov. 1957).

---

218 “Many Brazilians continue in their earlier and traditional orientation toward European, and particularly French, culture in all its facets. Their appreciation of America culture remains unduly limited just to our technological achievements. Sensational press reports of isolated instances of racial difficulties overshadowing reports of the great progress made in race relations, lead many Brazilians to believe that Americans preach one set of social values while living by another”. **Fonte:** The Country Plan for Brazil Fiscal Year 1957, de 27 de dezembro de 1956. *In:* NARRA II, USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

219 “In the book field, an attempt has been made during the new fiscal year to encourage publishers to print books favorable to US interests without USIS subsidy. In this way, restricted funds can be utilized for non-commercial works of a political nature in which the Agency has a direct interest. Topics emphasized are private enterprise,

A convicção de que a sua política editorial seria eficiente para atender aos objetivos ideológicos dos EUA foi expressa pelo posto USIS Rio de Janeiro em diversas ocasiões. No relatório acima citado, por exemplo, dizia o posto que “há muitos sinais de que esta abordagem, embora de longo alcance, é eficaz”, pois o livro *Marx contra o camponês*, de Miltrany, afirmava, “inspirou a fundação de uma organização para combater o comunismo em uma cidade rural do Brasil”<sup>220</sup>. (USIA. RG 306. ANNUAL USIA..., 4 nov. 1957). A afirmação volta a ser sustentada pelo posto, anos mais tarde: “Os objetivos da Política dos Estados Unidos no Brasil, conforme citados no *country plan*, podem e estão sendo implementados pelos livros que estamos patrocinando no Brasil”<sup>221</sup>. (USIA. RG 306. BOOK..., 3 jan. 1963, tradução própria).

A operacionalização do programa editorial exigia da USIA, como demonstrado no capítulo 2 desta tese, muito mais que o subsídio a editoras nacionais e o empenho na viabilização de uma distribuição adequada; exigia igual empenho para viabilizar o uso político e público dos títulos de forma a torná-los referência, e nisto a imprensa nacional foi fundamental.

Nos subitens a seguir, demonstrarei as estratégias aplicadas para garantir que os objetivos políticos dos Estados Unidos, expressos nos *country plans*, fossem defendidos pela linha editorial da USIA.

---

practice of democracy, and US life”. Despatch 36, August 21, 1957. **Fonte:** Annual USIA Assessment Report, November 4, 1957. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

220 “White effectiveness in the book program cannot be gauged any more than one can enter the minds of people, there are many signs that this approach, though long range, is effective as in one case where a translation of Miltrany’s *Marx against the Peasant* inspired the founding of an organization to combat Communism in a rural town in Brazil”. **Fonte:** Annual USIA Assessment Report, November 4, 1957. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

221 “The objectives of L as cited in the country plan can and being implemented by the books we are sponsoring in Brazil”. **Fonte:** Book Translation Program Office – Assessment Report, Limited official Use, January 3, 1963. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan.- April 1963.

#### 4.4.1 Estado, democracia e anticomunismo

Democracia, assim como o anticomunismo, estava entre os temas centrais da política editorial relacionada aos objetivos prioritários de ação política declarada nos documentos da USIA.

Estes temas se entrelaçavam e se retroalimentavam em ações culturais e em títulos subsidiados pela Agência. A defesa da democracia passava pelo ataque ao comunismo, assim como o ataque ao Estado socialista passava pela defesa da democracia liberal e pelo anticomunismo.

A bibliografia da USIA em defesa da democracia é extensa, e o tema classificado como prioridade. Os títulos traduzidos geralmente alcançavam tiragens altas para os padrões brasileiros, frequentemente em torno de 5 mil exemplares, podendo ser até mais, dependendo da “utilidade”.

Dos diversos títulos selecionados pela Agência, muitos deles foram trabalhados pela imprensa, de diferentes formas: através de anúncios de venda, notícias de publicação, resenhas e, mais interessante, como referência teórica para consolidação de argumentos conservadores. O esforço para a reunião das ocorrências dos livros subsidiados pela USIA na imprensa brasileira se justifica porque torna mais evidente e transparente o projeto de infiltrar, silenciosa e ininterruptamente, a literatura específica para promover o modo de ser e os pontos de vista dos Estados Unidos e do “Mundo Livre”, através de remodelação de conceitos específicos e usos políticos adequados dos referenciais democráticos.

“A democracia não é uma doutrina do contra”, dizia Al Neto em sua coluna de 24 de abril de 1952 no *Jornal do Brasil* (AL NETO, 24 abr. 1952). Para desenvolver sua argumentação sobre a democracia e apontar as limitações dos democratas sinceros que, ao defender os princípios democráticos o fazem anunciando, em primeiro lugar, contra o que são, Al Neto apoiava-se no livro *Nisto eu creio*, de David Lilienthal. Diz ser Lilienthal “um dos mais destacados pensadores do momento atual, e que seu livro em questão era um verdadeiro credo à democracia.

Na opinião de Lilienthal, a principal força norte-americana é a democracia. É a democracia afirmativa, construtiva, positiva. Lilienthal traça o credo democrático em que acredita nas seguintes palavras: “Eu creio, e é esta a base de nossa constituição, como é a base da religião, na proposição fundamental do valor do indivíduo. Tanto o governo quanto as instituições privadas devem

ter por objetivo promover e proteger e defender a integridade e a dignidade do indivíduo. Qualquer forma de governo e quaisquer instituições que façam dos homens meios em vez de fins que exaltem outras instituições acima da importância do indivíduo; que [sic] homens poder arbitrário sobre outros homens – são coisas contrárias ao conceito de democracia” [...]. (AL NETO, 24 abr. 1952).

O livro em questão não foi publicado no Brasil com subsídio da USIA, mas foi apresentado ao público leitor para a assimilação não só do conceito de democracia defendido pelos Estados Unidos, mas também para a introdução do autor no mercado editorial nacional, que teve, posteriormente, dois títulos publicados pelo USIA no país: *TVA, democracia em marcha*, editado em 1956, e *Grandes empreendimentos: uma nova era*, editado em 1957, ambos publicados pela Civilização Brasileira<sup>222</sup> com os subsídios da USIA.

Um ano antes da publicação de *TVA, democracia em marcha*, no Brasil, o livro já era noticiado pela imprensa. Em *O Globo*, o livro aparece citado em artigo que fazia a defesa da participação de empresas privadas, reguladas por legislação específica, em obras estatais e na exploração de recursos naturais, citando os Estados Unidos como o melhor exemplo sobre o assunto, pois “são a única nação do mundo onde existe uma legislação vigente e atuante contra os monopólios”.

Lilienthal, um dos maiores inspiradores do TVA (Tennessee Valley Authority), a organização cooperativa que deu um golpe de morte nas tendências monopolistas da indústria de exploração de energia elétrica, escreveu um livro a respeito das possibilidades democráticas dos grandes organismos econômicos. (MIRAVITLES, 2 abr. 1956. Vespertina, Geral, p. 12).

O artigo era o reforço dos argumentos que defendiam ser a democracia o ambiente político propício para o progresso, pois permitia a associação eficiente entre recursos financeiros públicos e privados na construção do bem-estar para todos. O exemplo em contrário, o Estado centralizador, cujo monopólio exercido sobre a economia gerava um ambiente carente de democracia e de investimentos eficientes, resultava em estagnação, perigo que o Brasil

---

222 À época propriedade de Octalles Marcondes Ferreira e parte integrante da Companhia Editora Nacional, a Civilização Brasileira foi parceira da USIA na publicação de alguns títulos. Sob a direção de Ênio Silveira, que se iniciou em fins da década de 1950 e durou até 1996, não foi encontrada nenhuma evidência de parceria entre a Agência e a editora. Sobre a história da editora e de seu editor Ênio Silveira, ver o livro organizado por Moacyr Félix (1998).

deveria evitar. O livro deveria ser lido, portanto, como um exemplo de desenvolvimento através do consórcio público-privado.

*O Estado de S. Paulo* noticiava a publicação do livro já em final do ano de 1956. Em coluna de considerável tamanho, a notícia, em tom de resenha, argumentava o porquê os brasileiros deveriam louvar a publicação do livro em português, “o relato minucioso de uma grande experiência social e técnica”, que por sua grandiosidade e significação,

deixou de ser puramente norte-americana para converter-se em exemplo para todos os povos. Trata-se de um livro que merece meditação sobretudo no Brasil, que possui regiões, como a do Vale do São Francisco, que apresentam condições comparáveis àquelas em que se encontrava a do Vale do Tennessee antes das obras do TVA. Não será menor o interesse que esta obra despertará em São Paulo, vivamente interessado em planos de menor envergadura, mas nem por isso menos representativos da vitória do homem sobre a natureza. (BIBLIOGRAFIA..., 7 dez. 1956, p.8).

Em 1957, o livro passou a ser anunciado em diversos jornais. Na edição de 5 de fevereiro de 1957, no *Jornal do Brasil*, *TVA: democracia em marcha* foi anunciado como disponível nas livrarias, com um pequeno texto informativo: “O livro que é escrito por David Lilienthal começa assim: ‘Este livro foi escrito no vale de um grande rio dos Estados Unidos da América, o Tennessee. Trata desse rio e desse vale’. Os interessados devem passar na livraria mais próxima”<sup>223</sup>.

*O Globo* também anunciava o lançamento de *TVA, democracia em marcha*, destacando que para o momento em que “estamos, no Brasil, empenhados no desenvolvimento dos recursos de vários de nossos vales” o livro poderia ser de “muita utilidade para todos aqueles que também aqui lutam contra a natureza.” (OS RECURSOS..., 7 fev. 1957. Matutina, p. 5).

O livro de Lilienthal voltou a ser assunto no programa de livros em circular de 28 de fevereiro de 1962. A USIA recomendava aos postos USIS de Buenos Aires, Cidade do México e Rio de Janeiro que, devido “à sua pertinência ao programa da Aliança, o livro merece uma nova impressão, com apoio local suficiente, incluindo o custo de tradução, para garantir uma edição adequada”<sup>224</sup>. (USIA. RG 306. ICS..., 28 fev. 1962).

---

223 Nota de divulgação na coluna Vida Literária do *Jornal do Brasil* em 5 de fevereiro de 1957, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

224 “Because of its pertinence to the Alliance program, the book merits a new printing, with sufficient local support, including the cost of translation, to assure an adequate edition”. **Fonte:** ICS: Book Translations Program.



O uso público do livro de Lilienthal foi associado ao ambiente político vivenciado pelo Brasil na época de seu lançamento. Se, em 1956, o debate a ser influenciado era a origem dos recursos para financiamento de infraestrutura para o desenvolvimento, ao defender que a democracia era o ambiente propício para a aplicação de recursos privados; em 1962, o título adequava-se aos princípios da Aliança, cuja defesa de capital privado como recurso para o desenvolvimento permanecia em pauta<sup>225</sup>.

O livro *O que é democracia*, de Richard M. Ketchum, por exemplo, foi editado em inglês pela E. P. Dutton and Company e entrou para o programa de tradução de livros da USIA em 1954, destinado a ser amplamente distribuído ao público estudante dos países da América Latina, juntamente com outro título do autor, *O que é comunismo*. A Agência comprou da editora estadunidense a quantia de 100 mil exemplares de cada título para envio a todos os seus postos USIS da região. No Brasil, ambos os títulos foram publicados pela Editora Saraiva. *O que é democracia*, editado em 1958, recebeu tiragem de 15 mil exemplares. Escritos para estudantes do ensino médio e superior, mostravam “objetivamente os fatos sobre comunismo e democracia”, e utilizavam fotos e ilustrações em abundância<sup>226</sup> (USIA. RG 306. SPECIAL..., 29 dez. 1954); a publicação do livro recebeu algumas notas de divulgação na imprensa, em *O Estado de S. Paulo* e no *Diário de Notícias*.

Algumas vezes, o tipo de democracia a ser validado ficava mais explícito. Em *O Estado de S. Paulo*, na coluna intitulada *Notas e Informações*, o artigo *Sermão aos surdos*, sem assinatura, faz a sua defesa sobre a não ampliação do direito de voto aos analfabetos, proposta de emenda constitucional de autoria do deputado federal Armando Falcão, que pauta sua argumentação em Yves Simon, autor cujo título *Filosofia do governo democrático* foi editado

---

February 28, 1962. NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Circulars Relating to Latin America, 1962-1968. Entry P 437. NND 50666. Box 1, Folder USIA Circulars.

225 Apesar da circular USIA de 1962 solicitando ao USIS Rio de Janeiro a reimpressão do título, não foi encontrado registro de reimpressão no Brasil, através de subsídio da Agência. Há registro de uma edição de 1972, publicada também pela Civilização Brasileira, localizada via Estante Virtual, mas esta informação não é suficiente para ligar a edição à Agência. Entretanto, mesmo não sendo possível afirmar ter havido a reimpressão, permanece válida a menção ao documento, que fortalece a compreensão sobre a relação havida entre a política editorial da USIA e a intenção de, com ela, influenciar a política nacional.

226 “What is Communism and What is Democracy: two 192-page books, to be published in late March or April by E.P. Dutton & Co. The Agency is purchasing 100,000 copies of each of these books for distribution to all posts on a pro rata basis. (Fund for purchase were committed in FY54). Written for senior high-school level and up, these books consist of half pictures and half text, and are intended to show objectively the facts about communism and democracy”. **Fonte:** Special Project Planned for Next Six Months. Memorandum, December 29, 1954. NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Office of Public Information. Records Relating to Strategic Planning and Objectives, 1954-1957. Entry P 200. NND 54082. Box 1, Folder TCS – Six Months’ Objectives, January to June 1955.

em 1955 pela Agir, com o subsídio da USIA. O artigo evoca a autoridade de Simon para afirmar ser “um desvirtuamento da democracia” a proposta do deputado e, mais sério ainda, um perigo que pode carregar em si as falácias próprias de Estados totalitários.

Tragédias da extensão do hitlerismo provaram, de fato, que o sufrágio universal não constitui por si só garantia suficiente para a liberdade democrática. Autênticos democratas têm defendido, em obras universalmente aceitas como intérpretes legítimas da filosofia desse regime de governo, a tese de que, em certas circunstâncias, a vida de uma nação melhor se exprime pelo voto restrito do que pelo sufrágio universal. Isto ocorre – diz Yves Simon – como resultado de certas anomalias, tais como a ignorância generalizada e o poder ditatorial exercido sobre as massas por chefetes regionais. Aí está, retratado, o caso do Brasil. E aí se acha revelado também, o propósito que induz a maioria situacionista a propor a extensão do voto ao analfabeto! (SERMÃO..., 30 ago. 1957, p. 3).

Na mesma linha, artigo assinado por Gustavo Corção<sup>227</sup>, em ataque direto ao exercício político do movimento estudantil, evocava Yves Simon para dizer que a “democracia integral, humana, cristã, democracia ensinada por Yves Simon, por Maritain, e pelo Papa, não se funda na ideia de que política seja uma espécie de física do poder”. O autor condenava a organização política dos estudantes que, com suas pautas e pressão sobre os dirigentes, estariam confundindo as premissas democráticas e insuflando o absolutismo populista. (CORÇÃO, 1 set. 1957).

Corção volta a evocar Yves Simon em 1958 para denunciar o poder concentrado do governo brasileiro exercendo censura sobre os veículos de comunicação de rádio e tv. (A MALIGNIDADE..., 9 jan. 1958, p. 4).

O *Jornal do Brasil*, em 1955, comemorava a publicação de *Filosofia do governo democrático*, que viria a preencher a lacuna provocada pela inexistência “incompreensível” de obras do autor, filósofo de “reconhecido valor”. A obra, “em cujas páginas Yves Simon analisa, lucidamente, os problemas ligados ao verdadeiro conceito de democracia, quaisquer que sejam seus aspectos”, merecia leitura atenta, segundo o jornal<sup>228</sup>.

Em *O Globo*, assim é noticiada a edição brasileira de *Filosofia do governo democrático*:

---

227 Gustavo Corção fazia parte da rede de jornalistas que colaboravam com a USIA.

228 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1955. 1º caderno, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 19 abril de 2019.

Dos seus editores recebi um exemplar da *Filosofia do governo democrático*, de Yves Simon [...] A carta que o acompanha diz o seguinte: ‘Acabamos de publicar pela primeira vez em língua portuguesa um trabalho do notável filósofo e sociólogo francês Yves Simon, atualmente professor da Universidade de Chicago. Das suas obras escolhemos esta, pois julgamos ser dos mais oportunos temas deste estudo que muito poderá contribuir para o aprimoramento da cultura política em nosso país’. De fato, o prof. Yves Simon nos chega na hora exata. Nunca a nossa política se apresentou mais necessitada de um explicador de democracia e de um catedrático de conduta liberal. Quem escolhe as publicações daquela editora tem um raro senso de oportunidade mental e histórica. Por mais um pouco teríamos na rua, feita por homens que dizem fiadores da democracia, a ‘Filosofia do golpe’ em edição de luxo.” (CULTURA..., 31 out. 1955, p. 3).

Recebeu o livro amplo espaço para a divulgação de publicação também em *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1955. Livro que abordaria todas as facetas do problema que envolve o conceito. “Começa discutindo a teoria geral do Estado, a liberdade democrática, a soberania e a democracia, para depois ingressar, com fascinante poder de observação e de conclusão, na igualdade democrática, na democracia e tecnologia”<sup>229</sup>.

Oportunidades ímpares de sustentação ideológica para a correlação entre democracia e anticomunismo ofereceram as obras de Suzanne Labin. A autora francesa se destacou no cenário internacional ocidental como especialista das estratégias de propaganda do comunismo internacional. Autodeclarada “democrata anticomunista”, a imprensa deu-lhe enorme destaque. De sua autoria, a USIA subsidiou a publicação, em português, de três de suas obras: *A guerra política*, 1960 e reedição em 1964, esta última com tiragem de 5 mil exemplares<sup>230</sup>, *A condição humana na China*, 1963, Editora Letras e Artes, 15 mil exemplares (EM CIMA..., 11 ago. 1963. Supl. Literário, p. 5), e *O duelo Rússia X USA*, Editora Record, 1964, tiragem de 10 mil exemplares. Publicado também pela Editora Record, em 1963, seu livro *Em cima da Hora*, traduzido e prefaciado por Carlos Lacerda<sup>231</sup>, recebeu enorme destaque da imprensa nacional, principalmente porque a autora veio ao Brasil participar de seu lançamento e fazer uma série de palestras.

---

229 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 outubro 1955. 1º caderno, p. 13. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

230 Trata-se de relatório preparado pela autora pela organização e participação na II Congresso Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos, ocorrido em Roma, 1961. Não há indicação de editora e nem de tiragem para a edição de 1960.

231 Não é possível afirmar que este livro tenha sido subsidiado pela USIA, direta ou indiretamente, pois nenhuma referência a ele foi encontrada na documentação consultada. Entretanto, dadas as características de sua produção e divulgação, é plausível supor o seu envolvimento.

Em 1961, a *Tribuna da Imprensa* deu cobertura ao II Congresso Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos, especialmente ao relatório de Suzanne Labin, intitulado *Os equívocos sobre a guerra política dos soviéticos*, que publicou em três edições do jornal, entre os dias 19 e 21 de novembro de 1961.

“De que nos serve armar o braço se passivamente deixamos que o inimigo nos desarme o espírito?”. Assim abria a autora o seu relatório, posteriormente transformado em livro pela USIA (LABIN, 1960). A ofensiva contra o comunismo, dizia, não poderia vir das armas, mas da política, da propaganda, pois seriam exatamente estas as armas com as quais o comunismo soviético atacava o ocidente, e com sucesso, segundo a sua avaliação. As táticas da guerra política ensejada pelos soviéticos eram várias e conjugadas: expansão dos partidos comunistas; expansão da organização de frentes nacionais ou libertárias, que a autora coloca entre aspas e classifica como organizações criptocomunistas; infiltração aprofundada nas mais diferentes formas de agrupamento no mundo livre, intoxicando “partidos livres, sindicatos independentes, imprensa, rádio, televisão, Ministérios, cinema, teatro, escolas, universidades, casas editoras, polícia, igrejas”. (LABIN, 18-19 nov. 1961, p. 4).

Além das técnicas acima, a autora “revela” outra importante técnica exercida pelo Estado soviético: a cooptação política. Enquanto os Estados Unidos limitavam-se a ofertar ajuda econômica para desenvolver os países pobres do hemisfério ocidental, diz, os soviéticos viabilizavam a doutrinação política.

Os americanos constroem os hospitais. Os soviéticos neles colocam as enfermeiras comunistas que doutrinarão os doentes. Os americanos ensinam a ler aos povos subdesenvolvidos. Os soviéticos lhes distribuem jornais antiamericanos que esses povos poderão ler graças à ajuda americana. (LABIN, 18-19 nov. 1961, p. 4).

Labin concluiu seu relatório afirmando que ou o “mundo livre” investia na guerra política ou o comunismo venceria. “Digo que é preciso armar, com urgência, a frente da guerra política” (LABIN, 18-19 nov. 1961, p. 4). Estes foram os argumentos centrais de seu relatório, base para os livros que escreveu na sequência, entre eles *Em cima da hora*.

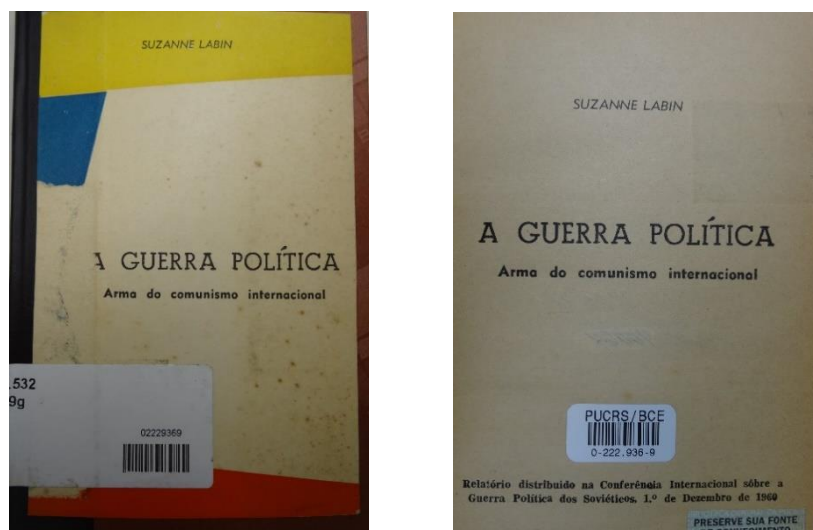


Figura 5

Labin chegou ao Brasil em 1 de agosto de 1963. Sua agenda de palestras teve a cobertura dos principais jornais do Rio de Janeiro (CHEGA..., 1 ago. 1963, p. 5)<sup>232</sup> e de *O Estado de S. Paulo*, e suas ideias foram utilizadas por canais diversos para nos “traduzir”.

Na cidade do Rio de Janeiro, Labin falou no Teatro Municipal, no Círculo Operário Católico, no Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, na Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, no Instituto de Educação, no Colégio Santo Inácio (palestra organizada por ex-alunos da Escola Superior de Guerra), adequando, a cada audiência, o tom de seu discurso. Para trabalhadores, enfatizou que a organização de sindicatos livres e a liberdade para lutar por melhores condições de vida só existiam em países democráticos e livres, mostrando como era dura e sem direitos a vida de operários na União Soviética. Para os alunos do Instituto de Educação e da Faculdade Santa Úrsula, falou sobre as manobras comunistas para influenciar o “pensamento da juventude”. Para os círculos elitizados, no Teatro Municipal e na Federação das Indústrias, falou sobre a necessidade de barrar imediatamente o avanço do movimento comunista, apresentando, inclusive, um plano de ação<sup>233</sup>.

232 Especificamente Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias e O Globo. Segundo o Jornal do Brasil, Labin veio ao Brasil a convite de Carlos Lacerda.

233 SUZANNE Labin diz que ‘paz na Terra’ reforçou comunistas na Itália. Jornal do Brasil, 2 de agosto de 1963, p. 5, sobre a palestra preferida no Círculo Operário Católico. INFILTRAR-SE e solapar é a grande tática comunista. O Globo, 3 de agosto de 1963, p. 6, sobre a palestra proferida no Teatro Municipal. Na Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, “uma palestra em espanhol sobre Plano de Contra-Ofensiva para a Guerra Política dos Comunistas”, nota em Agenda JB, Jornal do Brasil, 6 de agosto de 1963, p. 14. Todos os artigos estão

Em palestra pronunciada ontem no Colégio Santo Inácio, a escritora Suzanne Labin fez uma advertência ‘aos jovens, para que não se deixem enganar pelos falsos democratas, que, sob o pretexto de ajudar o País, o aproximam, cada vez mais, do convívio do Kremlin’. Falou também o deputado Eurípedes Cardoso de Meneses, afirmando que ‘é bom que se riam agora, pois já não sabemos mais por quanto tempo se poderá fazê-lo livremente. O golpe já foi dado, agora só está faltando ocuparem alguns postos vagos’. Concluindo, o parlamentar criticou o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Professor Darci Ribeiro, tachando-o [sic] de ‘comunista notório’. A escritora francesa expôs a situação em que se encontra o seu país, assinalando que ‘mais de 150 deputados, dizendo-se amigos de todos, estão promovendo a maior campanha antidemocrática jamais vista na França. (SUZANNE..., 8 ago. 1963, p. 5).

Em São Paulo, sua agenda foi detalhada e acompanhada pelo *O Estado de S. Paulo*: ela falou com exclusividade para um grupo de jornalistas, proferiu palestra na Universidade Mackenzie, encontrou-se com a Liga do Professorado Católico, com o Movimento de Arregimentação Feminina e com a União Cívica Feminina, e fez noite de autógrafos para o lançamento de seu livro *Em cima da hora*. As atividades de lançamento de seu livro, além das noites de autógrafo, contaram também com a leitura da obra em programa de TV, feita por Carlos Lacerda.

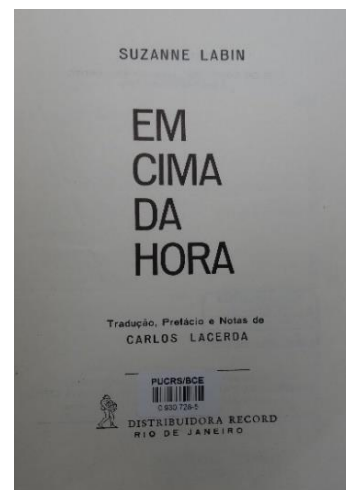
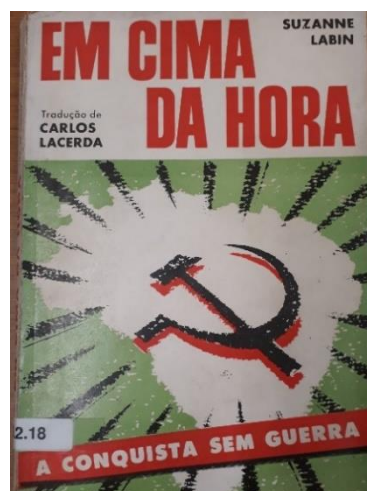


Figura 6

disponíveis na Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 24 jul. 2019.

Na ocasião, a revista *O Cruzeiro* fez uma entrevista com Labin na qual as conexões entre o pensamento anticomunista da autora e a política nacional foram explicitamente traçadas. (LABIN, 14 set. 1963, p. 52-53).

Na apresentação, a revista informava as qualificações da autora: “formada em Ciências pela Sorbonne e em Altos Estudos Sociais e Internacionais”. O seu engajamento político era ativo e incluía, por exemplo, conferência pronunciada no Congresso Atlântico de Londres, em 1959, quando recomendou à OTAN “que se munisse de um organismo necessário a combater a Guerra Política”. A importância de sua conferência se comprovou no fato de ter sido transformada em um “*best seller* quando o Senado americano a editou sob o título de ‘Técnicas da Propaganda Soviética’”, dando origem, em 1960, ao livro *Em cima da hora*. “Labin correu o Mundo. Foi à Coreia, ao Japão, ao Vietnã, ao Paquistão, à Índia, à Turquia, à África, aos Estados Unidos, à América Latina e chegou ao Brasil”.

As perguntas elaboradas pelo jornalista de *O Cruzeiro* giraram em torno de seu posicionamento anticomunista, que ela dizia ter origem nos estudos da obra de Marx e de seu conhecimento sobre as atrocidades cometidas na União Soviética; de sua defesa do capitalismo, que afirmava ser o único sistema que propiciava condições adequadas para os trabalhadores porque domado pelo Estado democrático, e portanto não existia mais o “capitalista todopoderoso, que pode fazer o que entende, porque está limitado por leis sociais e democráticas” (LABIN, 14 set. 1963, p. 52-53); e, em sua opinião, sobre como deveria ser o Estado político, democrático, respeitoso da pequena propriedade.

Sobre o Brasil, afirmava que a infiltração comunista “é maior nos círculos intelectuais e nas administrações públicas e menor nos meios populares. Entretanto vejo que o Brasil, como na Venezuela, há uma tomada de consciência e, conseqüentemente, uma reação contra o comunismo”. A Aliança para o Progresso poderia ajudar no combate ao comunismo, mas “não basta apenas a ajuda econômica para lutar contra o comunismo, porque ele não se desenvolve só na miséria”. (LABIN, 14 set. 1963, p. 52-53).

Os estudantes brasileiros democratas, na sua opinião, eram maioria e deveriam “entrar em massa em seus diretórios, a fim de não deixar o campo livre a uma minoria atuante”, teriam que se mobilizar para “que não sofram mais derrotas, como aconteceu na eleição da UNE”. (LABIN, 14 set. 1963, p. 52-53).

Cuba era um “perigo muito grande, porque é lá que se assenta a base da guerra política na América Latina”.

Os maiores líderes democráticos, na América Latina, na sua opinião, eram Carlos Lacerda e Romulo Bettancourt.

Sim, sou anticomunista sistemática, porque o comunismo é sistemático e só pode ser vencido por uma luta sistemática. [...] Se continuarmos como estamos nestes 10 últimos anos, vamos perder a guerra. Temos que fazer uma reformulação de métodos, urgentemente, porque faltam apenas cinco minutos. (LABIN, 14 set. 1963, p. 52-53).

A revista apresentou, ainda, resenha do seu livro *Em cima da hora* (GUEIROS, 26 out. 1963), e artigo que apresentava as principais ideias da autora sobre a propaganda comunista no mundo (GUEIROS, 21 dez. 1963).

Labin passou a ser tratada, pelas forças conservadoras em ação naquele momento, como uma intelectual referência, capaz de, com suas reflexões, traduzir e revelar as ameaças que rondavam a democracia brasileira. As forças conservadoras, no enfrentamento com as forças progressistas, disputavam o tipo de democracia que melhor serviria a um Estado “democrático” de capitalismo periférico. Para um Estado liberal, elegiam uma democracia restrita, articulada para promover a defesa da propriedade privada e o controle dos mecanismos de representação.

Ao afirmar que o avanço do comunismo, no Brasil e no mundo subdesenvolvido, se dava através das pautas inclusivas reivindicadas por segmentos sociais subalternos organizados, os setores conservadores definiam a democracia que a eles interessava, jogando no vale da subversão a face democrática e inclusiva do regime político então em disputa.

Suzanne Labin desempenhou com competência o papel que lhe coube de intelectual orgânica do sistema capitalista, abrindo caminho para o uso ampliado dos argumentos ideológicos que reuniu em seus livros, no Brasil, coadunando perfeitamente com os objetivos de ação traçados pela USIA: a defesa do capitalismo e do capital privado, a denúncia sobre os perigos do comunismo no país como freio às pautas progressistas e a associação do nacional-desenvolvimentismo ao comunismo.

Há alguns exemplos do uso ampliado dos livros de Labin. Ivan Hasslocher, por exemplo, em defesa do IBAD, acusado de ter agido ilegalmente nas eleições de 1962, publicou no *Diário de Notícias* sua carta aberta, dizendo ter sido o IBAD vítima de comunistas organizados que ameaçavam a liberdade democrática. Afirmava ele que os recursos que levantou junto a “pessoas e firmas brasileiras” para o IBAD e para a ADEP (Ação Democrática Popular) eram lícitos e não havia em suas atividades, assim como nas atividades das duas



entidades, nenhuma corrupção eleitoral. Segundo Hasslocher, as acusações não foram provadas, mas, mesmo assim, por decreto presidencial, ambas as entidades foram fechadas, como parte “essencial da campanha organizada para desmoralizar perante o povo os verdadeiros representantes do povo” (assim mesmo, com a repetição da palavra **povo**). A verdadeira corrupção, segundo expunha em sua carta, foi praticada pelo governo, através das candidaturas de Leonel Brizola e Miguel Arraes, ambos comunistas. Os apoios dados por capitalistas e verdadeiros democratas a candidatos honrados era considerado corrupção, mas o apoio de capitalistas a candidatos comunistas era considerado ato legal, dizia ele, citando o fato de Ermírio de Moraes ter apoiado a candidatura de Miguel Arraes em Pernambuco.

O episódio não deixava dúvidas para Hasslocher: tudo não passava de uma tática comunista sendo posta em prática no Brasil, tal qual Suzanne Labin já havia descrito. Com um trecho escolhido do livro da autora, encerra a sua carta:

Tarefa importante da propaganda soviética não é, apenas, a de envolver os crédulos. É também a de inutilizar o esforço daqueles que têm consciência nítida do perigo e o denunciam com ardor. Contra esses, desencadeiam-se campanhas que não têm limite, nem em intensidade nem em ignomínia. Procura-se fazer deles pessoas pesteadas e criar na opinião pública verdadeiros reflexos condicionados, para que ao seu nome instintivamente se associem a prevenção e o ódio<sup>234</sup>. (LABIN, [196-] apud HASSLOCHER, 1963).

Em artigo publicado pelo *Diário de Notícias*, Hermann M. Goergen<sup>235</sup> cita Labin para analisar a política adotada pela URSS em relação à América Latina na disputa com os Estados Unidos:

Não sei se é verdade, mas tenho diante de mim a informação publicada por uma agência alemã de notícias, segundo a qual um chefe democrata-cristão do Chile teria declarado: ‘Se o mundo aspira a coexistência pacífica, por que nós, no Chile, não poderíamos coexistir com os nossos comunistas?’ Constantemente surge, em cartas dos meus amigos latino-americanos, e nos debates durante as minhas viagens, esta pergunta: ‘O comunismo não está fazendo as pazes com o Ocidente? Khrushchev não deseja a normalização das relações internacionais? O tratado de proscricção dos testes atômicos na atmosfera não é a primeira prova da nova política soviética, de paz e entendimentos razoáveis para com o mundo comunista?’ (LABIN apud GOERGEN, 6 nov. 1963, p. 9).

---

234 Hasslocher não informa de qual dos livros de Labin retirou o trecho citado.

235 Goergen era professor em Bonn, segundo informação fornecida pelo jornal.

Sua conclusão, ancorada nos “estudos bem documentados” de Labin, é de que a coexistência pregada pelo governo soviético não passava de uma tática, que preservava e apenas adiava, para dias mais propícios, o objetivo de “conquistar o mundo para e pelo marxismo-leninismo”. (GOERGEN, 6 nov. 1963, p. 9).

Imediatamente após o golpe civil-militar de 1964, o *JB* exhibe propaganda de venda do livro *Em cima da hora* com o seguinte texto:

Tudo o que estava acontecendo no Brasil foi previsto neste livro admirável. Compreenda a que ponto chegou a infiltração comunista do Governo Jango Goulart [sic] e para onde nos queriam levar, lendo e divulgando entre seus amigos<sup>236</sup>.

Ao exemplo da divulgação das obras de Suzanne Labin, aqui explorado, juntam-se centenas de outros títulos, trabalhados com empenho pela rede articulada pelo USIS Brasil, para ocupar os espaços públicos de debate, as bibliotecas, as bibliografias de cursos escolares.

*Primeiro satélite soviético nas Américas*, livro de autoria de Daniel James, foi editado pela Letras e Artes em 1962, tiragem de 15 mil exemplares, com distribuição variada: para as bancas de jornais da área metropolitana das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, envio para postos de venda e livrarias fora do eixo Rio-São Paulo, envio para os 1500 postos da Associação Brasileira Rural, espalhados por diversas cidades do país, envio para os 68 centros binacionais do USIS Brasil e para 1000 livrarias especialmente selecionadas (não diz quais e nem o critério de seleção). (USIA. RG 306. BOOK..., 8 nov. 1962).

No mesmo ano, o posto USIS Rio de Janeiro foi procurado pelo editor e proprietário da editora GRD, Gumercindo Ribeiro Doria, semanas antes da realização do Congresso Brasileiro Solidário com Cuba, apresentando as provas do livro de Michel Aundry, *Cuba, independent or satellite nation*, e propondo que o posto subsidiasse a sua publicação.

O sentimento geral era que este livro não acrescentava nada que não fosse previamente conhecido sobre a situação em Cuba e, portanto, não deveria ser amplamente apoiado. No entanto, por causa da compilação útil de fatos em um livreto pequeno, mas muito legível, com uma capa atraente, e por causa de sua publicação iminente imediatamente antes do Congresso, foi decidido que a distribuição seletiva afetiva de aproximadamente 500 cópias poderia ser feita entre estudantes e outros, no Rio e em São Paulo. O oficial do livro foi instruído a comprar imediatamente 500 cópias para este propósito. Também

---

236 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1964, p. 5. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso 24 de julho de 2019.

foi decidido que um número limitado de cópias adicionais deveria ser comprado conforme necessário, diretamente das livrarias. As 500 cópias foram entregues logo antes do congresso e foram distribuídas rapidamente por meio de pontos-chave. Edição totalizou 5.000 exemplares, dos quais 3.500 cópias foram colocadas à venda nas livrarias do Rio e de São Paulo a preço de tabela de Cr \$ 150,00<sup>237</sup>. (USIA. RG 306. CUBA..., 22 abr. 1963).

Embora o título não constasse do catálogo de publicações do programa de traduções da Agência, o posto USIS, investido de sua autoridade local, decidiu pela publicação e distribuição do livro por ser oportuno ao momento político nacional.

Outro bom exemplo do alcance das ações do USIS Brasil foi a publicação do livro *Você pode confiar nos comunistas – eles são comunistas mesmo*, de Fred Schwarz. Em um memorando confidencial de 24 de janeiro de 1963, o posto relata à Agência como se envolveu na viabilização da edição. Nos trabalhos de seleção de títulos para publicação, em 1962, o oficial do posto designado para a função analisou cópia do livro em questão e decidiu, à época, que não valeria a pena incluí-lo no programa. Em outubro de 1962, o posto foi procurado pela Editora Dominus, São Paulo,

[...] expressando grande interesse em publicar o livro e perguntando se o USIS iria cooperar. Quase ao mesmo tempo, o PAO recebeu uma carta do Dr. Schwarz, pedindo ajuda ao USIS para encontrar uma editora brasileira para o livro. Ele informou que sua organização estava preparada para comprar uma quantidade para distribuição especial. O assunto foi discutido longamente em uma reunião de equipe. A maioria dos oficiais presentes se opunha ao patrocínio de uma edição brasileira, mas era geralmente aceito que o livro poderia ter alguma utilidade aqui e que o posto não perderia nada em trazer o autor e uma publicação brasileira juntos<sup>238</sup>. (USIA. RG 306. BOOK..., 24 jan. 1963).

---

237 “The general feeling was that this book added nothing that was not previously known about the Cuba situation and therefore should not be extensively supported. However, because of the useful compilation of facts in a small but very readable booklet with an attractive cover, and because of its imminent publication immediately prior to the Congress, it was decided that affective selective distribution of approximately 500 copies could be made among students and others in Rio and Sao Paulo. The book Officer was instructed to purchase immediately 500 copies for this purpose. It was also decided that a limited number of additional copies for other areas should be purchased as needed, directly from bookstores. The 500 copies were delivered just prior to the Congress and were quickly distributed through key outlets. A total edition numbered 5.000 copies, of which 3.500 copies were put on sale in bookstores in Rio and São Paulo at a list price of Cr\$150,00”. **Fonte:** Cuba: Independent or Satellite Nation. Field Message n. 207, April 22, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan.-April 1963.

238 “In early October 1962 the post received a letter from Editora Dominus in São Paulo, expressing great interest in publishing the book and asking whether USIS would cooperate. At almost the same time the PAO received a letter from Dr. Schwarz, asking USIS assistance in finding a Brazilian publisher for the book. He stated that his organization was prepared to purchase a quantity for special distribution. The matter was discussed at length at a

Pelo relatado neste documento, a ação da USIA foi viabilizar o encontro do autor/organização<sup>239</sup> com a Editora Dominus, que se dizia disposta a lançá-lo em uma tiragem de 20 mil exemplares. Não foi possível saber se a Agência atuou nos trabalhos de distribuição e divulgação da obra, que teria atingido 1 milhão de exemplares em todo o mundo<sup>240</sup>.

---

staff meeting. Most officers present were opposed to sponsoring a Brazilian edition, but it was generally agreed that the book might have some usefulness here and that the post would lose nothing by bringing the author and a Brazilian publishing together". **Fonte:** Book Translation Program, January 24, 1963. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan.-April 1963.

239 Fred Schwarz era australiano e fundador-presidente da Cruzada Cristã Anticomunista, entidade que estaria disposta a subsidiar a publicação do livro. Ver: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1961, capa, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de setembro 1963, p. 14, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>.

240 O livro foi condensado e teve seus capítulos publicados pelo *Diário de Notícias* entre 13 de novembro e 07 de dezembro de 1963, que também fez uma campanha publicitária ao longo do mês de setembro daquele ano. Ver, também, matéria de lançamento do livro com a presença do membro da Cruzada Cristã Anticomunista da Califórnia (CCAC), Nathanael Rangel, brasileiro radicado nos EUA: CRUZADA lança livro contra o comunismo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1963, p. 14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

## 5 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO *VERSUS* MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

“Uma análise objetiva e competente do capitalismo americano, por si só, pode revelar-se tão útil para o programa nesse particular quanto as memórias de um russo fugitivo - às vezes mais útil”<sup>241</sup>.  
(USIA. RG 306. US INFORMATION..., 9 out. 1953).

“Marchamos, agora para a luta pelo desenvolvimento nacional como se esta luta fosse a defesa do nosso próprio território... e na verdade o é! Não temos, nós brasileiros, outra alternativa”<sup>242</sup>.  
(USIA. RG 306. UNIDOS... KUBITSCHKEK, 3 fev. 1956).

As atenções dos investidores e do governo estadunidenses voltavam-se para as políticas desenvolvimentistas do Brasil na medida em que estas pudessem representar obstáculos aos tratados comerciais entre Brasil e EUA, vitais para manter um fluxo de capital satisfatório à manutenção da predominância estadunidense no cenário político e econômico mundial.

O padrão de acumulação do capital internacional, consolidado com o término da Segunda Guerra, coincidiu com o fortalecimento da economia dos Estados Unidos, que passaram a ditar os termos da nova configuração político-econômica para o capital, expressos nos acordos finais de Bretton Woods, impondo modificações de forma a expandir a produção e a acumulação em níveis satisfatórios à sua economia em particular, mas em benefício da totalidade do sistema capitalista.

O novo padrão do capital internacional, articulado em Bretton Woods, possibilitou operar modificações em economias nacionais, forçando-as a se submeterem a regras financeiras internacionais, estipuladas pelas agências multilaterais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), abrindo o mercado

---

241 “An objective and competent analysis of American capitalism, per se, can prove as useful to the program in this particular as the memoirs of an escaped Russian - sometimes more useful”. **Fonte:** US Information Agency – Information Center Service, October 9, 1953. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Subject Files, 1953-1967. Entry P 27. NND 74593. Box 7, Folder Book Policy and Procedure – Collections of Directives 1953-1954.

242 Trecho de discurso de Juscelino Kubitschek. **Fonte:** Unidos no Caminho do Progresso. Discursos do Presidente Juscelino Kubitschek e do Vice-Presidente Richard Nixon. Volta Redonda, MG, 3 de fevereiro de 1956. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files with Latin American United States Information Service Posts 1954-1958. Entry P 233. Box 1. Folder 1956 US USIS RJ.

internacional para o capital estadunidense<sup>243</sup> (REIFLER; SUDLER, 1996, p. 13-37 apud MARTINS, C., 2011, p. 75).

Mantendo a ideia de livre mercado, caro ao liberalismo, a nova ordem econômica mundial apresentava duas novidades: a superação do modelo de produção baseado no conceito das “vantagens comparativas”<sup>244</sup> (MARTINS, C., 2011, p. 65-66) e o consenso em torno da legitimidade da intervenção governamental para um rígido controle cambial. Em consequência, a nova retórica professava o direito das nações periféricas a promover o desenvolvimento industrial, isto é, a modernização capitalista.

A Guerra Fria consolidou a nova ordem ao criar o propício ambiente ideológico. Neutralizando a União Soviética pelo Tratado de Ialta (coexistência pacífica), aglutinou o “hemisfério livre” em torno de um projeto de contenção do comunismo em que o bem-estar dos povos em Estados nacionais livres se daria pelo propagado alto poder inclusivo da produção capitalista.

Há, entretanto, um dilema capitalista aí posto e intensamente protagonizado pelos Estados Unidos: se por um lado o desenvolvimento industrial de países periféricos significava o surgimento de um enorme mercado consumidor, inclusive de maquinário já obsoleto nos países centrais, por outro lado poderia significar a perda de alguns mercados de bens de capital e de *commodities*, levando ao surgimento de novos concorrentes no comércio internacional.

A relação dos Estados Unidos com os países da América Latina se deu sob tal dilema. Os processos de desenvolvimento econômico de vários países latino-americanos encaixaram-se na nova ordem mundial na medida em que, rejeitando a sua “vocação agroexportadora”, estes se abriam ao livre trânsito do capital internacional. Entretanto, pesava, na balança dos interesses estadunidenses, a necessidade de preservação da América Latina como o seu espaço vital, e a modernização da região, ainda que necessária ao fluxo de capital, inspirava cuidados para não avançar para além do estritamente necessário   saúde econômica dos EUA.

---

243 Segundo Carlos Martins (2011), que por sua vez apoia-se em Reifer e Sudler, os Estados Unidos, no pós-segunda guerra, haviam alcançado enorme concentração de recursos tecnológicos, humanos e financeiros, que garantiam a sua liderança econômica internacional, mas não a recuperação econômica do mundo capitalista e nem a sua hegemonia. Para tanto, eram necessários mecanismos capazes de operar a descentralização de seus recursos e um trânsito satisfatório de mercadorias e investimentos.

244 Teoria formulada por David Ricardo em sua obra Princípios de economia política e tributação de 1817 para explicar a realização do comércio internacional entre países cuja produção especializava-se de acordo com as vantagens de produção de cada qual, isto é, países deveriam orientar a sua produção de acordo com a sua vocação econômica – agrária ou industrial - em que o equilíbrio seria dado pelas trocas comerciais em mercado internacional.

Assim, o processo desenvolvimentista experimentado pelo Brasil nas décadas de 1950 e 1960 será aqui compreendido na sua relação com esses dois movimentos complementares dos Estados Unidos: a imposição de um modelo de economia moderna e industrial voltada para facilitar o fluxo de seu capital e a manutenção do seu domínio sobre a região.

Ao longo do período aqui estudado, os pontos considerados centrais, pelos Estados Unidos, para o controle sobre o processo de desenvolvimento brasileiro eram a garantia de acesso privilegiado aos recursos naturais, à preferência pelo financiamento privado e à abertura total do mercado às suas empresas e produtos.

A Teoria da Modernização ofereceu o quadro teórico, sistematizando um conjunto de ideias a contrapor-se aos posicionamentos teóricos advindos da CEPAL, do ISEB e, evidentemente, das teses marxistas.

Assentando-se sobre uma suposta dicotomia entre sociedade moderna e sociedade tradicional, os teóricos da modernização justificavam os diferentes níveis de desenvolvimento protagonizados pelos países de capital periférico como uma consequência de seu passado colonial que, entre outras coisas, sedimentava na sociedade traços pré-capitalistas e os encapsulava em tradições arcaicas e impeditivas de avançarem rumo ao progresso. Ofereciam modelos e fórmulas para alcançar o desenvolvimento que passavam pelo controle social, político e econômico; afinal, diziam, a rápida modernização trazia riscos de distúrbios sociais que necessitavam de controle. Uma vez cumpridas as “etapas” apontadas pelos teóricos, qualquer país subdesenvolvido estaria pronto para a “decolagem (*take off*)” modernizadora<sup>245</sup>.

No contexto das relações entre Estados Unidos e América Latina no pós-Segunda Guerra, a modernização professada pelos teóricos estadunidenses assumiu traços ideológicos claros, forjando como modelo válido a história dos Estados Unidos. Como demonstra Nils Gilman (2003)<sup>246</sup>, os governos de Eisenhower e Kennedy investiram no desenvolvimento das teses modernizadoras, elaboradas por professores das principais universidades estadunidenses, com financiamento de pesquisas e com postos em seus respectivos governos - seja na função de conselheiros ou em coordenação de projetos específicos para “ajuda” externa, como foi o caso da Aliança para o Progresso (LATHAM, 2000).

---

<sup>245</sup> Referência ao livro de um dos mais famosos teóricos da modernização: *Etapas do desenvolvimento econômico*, de W.W. Rostow, publicado no Brasil pela Zahar com subsídio da USIA.

<sup>246</sup> Sobre a história da Teoria da Modernização e seus autores, consultar Nils Gilman (2003).

Forjar a aceitação de tal modelo interpretativo para o desenvolvimento, assim como a implementação de políticas econômicas a ele associado exigiu, dos Estados Unidos, escolher seus aliados internos, usar seu poderio econômico como recurso coercitivo e manipular a opinião pública. Este último será o ponto privilegiado nesta análise, isto é, a investigação sobre os mecanismos para o controle da opinião pública a respeito da economia e do bem-estar na sociedade capitalista. A palavra impressa foi uma poderosa arma na disputa pelo tipo adequado de desenvolvimento. Uma intensa campanha ideológica em defesa do capital e dos supostos benefícios sociais dele advindos foi posta em ação, envolvendo intelectuais, políticos, empresários, trabalhadores e estudantes, definindo pautas, organizando espaços de produção e circulação de ideias, investindo em grupos ideologicamente afinados e dando-lhes destaque no debate público em torno da economia e do bem-estar.

Neste capítulo demonstrarei como se desenvolveram as estratégias de elaboração de conteúdo e a coordenação operacional da rede de colaboradores da USIA em defesa do capitalismo e de um modelo de desenvolvimento voltado aos interesses do capital, sob a ideologia da modernização.

## 5.1 O DESENVOLVIMENTISMO EM PERSPECTIVA

Em 1956, o então vice-presidente Richard Nixon e o recém-eleito presidente Juscelino Kubitschek visitaram juntos a Usina de Volta Redonda<sup>247</sup>. A visita de Nixon ao Brasil era parte integrante das cerimônias de posse do presidente Juscelino Kubitschek, mas a visita de ambos à Usina foi iniciativa de Juscelino, que planejava redefinir as relações econômicas entre os dois países e, com isto, conseguir os recursos necessários para o seu Plano de Metas.

A presença de ambos na Usina de Volta Redonda significou muito mais que o cumprimento de uma agenda protocolar de cerimônia de posse presidencial: explicitou a existência de um sério embate por domínio de recursos naturais e por um tipo específico de modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil que passava pela aceleração da industrialização do país e pela autonomia de ação no comércio exterior. Embate que não se iniciava naquele momento, e que tão pouco se resolveria ali.

---

247 A visita aconteceu em 3 de fevereiro de 1956. Há um vídeo de 2 minutos disponível no youtube: <https://youtu.be/v1pJpRsl6IE>. Cinejornal Informativo n. 8/56 (1956). Fundo Agência Nacional.



O embate se estabelecia na medida em que os projetos de desenvolvimento que animaram os governos brasileiros no período 1954-1964 ameaçavam não corresponder aos interesses econômicos dos estadunidenses para o país.

Os discursos de Nixon e Kubitschek, por ocasião da visita à Volta Redonda, revelam o cerne deste embate. Enquanto Nixon enfatizava a amizade de longa data com o Brasil, ressaltando ser a América uma grande família regida pelos mesmos princípios democráticos e com os mesmos interesses de desenvolvimento e progresso, assim como a importância do capital privado, dos acordos comerciais e dos acordos de assistência técnica como condição para o desenvolvimento do Brasil, JK enfatizava a competência do Brasil para conduzir o seu projeto de industrialização e o desejo de que a cooperação entre as duas nações pudesse ser “um pouco diferente e inédita: menos palavras, mais compreensão e maiores realizações” (USIA. RG 306. UNIDOS..., 3 fev. 1956).

A ajuda financeira dos Estados Unidos e dos empréstimos do Banco de Exportação e Importação, que tornaram Volta Redonda uma realidade, também foram devidamente enfatizados por Nixon: 45 milhões de dólares em 1941, 25 milhões de dólares em 1950 e anunciava a liberação, para aquela data e durante o discurso, de mais 35 milhões de dólares, o que propiciaria um aumento significativo na produção de lingotes na usina: um milhão de toneladas ao ano.

Nixon não deixou de mencionar que a ajuda financeira dos EUA ao desenvolvimento brasileiro não se limitava à Volta Redonda: nos últimos 15 anos, um total de 2 bilhões de dólares, dos quais 1 bilhão do capital privado, foram emprestados ao Brasil. “O Banco de Exportação e Importação autorizou empréstimos em um total de 900 milhões de dólares para as atividades de energia elétrica, estradas de ferro, mineração, navegação, equipamento agrícola e vários outros campos industriais.” (USIA. RG 306. UNIDOS..., 3 fev. 1956). Neste apoio ao desenvolvimento brasileiro, os recursos do governo estadunidense seriam bem-vindos, afirmava, mas mais importante seria criar as condições adequadas para atrair os investimentos privados estadunidenses, “[dos quais] deve vir a força real e o futuro progresso de nossos dois países” (USIA. RG 306. UNIDOS..., 3 fev. 1956).

A ajuda financeira do governo estadunidense, afirmava Nixon, não teria nenhuma intenção para além de contribuir para o desenvolvimento do bem-estar dos povos do hemisfério, em que todos seriam igualmente beneficiados.

O nosso oferecimento de tais créditos e cooperação técnica significa apenas que nós, como os demais povos e governos do nosso hemisfério, sabemos que para um país da América progredir, todos temos que progredir. Quando ajudamos os nossos amigos brasileiros a alcançar a grandeza e o progresso que certamente se estende à sua frente, estamos ajudando o nosso próprio povo. Não existe prova mais concreta da verdade destas declarações do que o ocorrido em Volta Redonda. Assim, os motivos que justificam a nossa política, são simples. (USIA. RG 306. UNIDOS... NIXON, 3 fev. 1956, tradução própria).

Ao fechar seu discurso, Nixon diz acreditar firmemente no progresso brasileiro e que os EUA assistirão a esse progresso com o orgulho e a boa vontade de um grande amigo, pois são partes de uma mesma e grande família.

Acredito firmemente que o Brasil esteja às portas de uma era de progresso sem igual na história das nações desse hemisfério. Confio em que, com seus abundantes recursos, seu grande povo, sua dedicada liderança, o progresso do Brasil nos próximos anos surpreenderá o mundo. 9  
Podeis estar certos de que nós, nos Estados Unidos da América, assistiremos ao vosso progresso com o orgulho, a boa vontade e a afeição com que verdadeiros amigos, bons vizinhos, sócios de confiança e companheiros da mesma e grande família americana, tem entre si e para com todos os demais. (USIA. RG 306. UNIDOS... NIXON, 3 fev. 1956, tradução própria).

Juscelino Kubitschek, por sua vez, também elogiou a amizade e a colaboração entre os dois países, mas esforçou-se por reforçar que o desenvolvimento industrial brasileiro é um caminho sem volta. Se Volta Redonda foi possível graças às boas relações entre os governos Roosevelt e Vargas, ela provava mais que a amizade entre as nações: provava a viabilidade de um projeto de desenvolvimento industrial no Brasil.

A sorte está lançada: é impossível ao Brasil deixar de ser uma nação industrial. Precisamos intensificar ao máximo, é certo, as nossas atividades agropastoris, **mas já passou o tempo em que a industrialização do Brasil constituía tema de debate. Não há mais debate.** Sabemos que não existe nação verdadeiramente independente e grande que não disponha de capacidade para transformar e valorizar as suas matérias primas. Quero que o ilustre e ativo Vice-Presidente norte-americano se certifique de que entre nós podem existir divergências políticas, mas que a opinião pública deste país, mesmo a mais popular e a mais anônima, que todos os homens de boa vontade e patriotas, enfim, reconhecem, proclamam e confundem o desenvolvimento da nossa terra com a sua própria sobrevivência. (USIA. RG 306. UNIDOS... KUBISTCHEK, 3 fev. 1956, grifo nosso).

JK termina seu discurso dizendo que, “já que o Sr. Nixon conheceu o Brasil e sua competência e potencial, que possa explicar ao seu país a verdade a nosso respeito. É isto o que mais desejamos”. (USIA. RG 306. UNIDOS..., 3. Fev. 1956).

Fotos e discursos na íntegra, de ambos, foram publicados em um livreto sob o sugestivo título *Unidos no Caminho do Progresso*, pelo posto USIS Rio de Janeiro. Brochura de 14 páginas, em português, tiragem inicial total de 100 mil cópias, com possibilidade imediata, na ocasião, de impressão de mais 40 mil cópias se necessário fosse. Os livretos foram distribuídos por todo o país. 500 cópias foram entregues à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. São Paulo recebeu 25 mil cópias. Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, 10 mil cada<sup>248</sup>.

A confecção e distribuição do livreto *Unidos no Caminho do Progresso* atendia às orientações desenhadas pelo plano semestral de ação da *Operation Coordination Board* para que a USIA desenvolvesse seus projetos de ação ideológica para o Brasil, no período entre janeiro e junho de 1956. As orientações eram tratadas como de alta prioridade para o combate ao comunismo: desenvolver projetos para demonstrar os benefícios do sistema de empresas privadas, dos investimentos estrangeiros, e a proximidade entre os interesses e objetivos de estadunidense e outros povos, em diversos campos sociais (USIA. RG 306. MEMORANDO... ORAM, 22 dez. 1955).

As propostas iniciais para financiar o desenvolvimento brasileiro partiram de estudos realizados, respectivamente, pela Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) e pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) em inícios da década de 1950.

Havia gargalos importantes a serem superados, apontavam os estudos: falta de infraestrutura básica adequada à expansão da industrialização (estradas, geração e distribuição de energia, combustível), e o desenvolvimento do país dependeria da sua capacidade de resolver, em pouco tempo, as suas deficiências estruturais.

Tanto para a CEPAL quanto para a CMBEU, a industrialização exigia planejamento econômico capaz de gerar os recursos necessários e a alocação desses recursos em setores

---

248 “In view of its importance, this pamphlet has been given widest distribution, employing several special channels. The initial press run was 100.000. Acceptance proved to be so gratifying, however, that an additional run of 30 or 40 thousand will be made immediately. This is the largest distribution of a pamphlet ever made by USIS Rio. The distribution list shows how government and semi-official agencies have cooperated”. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. Declassified NND 54186. Box 1. Folder Brazil Publications 1953-1956.

estratégicos aos objetivos. Mas entre ambos havia divergências, que deram origem a uma disputa sobre qual das estratégias o Estado brasileiro deveria adotar.

Para a CEPAL, o modelo de livre mercado não era o mais adequado para a industrialização de países subdesenvolvidos, pois a carência de infraestrutura afugentava o investimento de capital privado em setores-chave. Propunha que o desenvolvimento se desse através de uma economia mista, em que os incentivos ao capital privado correspondessem ao planejamento coordenado pelo Estado, responsável por direcionar os recursos para as áreas consideradas chave e por criar empresas estatais em áreas estratégicas. Apostava na industrialização pela inversão da exportação, isto é, a principal fonte de recursos viria da crescente substituição das exportações – de *commodities* para produtos industrializados. O modelo cepalino tinha uma compreensão abrangente de desenvolvimento, defendendo um planejamento que envolvesse toda a estrutura econômica do país. Aglutinou em torno de si economistas como Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo B. Oliveira, Evaldo C. Lima.

Os caminhos apontados pela CMBEU, por sua vez, defendiam intensa participação de capital estrangeiro no processo, e a participação reduzida do Estado, que deveria apenas estabelecer políticas de controle monetário, adequando a estrutura governamental para promover os necessários incentivos ao capital. Reuniu os economistas Roberto Campos, Ary Torres, Lucas Lopes e Glycon de Paiva.

Os economistas que se ligaram às ideias cepalinas ou às propostas da CMBEU receberam a designação, no acalorado debate das ideias do período, de desenvolvimentistas, diferenciando-se entre si como estruturalistas e monetaristas (BIELSCHOWSKY, 2000)<sup>249</sup>.

Havia ainda o grupo liberal<sup>250</sup> (BIELSCHOWSKY, 2000), pautado pelas ideias clássicas do liberalismo e defensores do crescimento promovido pelas forças do mercado. Para eles, o desenvolvimento seria alcançado pelas leis do mercado e pelos investimentos via capital privado. Seus defensores articulavam-se na Fundação Getúlio Vargas, na Confederação

---

249 Para Bielschowski (2000), desenvolvimentistas se subdividiam entre desenvolvimentistas do setor privado, em torno do qual se articulavam representantes das indústrias e seus órgão representativos – CNI e FIESP; desenvolvimentistas do setor público não-nacionalistas, onde se encontravam técnicos e economistas articulados em torno da CMBEU e BNDE; e desenvolvimentistas do setor público nacionalistas, ou nacional-desenvolvimentistas, que reuniam os técnicos e economistas ligados à CEPAL, ISEB, BNDE e Clube dos Economistas. Embora essa divisão tenha um propósito apenas metodológico para organizar o entendimento sobre o locus originário dos projetos e debates, é importante frisar que o compartilhamento de projetos e ideias entre os grupos era muito comum, especialmente entre aqueles que defendiam a participação restrita do Estado, como por exemplo os grupos articulados em torno da CMBEU, FIESP e CNI.

250 Bielschowski (2000) utiliza o termo neoliberal para definir esse grupo.

Nacional do Comércio, na Associação Comercial de São Paulo e no Conselho Nacional de Economia. Eram eles: Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel de Carvalho.

O pêndulo das estratégias desenvolvimentistas, no período, oscilou em uma ou noutra direção – nacional-desenvolvimentistas, desenvolvimentistas ou liberais - em função dos grupos que ocuparam os postos de comando do país. Será justamente sobre os espaços de atuação desses grupos que procurará agir ideologicamente a USIA, buscando conformar caminhos adequados aos interesses do capital estadunidense.

Em 1950, foi aprovado o acordo de Ajuda Técnica entre Brasil e Estados Unidos para o processo de desenvolvimento. Deste acordo nasceu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, envolvendo técnicos e economistas dos dois países<sup>251</sup>. Como resultado, a criação do BNDE e a condução da política econômica voltada para o controle cambial, como condição de acesso aos empréstimos fornecidos pelo Banco de Importação e Exportação. Havia, nesta parceria, a disposição do governo brasileiro em adotar as recomendações do relatório apresentado pela Comissão, sinalizando uma aproximação entre os governos Vargas e Eisenhower. Entretanto, o projeto nacionalista de defesa de empresas estatais e do monopólio de exploração em energia e combustível revelaram os limites dessa parceria. O poder de ingerência dos monetaristas perdeu força política dentro do governo, abrindo espaço maior para a influência da corrente nacional-desenvolvimentista.

O Plano de Metas de JK reabre espaço para uma nova investida do capital estrangeiro sobre a economia brasileira, e o acesso aos recursos minerais estratégicos à política belicista dos Estados Unidos. A pressão gerou um intenso debate sobre o papel do capital estrangeiro no plano de desenvolvimento do país, chegando a níveis de extrema tensão. Impasses levaram ao rompimento do governo JK com o FMI, em 1959, e à recepção nada amistosa a Richard Nixon que, na época, visitava oficialmente alguns países da América Latina (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 200-201; SILVA, 1992).<sup>252</sup>

Com a vitória de Jânio Quadros, em 1960, e a nomeação de uma equipe econômica abertamente liberal, a possibilidade de os Estados Unidos retomarem a influência sobre os

---

251 Participaram da Comissão Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões e Valter Lima Sarmanho. Ver CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 fev. 2019.

252 Houve manifestações de repúdio a Nixon na Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. O senso de observação e oportunidade de Juscelino Kubistchek levou-o a escrever uma carta diretamente ao Presidente Eisenhower, lançando as ideias do que viria a ser a Operação Pan-Americana.

caminhos nacionais do desenvolvimento parecia um fato. Entretanto, a renúncia de Jânio Quadros pôs fim a estas expectativas e abriu uma temporada de tensões e incertezas em todos os aspectos da vida nacional. O cume da tensão é atingindo com a apresentação, à sociedade brasileira, da política econômica a ser aplicada pelo governo Goulart, o Plano Trienal, elaborada pelo ministro Celso Furtado, e o compromisso do governo com a realização das Reformas de Base. Neste ponto, as reivindicações nacionalistas se aprofundaram nas propostas de nacionalização de empresas estrangeiras, de reforma agrária e de controle da evasão de divisas através da regulação das remessas de lucro das empresas estrangeiras. O desfecho da disputa entre o nacional-desenvolvimentismo e o liberalismo, como sabemos, foi a ditadura civil-militar e a conseqüente adequação da política econômica brasileira mais alinhada aos interesses estadunidenses. A seguir, demonstro as estratégias de influência ideológica que se operou no Brasil em prol do liberalismo econômico.

## 5.2 A MÃO OCULTA DA USIA NO DEBATE PÚBLICO

Os planos traçados pela USIA para a ação no campo econômico brasileiro, ao longo da década de 1950, definiam as prioridades: obter vantagens comerciais (acordos considerados essenciais à sua segurança nacional, como tratados de acesso privilegiado aos recursos naturais) e vantagens para o capital privado no financiamento de projetos desenvolvimentistas. Os temas a serem trabalhados objetivamente em conteúdos impressos eram a importância do capital privado e da assistência técnica (o Ponto IV) e as contribuições dos EUA no desenvolvimento da energia atômica para a paz. Ainda: convencer brasileiros que a política externa norte-americana intencionava promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil tanto quanto o dos EUA.

Pesquisas de opinião pública (patrocinadas pelo USIS Rio e pela indústria) evidenciam a continuação do “olhar ao governo” para o desenvolvimento de várias indústrias, que indicam claramente a necessidade de dar aos brasileiros uma maior consciência das vantagens da iniciativa privada no desenvolvimento econômico do Brasil<sup>253</sup>. (USIA. RG 306. THE COUNTRY... 1957, tradução própria).

---

253 “PUBLIC Opinion surveys (both USIS Rio and industry-sponsored) give evidence of continued ‘looking to the Government’ for the development of various industries which clearly indicates the need to give Brazilians greater awareness of the advantages of private enterprise in the economic development of Brazil”. **Fonte:** The Country Plan for Brazil Fiscal Year 1957, s.d. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

Os conteúdos impressos selecionados para atender aos objetivos declarados nos *country plans* inundaram jornais, revistas e livros. Enquanto os artigos de imprensa tinham a característica de trabalhar os assuntos locais da política econômica nacional no calor dos acontecimentos e, com isso, interferir na definição de políticas públicas, o programa de tradução de livros operava sob a lógica da perenidade, com o objetivo de formar um arcabouço duradouro de ideias a dar suporte às intervenções concretas na política econômica do país.

A ação da USIA para a construção de consenso na opinião pública brasileira passou pela estratégia de popularizar positivamente a presença dos Estados Unidos nos caminhos possíveis para o desenvolvimento nacional porque, como havia afirmado JK em seu discurso em Volta Redonda, os assuntos relacionados ao desenvolvimento brasileiro eram assuntos “do povo”.

Os documentos trocados entre USIA e o posto USIS Rio de Janeiro, especialmente durante a década de 1950, demonstram não só o afinco com que trabalharam para a publicação de notícias, matérias e artigos nos periódicos nacionais, como a temperatura da disputa entre os segmentos nacionalistas e não nacionalistas a respeito do desenvolvimento nacional.

Em documento datado de 13 de junho de 1955, o USIS Rio de Janeiro informava seu trabalho de cobertura sobre o acordo militar, e os esforços de neutralização das críticas publicadas por parte da imprensa nacional, com o lançamento de uma série de matérias que tratavam do assunto.

O *Correio da Manhã*, um dos maiores defensores do desenvolvimento dos usos da energia atômica, publicou uma série de cinco artigos, "Brasil 1960", preparados a partir de material de referência da USIS, mostrando as potencialidades do "Átomos para a Paz". [...]. Será notado que esta série foi publicada na página 1 do *Correio da Manhã*. [...] A Comunista '*Imprensa Popular*' atacou o acordo com uma série de cinco artigos que se referiam a ele como um exemplo de 'Diplomacia Atômica ianque', sob o qual o presidente Café Filho vendia segredos publicados em 1951. Esse jornal denunciava que o *Correio da Manhã* fora escolhido pela Embaixada americana como instrumento para responder à campanha comunista<sup>254</sup>. (USIA. RG 306. PRESS..., 13 jun. 1955, tradução própria).

---

254“Correio da Manhã, one of the outstanding advocates of development of the uses of atomic energy, carried a series of five articles, ‘Brasil 1960’, prepared from USIS background material, showing potentialities of ‘Atoms for Peace’ I Brazil’s future development. [...] It will be noted that this series was carried on page 1 of Correio da Manhã. [...] Commie ‘Imprensa Popular’ attacked the agreement with a series of five articles which referred to it as an example of ‘Yankee Atomic Diplomacy’ under which President Café Filho was sold old secrets published in 1951. This newspaper charged that ‘Correio da Manhã’ had been chosen by the American Embassy as it is instruments to reply to the communist campaign”. **Fonte:** Press reaction to initialing of atomic energy agreement between Brazil and United States, June 13, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

O tom da série *Brasil 1960* era de entusiasmo pelas possibilidades de desenvolvimento que o acordo militar, tratado pela imprensa a ele simpática como Programa Átomos pela Paz (denominação dada pelo governo Eisenhower), traria ao Brasil dentro de 5 anos. O Brasil entraria na década de 1960 com significativos avanços na medicina, na agricultura, na industrialização. Uma das manchetes dizia ser “sensacional [o] oferecimento de Eisenhower. Os Estados Unidos forneceriam reatores atômicos e técnicos às nações amigas”. Era o “átomo a serviço do mundo livre” (BRASIL 1960..., 12 jun. 1955). Escritos antes da data de assinatura do acordo, os artigos da série apostavam no convencimento pela promessa desenvolvimentista, escolhendo as áreas mais sensíveis à opinião pública: saúde, produção de alimentos e abertura de empregos no setor industrial. A série não foi assinada, e sua apresentação sugeria ser de autoria do jornal que a publicava.

A série *O Poder do Átomo*, assinada por Maurício Caminha de Lacerda, foi escrita poucos dias após a assinatura do acordo. Seu tom era um pouco mais enfático na promessa por desenvolvimento. Foram seis artigos no total<sup>255</sup>, cada qual tratando de um aspecto diferente quanto aos benefícios (os mesmos da série anterior – medicina, agricultura, industrialização), mas com algumas importantes diferenças argumentativas, já em decorrência dos embates públicos travados sobre o assunto: tamanho das reservas, monopólio estatal na exploração, competência técnica e recursos, além do esforço em desvincular o acordo militar da corrida armamentista.

Em síntese, os artigos da série defendiam que havia abundância de tório e urânio em solo brasileiro, contrariando as vozes que se erguiam na defesa dos recursos naturais nacionais; havia urgência na exploração, pois traria benefícios à industrialização, à agricultura e à medicina brasileiras; o Estado brasileiro não apresentava condições de liderar a extração pelo monopólio, pois não tinha projeto de longo prazo, programa de pesquisa e nem competência técnica necessários, e demonstrava sua falta de interesse no assunto ao interromper o repasse de verbas para o adequado funcionamento da Comissão de Energia Nuclear do então recém-criado CNPq para a formação de técnicos e realização de pesquisas, prejudicando inclusive pesquisas já em andamento no país. “O principal obstáculo à aplicação da energia atômica em

---

255 A pesquisa realizada no Correio da Manhã revelou 6 artigos ao invés dos 5 afirmados no relatório USIS. Assinatura do autor, título e período de publicação conferem com as informações encontradas no documento produzido pelo posto USIS Rio.



[sic] fins pacíficos tem sido a escassez de técnicos e cientistas habilitados”. Mas não só: as leis de proteção às reservas representariam também um “grave” entrave ao “avanço” do país, e “já há quem ande por aí a anunciar que também o átomo será nosso”. O financiamento privado e a ajuda técnica de países como Estados Unidos e Inglaterra seriam a solução para desenvolver competência na utilização do átomo para fins pacíficos (LACERDA, M., ago./out. 1955).<sup>256</sup>

O posto USIS Rio de Janeiro elaborava conteúdo de neutralização das críticas e buscava publicá-lo em uma variedade de periódicos. Em relatório de 10 de agosto de 1955, assinado por John M. Veber, o posto informava como procedeu rapidamente para combater e isolar as críticas que o jornal *A Notícia* dedicava ao acordo militar, encomendando artigo positivo a um jornalista brasileiro, além da agilidade na distribuição de material jornalístico aos principais jornais do país<sup>257</sup>.

Na coluna Economia e Finanças da *Folha da Manhã*, São Paulo, de 5 de agosto, o escritor conclui sua análise afirmando: “Os acordos para o desenvolvimento da energia atômica podem constituir um teste definitivo e uma prova de fogo de nossa capacidade. Pela cooperação internacional... Se agora mostrarmos qualidades de equilíbrio e discrição, que esperamos que existam, terá sido ganha a mais importante batalha interna brasileira contra o nacionalismo doentio, fruto da exploração do complexo de inferioridade 'caboclo', que em outros campos, como o petróleo e a energia elétrica, agora conseguiram a triste missão de recuperar o desenvolvimento econômico do Brasil”<sup>258</sup>. (USIA. RG 306. IPS..., 13 jun. 1955).

---

256 Entre aspas, frases retiradas dos artigos. A série de artigos pode ser consultada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

257 O relatório informa, ainda, os títulos de matérias e respectivos jornais de publicação. Na pesquisa de confirmação, todas as matérias de fato foram publicadas e nenhuma delas apresenta assinatura: “American Mission arrives to sign Atomic Accord with Brasil. Brazil will provide part of excess atomic minerals stocks in exchange for elements that will aid ins construction of atomic plants”, *Diário da Noite*, July, 25. “Use of Atomic Energy in Brazilian Industry. Brazilian and North American delegates meet to study question”, *Última Hora*, July 26. “Agreement concerning atomic energy examined yesterday at Itamarati”, *Diário de Notícias*, July, 26. “Iron Curtain on Atomic Agreement”, *A Notícia*, July 26. (Possibly annoyed by failure to obtain more news, this paper picked up the commie line). “Atomic Energy for Brazilian Industry”, *A Noite*, July 26. (This was a 7 column top headline with complete article and photo). “So that Brazil May benefit as soon as possible from Atomic Energy, O Globo, July 26”. **Fonte:** IPS Press reaction to signing of agreement providing for cooperation between Brazil and US in the Atoms for Peace Program, June 13, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

258 O artigo foi de fato publicado, mas não apresenta autoria. Não foi possível ler o conteúdo pela má qualidade da digitalização, consultada em acervo digital da Folha de S.Paulo. Em inglês, no documento: “In the Economic and Finance column of ‘Folha da Manhã’, São Paulo, August 5, the writer conclude his analysis by stating: ...’The agreements for the development of atomic energy may constitute a definite test and a proof by fire of our capacity for International cooperation...If we now show qualities of equilibrium and discretion, which we hope exist, there will have been won the most important internal Brazilian battle against sickly nationalism, fruit of the exploration of the ‘caboclo’ complex of inferiority, which in other fields, such as petroleum and electric energy, now has succeeded in the sad missing of retrying the economic development of Brazil. [...] USIS Rio was able to assist effectively in coordinating official releases with the Brazilian Foreign Office, in providing most rapid aid widest distribution of news as in guiding editors and writers in interpreting the significance of this subject”. **Fonte:** IPS Press reaction to signing of agreement providing for cooperation between Brazil and US in the Atoms for Peace

O documento traz outras afirmações: diz ter sido graças à rapidez com que o posto agiu para neutralizar as críticas, especialmente as publicadas no jornal *A Notícia* – que considera ser um jornal comunista –, a recepção do assunto foi boa por grande parte da imprensa brasileira, que pode oferecer uma melhor interpretação do acordo graças ao material oferecido pelo posto USIS.

USIS Rio pôde ajudar efetivamente na coordenação dos lançamentos oficiais com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, oferecendo ajuda mais rápida e ampla distribuição de notícias, assim como orientando editores e escritores na interpretação do significado desse assunto<sup>259</sup>. (USIA. RG 306. IPS..., 13 jun. 1955).

Um ano após a assinatura do acordo, o assunto volta a ocupar as páginas dos jornais com destaque.

O então deputado federal Renato Archer, do PSD, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito<sup>260</sup>, proferiu discurso na Câmara dos Deputados, em 1 de agosto de 1956, baseado em documentos reunidos pela Comissão, que denunciava as bases do Acordo Nuclear entre Brasil e Estados Unidos, afirmando não só serem prejudiciais aos interesses do país, como teria sido o governo brasileiro pressionado a assiná-lo. Seu discurso foi publicado pela imprensa, o que colocou mais tensão no debate que se vinha travando então sobre o assunto (USIA. RG 306. PRESS..., 11 set. 1956).

O deputado e seus aliados exigiam, com base nos documentos analisados e apresentados, a imediata suspensão do acordo.

O debate girava em torno de ser ou não o governo brasileiro, através do CNPq, apto a desenvolver seu programa de energia nuclear sem a ajuda de capital estadunidense. Defensores do nacional-desenvolvimentismo, representados especialmente por setores das forças armadas, encaravam a proteção dos minérios urânio, tório e monazita como recursos estratégicos da

---

Program, June 13, 1955. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

259 “USIS Rio was able to assist effectively in coordinating official releases with the Brazilian Foreign Office, in providing most rapid aid widest distribution of news as in guiding editors and writers in interpreting the significance of this subject”. **Fonte:** IPS Press reaction to signing of agreement providing for cooperation between Brazil and US in the Atoms for Peace Program, June 13, 1955. NARA, RG 306, Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958.

260 Eleito Deputado Federal em 1954 pelo PSD, Archer, nacionalista militar, envolveu-se na defesa das reservas brasileiras de minérios radioativos. A CPI citada foi implementada pela articulação de nacionalistas que se opunham ao acordo militar por considerá-lo uma ameaça à soberania nacional. Ver CPDOC, verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete>. Acesso em 15/12/2018.

defesa nacional que não deveriam ser alvo de negociações. Em oposição, os chamados desenvolvimentistas não nacionalistas defendiam não só a venda das matérias-primas em estado bruto como a utilização de recursos estadunidenses para desenvolver tecnologia para a geração de energia nuclear (e não a tecnologia de geração de bomba nuclear).

O USIS Rio de Janeiro prontamente montou a sua estratégia de combate publicando na imprensa material que desqualificava as denúncias da CPI e o denunciador, o deputado Archer.

Em relatório de 11 de setembro de 1956, enviado à USIA, o posto USIS relatava que, após a publicação do discurso do deputado, e em plena atividade para produzir material jornalístico de contra-ataque, o posto recebeu, de forma privilegiada através da embaixada estadunidense, que por sua vez recebeu de um membro do alto escalão do governo JK, a informação de que o Conselho Nacional de Pesquisas Físicas estava prestes a anunciar a descoberta de importantes depósitos de urânio em áreas do centro sul do Brasil (USIA. RG 306. PRESS..., 11 set. 1956). De posse dessa informação, o posto contratou novamente Maurício Caminha de Lacerda, o já seu conhecido colaborador repórter do *Correio da Manhã*, para escrever um artigo com base nos dados elaborados pelo Conselho. A linha de neutralização da denúncia adotou quatro argumentos principais: 1. o fato de a mina ter sido descoberta com a ajuda técnica dos Estados Unidos, o que revelava que a cooperação entre os dois países era vantajosa e benéfica para ambos, igualmente; 2. com a descoberta da mina, o tório não seria mais um minério escasso, mas abundante, de forma que o acordo não provocaria a sua extinção, como afirmavam os documentos; 3. a incompetência do Estado brasileiro em gerar recursos para o financiamento de pesquisa e formação adequada de técnicos; 4. o nacionalismo nefasto que, na realidade, ocultava os interesses particulares e pessoais na denúncia do Deputado Archer, já que o acordo Brasil-Estados Unidos afetaria seus negócios na área da mineração.

O jornal *O Globo* deu cobertura favorável a estes argumentos replicando o artigo do jornalista.

Por sugestão do próprio Lacerda ao posto USIS, o artigo inicial teve uma sequência para que fossem aprofundados os argumentos. Intitulada *O Fio de Ariadne*<sup>261</sup>, essa nova série do jornalista reuniu 26 artigos publicados entre agosto e novembro de 1956, e trabalhou com a desqualificação da denúncia, construindo uma teia envolvendo comunistas, nacionalistas e a

---

261 A série assinada por Maurício Caminha de Lacerda pode ser conferida nas edições do *Correio da Manhã* disponíveis para consulta online na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

empresa brasileira Prospec, como agentes portadores de interesses econômicos e políticos escusos, implicando o governo JK em um escândalo considerável para o início de seu mandato. Esta série não foi assinada e obteve sucesso em seu objetivo: a manutenção do acordo militar tal qual assinado no ano anterior. O posto USIS atribuiu ao seu trabalho, via imprensa, e ao trabalho da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil a reversão da pressão de setores nacionalistas na exigência do cancelamento do acordo.

A defesa do acordo militar, via imprensa, ligava-se à defesa do acordo de ajuda técnica, o popularmente conhecido Ponto IV. Nos planos de ação desenhados para o posto USIS Rio de Janeiro, entendia a USIA ser de extrema importância não só tornar o programa de assistência técnica conhecido do público em geral, como convencê-lo – e também aos seus críticos – sobre os seus benefícios.

Uma outra série de 8 artigos foi encomendada a Hernane Tavares de Sá para ser publicada no jornal *Correio da Manhã* em 1955.

[...] a série foi projetada para despertar um sentimento de orgulho nas realizações alcançadas por um projeto cooperativo. Ao mesmo tempo, a extensão e a importância da contribuição dos EUA ficaram claras. Acredita-se que esta série, que recebeu a maior disseminação possível, tenha contado a história de maneira convincente. Sugere-se que seja trazida à atenção da Administração de Cooperação Internacional como evidência da ação do USIS Rio em aprofundar a compreensão de seus métodos e propósitos no Brasil<sup>262</sup>. (USIS. RG 306. USIS RIO'S..., 23 maio 1955, tradução própria).

Nos 6 artigos publicados no *Correio da Manhã*, a estratégia adotada pela USIA, através de Hernane Tavares de Sá, assemelhava-se à empregada através de Maurício Caminha de Lacerda quanto ao acordo militar: o posto fornecia os argumentos centrais e os jornalistas contratados os empregavam em uma série de artigos em que esmiuçavam cada um dos argumentos: eficiência da iniciativa privada; desburocratização nos investimentos utilizando capital privado; ineficiência do Estado brasileiro; exemplos dos benefícios sociais obtidos pela

---

262 “[...] the series was designed to awaken a sense of pride in the accomplishments achieved by a cooperative project. At the same time the extent and importance of the US contribution was made clear. It is believed that this series, which has received widest possible dissemination, has told the background story in a convincing manner. It is suggested that it be brought to the attention of the International Cooperation Administration as evidence of USIS Rio's action in furthering as understanding of its methods and purposes in Brazil.” **Fonte:** Usis Rio's accomplishment in publicizing US Technical Cooperation Activities in Brazil, May 23, 1955. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1. Artigos foram publicados em 1955.

parceria técnica entre EUA e Brasil na agricultura, na educação, na pesquisa sobre a fissão do átomo, no financiamento para bolsistas brasileiros, no progresso industrial<sup>263</sup>.

A associação entre os acordos militar e de ajuda técnica faria do Brasil um país avançado em pouco tempo<sup>264</sup>.

Em 3 de abril de 1956, o posto USIS Rio preparou novo documento sobre o assunto, desta vez relatando seu trabalho de neutralização dos argumentos de setores nacionalistas em fechar acordos de ajuda técnica com países do Leste Europeu, especialmente Bulgária.

Diz o documento que “comunistas”<sup>265</sup> alegavam que acordos de assistência econômica, militar e técnica com países do leste europeu mostravam-se muito mais adequados aos projetos desenvolvimentistas do país, representando uma alternativa ao acordo estabelecido com os Estados Unidos.

Para neutralizar essas críticas, o posto lançou mão de alguns recursos aplicados de forma concomitante: notícias plantadas em jornais, programas de rádio e a produção de um documentário, todos deslegitimando qualquer aproximação comercial com o bloco comunista, além de associá-lo a intenções escusas da União Soviética: as propostas de cooperação técnica, por parte do bloco soviético, seriam uma estratégia para desestabilizar o país pela violência<sup>266</sup>.

Enquanto isso, o USIS Rio intensificou a abordagem positiva a esse assunto, mostrando as vantagens e as realizações da ajuda dos EUA, empréstimos, assistência técnica e investimentos privados no Brasil. Imprensa, filmes e rádio apontaram que os EUA tinham um longo histórico de realizações, enquanto as ofertas soviéticas em geral haviam sido consideradas perigosas e decepcionantes. Em conformidade com as instruções, a atribuição a fontes oficiais foi evitada nos vários tipos de ação citados<sup>267</sup>. (USIA. RG 306. DESCRIBING..., 3 abr. 1956, tradução própria).

---

263 O documento produzido pelo posto USIS afirma terem sido publicados 8 artigos dentro da série sobre o Ponto IV, mas uma busca no jornal *Correio da Manhã* resultou na localização de apenas 6 artigos sobre o tema e assinados por Hernane Tavares de Sá. O ano e a página de publicação batem com as informações colhidas no documento, o que atesta terem realmente sido publicados. A série recebeu o seguinte título: “Ponto IV no Brasil: Modelo para o Mundo” e está disponível para consulta na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

264 Quando estabeleciam tempo, os artigos falavam no prazo de 5 anos, provavelmente uma apropriação do slogan desenvolvimentista de JK.

265 O adjetivo “comunista” designava indistintamente os nacionalistas de todos os matizes, além dos próprios. Não há precisão no uso do vocábulo pelos funcionários do posto USIS Brasil.

266 Na época teria ocorrido um episódio de sabotagem na sede do partido comunista, revelado pela polícia local, e o fato foi amplamente divulgado como exemplo do tipo de assistência que o bloco comunista estaria fornecendo ao Brasil.

267 “Meanwhile USIS Rio intensified the positive approach to this subject by showing the advantages and the accomplishments of US aid, loans, technical assistance and private investments in Brasil. Press, films and radio pointed out the US had a long record of accomplishments whereas Soviet offers in general had been found dangerous and disappointing. In compliance with instructions, attribution to official sources was avoided in the various types of action cited”. **Fonte:** Describing action taken by USIS Rio to conter Soviet offer of assistance to

Seguindo o propósito de ocultamento de sua autoria, e para dar credibilidade e tom local ao trabalho do posto, A. F. Porto Sobrinho recebeu do posto USIS a proposta para escrever uma série de artigos em defesa da presença dos Estados Unidos em acordos de cooperação técnica com o Brasil e os seus benefícios para o país, a serem publicados no jornal *Diário da Noite*. Foram 46 artigos na série intitulada *Por que comerciar com a URSS*, os quais o próprio Porto Sobrinho, posteriormente, sugeriu que fossem transformados em livro. Em documento da USIA para o posto USIS Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1956, o então diretor Streibert não só elogiava a qualidade dos artigos escritos por Porto Sobrinho como sugeria que ele os adaptasse para serem publicados em outros países da América Latina, isto é, que retirasse deles as referências específicas ao Brasil. Sugere um preço, 100 dólares por um conjunto de 5 artigos, ou 20 dólares por artigo selecionado. Caso o autor aceitasse – e ele aceitou - a USIA faria o pagamento imediatamente via USIS Rio de Janeiro. Na ocasião, Porto Sobrinho estava nos EUA, integrando o *Latin American Journalist Grantee Program* (USIA. RG 306. ARTICLES..., 4 jun. 1956).

Publicados entre fevereiro e março de 1956, os artigos de Porto Sobrinho deram visibilidade aos argumentos USIA: o bloco comunista não possuía qualidade técnica; os comunistas usariam os acordos de cooperação técnica para desestabilizar o país, em uma conspiração internacional para expansão mundial do comunismo; o mercado soviético era instável e pouco confiável, não cumprindo com suas obrigações; o volume de relações comerciais que o bloco comunista dizia ter não correspondia à realidade; comercializar com qualquer país do bloco era como comercializar com a própria URSS, abrindo espaço para o imperialismo russo; o poder de compra do bloco comunista em relação aos produtos brasileiros era ínfimo. Para fechar a sua série, no artigo final, publicado em 26 de março de 1956, Porto Sobrinho sentenciava: o mundo comunista não oferecia nenhuma vantagem ao Brasil.

Por que, apesar de reconhecerem [que] somos espoliados pelos americanos, não nos pagam um centavo a mais do que os preços que dizem fixados, extorsivamente, pela praça nova-iorquina? O mais grave é que a Polônia e a Tchecoslováquia, apesar de aceitarem prazerosamente tais cotações limitam-se a importações ínfimas, sem qualquer relevo no conjunto do comércio exterior brasileiro. E se realizam ainda um mínimo intercâmbio é, tão somente,

---

Latin America, April 3, 1956. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

para justificar o funcionamento aqui de suas embaixadas através das quais a Seção do Brasil do Partido Comunista recebe não apenas orientação política do Cominform como ainda os vultosos recursos financeiros que lhe permitem manter [sic] centena de jornais, importar maquinaria impressora no valor de milhões de cruzeiros, e enviar, mensalmente, à Cortina de Ferro, caravanas de estudantes, operários e ‘soit-disants’ intelectuais! E não há conhecedor das atividades bolchevistas no Brasil que [sic] essa circunstância. Daí a razão do PCB ter inscrito, no seu último Programa, a necessidade de intensificação da luta pelo reestabelecimento das relações com a URSS. Daí também porque se apresenta inconveniente, inoportuna e impatriótica qualquer ligação com aquele país sede do imperialismo eslavo. Foi o que pretendemos demonstrar no decorrer desse trabalho, dirigido aos homens de bom senso e aos que emprestam à nossa pátria toda a sacralidade possível. (PORTO SOBRINHO, 26 mar. 1956, p. 12).

Destarte o contínuo esforço de contenção do comércio externo dos países latino-americanos por parte da política econômica dos EUA, surgiu, em 1958, a proposta de formação de um bloco comercial entre países da região cujo arranjo econômico favorecesse o conjunto dos países e não apenas à economia do mais forte dentre eles. Aproveitando o episódio de rechaça ao vice-presidente Nixon, então em visita a vários países da América Latina, Juscelino Kubitschek capturou o descontentamento popular dos povos da região e o impacto político que as manifestações provocaram no governo estadunidense para propor a Operação Pan-Americana (OPA) pelo desenvolvimento.

O protagonismo assumido pelo Brasil na liderança pela organização do bloco econômico no continente, apesar do apoio declarado por Eisenhower, incomodava os capitalistas estadunidenses pela possibilidade ali aberta de alcance, por parte dos países da região, de maior autonomia econômica. Tal preocupação levou os EUA a buscarem o controle sobre as negociações da OPA.

O despacho n. 232 do posto USIS Rio de Janeiro para a USIA em 1 de julho de 1958, que encaminhava o documento *Country Plan For USIS-Brazil Fiscal Year 1959*, demonstrou a preocupação com o teor da relação dos EUA com os países latinos. “Os eventos infelizes que acompanharam a recente turnê do vice-Presidente Nixon colocaram a América Latina de volta às manchetes, redirecionando Washington a pensar nisso”<sup>268</sup>. (USIA. RG 306. USIS-Brazil..., 1 jul. 1958, tradução própria).

---

268 “The unhappy events attending on Vice-Presidente Nixon’s recent tour put Latin America back into the headlines, refocusing Washington thinking on it”. **Fonte:** Country Plan for USIS-Brazil Fiscal Year 1959. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961.

Afirmava o documento que o Brasil era o mais importante dos países latino-americanos. As razões para considerá-lo o mais importante: os investimentos estadunidenses eram o segundo maior na América Latina, em um total de 1.2 bilhões de dólares – capital privado – e 800 milhões em empréstimos do governo (o primeiro em investimentos era a Venezuela, segundo o documento); os EUA eram os melhores clientes e os maiores fornecedores do Brasil; Brasil era aliado confiável na ONU e demais organismos internacionais, além de se considerar parceiro estratégico na liderança na América Latina; País de grande dimensão territorial e populacional; detentor de recursos naturais considerados estratégicos para a força militar dos EUA (USIA. RG 306. COUNTRY... 1959).

Apesar de apresentar sérias dificuldades econômicas, que o PAO USIS atribuía à construção de Brasília e ao plano ousado de desenvolvimento do governo, JK vinha se empenhando seriamente na organização da Operação Pan-Americana.

Entretanto, para que a OPA satisfizesse aos interesses estadunidenses na região, ela precisaria ser controlada. A pressão para que funcionasse através da OEA revelava-se a estratégia adequada para exercer o controle, o que acabou por travar as negociações, já que os países envolvidos, liderados pelo governo brasileiro, procuravam justamente evitar a OEA como organismo mantenedor da OPA.

Adolf Berle Jr., ex-embaixador estadunidense em atividade no Brasil e autor de vários livros publicados pelo programa de traduções da USIA (como veremos na sequência), em palestra proferida em São Paulo, na Confederação Nacional das Indústrias, em 22 de setembro de 1959, fechava a década com a posição assumida pelos EUA no tocante à proposta da Operação Pan-Americana.

A palestra foi noticiada em alguns jornais. O *Jornal do Brasil* deu uma cobertura razoável. Sob o título “Coexistência econômica” – que retirou, diz, da fala de Berle Jr. – o jornal apresentou o conteúdo da palestra, da qual pode-se extrair a essência: as novas bases das relações internacionais modificam o sentido de soberania nacional, pois um país não pode definir-se apenas pelas suas fronteiras, mas principalmente pelas suas relações comerciais.

O mundo torna-se melhor à medida que os países se aproximam. Só por meio do intercâmbio comercial e econômico pode-se progredir. No ano 2000 a América Latina terá 400 milhões de habitantes e vai precisar de produtos norte-americanos, como os Estados Unidos vão precisar da América Latina. É um absurdo falar em imperialismo quando o que deve existir é a coexistência econômica. Por acaso o Brasil é imperialista por pedir mercado para o seu café



e por vender aço à Bolívia e ao Paraguai? Nenhum país pode crescer sozinho sem manter estreito intercâmbio econômico com outros”. (COEXISTÊNCIA..., 1959, p. 5).

Dos fatos concretos, cita as avançadas negociações para a consolidação da União Europeia e a já realidade do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Berle Jr. falava para uma plateia de empresários e membros do governo (Embaixador Osvaldo Aranha, Senador Cunha Bueno; Austregésilo de Ataíde, da Academia Brasileira de Letras e colunista da revista *O Cruzeiro*).

Assim o jornal abre a notícia:

O Sr. Adolf Berle Jr., ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, disse ontem, em conferência proferida na Confederação Nacional da Indústria, sobre as novas bases das relações internacionais, que o sentido de soberania mudou no século XX, pois um país já não pode defender-se só dentro das suas fronteiras e ‘nenhum economista competente considera a sua nação segura quando há miséria nos países vizinhos’. O conferencista assinalou que a Operação Pan-Americana não seria possível há 50 anos e afirmou ser absurdo taxar de imperialismo o fato de um país depender de outro em certos setores, externando a opinião de que há, nesse caso, ‘coexistência econômica, imposta pelo século XX. (COEXISTÊNCIA..., 1959, p. 5).

Em meio às discussões abertas pela Operação Pan-Americana, ocorreu a Revolução Cubana, e as bases para as relações econômicas entre Estados Unidos e a América Latina sofreram novas alterações, ampliando ainda mais o escopo das demandas da região. No cerne da disputa, estava o grau de autonomia dos povos – ou soberania nacional – que os EUA estariam dispostos a tolerar.

### 5.3 ALIANÇA PARA O PROGRESSO: UM INSTRUMENTO DE COERÇÃO

A Aliança para o Progresso foi mais do que um programa de ajuda econômica para a América Latina como resposta imediata à Revolução Cubana, embora tenha sido isto também.

Deslocando o eixo de análise dos pressupostos da Guerra Fria para os pressupostos da consolidação hegemônica dos Estados Unidos, a Aliança ganha significado ainda mais complexo e integrado ao projeto de supremacia econômica dos Estados Unidos. Sua concepção e implementação responde não apenas à compreensão do governo estadunidense para a necessidade de estabelecer novas bases de relacionamento com seus vizinhos, impulsionado

pela Revolução Cubana, mas, principalmente, à urgente necessidade de reconfiguração deste relacionamento de forma a garantir a sua hegemonia capitalista mundial a partir do domínio sobre a região. A Aliança para o Progresso significou, destarte todas as suas promessas de esforço conjunto para evitar crises e promover o desenvolvimento, um processo de reajuste da antiga fórmula de coerção político-econômica sobre os países da região para responder aos desafios que um novo contexto mundial impunha para o fluxo do capital.

O clima político e econômico dual, que imperou mundialmente a partir dos primeiros anos da Guerra Fria, já havia sido superado quando a década de 1960 se iniciava. A recuperação das potências europeias e do Japão, assim como o desenvolvimento tecnológico e a competitividade comercial dos países do bloco socialista, tornaram a economia internacional mais dinâmica e complexa. Soma-se a isso o intenso e rápido processo de descolonização dos países afro-asiáticos, abrindo nova fase de disputa por mercados.

Os países de Terceiro Mundo procuraram se posicionar neste novo cenário internacional, cujo leque de parcerias comerciais com as quais poderiam contar havia sido consideravelmente ampliado.

Em 1961, aconteceu a I Conferência dos Países Não-Alinhados, em Belgrado, contando com a participação de 25 países do Terceiro Mundo. Cuba e o Brasil (este na condição de observador) entre eles. Sobre a mesa de discussões, questionavam o domínio das grandes potências, defendendo a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial que assegurasse o direito ao desenvolvimento dos países periféricos e a completa descolonização dos países do Terceiro Mundo. Esta organização entre países periféricos trouxe mais do que possibilidades concretas de alterações nas relações comerciais; trouxe a constituição de uma nova força política capaz de alterar o outrora equilíbrio de poder no interior de instituições multilaterais, como a ONU. Significou a “materialização do Terceiro Mundo como realidade influente na grande diplomacia”. (VIZENTINI, 2004, p. 130).

A América Latina acompanhou esse movimento internacional que acenava para a formação de um novo arranjo de poder.

No mesmo ano de 1961, foi assinado acordo que criava a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), tendo por signatários Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

[...] deu-se início à realização ao objetivo básico do Tratado de Montevidéu, que é o de eliminar quaisquer obstáculos de ordem impositiva ou administrativa ao essencial do intercâmbio entre as Partes Contratantes. Foi-se, aliás, bastante além da porcentagem estipulada para este ano de criação da Zona de Livre Comércio. [...] Deve salientar-se, muito especialmente, o alto sentido de aproximação construtiva que tiveram estas conversações entre oito países latino-americanos (Equador e Colômbia aderiram), que constituíam um movimento real, prático e decisivo no sentido de, por seus próprios meios e mediante um esforço conjugado, promoverem a expansão de suas economias.<sup>269</sup> (BRASIL, 1961, p. 32 apud VIZENTINI, 2004, p. 163).

Dentre os países componentes da ALALC, estavam os mercados mais importantes para a economia estadunidense na região: Argentina, Brasil e México.

Em 1961, a relação comercial entre Estados Unidos e México movimentou aproximadamente US\$ 171 milhões em exportações, com investimentos diretos dos EUA na ordem de US\$ 840 milhões. A parceria comercial com a Argentina, no mesmo ano, movimentou US\$ 383 milhões, com investimentos diretos em torno de US\$ 472 milhões. (GONÇALVES, 2016, p. 98).

O Brasil ocupa o segundo lugar na América Latina no destino de investimentos diretos dos Estados Unidos e o primeiro lugar no destino de investimentos dos Estados Unidos especificamente na área de produção industrial. É o terceiro país mais importante da América Latina para a entrada de produtos americanos, representando 468 milhões de dólares em 1961. A participação dos EUA no comércio com o Brasil variou de uma alta de 42 por cento em 1951, para um mínimo de 30 por cento em 1960. As importações comerciais dos EUA enfrentam questões como a forte concorrência, com base no preço, qualidade, serviços e termos, com o Japão e com uma série de países europeus. O Brasil é o principal parceiro comercial da União Soviética [sic] e os esforços da Rússia para aumentar seu comércio no país estão sendo intensificados. (JFK Library, 1962 apud GONÇALVES, 2010, p. 98).<sup>270</sup>

Não por acaso, eram os mesmos países que se empenhavam na consolidação de uma política externa independente, pautada na ampliação de mercados e no exercício de uma diplomacia internacional autônoma.

A política externa independente do Brasil, já desenhada e ensaiada, de forma variada, desde o segundo governo Vargas, encontrou condições para se consolidar na conjunção de fatores internos e externos favoráveis a partir de 1960.

---

269 BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF, 1961, p. 32.

Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela aderiram depois.

270 JFK Library. Arquivo Jack N. Behrman. Box 5, Folder 6, 1962.

A Política Externa Independente (PEI)<sup>271</sup> originou-se de dois movimentos complementares: a tendência inaugurada com o segundo governo Vargas de praticar uma política externa de não-alinhamento automático aos interesses estadunidenses, e a compreensão de ser imperativo, ao desenvolvimento nacional então almejado, a expansão da política econômica exterior.

A rápida ampliação do mercado externo de nossos produtos tornou-se um imperativo ao desenvolvimento do país. Com uma taxa de expansão demográfica que em 1970 situará a população na ordem de 100 milhões, o Brasil necessita elevar a taxa de crescimento do produto nacional bruto em um nível, que, segundo os estudos econométricos realizados pelo Itamaraty, situam em 7,5% ao ano. [...] Daí deve ser a conquista de mercados a tônica de nossa política econômica exterior. É certo que a simples expansão de exportações de produtos primários não representa a solução total de um problema sobre o qual atua permanentemente o fato negativo da deterioração dos termos de comércio, ou seja, a desvalorização contínua dos produtos primários em relação às manufaturas. Mas o crescimento quantitativo é indispensável, e para isso não podemos contar apenas com a capacidade potencial de absorção de mercados que já frequentamos.<sup>272</sup> (DANTAS, 1962, p. 11 apud VIZENTINI, 2004, p. 137-138).

Em outras palavras, e como aponta Vizentini em sua análise (2004, p. 138-139), a PEI era a condensação externa da política nacional-desenvolvimentista perseguida pelos governos nacionalistas desde 1954, cuja estratégia àquela altura - e graças à complexificação da economia brasileira - era manter as exportações de *commodities* para os países avançados do mundo capitalista e socialista, importar deles tecnologia e bens de capital e se lançar na conquista de mercados liberados pela recém-descolonização asiática e africana com exportações industriais. À política de ampliação e diversificação de produtos de exportação e conquista de novos mercados, somou-se a elaboração de uma política interna de controle sobre os capitais estrangeiros. Paradoxalmente, o incremento dessa política externa independente se deu sob o governo de Jânio Quadros, eleito como um não nacionalista, mas cuja independência adotada na condução dos assuntos exteriores coadunava-se com os preceitos históricos de desenvolvimento e consolidação de uma política externa independente em curso.

---

271 Termo foi cunhado por San Tiago Dantas, segundo Paulo Vizentini (2004, p. 133).

272 DANTAS, San Tiago. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 11.

Foi a este contexto de modificações políticas e econômicas internacionais que o governo dos Estados Unidos buscou responder ao formular a Aliança para o Progresso para a América Latina.

A Carta de Punta del Leste, assinada em agosto de 1961<sup>273</sup>, anunciava um novo tempo de prosperidade para os países da região, com a elaboração de políticas públicas para a correção de distorções provocadas pelo desenvolvimento pautado apenas pelo capital privado.

A Aliança para o Progresso tem como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.<sup>274</sup> (OEA, 1961, p. 10 apud GONÇALVES, 2016, p. 104).

Kennedy conseguiu transformar uma das suas bandeiras de campanha - a necessidade de uma nova política externa para a América Latina - em programa de seu governo. Anunciava, com a Aliança, que os Estados Unidos estavam dispostos a finalmente atender às demandas dos países da região por recursos e, principalmente, abandonar duas das principais atitudes de governos estadunidenses praticadas até então no continente: a imposição de capital privado como principal recurso para o desenvolvimento e a imposição de combate aos movimentos sociais pela via militar.

Absorvendo parte das reivindicações expressas no Comitê dos 21<sup>275</sup> (SILVA, 1992) e que não foram efetivadas à época, a Aliança se propunha, entre outras medidas, a proporcionar uma taxa de crescimento de 2,5% anuais per capita a todos os países da região, a aceleração do processo de industrialização com especial atenção às indústrias produtoras de bens de capital; a equilibrar as estruturas econômicas nacionais, a fortalecer os acordos de integração econômica, a facilitar o acesso de produtos latino-americanos ao mercado internacional. Ainda:

---

273 Com a recusa de Cuba, cujo delegado presente, Che Guevara, denunciou o caráter imperialista do programa e a intenção de exclusão de seu país, 22 nações latino-americanas, incluindo o Brasil, assinaram a Carta.

274 OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o Progresso*. Rio de Janeiro, 1961. p. 10.

275 Fruto da Operação Pan-Americana (OPA), o Comitê dos 21, proposto por Juscelino Kubistchek quando presidente do Brasil e à frente da OPA, contava com representantes especiais de 21 dos países da região com o objetivo de definir, conjuntamente, os rumos econômicos e o gerenciamento de fundos de capital internacional na promoção do desenvolvimento de seus respectivos países. Foi pensado para funcionar à margem da OEA e assim escapar de possíveis manobras dos Estados Unidos. Acabou por ser esvaziado, mas conseguiu implementar uma de suas reivindicações, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a promover a equalização na distribuição de renda, a resolver o problema da concentração sobre a propriedade da terra através da reforma agrária, a eliminar o analfabetismo adulto e garantir acesso universal de crianças ao sistema escolar, e a proporcionar saneamento e moradia à população (GONÇALVES, 2016, p. 105).<sup>276</sup>

Definiu-se que a quantia necessária para alavancar o desenvolvimento da região seria de US\$ 20 bilhões, empenhados ao longo de 10 anos. Os Estados Unidos se comprometeram a fornecer parte considerável deste montante, como complemento aos esforços dos países envolvidos, além de contribuir com uma quantia superior a US\$ 1 bilhão em fundos públicos durante os primeiros 12 meses subsequentes à data de assinatura da Carta<sup>277</sup>.

A USAID, a OEA, o BID e a ONU, enquanto agências multilaterais, e órgãos nacionais especificamente criados para gerenciar o programa em seus respectivos países, envolveram-se na implementação do programa na América Latina. Entretanto, a implementação do programa esbarrou no pragmatismo estadunidense, que demonstrou pouca flexibilidade às demandas latino-americanas.

O balanço do primeiro ano de funcionamento do programa já dava mostras da incapacidade de Washington em equilibrar os imperativos do capitalismo com os compromissos assumidos pela Aliança, e o fiel da balança pendeu para a necessidade de atender às pressões do capital.

Atender a esta pressão significava, para o governo Kennedy, se distanciar da promessa de modificação substancial das formas de relação com os países da América Latina, mas, por outro lado e mais importante, significava preservar a saúde da balança de pagamentos de seu governo e a hegemonia dos Estados Unidos na região, já que a sua supremacia econômica dependia da expansão contínua do fluxo de seu capital. Portanto, apesar da manifestação contrária de alguns políticos próximos ao presidente Kennedy, cresceu a presença de empresários na condução da Aliança com a criação, em 1962, do *Commerce Committee for Alliance for Progress* (COMAP), ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com a clara missão de aumentar a participação de empresas privadas no programa, e do *Business Group for Latin America* (BGLA), seu sucessor, criado em 1963.

---

276 Cito apenas algumas das propostas expressas na Carta, conforme Martina Gonçalves (2016).

277 Cifras encontradas no verbete Aliança para o Progresso, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 8 jul. 2019.

A configuração do Estado estadunidense permite, sem constrangimentos, a convergência de interesses do capital com os interesses da política pública, especialmente na condução da política externa. No caso da Aliança em específico, apesar da presença do setor privado desde a sua origem, estrategistas democratas de filiação keynesiana não viam com bons olhos a ampliação da participação aberta do setor privado na condução da Aliança para o Progresso, sob pena de inviabilizá-la. Mas isso estava longe de significar oposição à presença do setor privado no programa<sup>278</sup>.

Como consequência do aumento da influência do setor privado sobre a condução da Aliança, o giro da política externa estadunidense para com a América Latina, proposta por Kennedy, voltou ao ponto anterior à elaboração do programa: a prevalência do capital privado como principal recurso para o desenvolvimento e o combate às políticas nacional-desenvolvimentistas, utilizando-se dos mais variados tipos de coerção, como a propaganda ideológica; o financiamento de grupos políticos adversários em cada conjuntura nacional dispostos a agir em aliança - esta sim efetiva - com os interesses do capitalismo estadunidenses, assim como o apoio militar para a efetivação de golpes de Estado.

Diante dos interesses do capital privado, a soberania das nações para definir o rumo de seus respectivos desenvolvimentos ficou comprometida, gerando desconfiança nos países da região.

A desconfiança de governos latino-americanos com relação à Aliança, entretanto, era um dado desde o início. San Tiago Dantas, à frente da PEI, manifestou suas ponderações ao programa quando de seu lançamento: seria importante desde que respeitadas as diretrizes desenvolvimentistas elaboradas pelos países e sendo os recursos aplicados por seus órgãos nacionais, ou haveria sempre “o risco dos planos de cooperação internacional modificarem o sentido que os povos desejam imprimir ao seu próprio desenvolvimento”. (DANTAS, 1962, p. 13 apud VIZENTINI, 2004, p. 139).<sup>279</sup>

As desconfianças não demoraram a ser confirmadas na forma de coerções diversas. O anti-Castrismo crescente financiado pelos Estados Unidos que, entre outras, resultou na invasão da Baía dos Porcos<sup>280</sup>, avançava pelos canais abertos pela Aliança. Na VIII Reunião de Consulta

---

278 Para compreensão das relações entre o governo Kennedy e o setor privado, ver a tese de Martina Gonçalves (2016).

279 DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 13.

280 A invasão da Baía dos Porcos, levada a termo em abril de 1961, foi planejada como ação encoberta pela CIA, sendo autorizada pelo governo Eisenhower e herdada pelo governo Kennedy que, paralelamente, preparava o lançamento da Aliança para o Progresso para agosto do mesmo ano.

dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada em Punta del Leste entre 22 e 31 de janeiro de 1962, em que os Estados Unidos se empenhavam em promover a expulsão de Cuba da OEA, congressistas que integravam a delegação estadunidense insinuavam que o resultado do Congresso poderia acarretar dificuldades na aprovação de verbas para os projetos ligados à Aliança para o Progresso (MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 421).

Em relatório preparado por Paulo Nogueira Batista, então chefe da Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP), órgão criado pelo governo brasileiro para coordenação do programa, e encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil para uso em negociações em curso com os Estados Unidos, em outubro de 1962, estavam apontadas as limitações da Aliança, fruto da condução imposta pelos Estados Unidos:

A Aliança [...] tem sido apenas um rótulo novo para designar causas velhas, os empréstimos [são os] tradicionalmente concedidos pelos EUA, através do Eximbank, dos acordos de excedentes agrícolas, do Banco Interamericano, etc. Os Estados Unidos se vangloriam de que a Aliança já proporcionou ao Brasil cerca de US\$ 600 milhões, mas, se examinarmos as parcelas pelas quais se desdobra este auxílio, verificamos que algumas se repetem (soma-se duas vezes o auxílio de US\$ 54 milhões dado a SUDENE através do Acordo do Nordeste e do Acordo do Trigo) e que são, na sua maioria absoluta, formas tradicionais de assistência. [...]. É imprescindível, portanto, uma reformulação da Aliança, de maneira a fazê-la um esforço realmente colaborativo [...]. Para dar a Aliança este caráter continental, pois ela tem sido um programa unilateral dos EUA, o Brasil solicitaria uma mudança de atitude em relação ao nosso país, que começa a dar passos seguros para a normalização de sua vida política [...].<sup>281</sup> (COCAP, 1962 apud SILVA, 2008, p. 79).

Os apontamentos da COCAP não surtiram efeito e os mecanismos de interferência abertos pela Aliança continuaram a ser acionados sem restrições, com o intuito não apenas de fortalecer os interesses do capital privado na economia nacional, mas, e principalmente, para desestabilizar o governo de João Goulart, considerado perigoso por Washington.

As chamadas ilhas de sanidade administrativa, termo cunhado por Lincoln Gordon, (SILVA, 2008, p. 207), tornaram-se um exemplo incontestado de coerção através da Aliança para o Progresso. Planejada em reunião do NSC em dezembro de 1962, definia como estratégia de intervenção o “financiamento de forças políticas estaduais e municipais a partir de recursos da Aliança para o Progresso” (SILVA, 2008, p. 167), para desestabilizar econômica e politicamente o governo Goulart. Estados como São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Norte

---

281 Ofício COCAP n. 100/62, CPDOC, Fundo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1962.03.14 e PNB ad 1963.00.00.



receberam recursos da Aliança diretamente da USAID, desconsiderando as instâncias administrativas do governo central e tendo por critério apenas os interesses políticos estadunidenses.

As subseções seguintes abordarão a organização de ações políticas pelos órgãos estadunidenses dedicados à implementação da Aliança para o Progresso e as ações ideológicas dirigidas pela USIA, respectivamente.

### 5.3.1 Os investimentos políticos

Entre 17 e 22 de novembro de 1963 ocorreu a Conferência da Associação Inter-Americana de Imprensa (Inter-American Press Association – IAPA) em Miami, Flórida, com o objetivo de discutir o comunismo, a Revolução Cubana e os problemas econômicos da América Latina, além de tratar da Aliança para o Progresso e as maneiras de reportá-la de uma perspectiva favorável. Reunindo representantes de jornais e revistas dos Estados Unidos e da América Latina, qualificados como conservadores, a Convenção reuniu nomes como John O'Rourke e Jack Howard do Scripps-Howard; William R. Hearts Jr.; Jules Dubois, do Chicago Tribune; Hal Hendrix e Al Burt, do Miami Herald; Joshua Powers dos editores Press; Henry Goethals do Copley News Service; Tina Ramos (Sra. Lee Hills) do El Mundo, San Juan e Andrew Heiskell, da Time. Dentre os latino-americanos estavam Alberto Gainza Paz, de La Prensa, Argentina; Julio Mesquira Filho, do Estado de São Paulo, Brasil; Agustin Edwards de El Mercurio, Chile; Pedro Beltran, do La Prensa, e Manuel Cisneros, de La Cronica, Peru. (USIA. RG 306. ATTENDANCE..., 17-22 nov. 1963).<sup>282</sup>

Um encontro especialmente organizado entre os representante da imprensa latino-americana foi sugerido pela USAID e conduzido por Andrew Heiskell, da Time. Ali, os editores latino-americanos expuseram suas críticas e descontentamentos ao que consideravam ser equívocos cometidos pelo governo estadunidense em seus países: o tratamento indistinto que davam a todos os países da América Latina, como se fossem uma coisa só, desconsiderando suas histórias e especificidades; e a proposta da Aliança para o Progresso, que consideravam inadequada.

---

282 As informações sobre a Conferência estão no documento intitulado: **Attendance** at the Annual Convention, Inter-American Press Association, Miami, Florida, November 17-22, 1963. Memorando de 27 de novembro de 1963. NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 57. Folder Field Miscellaneous Country Plans.

Segundo memorando de relato preparado por John King e Robert B. Goldman para envio a Teodoro Moscoso, coordenador da Aliança para o Progresso, este posicionamento foi unânime entre os presentes. A Aliança para o Progresso não contava com a simpatia daqueles porta-vozes das elites locais. Consideravam o programa inconsequente por falar de reformas e propor transformações das estruturas sociais sem conhecê-las adequadamente.

Em suma, a mensagem deles é: 'Vocês americanos se expressam bem, mas vocês não sabem do que estão falando. Vocês são rápidos demais e não chegarão a lugar algum a menos que sigam nosso conselho. Especialmente não tentem nos fazer aumentar os impostos quando vocês os cortam, não falem sobre reforma agrária e 'as massas', e aprendam algo sobre cada um dos nossos países antes de entrar com os dois pés'.<sup>283</sup> (USIA. RG 306. ATTENDANCE..., 17-22 nov. 1963, tradução própria).

O recado das elites locais era claro: não só não apoiavam a Aliança como afirmavam que o programa inevitavelmente fracassaria.

O memorando de conversação, enviado anexo, reproduz a intervenção de cada participante. Júlio de Mesquita fez uso da palavra para dizer que a proposta dos Estados Unidos para a reforma agrária era ingênua e equivocada, pois acabava por favorecer o comunismo em ação no Brasil. O Brasil não precisava de reforma agrária, dizia, e negou a existência de latifúndios. Para ele, o Brasil precisava de ajuda técnica e científica na área rural, e não de divisão de terras (USIA. RG 306. ATTENDANCE..., 17-22 nov. 1963).<sup>284</sup>

O posicionamento revelado no IAPA pelos donos da imprensa dos países latino-americanos não era uma novidade para os dirigentes estadunidenses. O Departamento de Estado havia se dado conta das resistências da América Latina à Aliança para o Progresso desde o

---

283 "In short, their message is: 'You Americans mean well, but you don't know what you are talking about. You move too fast, and you won't get anywhere unless you take our advice. Especially don't try to make us increase taxes when you cut them, don't talk about land reform and 'the masses', and learn something about each of our countries before you jump in with both feet". **Fonte:** Attendance at the Annual Convention, Inter-American Press Association, Miami, Florida, November 17-22, 1963. Memorando de 27 de novembro de 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 57. Folder Field Miscellaneous Country Plans.

284 "He said that the US call for agrarian reform was naïve and misguided, and was abetting the Communist line. Brazil, he said, was composed of 21 states which had different problems in each; it needs no division of land which he said was in Kennedy's mind all the time. He also denied that there were latifundios in Brazil except in Ceara state; and that the agrarian help needed was scientific and technical advice rather than land division". **Fonte:** Attendance at the Annual Convention, Inter-American Press Association, Miami, Florida, November 17-22, 1963. Memorando de 27 de novembro de 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 57. Folder Field Miscellaneous Country Plans.

início de sua implementação, seja à esquerda ou à direita do espectro ideológico. Perto de completar um ano de existência, o coordenador do programa, Teodoro Moscoso, em memorando confidencial enviado a Edwin M. Martin, Secretário Adjunto para Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado, afirmava haver um *gap* psicológico na estrutura da Aliança, responsável por obstaculizar o alcance pleno de seus objetivos. Sua afirmação pautava-se, dizia ele, em documentos e discussões de trabalho de grupos que vinham, há meses, se debruçando sobre os problemas enfrentados pela Aliança na região.

Uma série de memorandos, documentos de trabalho e discussões preocuparam-se durante vários meses com a "lacuna ideológica" na estrutura da Aliança. Entre eles estão comentários sobre a necessidade de dissuadir as Repúblicas da América Latina da ideia de que a Aliança é um programa dos EUA; um memorando de 5 de setembro, de Dick [Richard] Goodwin ao Presidente, apontando que o problema é a "disseminação dos meios de propaganda", colocando "nas mãos de grupos democráticos efetivos em cada país [...] os instrumentos de propaganda"; uma série de propostas de Arturo Morales-Carrion em linhas semelhantes; e maneiras pelas quais eles podem ser resolvidos. Esse problema transcende as capacidades de qualquer departamento ou agência. Isso só pode ser resolvido através da organização de recursos não governamentais e governamentais na América Latina, instituições privadas nos Estados Unidos, organizações interamericanas, bem como as do governo dos EUA. Para começar de forma concreta, proponho o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre problemas ideológicos da Aliança no âmbito do Comitê de Política da América Latina [...]. (USA. DS. RG 59. ESTABLISHMENT..., 9 abr. 1962, tradução própria).<sup>285</sup>

O Comitê sugerido deveria ser composto pela Casa Branca, Departamento de Estado, Departamento do Tesouro, USAID, USIA, CIA, Departamento do Trabalho, Departamento do Comércio, Departamento da Agricultura, representados por dirigentes com nível suficiente para tomar decisões e fazê-las operantes. Ao propor a organização do Comitê, Moscoso propunha

---

285 "A series of memoranda, working papers and discussions have been concerned over several months with the 'ideological gap' in the Alliance structure. Among these are comments from you on the need to disabuse the Latin American Republics of the idea that the Alliance is a US program; a memorandum of September 5 from Dick Goodwin to the President pointing out that our problem is the 'dissemination of the means of propaganda' by placing 'in the hands of effective democratic groups in each country [...] the instruments of propaganda'; a series of proposals by Arturo Morales-Carrion along similar lines; and ways in which they might be solved. This problem transcends the capabilities of any single Department or Agency. It can only be solved by marshalling non-governmental and governmental resources in Latin America, private institutions in the United States, inter-American organizations, as well as those of the US Government. To make a concrete start, I propose establishment of a working Group on Ideological Problems of the Alliance under the Latin American Policy Committee [...]". **Fonte:** Establishment of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance. s/d. In: NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

também os pontos aos quais o comitê deveria se dedicar (problemas estes identificados por aqueles que vinham se dedicando ao assunto e que ele então resumia em seu memorando): como objetivos gerais, o Comitê deveria ser capaz de identificar entre políticos, estudantes, trabalhadores e outros grupos locais aqueles que se afinavam com as propostas da Aliança e que pudessem se tornar seus defensores; encorajar atividades de grupos descritos como ‘democráticos de esquerda’; incentivar o governo a aplicar uma política mais efetiva em termos ideológicos. Dentre os objetivos classificados como específicos mencionados por Moscoso, estão, além de promover positivamente a Aliança em seu aniversário, rever critérios para a triagem de visitantes e oferta de bolsas a estudantes da América Latina para ingresso nos Estados Unidos<sup>286</sup>; reavaliar a organização e funções das embaixadas na América Latina, de forma a criar um esforço ideológico integrado em nome da Aliança e, por fim, facilitar a presença permanente de jornalistas latino-americanos em Washington para atender aos principais jornais e demais canais de mídia da região (USA. DS. RG 59. ESTABLISHMENT..., 9 abr. 1962).

Junto a seu memorando, Moscoso anexou um documento datilografado em papel simples, sem assinatura, datado em 9 de abril de 1962<sup>287</sup>. O tom direto das proposições deste documento explicita, sem meias palavras, as ações consideradas efetivas no campo político e ideológico. Dizia o documento que a Aliança era um recurso político e, como tal, não recebia a devida atenção do governo estadunidense. Aos olhos de latino-americanos, a Aliança era apenas uma operação financeira, uma ação da política externa estadunidense sem benefício para os anseios dos povos da região; o nacionalismo, a maior força política e ideológica em ação na América Latina, fora ignorado por Washington na formulação e implementação do programa.

A menos que a Aliança seja capaz de aliar-se ao nacionalismo, influenciá-lo em uma direção construtiva, traduzir a terminologia abstrata do desenvolvimento econômico em conceitos familiares relacionados à construção da nação, a Aliança estará despejando dinheiro em um vazio psicológico. (USA. DS. RG 59. ESTABLISHMENT..., 9 abr. 1962, tradução própria).<sup>288</sup>

---

286 Não há menção explícita neste documento, mas tratava-se de facilitar a retirada de visto e ampliar as bolsas para cobrir estadia e alimentação, identificados como pontos de dificuldade para a ampliação do programa de intercâmbio.

287 Parece ser um documento de discussão, pois os pontos nele levantados aparecem em outros documentos produzidos pelo grupo, em data imediatamente posterior.

288 “Unless the Alliance is able to ally itself with nationalism, to influence it in a constructive direction, to translate the abstract terminology of economic development into familiar concepts related to nation-building, the Alliance will be pouring money into a psychological void”. **Fonte:** Establishment of a Working Group of the Latin

O documento expressava que o sucesso da Aliança exigia mais que a dedicação aos seus objetivos econômicos e esforços administrativos. Exigia também igual atenção às ações políticas e ideológicas. Enquanto “uma impressionante lista de economistas latino-americanos de primeira linha (Prebich, Harrera, Sol etc.) está disponível para consultas constantes sobre a fase econômica”, o mesmo não ocorria no campo da política<sup>289</sup>. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962). Identificado o problema, o documento sugeria uma série de ações, e alertava que algumas poderiam exigir caminhos “fora dos canais habituais do governo”<sup>290</sup>. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9. abr. 1962).

Ao todo, foram 5 pontos de ações sugeridos. O primeiro deles era preciso: quanto estariam os Estados Unidos dispostos a investir em desenvolvimento político? Afirmava que era um equívoco que os Estados Unidos estivessem dispostos a investir US\$ 20 bilhões em desenvolvimento econômico, mas não se mostravam interessados em investir em partidos políticos “democraticamente orientados”.

Nos perguntamos quanto estamos dispostos a investir no desenvolvimento político? Cinquenta mil dólares para ajudar um partido como a APRA pode levar mais longe do que um empréstimo de US\$ 100 milhões para um governo do tipo Odria no Peru<sup>291</sup>. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962).

---

American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance. 9 de abril de 1962. *In*: NARA II, RG 59, Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso – Political Ideological Force.

289 “The professional economics have been summoned to do a job. But there is lack of a similar effort to think through the political and ideological problems. Furthermore, an impressive array of top Latin American economists (Prebisch, Harrera, Sol, etc.) has been available for constant consultations on the economic phase. But no equivalent group has steadily worked on the political and ideological aspects”. **Documento** de 9 de abril de 1962. NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

290 “What follows are just a few pointers of urgent priority, with due recognition to the fact the action proposed will probably involve action outside the usual government channels”. **Documento** de 9 de abril de 1962. NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

291 APRA, Aliança Popular Revolucionária Americana, fundada em 1924, no Peru. Manuel Arturo Odría, presidente peruano entre 1948 e 1956. No original: “Have we asked ourselves how much are we willing to invest in political development? Fifty thousand dollars to help a party like the Apra might go a longer way than a \$100 million loan to an Odria-type government in Peru”. **Documento** de 9 de abril de 1962. NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

Tão importante quanto a disposição em investir em um partido alinhado aos propósitos estadunidenses, seria investir na criação de um aparato político adequado a influenciar a política local. Em Costa Rica, menciona o documento, já estava em funcionamento um experimento desta ordem: a criação de um instituto destinado a influenciar a política local. Sugeria então a replicação desse experimento na região andina, na região do rio do prata e no Brasil.

Esses Institutos, além de desenvolverem jovens quadros de liderança política, poderiam tornar-se centros ativos na distribuição da literatura ideológica tão necessária e atual. Além disso, os Institutos poderiam estabelecer uma estreita cooperação com as partes progressistas e ajudar no fornecimento de apoio econômico<sup>292</sup>. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962, tradução própria).

Na mesma linha, dizia ser necessário a participação de instituições privadas. Sem estabelecer muito bem qual seria a linha demarcatória entre a ajuda na criação de um instituto político e de uma instituição privada, recomendava desenvolver “um novo tipo de instituição, mais flexível do que as atuais fundações e instituições, que poderiam lidar com partidos, institutos políticos, editoras, grupos de estudantes, sociedades literárias e culturais etc, e fazer coisas além do escopo de governo”<sup>293</sup>. (USA. DS. RG 59. DOCUMENTO..., 9 abr. 1962).

Por fim, os dois últimos tópicos diziam respeito ao trabalho ideológico junto a intelectuais e a ampliar o programa de livros: desenvolver programas específicos para intelectuais e publicar o “melhor do pensamento ocidental”.

As ações políticas que este documento delineou aparecem, com palavras menos diretas, mas com igual teor, em documento assinado por R. B. Goldmann e por ele encaminhado, via memorando, a Arturo Morales-Carrion, do ARA, com cópia para Moscoso, em 23 de abril de 1962. O memorando de encaminhamento afirmava que o estudo estava baseado em conversas informais entre eles (Goldmann e Morales-Carrion) e em rascunhos de trabalho de autoria de

---

292 “These Institutes, besides developing young cadres of political leadership, could become active centers in the distribution of the ideological literature so badly needed at present. Furthermore, the Institutes could establish close cooperation with progressive parties and help in providing economic support”. **Documento** de 9 de abril de 1962. NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

293 “We have to help develop a new type of institution, more flexible than the present foundations and institutions, which could deal with parties, political institutes, publishing firms, student groups, literary and cultural societies, etc., and do things beyond the scope of government”. **Documento** de 9 de abril de 1962. NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder: Alianza para el Progreso, Political Ideological Force.

Morales-Carrion, e tinha por objetivo servir de base para o desenvolvimento de planos de ação política e ideológica à Aliança para o Progresso.

O problema central apontado no documento era “montar um programa amplo em todo o hemisfério para preencher o vácuo político e ideológico da Aliança e, assim, aproveitar ao esforço econômico-técnico aquelas forças que podem dar sentido e realidade ao programa”. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).<sup>294</sup>

Afirmava Goldmann que a Aliança era vista com desconfiança e não provocava nem admiração, nem interesse nos povos latino-americanos. Para ilustrar, Goldmann reproduzia uma crítica à Aliança publicada pelo *Jornal do Brasil* em 10 de fevereiro de 1962:

O Departamento de Estado ... (e os EUA) apoiam os militares contra os civis, os velhos contra os jovens, os conservadores contra os liberais, usando empréstimos e assistência econômica como armas para alcançar fins políticos. Ainda estamos esperando para ver a palavra "aliança" - usada pelo presidente Kennedy para definir nosso relacionamento - transformada em uma realidade política<sup>295</sup>. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

Dando parcial razão à crítica do *JB*, Goldmann lançava a questão: quando a Aliança se tornaria uma realidade política e ideológica? Quando, dizia ele, fosse capaz de responder devidamente a todas as críticas e quando os esforços para o desenvolvimento econômico e social produzissem os desejados resultados.

Para que a Aliança tenha sucesso, ela deve ajudar a desenvolver um clima político que favoreça os **revolucionários pacíficos**. Deve se tornar o manancial ideológico desses homens e mulheres. Uma vez que as aspirações dos modernos patriotas da América Latina se identifiquem com a causa e os objetivos da Aliança, ela partirá de uma variedade de planos e projetos vagarosos para um movimento popular em todo o continente, que estimulará governos dispostos e competentes a uma ação rápida, varrerá a resistência

---

294 “How to mount an effective hemisphere-wide program to fill the political and ideological vacuum of the Alliance and thus harness to the economic-technical effort those forces which can give meaning and reality to the program”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

295 “The State Department... (and the US) back the military against the civilians, the old against the young, the conservatives against the liberals, using loans and economic assistance as weapons with which to achieve political ends. We are still waiting to see the word ‘Alliance’ – used by President Kennedy to define our relationship – turned into a political reality”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

estéril e deterá a subversão comunista. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria, grifo nosso).<sup>296</sup>

Para atingir esse estado de aceitação, o governo estadunidense deveria alterar algumas de suas práticas na região. Em primeiro lugar, abandonar a abordagem simplista do “*good guys, bad guys*” em prol da construção de uma política externa efetiva.

Deveriam os EUA ser capazes de criar uma nova mística em torno de seu papel no hemisfério, tal qual Roosevelt foi capaz de fazer. E, o mais importante dentre suas observações, deveriam os Estados Unidos promover a ação conjunta entre as linhas econômicas, políticas e culturais de sua política externa, que ele considerava estarem não apenas separadas como serem inadequadas em suas respectivas abordagens. “Para que a Aliança se torne viva como um movimento popular na América Latina, os Estados Unidos devem ajustar sua visão e seu aparato burocrático e entrar em caminhos novos e não ortodoxos”<sup>297</sup>. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

Dentre as recomendações que fazia Goldmann (1962) para efetivar as novas e não ortodoxas abordagens nos países latino-americanos, estavam: manter as ações de propaganda da Aliança em sigilo, de forma que as vozes locais assumissem o protagonismo em defesa do programa; encontrar colaboradores locais, escolher uma área para aplicar os conceitos e propostas da Aliança, que Goldmann sugere ser o Nordeste brasileiro; redesenhar os trabalhos dos postos USIS para não só agirem em nome dos princípios da Aliança, mas para serem a fonte de assistência para a mídia local; reorientar todas as políticas executadas pelos USIS, priorizando o “estabelecimento e manutenção de relações efetivas com organizações políticas responsáveis e significativas fora do poder e o desenvolvimento de técnicas de apoio de partidos

---

296 “For the Alliance to succeed, it must help develop a political climate favoring the peaceful revolutionaries. It must become the ideological fountainhead for these men and women. Once the aspirations of Latin Americas’ modern patriots become identified with the cause and the goals of the Alliance it will grow from an assortment of slow-moving plans and projects into a surging continent-wide popular movement which will spark willing and competent governments into fast action, sweep away sterile resistance and stop communist subversion”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

297 “If the Alliance is to come alive as a popular movement in Latin America, the United States must adjust both its sights and its bureaucratic apparatus and enter on some new and unorthodox paths”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.



e candidatos pró-Aliança em suas campanhas políticas”<sup>298</sup> (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria). Mais do que apoio, Goldmann enfatizava a necessidade de se criar institutos políticos, exatamente nos moldes já defendidos no documento analisado acima:

Consideração deve ser dada ao estabelecimento de mais três centros de formação política, como o Instituto Político da Costa Rica, em várias partes da América Latina (região Andina, região do Rio da Prata e Brasil). Também é necessário o desenvolvimento de novas técnicas por instituições privadas dos EUA para um trabalho eficaz com instituições políticas latino-americanas, grupos estudantis e culturais<sup>299</sup>. (USA. DS. RG 59. WORKING..., 23 abr. 1962, tradução própria).

O conjunto das ideias apresentadas pelos memorandos de Moscoso e de Goldmann com o intuito de “melhorar” a Aliança passaram por algumas sugestões que merecem destaque: necessidade de encontrar caminhos não habituais (Moscoso), aplicar políticas não ortodoxas (Goldmann), apoiar grupos políticos alinhados, criar, incentivar ou investir em institutos políticos privados (Moscoso e Goldmann).

Desenhava-se o arcabouço de uma série de ações de interferência no campo político dos países da América Latina que foram sendo implementadas ao longo da década de 1960. No Brasil especificamente, será justamente entre 1962 e 1964 que a maioria das recomendações encontradas nos documentos aqui analisados foram experimentadas.

### 5.3.2 As tramas ideológicas

As diversas avaliações sobre a necessidade de aperfeiçoamento da capacidade de interferência política via Aliança para o Progresso levaram à conclusão da necessidade de

---

298 “Particularly important is the establishment and maintenance of effective relations with responsible and significant political organizations out of power and the development of techniques for support of pro-Alliance, responsible parties and candidates in political campaigns”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

299 “Consideration should be given to the establishment of three more political training centers such as the Costa Rican Political Institute in various parts of Latin America (the Andean region, the River Plate area and Brasil). Also needed is the development of new techniques by private US institutions for effective work with Latin American political institutions, student and cultural groups”. **Fonte:** Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, April 23, 1962. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

ampliar o papel das ações culturais desenvolvidas pela USIA através de seus postos USIS. A eles coube trabalhar pela aceitação local da Aliança, voltando suas diversas ações para este fim.

Em circular emitida em 15 de fevereiro de 1962 pelo diretor da USIA, e destinada a todos os postos USIS da América Latina, poucos meses após a formalização da Aliança para o Progresso, Murrow alertava para o necessário empenho que as equipes locais deveriam dedicar na promoção do programa. Havia a necessidade de uma intensa propaganda, dizia ele, mas com o devido cuidado para não produzir o efeito contrário ao desejado, o que deveria ser evitado usando vozes locais na defesa da Aliança. Lembrava que os postos recebiam e continuariam a receber material de apoio, entre documentos, discursos e impressos diversos para serem usados em atividades promovidas pelos postos, como organização de palestras, produção de matérias jornalísticas, edição de livros e livretos. Todo o empenho USIS na promoção da Aliança e na articulação política necessária a este fim, pois, dizia Murrow na circular, a “Carta de Punta del Leste convoca cada governo, a OEA, a mídia comercial e as fundações, os grupos de trabalhadores e os estudantes a participarem ativamente na divulgação da Aliança para o Progresso”<sup>300</sup> (USIA. RG 306. ALLIANCE..., 15 fev. 1962, tradução própria).

Meses depois, uma outra circular bastante enfática determinou que os postos USIS deveriam abastecer os escritórios USAID locais de informações sobre a situação agrária dos países em que atuavam, auxiliar no desenvolvimento de propostas e ações com o intuito de promoção da reforma agrária na América Latina, considerada questão vital para a Aliança para o Progresso (USIA. RG 306. PROPOSED..., 19 set. 1962).

Os postos eram solicitados a aperfeiçoar sua capacidade de atuar em rede, estabelecendo parcerias que facilitassem a consolidação da Aliança. Suas atividades deveriam articular o corpo diplomático (embaixada e consulados), equipes da Organização dos Estados Americanos envolvidos na promoção da Aliança, USAID e seus escritórios locais, imprensa, políticos e intelectuais simpáticos, e ainda atuar no proselitismo junto aos grupos-alvo, como trabalhadores e estudantes.

As reuniões e discussões entre as Agências, o Departamento de Estado e a Casa Branca levaram à elaboração de uma proposta de ação cultural da Aliança para o Progresso para o ano

---

300 “We should also bear in mind that the Chapter of Punta del Leste calls on each participating government, the OAS, the commercial media, and foundations, labor and student groups to take an active part in publicizing the **Fonte:** Alliance for Progress, February 15, 1962”. *In:* NARA II, RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America (ca 1956-1978). Circulars Relating to Latin America, 1962-1968. Entry P 437. NND 50666. Box 1, Folder USIA Circulars.

fiscal de 1963. O documento intitulado *An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development*, de 26 de fevereiro de 1962, definiu algumas diretrizes (USA. DS. RG 59. AN ALLIANCE..., 26 fev. 1962).

O programa cultural para a Aliança deveria contar com um orçamento de 155,5 milhões de dólares, assim aplicados e especificados em relação aos objetivos delineados: desenvolver lideranças no planejamento e administração educacional: 8 milhões; desenvolver centros de excelência em alta educação, como universidades e institutos científicos e técnicos: 38 milhões; lançar um programa inovador em educação rural para todos os grupos etários: 15. 5 milhões; lançar um programa inovador em educação urbana para todos os grupos etários: 15 milhões; fortalecer o currículo de ciência e o ensino: 4 milhões; expandir e melhorar o ensino da língua inglesa: 4 milhões; acelerar construção de escolas: 53 milhões; produzir textos e livros a baixo custo: 7 milhões; fortalecer intercâmbio cultural e intelectual: 11 milhões. Total: 155.5 milhões de dólares.

De maneira geral, o documento considerava ser imprescindível, para o sucesso da Aliança, um esforço concentrado nas áreas da cultura, ciência e educação e com a adesão coordenada de agências e departamentos governamentais, tais como USIA, USAID, CU, *National Science Foundation (NSF)*, *National Institutes of Health (NIH)*, *National Aeronautics and Space Administration (NASA)* e Defesa. Não poderia ser desprezada a participação de agências e entidades privadas, como fundações e Universidades estadunidenses, UNESCO e OEA. E afirmava: “se executado vigorosamente, este programa manterá a promessa de produzir o mais avançado *front* em educação, ciência e cultura com consequências econômicas, sociais e políticas de longo alcance” (USA. DS. RG 59. AN ALLIANCE..., 26 fev. 1962), isto é, levando aos desejados desenvolvimentos econômico, social e político.

Dean Rusk, Secretário de Estado do governo Kennedy, enviou memorando confidencial em 21 de maio de 1962 (quatro meses após as orientações de Murrow aos postos USIS) aos dirigentes da USAID, USIA, Secretaria de Educação e Assuntos Culturais (*Bureau of Education and Cultural Affairs – CU*) e Administração das Repúblicas Americanas (*American Republics Administration – ARA*) a fim de tratar do programa de livros para a América Latina. Segundo informava em seu memorando, o presidente Kennedy achava o programa inadequado diante da sua importância no combate à ofensiva comunista, e que os esforços, neste campo, deveriam ser levados conjuntamente pelas agências citadas. Segundo essa visão, seria necessário integrar não apenas os esforços das agências na produção de livros de baixo custo,

mas também de todos os setores privados na América Latina e Estados Unidos. Estimava-se provisoriamente o valor entre US\$5 e US\$7 milhões por ano de investimento por parte do governo dos EUA. O Presidente Kennedy esperava que ao menos US\$5 milhões poderiam ser disponibilizados por fundos do ano fiscal de 1963.

Sob a coordenação geral de Morales-Carrion, os trabalhos da USIA e USAID deveriam: maximizar a expansão do planejamento para o ano fiscal de 1963, selecionando, traduzindo, produzindo e distribuindo livros sob o programa de livros das respectivas agências; fornecer, através de um programa regional, assistência técnica e financeira para fortalecer uma indústria latino-americana de publicação e distribuição de livros de baixo custo; encorajar textos e livros escritos por latino-americanos para distribuição em larga escala para latino-americanos; maior uso da indústria de livros em espanhol no programa de livros; incrementar a contribuição de editores latino-americanos na solução de *gaps* existentes para o livro latino-americano; elaborar um programa interamericano através do qual um grupo formado por líderes e intelectuais latino-americanos pudessem selecionar, por ano, 25 títulos escritos por latino-americanos e outros autores ocidentais que melhor exemplificassem e reforçassem os objetivos filosóficos da Aliança; elaborar um programa interamericano coordenado para a produção massiva de livros didáticos a serem usados em todas as escolas primárias e secundárias da América Latina; elaborar um programa para selecionar e produzir livros para crianças; elaborar um programa para a rápida expansão de produção de livros científicos e tecnológicos a baixo-custo, usando o melhor da literatura científica produzida no mundo ocidental; usar os serviços e experiência de organizações regionais e internacionais tais como OEA em conexão com o acima exposto (USA. DS. RG 59. DIRECTIVE..., 21 maio 1962).

Nos anos entre 1962 e 1964, o USIS Rio de Janeiro elaborou uma série de ações para atender as diretrizes USIA – que, por sua vez, atuava em conformidade com o Departamento de Estado e o Departamento de Comércio, USAID e Comitês estadunidenses exclusivamente criados para a coordenação da Aliança para o Progresso – na produção de conteúdo adequado para divulgar o programa e seus propósitos, mas “conscientes do perigo de avançar na propaganda e publicidade além dos resultados reais dos projetos da Aliança”. (USIA. RG 306. COUNTRY..., 22 fev. 1963).

O trabalho via imprensa envolveu a produção diversificada de material, entre artigos, reportagens e cadernos especiais. Os artigos, assinados por jornalistas brasileiros, estiveram em vários jornais e revistas do país.

Deve-se notar que todo o material produzido localmente é fornecido com a ajuda da equipe da Seção de Imprensa USIS Rio, formada de cinco jornalistas brasileiros profissionais que escrevem ou traduzem todo o material produzido em português. Estima-se que esta equipe local esteja ocupada 70% a 75% de seu tempo na produção de material em apoio à Aliança para o Progresso.<sup>301</sup> (USIA. RG 306. USIS..., 13 set. 1962, tradução própria).

Em 1962, circulou um suplemento especial, de 24 páginas e tiragem de 600 mil cópias, distribuídas por meio dos principais jornais do país (USIA. RG 306. COUNTRY..., 22 fev. 1963). No mesmo ano, o posto informava que “mais de 20 textos sobre diferentes assuntos” foram distribuídos para a imprensa<sup>302</sup>. (USIA. RG 306. USIS..., 13 set. 1962).

O *Diário de Notícias* foi um dos casos. O jornal passou a publicar, entre maio e junho de 1963, coluna especial sobre os benefícios da Aliança para o Progresso ao país, cujo material foi fornecido pelo posto USIS, responsável também pelo seu planejamento, e escrita por Nelson Beaumont Mattos, jornalista “bem conhecido pelo USIS Rio e é um dos seus principais contatos com Lions Clube do Brasil, com o qual o USIS está trabalhando em um programa de informações para a Aliança para o Progresso em todo o país”.<sup>303</sup> (USIA. RG 306. ALLIANCE..., 20 maio 1963). Curiosamente, a coluna não era assinada pelo jornalista, que trabalhou anonimamente. Os temas abordados esforçavam-se para apresentar os diversos

---

301 “It should be noted that all locally-produced material is provided with the help of the USIS Rio Press Section staff of five professional Brazilian journalists who write or translate all material produced in Portuguese. It is estimated that this local staff is occupied 70 to 75 per cent of its time in the production of material in support of the Alliance for Progress”. **Fonte:** USIS Program Support for the Alliance for Progress, Field Message n. 28, September 13, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

302 “[...] to the distribution of the full texts to the Brazilian press. More than 20 texts on different subjects have been distributed this year”. **Fonte:** USIS Program Support for the Alliance for Progress, Field Message n. 28, de 13 de setembro de 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

303 “Enclosed is a translation of a new weekly (Sunday) column in the *Diário de Notícias* (circulation 75,000), Aliança para o Progresso, uma nova seção, written by Nelson Beaumont Mattos. USIS furnishes material directly to the writer and was in on the planning of the column. Mr. Mattos is well know to USIS Rio and is one of its principal contacts with the Lions Club of Brazil, with which USIS is working on a countrywide all-media Alliance for Progress information program. There are more than 450 Lions Clubs in Brazil”. **Fonte:** Alliance for Progress: New Section in Rio Daily. Field Message n. 229, May 20, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

benefícios que o programa realizava no Brasil, como as melhorias na pecuária, na agricultura, na abertura de linhas de crédito pelo BID.

Outro recurso recorrente, via imprensa, era o uso de matérias em que personalidades da *intelligentsia* estadunidense avalizavam a potencialidade do programa, desde que fossem cumpridos os requisitos pela América Latina. Em janeiro de 1961, o *Jornal do Brasil* publicava matéria comentando um artigo de Peter F. Drucker, originalmente publicado na Harper's Magazine. No artigo, informava a matéria do *JB*, Drucker afirmava que a Aliança para o Progresso levaria a uma verdadeira “revolução pacífica” em todo o continente, sendo que seu êxito dependeria menos do dinheiro do governo dos Estados Unidos e mais das ações políticas dos países da América Latina.

Após afirmar que o ‘dinheiro não permite comprar o recurso mais essencial para o desenvolvimento das Américas, os patriotas, verdadeiros, livres tanto da dura indiferença das velhas classes dominantes como do apaixonado extremismo dos *soi disant intellectuais*’, Drucker apresenta um aspecto inédito da situação latino-americana, frisando: ‘Na raiz da profunda crise da América Latina, da qual Cuba de Castro é um sintoma mais que uma causa, não existe estancamento econômico, mas exatamente o contrário: as tensões e pressões do desenvolvimento econômico mais rápido do mundo’. (A REVOLUÇÃO..., 5 jul. 1961. 1º Caderno, p. 7, grifos do autor).

O artigo, extenso, segue relacionando a rapidez do desenvolvimentismo latino-americano aos problemas que enfrentava: um descompasso desajeitado entre investimento acelerado em sociedades culturalmente arcaicas, cujos governos encontraram dificuldade para distribuir regionalmente os benefícios, concentrado nas zonas urbanas as indústrias e a modernização de setores sociais.

O *Correio da Manhã* de 12 de abril de 1964 publicava, com o mesmo objetivo, artigo de W. W. Rostow intitulado “Revolução econômica enfrenta obstáculo”. Nele, Rostow apontava as dificuldades, mas também a confiança no devir sobre as possibilidades abertas pela Aliança. Washington estava otimista, dizia ele, mas o sucesso da Aliança dependia, fundamentalmente, da coragem dos investimentos privados, oriundos dos empresários *da* ou atuantes *na* região, destinados às zonas rurais. O Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso estava fazendo a sua parte, atento às distorções e erros que por ventura estivessem no horizonte, mas a Aliança para o Progresso teria “resultados limitados enquanto a iniciativa privada da América Latina continuar a encarar a pobreza da zona rural como um estorvo para

o país e não canalizar parte de sua capacidade financeira e industrial para esse mercado”. (ROSTOW, 12 abr. 1964, p. 2).<sup>304</sup>

A solução para as disfunções do capital estaria nas mãos do capital privado, e o empresariado latino-americano deveria estar disposto a realizar em seus países o que os empresários da Europa Ocidental, do Japão e dos Estados Unidos vinham realizando há tempos, “destinar parte dos seus esforços e capacidade industrial para fabricar bens de produção e de consumo para os mercados rurais”.

O programa de intercâmbio da USIA também teve o tema Aliança incluído em suas atividades. Voltado para estudantes e parlamentares, as turmas de brasileiros selecionadas pelo posto que visitaram os Estados Unidos, no período 1962-1964, receberam diversas informações sobre como o governo estadunidense vinha trabalhando pelo programa. Segundo relatório USIS Rio de Janeiro, apenas em 1962, 33 deputados federais e 3 grupos de estudantes universitários (sem mencionar número de integrantes) foram adequadamente expostos à Aliança, revertendo em opinião favorável ao programa, segundo avaliação do posto (USIA. RG 306. USIS..., 13 set. 1962).

Em seu programa de livros, a USIA procurou trabalhar pela Aliança de duas formas: 1. Adensando a publicação de temas a ela ligados, principalmente na defesa do capital privado e das tecnologias voltadas ao desenvolvimento; 2. A publicação, com finalidade política, de livros para a divulgação e propaganda do programa, reunindo informações sobre a sua formulação e seus propósitos.

Nesta última vertente, o presidente John Kennedy tornou-se a principal peça publicitária para a Aliança. Seus discursos foram publicados com tiragens altíssimas e em formatos populares. O HQ *John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos da América*, por exemplo, foi editado em cores e com tiragem inicial de 500 mil cópias, e o HQ *Aliança para o Progresso*, 300 mil cópias entre 1962 e 1963 (USIA. RG 306. CARTOON..., 9 ago. 1962).

Os livros com perfil acadêmico, voltados para intelectuais e estudantes universitários, tiveram títulos como *Progresso através da Aliança*, de Lincoln Gordon, tiragem de 10 mil cópias, e *A Aliança para o Progresso*, livro organizado por John Dreier, tiragem de 5 mil cópias (USIA. RG 306. USIA..., 28 fev. 1963).

---

304 Na ocasião, Rostow era presidente do Conselho de Política de Planejamento do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Para um grupo seletivo (sem informar qual seria e sem informar o formato das publicações), o USIS preparou uma série de textos do embaixador Lincoln Gordon em defesa da Aliança, organizada em 3 títulos, totalizando 20 mil cópias: *A livre iniciativa em Relação à Aliança para o Progresso*; *A Aliança para o Progresso: espírito e objetivos*; *Aliança para o Progresso: benefícios para o povo* (USIA. RG 306. USIS..., 13 set. 1962).

#### 5.4 A PERSPECTIVA DO “CAPITALISMO REVOLUCIONÁRIO”

Entre 1953 e 1959 a política editorial dos governos estadunidenses produziu, através da rede articulada em torno dos esforços governamentais e de organizações privadas, o total de 24 títulos sobre economia, finanças, industrialização, administração e assuntos afins somando uma tiragem aproximada de 30.500 exemplares<sup>305</sup>.

Em relatório de 13 de julho de 1954, o ICS apresentava sua lista de 450 títulos de livros já disponíveis para o programa de tradução de livros destinados ao exterior. Destes, 8 eram sobre desenvolvimento econômico e industrialização<sup>306</sup> (USIA. RG 306. A BASIC..., 13 jul. 1954).

Na sinopse avaliativa que acompanhava cada título, o livro de Canham, *Novos horizontes para a liberdade*, era considerado adequado para o programa editorial principalmente por oferecer uma “descrição do sistema americano de livre iniciativa como uma resposta ao marxismo...”. O mesmo atributo valorativo para a inclusão do livro de Korner, *The Law of freedom as the remedy for war and poverty*, considerado excelente por apresentar a “defesa

---

305 Compilando as informações disponíveis e dispersas em documentos diversos produzidos pela USIA (relatórios, memorandos, circulares, planos de ação), foi possível chegar a um número estimado de exemplares sobre economia, administração e finanças produzidos e distribuídos no Brasil entre os anos de 1953 e 1959. Entretanto, este número é aproximado, pois para muitos títulos encontrados na documentação, não encontrei informação sobre a sua tiragem.

306 “Eram eles: Canham, Erwin D. *New Frontiers for freedom*, Logmans, 1954. 115 p. [Novos horizontes para a Liberdade, Editora Ipanema,]; Adams, Walter. *The Structure of American Industry*, Mcmillan, 1950. 598p.; Clough, Shepard B. *The American way: the economic basis of our civilization*, Crowell, 1953. 246p. [O sistema americano: as bases econômicas de sua civilização. Civilização Brasileira, 1958, 3 mil exemplares]; Drucker, Peter. *The new society: the anatomy of industrial order*, Harper, 1950. 356p. [A nova sociedade: anatomia do sistema industrial, Editora Ipanema, 1957]; Hutton, David Graham. *We too can prosper: the promise of productivity*, Allen & Unwin, London, 1953. 248 p.; Korner, Emil. *The Law of freedom as the remedy for war and poverty*. Williams & Norgate, London, 1951. 2 v., 562; Mouton, Harold G. *The Dynamic Economy*, Brookings Institution, 1950. 328 p. [Economia Dinâmica, Editora Clássico-Científica, 1958, 6 mil exemplares]; Schumpeter, Joseph A. *Ten great economists*, Oxford University Press, 1951. 305 p. [Dez grandes economistas, Civilização Brasileira, 1958, 6 mil exemplares]”. **Fonte:** A Basic List of Book suitable for foreign translation, July 13, 1954. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Administration. Management Division. Policy and Programs Field Circulars 1953-1957. Entry P 114. Box 1. Folder Policy and Programs Field Circulars 1-7.



teórica da completa liberdade econômica, incluindo críticas brilhantes e devastadoras ao marxismo. Para a pós-graduação, com o equivalente de mestrado em economia”. O livro de Clough, *O sistema americano: as bases econômicas de sua civilização*, considerado “lúcido”, indicado para os níveis de graduação e pós-graduação, consistia em um conjunto de palestras proferidas pelo autor em centros intelectuais europeus, cujo propósito era “explicar à *intelligentsia* destes países a base econômica da civilização americana. Eles constituem uma pesquisa das instituições econômicas americanas e seu desenvolvimento no século passado.” Mouton, *Economia Dinâmica*, e Schumpeter, *Dez grandes economistas*, eram indicados para a pós-graduação e descritos como sofisticados, exigindo, no caso de Schumpeter, ampla formação em economia e sociologia<sup>307</sup> (USIA. RG 306. A BASIC..., 13 jul. 1954).

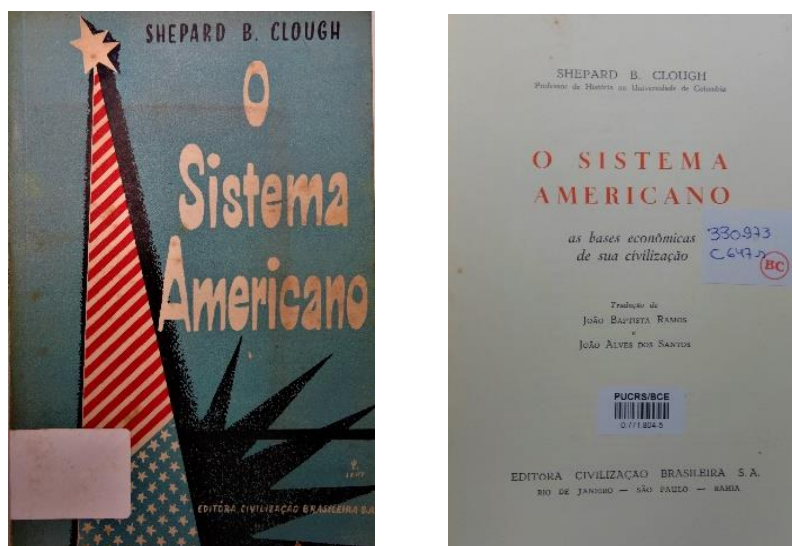


Figura 7

Os livros de Adams, *The Structure of American Industry*; Drucker, *A nova sociedade: anatomia do sistema industrial*, e Hutton, *We too can prosper: the promise of productivity*, abordavam aspectos da industrialização em sociedades capitalistas e enfatizavam que a sociedade capitalista era o ambiente adequado para o sucesso da industrialização. O livro de Adams era considerado adequado para cursos de graduação, por não ser excessivamente técnico, embora apresentasse estudos de caso de 15 indústrias. Drucker oferecia a teoria para entendimento de uma nova sociedade industrial, e seu livro seria adequado por ser

---

307 As frases entre aspas pertencem ao documento citado.

“extremamente objetivo, sem preconceitos nem para o gerenciamento nem para o trabalho. Nível universitário, com base na economia; indicado para empresários, líderes sindicais, administração industrial, estudantes de economia, indústria, finanças, sociologia e leigos inteligentes”. Já Hutton, nesta sua obra, oferecia a vantagem de reunir pesquisas realizadas por pesquisadores ingleses que se dedicaram a analisar a industrialização estadunidense em vários campos da produção e atestaram o seu “alto nível de produtividade, com recomendações para aplicá-las na Grã-Bretanha. De particular interesse e valor para qualquer nação que enfrente o problema da industrialização ou aumento da produtividade.”<sup>308</sup> (USIA. RG 306. A BASIC..., 13 jul. 1954, tradução própria).

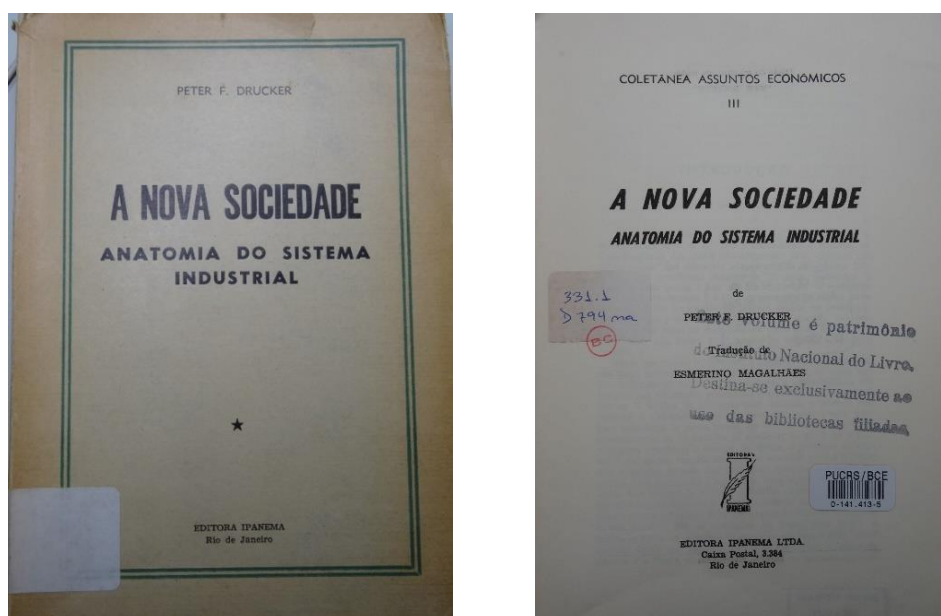


Figura 8

Em 1955, o ICS informava ao diretor da USIA que os postos USIS receberiam lista com mais de 200 novos títulos sobre diferentes áreas do conhecimento. 43 listas foram preparadas com títulos em ciências sociais, incluindo economia e ciência política e 8 listas com títulos sobre energia atômica (USIA. RG 306. MAJOR..., 29 abr. 1955).

Para o ano de 1957, o ICS planejava novas publicações para a área de economia através do Programa de Desenvolvimento do Livro (*Book Development Program*) com posterior disponibilização aos postos USIS por meio do programa de traduções (*Translation Program*): STREET, J. *Economics of Progress in Latin America*; SALVADORI, M. *Anthology on the*

308 As frases entre aspas pertencem ao documento citado.

*American Economy*; KOUSOULAS, D. *The American economic system*; GROWTH of the US economic [sem autoria indicada]. E, para 1958, KOUSOULAS, D. *Key to economic progress*<sup>309</sup> (USIA. RG 306. BOOK..., [195-]).<sup>310</sup>

Em conjunto, todos esses títulos apresetavam o capitalismo como forma superior de ordenamento social: bom para a construção de uma sociedade livre e civilizada, bom para o desenvolvimento econômico, bom para combater as ideias “falsas” do marxismo.

A escolha e a inclusão dos títulos no programa de livros tinham objetivos claramente definidos e declarados pela USIA aos seus postos USIS, e a eles cabia trabalhar pela edição e circulação de cada qual, respeitando as indicações de público-alvo.

O plano de ação do posto USIS Rio de Janeiro para o ano fiscal de 1957 relatava à USIA seus esforços em atender às exigências editoriais pré-definidas. Relacionava os títulos já publicados até então e em parceria com as editoras locais, e que tratavam das especificidades e potencialidades do capitalismo estadunidense, e as ações de divulgação (USIA. RG 306. THE COUNTRY PLAN..., 1957). Foram 11 os títulos publicados em parceria com as editoras brasileiras<sup>311</sup>, dentre eles destaque os livros de autoria de Adolf Berle Jr., *A revolução capitalista do século XX* e *A propriedade privada na economia moderna*, e de Drucker, *A nova sociedade: anatomia do sistema industrial*, pelo espaço que ocuparam nos debates travados então no Brasil.

---

309 Nos EUA, publicado pela editora Ballantine, tiragem de 26.500 cópias. **Fonte:** Book Development Program. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Public Division. Editorial Branch ca. 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 4. Folder: Book Development 1961.

310 As compras de incentivo possibilitam a publicação de livros que, por motivo de assunto ou foco, têm mercado interno insuficiente para garantir que um editor os realize de forma independente. A compra de incentivo, portanto: 1) obtém um certo número de cópias para uso do USIS; 2) coloca o livro em impressão para compra direta do editor por instituições estrangeiras; 3) disponibiliza o livro para tradução e 4) disponibiliza o livro para uso no Programa de Livro de Preços Baixos. Preço de cópia de desenvolvimento de livros também está muito abaixo do preço de compra comum. **Fonte:** Book Development Program, s.d. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Public Division. Editorial Branch ca. 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 4. Folder: Budget & Planning.

311 BERLE JR., Adolf. *The 20th Century Capitalist Revolution* [A revolução capitalista do século XX, Editora Ipanema, 1954]; BERLE JR., Adolf; MEANS, Gardiner. *The Modern Corporation and Private Property* [A propriedade privada na economia moderna, Editora Ipanema, 1957]; DRUCKER, Peter. *The New Society* [A nova sociedade: anatomia do sistema industrial, Editora Ipanema, 1957. Reedição em 1964 pela Fundo de Cultura]; CHILDS, Marquis; CARTER, Douglas. *Ethics in a Business Society* [Ética em uma sociedade mercantil, Civilização Brasileira, 1957]; CLOUGH, Shepard. *The American way: the economic basis of our civilization* [O sistema americano: as bases econômicas de sua civilização. Civilização Brasileira, 1958, 3 mil exemplares]; STEINER, George. *The Government's role in economic life* [A função do governo na vida econômica, Editora Agir, 1956]; TEAD, Ordway. *The art of Administration* [A arte da administração, Fundação Getúlio Vargas, 1957]; SCHUMPETER, Joseph. *Ten Great Economists* [10 grandes economistas, Civilização Brasileira, 1958, 6 mil cópias]; BOWEN, Howard. *Social Responsibilities of businessman* [Responsabilidades sociais do homem de negócios, Civilização Brasileira, 1957]; NURKSE, Ragnar. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries* [Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos. Civilização Brasileira, 1957]; LILIENTHAL, David. *Big business a New Era* [Grandes empreendimentos: uma nova era. Civilização Brasileira, 1957].

Em 30 de outubro de 1958, foi criada uma nova lista de livros publicados no Brasil para reforçar as ideias econômicas condizentes com os propósitos estadunidenses. Dos 24 livros publicados no ano, 2 eram relacionados à economia e desenvolvimento<sup>312</sup>.

O uso público dos títulos passava por um sofisticado mecanismo de produção de conteúdo analítico, geralmente artigos assinados e divulgados em jornais de alta circulação, em que os assuntos tratados se pautavam pela “cientificidade” ofertada pelos livros publicados pelo programa.

A série intitulada *O capitalismo democrático nos Estados Unidos*, publicada em *O Estado de S. Paulo*, entre 1957 e 1958<sup>313</sup>, atendia a este objetivo. Assinada por Paul Vanorden Shaw, brasileiro filho de estadunidenses, professor de História das Américas na Universidade de São Paulo e depois diretor do Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro, a série, ao todo 40 artigos, tratava do capitalismo estadunidense em todas as suas especificidades, combatendo as críticas e enaltecendo as conquistas, usando para isso as ideias e argumentos presentes principalmente em autores e obras que compunham o catálogo de livros do programa de tradução da USIA, como Adolf A. Berle Jr., Peter F. Drucker, David E. Lilienthal, entre outros.

O artigo de estreia da série, publicado em 27 de outubro de 1957, apresentava a tese central a ser defendida por Shaw ao longo das publicações: o capitalismo democrático dos Estados Unidos seria a verdadeira revolução do século XX, profunda e silenciosa, gerando riquezas e beneficiando a todos. Para entender o alcance revolucionário do “novo” capitalismo seria preciso estudá-lo a fundo, mas não à luz de teóricos liberais do século XIX, cuja produção analítica referia-se a um capitalismo de tipo clássico. O novo capitalismo exigiria novas teorias e novos estudos, e é exatamente isso que Shaw prometia fazer em seu conjunto de textos: apresentar as novas teorias que compreendiam as especificidades do novo capitalismo e a “revolução” que ele foi capaz de propiciar à sociedade estadunidense.

---

312 DUNLAP, H.; TUCH, H. N. *Atoms at Your service* [O átomo em ação, Zahar, 1958]; BERLE Jr., Adolf. *Tides of crisis* [O mundo entre ocidente e oriente: introdução ao estudo das relações internacionais. Fundo de Cultura, 1958]. **USIS Brazil Annual** Assessment Report for the Period October 1, 1957 to September 30, 1958. In NARA, RG 306, Information Center Service 1953-1978. Copies of Country Plans, 1952-1959. Box 2.

313 A série de artigos de artigos de Paul V. Shaw, intitulada *O capitalismo democrático nos Estados Unidos* foi publicada pelo *O Estado de S. Paulo* entre 27 de outubro de 1957 e 9 de novembro de 1958.

A. A. Berle Jr, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, professor da Universidade de Columbia e profundo conhecedor das *corporations*, as instituições axiais do *Big Business* de trinta anos atrás, e sobre os quais, em 1932, escreveu um livro, com Gardiner Means, que é tido hoje como uma obra clássica sobre o assunto, publicou em 1954 **A Revolução do Século XX**, hoje traduzido para o português. Na primeira página, onde Berle explica que pretende discorrer sobre a moderna Grande Empresa, ‘uma das mais destacadas realizações da nossa geração’, comenta que ‘inexiste estudo adequado sobre o capitalismo do século vinte’ e que este estudo se impõe para evitar que os defensores do capitalismo moderno nos Estados Unidos continuem a cortejar uma derrota certa reeditando um curioso episódio da história europeia. (SHAW, 27 out. 1957, grifo nosso).

Isto é, a defesa do “novo capitalismo”, para ser efetiva, precisava modernizar seu arcabouço teórico para além de Adam Smith ou Ricardo, “confrontar o socialismo (descrito por Karl Marx em 1870) e os sistemas comunistas estabelecidos de 1917 para cá, com resultados políticos, sociais e práticos alcançados pelo moderno capitalismo democrático norte-americano”. (SHAW, 27 out. 1957).

Shaw (1957) segue dizendo, neste artigo de estreia, que os “modernos adeptos de Marx” ao atacarem o “materialismo norte-americano”, a “civilização coca-cola”, a “diplomacia do dólar”, acabam arrastando consigo “muitos nacionalistas e patriotas sinceros em países do Mundo Livre; especialmente na ausência de defesas convincentes, tendem a acreditar nas alegações desses críticos e, consciente ou inocentemente, fazem o jogo comunista colocando-se ao lado dos antiamericanistas”. Afirma ainda que, “depois de um longo estudo de autores norte-americanos e europeus”, que ele citará em seus artigos, ficará evidente que os críticos do capitalismo estadunidense baseiam suas opiniões em “preconceitos ideológicos ou na falta de conhecimentos da atualidade norte-americana”. O capitalismo estadunidense havia se transformado em um “democrático capitalismo do povo”.

Durante a nossa leitura dos livros sobre a recente ‘revolução norte-americana’, dois parágrafos foram como que bombas verbais que estouraram no nosso ser abrindo horizontes sedutores. O primeiro foi de Peter Drucker no seu ora consagrado livro, *The New Society, The Anatomy of industrial Order*, (N.Y., 1950). Drucker, ex-professor de filosofia, agora assessor de grandes empresas, é conservador e nada esquerdista como economista. Ele escreveu: ‘A revolução mundial do nosso tempo é *Made in USA*’. Não é comunismo, fascismo, o novo nacionalismo de povos não-ocidentais ou o grito de outros ‘ismos’ que aparecem nas manchetes. [...] A segunda bomba verbal foi a de Frederick Lewis Allen, em *The Big Change – America Transforme itself*,

1900-1950, (N.Y.,1952)<sup>314</sup>. Este brilhante escritor, redator-chefe de *Harpers Magazine*, excelente revista mensal liberal e autor de vários livros sobre a vida contemporânea dos Estados Unidos, a certa altura escreveu o seguinte: ‘Tem-se notado com frequência que quando os oradores de Moscou verberam o capitalismo norte-americano e alvejam Wall Street com suas inventivas estão atrasados de duas gerações: pode-se dizer, mais precisamente, que um propagandista típico de 1950 soa exatamente como se estivesse reagindo irritado às notícias publicadas nos matutinos (dos EUA) no dia 3 de março de 1901. Naquela data havia razões para inquietações’. Foi o dia em que o czar das finanças norte-americanas, J. P. Morgan, anunciou que formara a Steel Corporation, passo que parecia pronunciar uma aberta ditadura financeira sobre os destinos do país. A reação a esta ameaça foi imediata, pois naqueles dias os maiores e mais poderosos críticos e inimigos dos capitalistas clássicos norte-americanos eram norte-americanos, publicistas, estadistas, professores e presidente como Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson, Howard Taft. Se os defensores hodiernos do capitalismo reformado dos Estados Unidos se expõem a derrotas na guerra-fria por empregarem armas obsoletas, os comunistas e outros que atacam o ‘capitalismo reacionário e imperialista’ norte-americano estultificam-se atirando num alvo que o povo norte-americano rasgou e queimou. (SHAW, 27 out. 1957).

O tema da revolução capitalista é retomado e examinado à luz do livro de Berle, *A revolução capitalista do século XX*, no artigo de 24 de novembro. Em linhas gerais, o artigo sintetiza os argumentos elaborados pelo autor no livro em questão: a revolução do capitalismo estadunidense está no poder das grandes corporações e de seu papel modernizador das sociedades, o que leva à produção de riquezas que o sistema se encarrega de distribuir às pessoas, já que são elas que o controlam. Ancorado em Berle, diz Shaw que “a revolução também deu ao povo norte-americano um grande poderio econômico e político, determinativo e restritivo, pois na qualidade de ‘Suas Excelências’, os Consumidores constituem um verdadeiro **deus ex machine** (negrito no original) que compõem e controlam o mercado de que depende a indústria.

Retomando o mesmo tema em artigo de 9 de fevereiro de 1958, Shaw utiliza, além de Berle, Drucker e Burnham:

Talvez não seja por acaso que entre as maiores autoridades consultadas ou contratadas como assessores por algumas das maiores empresas modernas, figurem dois professores de filosofia, precisamente Peter Drucker e James Burnham. Berle percebe sinais de que outros líderes do ‘Big Business’ já estão se compenetrando de que terão que entrar no campo filosófico para escolher o tipo de civilização que desejam apoiar e ajudar a construir: **se uma forma de totalitarismo, de socialismo, de estatismo nacionalista ou socialista, ou**

---

314 A grande transformação, publicado pela Livraria Clássica Brasileira, 1953.

**uma democracia capitalista. Ninguém duvida de que escolherão o *American democratic way of life*. O problema é fazê-los escolher agora, quando ainda há tempo para isso.** (SHAW, 9 fev. 1958, grifo nosso).

O gigantismo de corporações é assunto retomado em outro artigo, em que a defesa das grandes empresas se justifica no reconhecimento de suas reais possibilidades de crescimento e geração de riquezas, em níveis que só as grandes podem oferecer. Combinando as ideias de Drucker, Lilienthal e Berle, Shaw defende que o perigo para o capitalismo não estaria nas grandes corporações, mas nas pequenas, pois seriam frágeis para sustentar a “saúde da ordem industrial” necessária para a produção de bem-estar social.

*The danger is too little a business*, diz Drucker, isto é, o perigo consiste em que as empresas sejam pequenas demais para poderem renovar constantemente as suas células. No seu entender, tanto a saúde da ordem industrial como o bem-estar social dependem da capacidade de renovação de tecidos e células que a grande riqueza das empresas lhes permite fazer. (SHAW, 16 fev. 1958).

Da defesa do “gigantismo” das corporações, Shaw passa à defesa do capital internacionalizado, ponto nevrálgico para os debates desenvolvimentistas travados no Brasil à época. Os artigos de 24 e 31 de agosto de 1958 tratam, respectivamente, da “projeção internacional do capitalismo democrático” e do “melindroso duelo que se trava entre as estruturas econômicas e políticas”, como indicam seus títulos. No primeiro, afirma que os principais opositores do capitalismo estadunidense são os capitalistas praticantes de um capitalismo clássico, atrasado, que temem e rejeitam a concorrência estadunidense. “Esses, por se regerem pelos dogmas do liberalismo do século XIX, ou por inveja, temor ou ganância, vêm-se demonstrando tão hostis ao *american way of life* quanto os russos”, afirmava Shaw, o que seria um entrave problemático e perigoso ao progresso que as empresas poderiam oferecer às sociedades.

O problema é sério para todos os capitalistas porque uma das suas características é o gigantismo, absoluto ou relativo, que obriga as suas grandes empresas a se expandirem. As empresas capitalistas têm, como já dissemos, uma fome insaciável de novos consumidores e de fontes de matérias-primas; fome que somente pode ser saciada no exterior. (SHAW, 24 ago. 1958).

Novamente Berle Jr. é utilizado para “refletir” sobre esses impasses: em seu livro, diz Shaw, ele demonstra como há (havia) diversas formas de capitalismo em operação em vários países “amigos”, e que em geral estas outras formas, por seus padrões menos sofisticados, divergem e atacam o padrão elevado e democrático do capitalismo estadunidense. Do conflito, estabelece-se o obstáculo para o aprimoramento de todo o sistema.

Já no “melindroso duelo que se trava entre as estruturas econômicas e políticas”, Shaw avança na questão, tratando justamente da “difícil” relação entre os “diferentes capitalismos” praticados pelos países parceiros e a suas respectivas travas políticas:

No seu livro ‘A revolução capitalista do século XX’, A.A. Berle Jr. focaliza, com extraordinária lucidez, a existência de uma dicotomia desconcertante na estrutura tradicional das relações internacionais que está sendo agravada pela revolução capitalista. A existência de um capitalismo internacional, como vimos na última crônica, virtualmente internacionalizou a estrutural econômica do mundo enquanto a estrutura política permanece nacionalizada, ou baseada em estados-nacionais soberanos, circunstância, que gera seríssimos problemas e dificuldades, tanto de ordem prática como política e econômica. O atrito entre as duas estruturas é inevitável e é acentuado pelo fato de que ao redor do estado-nacional soberano os patriotas e nacionalistas ergueram barreiras de emoções e intangibilidades que impedem ou adiam, às mais das vezes, as soluções frias e de bom senso que seriam, normalmente, ditadas pela superestrutura econômica internacional. (SHAW, 31 ago. 1958).

A solução – continua ele na argumentação embasada por Berle Jr. – está na liberdade de agir das grandes empresas, que adquiriram sofisticação na gerência e na organização, estabelecendo acordos entre si e visando o bem geral. A concorrência capitalista do período clássico cedeu lugar a uma cooperação entre empresas de grande porte que visam o equilíbrio político entre nações e o bem-estar de todos os povos. Os organismos internacionais multilaterais, como ONU, OEA e OTAN seriam instituições políticas melhor capacitadas que os estados-soberanos no que diz respeito às relações internacionais.

Muitos leigos e muitos dos que atacam violentamente os ‘trustes internacionais’, tanto norte-americanos como europeus, nunca examinaram o problema através deste prisma e deste ponto de vista, nunca souberam que, se há uma certa estabilidade no mundo, um mínimo de ordem e de normalidade nas relações internacionais, isto se deve em parte, e, talvez, em boa parte, às grandes empresas cujas ligações e ramificações internacionais obrigam-nas a pensar e agir como estadistas e a procurar meios de cooperar e concorrer umas com as outras, dentro de normas civilizadas e pacíficas. Isto não significa que tenham resolvido todos os problemas referentes às suas relações exteriores, citemos Berle mais uma vez: ‘Se as grandes empresas americanas, britânicas,



francesas, alemãs, japonesas, canadenses, brasileiras e sul-africanas ainda não conseguiram a solução dos problemas da vida internacional, pelo menos podem reivindicar o mérito de se terem mantido à altura do problema e talvez de terem conseguido em relação aos mesmos, e dentro de seu setor específico, adiantar-se um pouco'. (SHAW, 31 ago. 1958).

No artigo de 14 de setembro de 1958, Shaw toca na principal questão em disputa sobre o desenvolvimentismo brasileiro à época: a relação entre o capital estadunidense e o nacionalismo. Aqui, o embasamento teórico é retirado de artigo publicado na revista *Fortune*, “A migração de Capital Norte-Americano”, assinado por Charles E. Silberman e Lawrence Mayer. A argumentação é simples: o capitalismo estadunidense é a garantia para que países atrasados alcancem o seu pleno desenvolvimento. O capital estadunidense seria parceiro...

[...] na luta contra o subdesenvolvimento de nações e regiões e colaborador na batalha em prol de padrões de vida mais elevados. Num ‘mundo só’, a guerra, o subdesenvolvimento e a miséria humana são os inimigos de sua sobrevivência como método livre de existência econômica. (SHAW, 14 set. 1958).

O capitalismo estadunidense teria mudado, não seria mais do tipo clássico, predatório e explorador. Isso ficara para trás. As grandes empresas estadunidenses operariam pelo bem-estar, e seu poderio econômico não produziria interferência política e nem militar em prol de sua supremacia econômica. O capitalismo democrático não ofereceria tantos perigos como outrora oferecera o capitalismo clássico, mesmo realizando uma vultosa exportação de capital. E, ao mínimo perigo, caso houvesse, a sociedade estadunidense agiria como um freio, interferindo na política externa de seu país em defesa da garantia dos direitos de todos os povos. Nos países a receberem o fluxo de capital estadunidense, freios como o nacionalismo e os monopólios estatais poderiam ser positivamente acionados, não para barrar as grandes empresas, mas para negociar projetos em comum.

Até certo ponto o nacionalismo, os monopólios estatais e outras medidas de defesa da independência econômica de nações receptoras de capitais norte-americanos, podem ser interpretadas (quando não desvirtuadas por Moscou e CIA) como freios democráticos aplicados aos gigantes estrangeiros. E quando se somam os esforços das duas forças, uma agindo dentro do país e a outra fora, ver-se-á que os gigantes enfrentam uma coligação invencível. (SHAW, 14 set. 1958).

À defesa do capitalismo, somou-se, no conjunto dos 40 artigos publicados por Shaw, entre 1957 e 1958, a descrição da melhora de vida da classe trabalhadora - do aumento da renda ao conforto e da facilidade em consumir da classe trabalhadora estadunidense, classificada como “a nova classe média” - do papel pacificador dos sindicatos, agindo em conjunto com a classe patronal em prol de uma sociedade harmônica, do papel da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, do sistema educacional e do modo de ser – o *american way of life* - que só o capitalismo democrático dos Estados Unidos foi capaz de oferecer em toda a história do desenvolvimento humano, sempre tendo por embasamento teórico os autores estadunidenses, em especial - e os mais citados - aqueles que compuseram o programa de tradução de livros da USIA.

Operando em uma sintonia fina entre opinião e teoria intencionalmente escolhida, Shaw fazia a defesa do capitalismo estadunidense diante de um leitor submetido aos debates sobre os caminhos do desenvolvimentismo brasileiro, diariamente travados via imprensa nacional, usando livros e dados, buscando apresentar-se como uma interpretação fidedigna porque apoiada na “ciência”.

O leitor de *O Estado de S. Paulo*, naqueles dias entre 1957 e 1958, encontraria outras fontes de *cientificidade* além dos artigos de Shaw. O Suplemento Comercial e Industrial publicava, em 25 de abril de 1957, extenso artigo assinado por Ira Wolfert intitulado *Como funciona a automatização*, ancorado em artigo de Peter Drucker.

O artigo, de página inteira, fazia a defesa da automação dos processos de produção que ocorriam nos Estados Unidos. O tom é de esclarecimento e de tranquilização: esclarecimento sobre a automação dos processos de produção como um fato inevitável, sinais imutáveis dos novos tempos, mas tranquilizador porque isso não afetaria a oferta de empregos. Drucker acionado para dar a compreensão adequada destes novos tempos:

Peter F. Drucker salienta que dentro dos próximos dez anos a população americana provavelmente aumentará 20 por cento, mas a população disponível para o trabalho aumentará somente seis por cento, devido ao fato de existir uma maior proporção de homens e mulheres acima ou abaixo da idade para o trabalho e um grande aumento na frequência dos estabelecimentos de ensino. Para atender as necessidades de cerca de mais de 30.000.000 de pessoas, a indústria deve produzir uma quantidade de mercadorias muito maior. A única forma de se conseguir isto, à vista do tamanho provável da força trabalhadora disponível, é aumentar a produtividade por trabalhador. (WOLFERT, 25 abr. 1957. Suplemento Comercial e Industrial, p. 60).

Poucos anos antes, em 1953, o leitor de *O Estado de S. Paulo* fora cuidadosamente apresentado a Peter Drucker e à sua teoria sobre a nova era, iniciando o processo de familiarização do autor e suas ideias com o grande público. Tratava-se de noticiar e, mais importante, minuciosamente apresentar o conteúdo de uma série de palestras que o autor proferiu em Roma, “a convite de entidades culturais italianas, a fim de estabelecer contato com homens de negócio da Península e, assim, criar um intercâmbio útil de ideias e informações a respeito das atividades da produção”. A matéria é extensa e não assinada. Disseca os temas e os argumentos desenvolvidos nas palestras, além de informar a competência do palestrante: professor da Escola de Negócios da Universidade de Nova York e autor de trabalhos sobre a nova sociedade e sua nova economia, e o pensamento político estadunidense. Nota-se o esforço em publicizar as ideias do autor antes mesmo da publicação de seu livro, “*A nova sociedade...*” no Brasil, sintetizando os argumentos e dando-lhes o *status* de uma teoria avançada de compreensão dos “novos tempos”. Dizia o artigo: 1. a verdadeira revolução dos nossos tempos é a expressão da industrialização em escala mundial, depois da primeira guerra mundial; 2. a revolução se baseia no novo princípio social, a produção em massa; 3. a revolução social leva à existência da nova instituição: a moderna empresa industrial; 4. esta nova instituição produziu novos organismos: os sindicatos patronais e dos trabalhadores; 5. sendo a empresa a nova instituição básica da economia, o lucro adquire novo significado: é de parte dele que a empresa poderá atender aos seus deveres para com a sociedade; 6. o que define a produção é a capacidade humana disponível e as possibilidades de direção dessa capacidade humana; 7. a sociedade industrial depende do sindicato e sua direção não pode ser uma legítima função de autoridade; 8. deve haver um convívio harmônico entre sindicato do trabalhador e empresa, e o empregado deve exigir essa condição a fim de ser leal aos dois, figuras centrais na sociedade industrial; 9. a empresa é o local onde o empregado desenvolve sua sociabilidade, por nela passar a maior parte de seu tempo; 10. por sua vez, a empresa deve considerar seus empregados como cidadãos, e oferecer a eles adequadas oportunidades de expansão de responsabilidades de autogoverno; 11. “a empresa é uma forma basilar de autogoverno que caracteriza a sociedade moderna”; 12. uma sociedade moderna não poderá existir se os interesses da empresa entrar em choque com os interesses da sociedade. “Em suma, a sociedade industrial não será uma sociedade de anjos, mas nela será possível a paz social, proporcionando iguais oportunidades a todos e harmonizando o esforço individual e o esforço coletivo.”

Esse esforço de popularização dos autores incluídos pela USIA em seu programa editorial e editados no Brasil, obviamente espalhava-se pelas principais capitais através de seus respectivos jornais e revistas, como demonstrado no capítulo 3, e podemos encontrar trabalho similar ao realizado pelo *O Estado de S. Paulo* em jornais e revistas do Rio de Janeiro, à mesma época, ou em impressos de circulação nacional.

Geraldo de Freitas, em sua coluna “No mundo dos livros” na revista *O Cruzeiro*, assim destacava o livro *A Nova Sociedade*, de Drucker, em 1954:

Muitos são os estudos sobre a chamada crise do nosso tempo. A revolução que vem abalando o mundo no último século é atribuída à produção em série, infundável, para esmagar os concorrentes e dominar os mercados, sem outra finalidade a não ser o lucro. Os países sem tradição industrial sucumbem diante dessa monstruosa ofensiva e arrastam em suas ruínas os próprios países donos das máquinas que produzem em massa. Peter F. Drucker, em *A Nova Sociedade*, focaliza esse grande problema e sugere os caminhos para sua solução. Uma nova ordem, perfeita e pacífica, é o que ele encaminha à consideração dos leitores, como contribuição a um final entendimento entre os povos. (FREITAS, 30 out. 1954, p. 46).

Luiz Alberto Bahia publicava, no *Correio da Manhã*, resenha sobre o livro de Adolf Berle Jr., *Revolução capitalista do século XX*, 1 ano antes de sua tradução para o português. Em um tom um pouco menos entusiasmado que o desenvolvido por Shaw em seus artigos em *O Estado de S. Paulo*, Bahia (14 jul. 1956) oferece uma resenha também receptiva ao livro. Apresenta as principais ideias do autor, contextualiza, contesta e fecha o texto afirmando que este e muitos outros livros deverão ser escritos sobre o tema, pois “a importância da transformação por que passa a economia americana justifica que sobre o fenômeno se escrevam mais livros como de Adolf A. Berle Júnior”. O parágrafo de abertura da resenha dá o tom positivo necessário ao convite à leitura do livro, assim como informa sobre outros títulos de possível interesse do leitor:

Adolf A. Berle Jr. define o seu mais recente livro ‘The 20th Century Capitalist Revolution’ como estudo de um aspecto do capitalismo revolucionário da metade do século – a moderna ‘corporação’ industrial. O livro é importante adendo ao já clássico ‘The Modern Corporation and Private Property’, de Berle e Means, infelizmente não traduzido em português, que influenciou fortemente não só sobre direito moderno americano, como na obra de James Burham – ‘The Managerial Revolution’, Erich Fromm – ‘The Sane Society’ – e outros psicólogos baseiam-se no clássico de Berle ao analisarem a alienação do homem na sociedade capitalista americana do século XX. ‘The

20th Century Capitalist Revolution’ é mais um ensaio do que um tratado. Mas seu valor é inestimável, tão estimulante se revela, tantas são as perguntas que sugere e não chega, por suas proporções, a responder<sup>315</sup>. (BAHIA, 14 jul. 1956, p. 8).

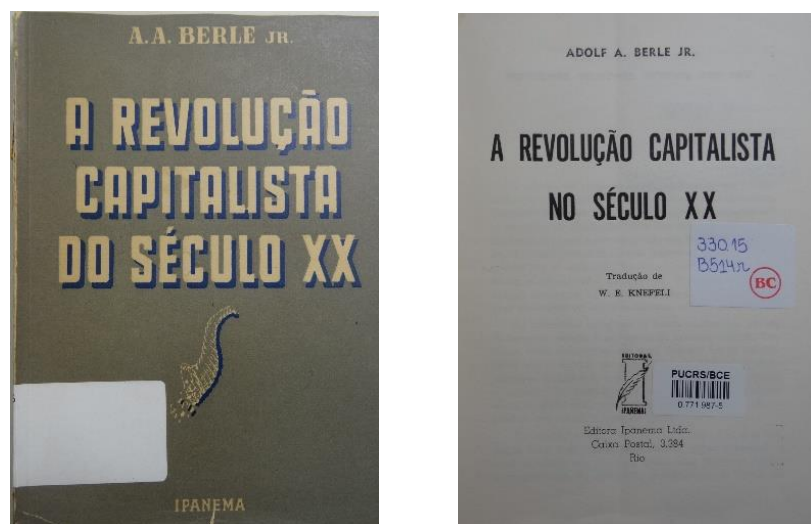


Figura 9

A notícia sobre a publicação do livro *A revolução capitalista do século XX* saiu em *O Globo* um ano após a resenha positiva de Bahia em *O Correio da Manhã*, em uma notinha discreta, sem atrativos, em sessão sobre livros do periódico, chamada Porta de Livraria, contrastando com a dedicação da resenha e das citações de Shaw em *O Estado de S. Paulo*.

No ano seguinte, 1958, começaram a surgir os trabalhos de divulgação de outro livro de Berle Jr., *O Mundo entre o ocidente e o oriente*. “Um lançamento da Editora Fundo de Cultura que prevê e explica a atual crise no Oriente, a política norte-americana e a futura situação do Brasil”<sup>316</sup>. A “futura situação do Brasil” é explorada em uma série de crônicas assinadas por Pimentel Gomes, entre 1958 e 1959, no *Correio da Manhã*. A partir deste livro de Berle Jr., no qual o Brasil é tratado como uma grande potência em formação, Pimentel Gomes faz a defesa do desenvolvimento nacional, exaltando os feitos já realizados pelo governo Juscelino Kubitschek. A primeira crônica foi publicada três dias após a notícia sobre o lançamento do livro, sob o título *O Brasil no mundo*, e trata exatamente da posição do Brasil como potência a

315 Quando esta resenha foi publicada, os dois livros de autoria de Berle Jr., que Bahia cita e lamenta não haver tradução em português, estavam precisamente em trâmite de publicação.

316 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1958, 1º Caderno, p. 4. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

se constituir como tal em um curto espaço de tempo, dada a velocidade de seu desenvolvimento industrial, desde que, *e se*, devidamente conduzido (GOMES, 20 ago. 1958, p. 2). Os temas das crônicas, citando Berle Jr. e alguns outros autores estadunidenses, tratam da siderurgia, da fabricação de carros, fabricação e exportação de maquinários, sempre afirmando a riqueza das enormes reservas naturais, a enorme extensão territorial e a vocação do país para atingir o pleno desenvolvimento. O tom é ufanista e as entrelinhas apontam para o financiamento privado como condição adequada para o alcance da economia-potência.

#### 5.4.1 A modernização conservadora como solução

Em um contexto em que as teorias cepalinas entravam em crise e que as correntes liberais do pensamento econômico encontravam maior espaço para difusão de seus modelos, agora potencializados pelo quadro teórico da Teoria da Modernização, a política editorial sob coordenação da Aliança para o Progresso ganhou reforços financeiros e operacionais para a produção de livros para a América Latina<sup>317</sup>.

Entre 1960 e 1968, as agências USIA/USAID produziram, juntas, 47 títulos e 247.000 exemplares sobre economia e assuntos relacionados ao desenvolvimento. Esta cifra representa 710% de exemplares a mais que a produção registrada no período entre 1953 e 1959.

O aumento de livros sobre economia em circulação no Brasil foi assunto da *Porta de Livraria*, coluna sobre livros de *O Globo*. Antonio Olinto, responsável pela coluna, publicou duas matérias sobre o assunto, em 1961, sob o título *Livros de Economia*. Dizia ele que “diante do surto de edições de livros especializados em assuntos econômicos havido no Brasil nos últimos três anos, é importante que, apesar da necessidade que essa bibliografia aumente,

---

<sup>317</sup> Dois eventos de fortalecimento das ideias liberais marcaram o início da década de 1960: a **Conferência sobre Tensões do Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental**, em agosto de 1962, e o **Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base**, em janeiro de 1963. A **Conferência sobre Tensões do Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental**, organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e realizada na Universidade da Bahia, Salvador, teve por objetivo discutir estratégias para o desenvolvimento na América Latina. O *staff* dos Estados Unidos era composto por 19 pessoas, “o maior do evento”, cujo teor basicamente foi “a defesa da entrada de capitais privados, tratando a questão como problema de primeira ordem para o sucesso da Aliança e do desenvolvimento das nações em desenvolvimento” (GONÇALVES, 2016, p. 142-143, 147). Destaque para a participação de Lincoln Gordon (embaixador do Brasil) e David Rockefeller (presidente do *Chase Manhattan Bank* e membro do COMAP). O **Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base**, organizado e realizado pelo IPÊS, tinha por objetivo conformar um programa de modernização econômica que atendesse aos interesses do capital ao mesmo tempo em que restringisse os avanços sociais (DREIFUSS, 2006, p. 249). O evento levou à votação dos 250 delegados ali reunidos, um programa de desenvolvimento que fosse base para um possível governo alternativo ao governo Goulart. Foram fechadas propostas para “reformas estruturais e institucionais para um novo modelo de desenvolvimento econômico e de Estado” (BRISO NETO, 2008, p. 14).

façamos um balanço do que já possuímos”, (OLINTO, 30 out. 1961, p. 12) já que estudiosos do assunto pediam à coluna “informações pormenorizadas sobre livros de Economia”. Dizia ele, ainda, que as editoras Zahar e Fundo de Cultura vinham se destacando na atenção dedicada a este assunto, e que atendiam, principalmente “às necessidades que nossos cursos universitários têm de manuais”.

Até 1955, tínhamos, na maioria dos casos, de usar ‘text-books’ em inglês. As traduções aqui havidas recentemente como que democratizaram a cultura econômica entre nós. A relação anterior era de livros publicados pela Editora Fundo de Cultura. A de hoje refere-se a Zahar Editores, uma organização que também se dedica, com seriedade, ao lançamento de livros importantes na formação de uma cultura média para o povo. (OLINTO, 8 nov. 1961, p. 2).

O aumento na tradução de títulos de economia ao qual se refere o colunista corresponde aos esforços das Agências, no Brasil.

Em mensagem enviada aos principais postos USIS da América Latina em fins de 1962, a USIA orientava sobre a necessidade de aumentar o programa de livro nos países latino-americanos e informava sobre reforço de orçamento para o ano de 1963, devidamente aprovado pelo Congresso.

“Os objetivos da Política dos EUA no Brasil, conforme citados no *country plan*, podem e estão sendo implementados pelos livros que estamos patrocinando no Brasil”, dizia em relatório o posto USIS Rio a Washington, em janeiro de 1963, ao reportar o seu desempenho no país ao longo do ano anterior, e finalizava afirmando estar apto a aumentar o programa de livros conforme instrução, aguardando apenas “financiamento adequado para viabilizar o programa de tradução ampliado que planejamos”. (USIA. RG 306. BOOK TRANLATION..., 3 jan. 1963).

Uma série de livros sobre economia (Galbraith: Desenvolvimento Econômico em Perspectiva), assuntos políticos (discursos do Presidente Kennedy), relações internacionais (Dag Hammarskjold e Diplomacia da Crise; Berlim, Pivô do Destino Alemão) e história (Uma nova história dos Estados Unidos; Perfis em Coragem) enfatizam a eficácia do pensamento e procedimento democrático no enfrentamento dos problemas socioeconômicos pelas nações

emergentes<sup>318</sup>. (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 3 jan. 1963, tradução própria).

Em documento enviado à USIA, em dezembro de 1962, o posto USIS Rio preocupava-se em demonstrar a efetividade das ações desempenhadas no campo editorial brasileiro com a ajuda da editora Fundo de Cultura. Além dos habituais dados que aparecem nos relatórios preparados pelo posto, como número de títulos publicados, tiragem e valores pagos, este relatório traz informações sobre o que seriam as atividades que ampliariam o alcance dos livros publicados. Trazia, também, as sugestões que a editora dava ao Posto, para que resultasse em ajustes no programa.

Das afirmações sobre alcance, dizia que 14 dos 31 livros subsidiados naquele ano foram recomendados como livros didáticos ou como leitura complementar em universidades brasileiras, e que isso representaria, segundo a análise da editora - e na qual o posto se ancorava -, uma penetração significativa nas universidades, pois havia carência de livros para o público universitário, e, sem o subsídio da USIA, muitos sequer teriam sido publicados no Brasil (afirmação da editora, retransmitida pelo posto). A editora fazia outras afirmações: autores estadunidenses ganhavam espaço e importância sobre autores franceses, italianos, alemães, apesar da oposição de intelectuais brasileiros de esquerda e de antigos professores, e que o “primado americano pode ser assegurado com várias centenas de traduções emitidas durante os próximos dois ou três anos”.<sup>319</sup> (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 26 dez. 1962).

As sugestões de ação que a Fundo oferecia à USIA diziam respeito, entre outras, ao aumento da publicação de títulos voltados ao público universitário e aos profissionais liberais, como economistas, advogados, professores: “A tradução desses livros para o português abriria um mercado mais amplo e lucrativo”.

---

318 “A number of books on economics (Galbraith: *Economic Development in Perspective*), political affairs (President Kennedy’s speeches), international relations (Dag Hammarskjold and *Crisis Diplomacy and Berlin, Pivot of Ferman Destiny*), and history (*A new History of the United States; Profiles in Courage*) stress the efficacy of democratic thought and procedure in coping with the socio-economic problems facing emergent nations”. **Fonte:** Book Translation Program Office – Assessment Report, January 3, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

319 O relatório não traz dados ou fontes de dados para as afirmações da editora, reportadas no documento. **Fonte:** Book Translation Program. Summary of USIS Program with Editora Fundo de Cultura, December 26, 1962. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.



A evidência para estas afirmações seria que dos 31 títulos publicados pela Fundo de Cultura, 3 sobre economia já haviam se esgotado: *O mundo entre o Ocidente e Oriente (Tides of crisis)*, de Adolf Berle Jr., *Capitalismo americano (American capitalism)*, de Louis Hacker, e *Consequências econômicas da automação (The economic consequences of automation)*, de Paul Einzing.

O relatório chega ao fim com uma importante conclusão sobre a importância do programa para os objetivos traçados:

O que nossos livros realizam no Brasil? Embora o efeito total de nosso programa não possa ser medido com precisão, **o Fundo de Cultura observa** que os objetivos para os quais está se dirigindo são: o presente, a formação de mentalidades democráticas e a formação de pessoas capazes de realizar pesquisas efetivas nas ciências sociais. **Para o futuro: a reforma dos programas de ensino e a universidade brasileira; a reestruturação da política brasileira; a interpretação da estrutura social e dos fenômenos, uma influência que durará muitos anos**<sup>320</sup>. (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 26 dez. 1962, tradução própria, grifo nosso).

Em outras palavras, apostavam na possibilidade de, através dos livros e das ações a eles relacionadas, moldar uma compreensão específica sobre a realidade e os fenômenos sociais, funcionais a uma dada estrutura de poder.

Em março de 1963, o relatório USIS Rio de Janeiro informava os títulos sobre economia já contratados para publicação e que estariam disponibilizados ao público leitor em poucos meses. Eram 4 títulos que, juntos, somavam 21 mil exemplares.<sup>321</sup>

Entre os anos de 1960 e 1968, todos os títulos considerados prioritários pela USIA na área de economia e desenvolvimento foram publicados no Brasil, com tiragens entre 5 e 10 mil exemplares, com destaque para *Padrões de desenvolvimento econômico: a experiência norte-*

---

320 Notar que a análise é fornecida pela editora Fundo de Cultura e repassada pelo posto USIS. **Fonte:** Book Translation Program. Summary of USIS Program with Editora Fundo de Cultura. *In:* NARA, RG 306, Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Information Center Service/Publications Division/Translation Branch. BOX 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

321 Pela Fundo de Cultura: TAYLOR, Overton. *History of Economic Thought*. McGraw. 5 mil cópias. LAUTERBACH, Albert. *Man, motives and Money*. Cornell. 5 mil cópias. (S/A) *Capital funds in underdeveloped countries*. St. Martins Press. 5 mil cópias. Pela editora Pioneira: BRYCE, Murray. *Industrial Development*. McGraw. 6 mil cópias. **Fonte:** ICS Book Translation Program. New contracts made with Brazilian publishers, March 18, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

*americana*, de James Calderwood e Harold Bienvenu, 10 mil exemplares, editado pela Fundo de Cultura, 1965<sup>322</sup>.

A USAID, em seu trabalho inicial no Brasil, contou com a ajuda e experiência da USIA no que se refere à produção e distribuição de conteúdo, fornecendo direitos autorais e trânsito na rede de produtores e distribuidores, além da parceria operacional com o *Franklin Book Programs*, seu principal operador no mercado editorial brasileiro a partir de então, como demonstrado no capítulo 3.

No que se refere ao tema sobre economia, a USAID informava, já em 1963, completar a primeira parte de uma extensa bibliografia sobre desenvolvimento planejado e que seria distribuída para o conjunto de países da América Latina, fruto dessa parceria inicial. Destaque para livro *O impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras*, de RICHERS *et. al*, uma produção local perfeitamente condizente com a política editorial das agências estadunidenses<sup>323</sup>.

No mesmo ano de 1963, correspondência trocada entre o coordenador da USAID na América Latina, James Asper, e o coordenador do *Franklin Book Programs* para a América Latina, Wilbur Kenerr, Asper declarava seu entusiasmo pelo progresso que considerava estar alcançando na produção e distribuição de livros sobre desenvolvimento econômico e social no Brasil.

---

322 Este título foi uma encomenda da USIS aos autores, foi traduzido para o português e classificado como prioridade. Os outros títulos a destacar são: *Capitalismo americano, sua promessa e realizações*, de Louis Morton Hacker, 3 mil exemplares, Fundo de Cultura, 1962; *Sistemas econômicos: análise comparativa* de George N. Halm, 4250 exemplares, Fundo de Cultura, 1965; *ABC do desenvolvimento econômico*, de Robert J. Alexander, 5 mil exemplares, Fundo de Cultura, 1965. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Circulars Relating to Latin America, 1962-1968. Entry 437. NND 50666 / 53984. Box 2, Folder USIA Circulars - December 1962.

323 Os demais títulos citados no documento são: *Administration and the nursing services*, de Herman Finder, *Land tenure, industrialization and social stability: experience and progress in Asia*, de Walter Froelich, *Macroeconomic Theory*, de ACKLEY, *PRIMER OF ECONOMIC DEVELOPMENT*, de Robert J. Alexander, *Design for decision*, de Irwin D. J. Bross; *Labor*, de Chamberlain; *Principles of life science*, de Lawrence Dillon, *MEANING OF MODERN BUSINESS*, de Eels, *Thermodynamics*, de FAIRES, *AGRICULTURAL POLICY UNDER ECONOMIC DEVELOPMENT*, de Heady; *Introduction to business finance*, de HOWARD; UPTON; *Basic Business Finance*, de HUNT; DONALDSON; *Survey design and analysis*, de HYMAN; *Principles and problems of modern economics*, de KOIVISTO; *Planejamento Financeiro para melhores lucros*, de MANAGEMENT Center do Brasil; *Reader in bureaucracy*, de MERTON et al; *PARTNERS IN PRODUCTION*, de Nunn; *Tropical and subtropical agriculture*, de OCHSE AT ALL; *PUBLIC ADMINISTRATION*, de John Pfiffner; *The public interest*, de SCHUMPETER; *The future of underdeveloped countries: political implication of economic development*, de STALEY, Eugene, Fundo de Cultura, 1961; *Management for better living*, de STARR; *The design of development*, de TINBERGEN, Jan, 5 mil cópias, FGV, 1964. **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

Durante a sua próxima visita, tenho a certeza de que teremos feito progressos consideráveis. A Missão está a inundar-nos com pedidos, particularmente para materiais em português no vasto campo do desenvolvimento planeado, desenvolvimento econômico e social. Estamos fazendo um progresso considerável na divulgação deste material, seja através de editores comerciais ou entidades acadêmicas, como a Fundação [Getúlio] Vargas e a Escola de Ciências Sociais e Política em São Paulo<sup>324</sup>.

De fato, a presença da USAID na edição de livros no Brasil – e América Latina como um todo - só cresceu a partir de então, com protagonismo especialmente nas áreas de ciências humanas aplicadas (Administração, Administração Pública, Finanças, Contabilidade), de ciências biológicas, saúde e educação.

Em síntese, os títulos publicados no Brasil a partir de 1960 abordavam o subdesenvolvimento e as etapas de transição de economias tradicionais para as de consumo de massas, a modernização do sistema financeiro, o controle inflacionário, as finanças públicas, a política econômica externa e o fluxo de capital, revelando ser a escolha dos títulos realizada de acordo com a “missão” das Agências em interferir na formulação de políticas econômicas para o país.

O espaço de debate público privilegiado pela USIA continuou a ser a imprensa<sup>325</sup>, onde buscavam abrir espaço às novas teorias sobre subdesenvolvimento e assim ligá-las aos debates então travados sob o guarda-chuva da Aliança para o Progresso.

As visitas de dois intelectuais estadunidenses para conferências sobre economia, no Brasil, enquadraram-se neste trabalho de divulgação. Tratava-se de James Calderwood e Walter Lipmann.

Professor da Universidade da Califórnia, Calderwood proferiu uma série de palestras sobre os aspectos da economia estadunidense na Faculdade de Economia do Brasil, no Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã* deu destaque ao evento em um artigo de considerável tamanho, publicado em 4 de setembro de 1960. (ANÁLISE..., 4 set. 1960. 6º caderno). Dizia o artigo que os Estados Unidos eram tão preocupados com desenvolvimento econômico quanto os seus

---

324 “During your next visit I am sure you will find that we have made considerable progress. The Mission is flooding us with requests, particularly for Portuguese materials in the broad field of development planning, economic and social development. We are making considerable progress in getting this material in print either through commercial publishers or academic entities such as the Vargas Foundation and the School of Social and Political Science in São Paulo”. **Fonte:** Princeton University. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Franklin Book Program Collection. AID Brazil 1962-1973. Box 60, Folder 4.

325 Não é possível saber se os artigos e as matérias localizados e aqui analisados guardam relação direta com a USIA, como encomenda de conteúdo ou compra de espaço nos jornais, tal qual verificado no período anterior, por não ter sido localizada documentação sobre. Entretanto, é possível apontar o vínculo ideológico que os une: artigos e matérias em periódicos com os títulos publicados pela USIA no Brasil.

vizinhos latino-americanos, e que pretendiam mostrar ao mundo que o desenvolvimento rápido e o conseqüente aumento de produção pode se dar em regime capitalista, destarte a crença em contrário propagada pela União Soviética e o seu modelo de Estado centralizador dos processos produtivos. Esta palestra deu-se anos antes da primeira edição brasileira de sua obra *Padrões de desenvolvimento econômico*, lançada pela Fundo de Cultura, em 1965, em uma tiragem de 10 mil exemplares<sup>326</sup>.

Walter Lippmann, em palestra proferida no Itamarati em 21 de dezembro de 1960, cuja cobertura foi feita por *O Globo*, tratava sobre a importância da união entre os países do mundo livre no continente, e afirmava que as boas relações entre Brasil e Estados Unidos eram imprescindíveis para a manutenção e o fortalecimento da “comunidade atlântica, cuja unidade não se manifesta no sentido norte-sul, mas na forma de um triângulo, cujos vértices são Estados Unidos, Brasil e Europa”. A noção de solidariedade não poderia ser quebrada entre os povos do mundo livre, e este princípio precisaria ser seguido, principalmente no campo econômico, já “que uma nação em desenvolvimento precisa de capital estrangeiro para conseguir seus objetivos”. E citou o caso dos Estados Unidos, cuja expansão industrial deveu-se ao capital europeu”. (BRASIL..., 22 nov. 1960. Matutina, Geral, p. 3).

Nota-se no recado dado por Lippmann não só a preocupação dos EUA com a unidade política, mas com os caminhos escolhidos para se chegar ao desenvolvimento almejado. Esta preocupação, expressada por Lippmann, torna-se mais clara nos artigos seguintes.

Em matéria publicada em 08 de dezembro de 1960, o jornal destacava que, a partir de sua visita ao Brasil, Lippmann produziu um artigo “para uma cadeia de jornais norte-americanos liderados pelo Washington Post” em que tratava da importância do Brasil na América Latina. Segundo a matéria, Lippmann afirmava em seu artigo que o que acontecia no Brasil era muito mais importante do que o que acontecia em Cuba ou na Guatemala, pois possuidor de um passado colonial e em estágio de subdesenvolvimento, o Brasil apresentava uma organização social e política complexa que estava “longe de ser uma nação primitiva e atrasada”, com uma “impressionante capacidade de governo próprio, um conjunto de líderes capacitados e confiantes, e uma capacidade de aprender as modernas tecnologias”. (O QUE..., 8 dez. 1960. Matutina, Geral, p. 4).

---

326 CALDERWOOD, J.; BIEVENU, H. Patterns of Economic Growth: the American Experience. Fonte: Book Published Abroad. NARA II. USIA. RG 306. Records Relating to the Book Program, 1966-1999. Entry 1091. Box 3.

As ideias de Lippmann deveriam ser aceitas e reproduzidas por que científicas e imparciais, abalizadas principalmente por sua condição de professor acadêmico. Perspectiva esta que o jornal explorou em dois artigos assinados por Jaume Miravittles. No primeiro deles, publicado em 19 de dezembro, o artigo apresentava alguns dos autores da Teoria da Modernização, e a contribuição que davam para a compreensão do adequado papel e tamanho do Estado na condução de processos desenvolvimentistas, além, claro, das ideias defendidas por Lippman em suas conferências.

Neste momento, pontificam nos Estados Unidos quatro grandes teóricos políticos criadores de um corpo de doutrina capaz de revigorar a democracia: os economistas Galbraith e Rostow, o historiador Schlesinger e o jornalista Lippmann. Os quatro deram decidido apoio a Kennedy e contribuíram poderosamente para a sua vitória. Em linhas gerais, esse novo corpo de doutrina constitui uma superação do liberalismo tradicional e vai firmando as bases de uma nova concepção social-econômica. O Estado não é apenas intermediário entre as forças opostas do capital e do trabalho, e, um árbitro imparcial dos conflitos sociais. Tem ao contrário, obrigações concretas para cumprir no campo da economia pública. Por meio dos impostos, da administração da Dívida Pública, do orçamento, do tipo de juros, do controle de crédito, o Estado pode influir decisivamente no curso da economia nacional, sem tocar absolutamente nos fundamentos da indústria privada e da iniciativa individual. Essa nova concepção modificou fundamentalmente as ideias tradicionais sobre o equilíbrio do orçamento, a cobertura ou da circulação fiduciária, o ritmo do crescimento econômico, o financiamento a crédito etc. Ora, o Brasil, como aquele personagem de Molière, que fazia prosa sem sabê-lo, há muito tempo que, impulsionado por suas necessidades históricas, fala a linguagem dessa política econômica e social dos Galbraith, Rostow, Schlesinger e Lippmann sem sabê-lo. A visita deste último serviu para inscrever a linguagem brasileira (a econômica, não a portuguesa) dentro do ciclo semântico que se se falará nos Estados Unidos a partir do dia da posse de Kennedy. (MIRAVITLLES, 19 dez. 1960. Vespertina, Geral, p. 11).

No segundo artigo, publicado no dia seguinte, dedica espaço especial a W. W. Rostow, destacando o seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico* antes mesmo de sua publicação no país.

No seu recente artigo sobre o Brasil, o jornalista Walter Lippmann emprega uma terminologia que, na minha opinião, irá generalizar-se não só nos Estados Unidos como no Mundo. O Brasil, diz ele, tomará o impulso necessário para ganhar o *'take off'*, a arrancada rumo à sua independência econômica. O termo *'take off'* foi introduzido no léxico econômico por um jovem teórico que já aparece como o possível sucessor do grande Keynes: W. W. Rostow. Entre as mais originais contribuições que fez à teoria histórica, sobressai o livro de sua autoria *'As etapas do crescimento econômico'*. Na sua opinião, as sociedades

humanas se desenvolvem economicamente seguindo cinco fases distintas: a sociedade tradicional; as ‘pré-condições’ da arrancada; a arrancada; o impulso para a maioria; a idade do alto consumo de massas. [...] É interessante verificar nessa análise de Rostow que as cinco últimas nações que iniciaram a arrancada em consequência da alteração de forças provocada pela Segunda Guerra Mundial, foram a Turquia, a Argentina, o México, a Índia e a China; estas duas últimas nações depois de sua independência efetiva, por volta de 1957. Na lista de Rostow não figura o Brasil, e daí Lippmann – que pertence, juntamente com o economista Galbraith e o historiador Schlesinger, ao mesmo grupo de novos teóricos norte-americanos – dizer que aquele país de língua portuguesa ‘em breve adquirirá o impulso necessário para a arrancada da sua independência econômica’. (MIRAVITLLES, 20 dez. 1960. Vespertina, Geral, p. 11).

A popularização dos títulos publicados pela USIA não dispensava a contribuição de intelectuais brasileiros, evidentemente.

Gilberto Freyre contava, entusiasmado, em coluna da revista *O Cruzeiro*, sua última visita aos Estados Unidos, em 1961, então convidado pelo Conselho Americano de Sociedades Científicas para palestrar no círculo universitário daquele país: Universidade de Princeton, Corning Glass Center, NYC, Centro de Altos Estudos de Santa Bárbara e Universidade de Colúmbia.

Além das palestras, Freyre estava lá para acompanhar o lançamento, em língua inglesa, de seu livro “Sobrados e Mocambos” pelo “cortejadíssimo editor Alfred Knopf”, conforme suas palavras.

O objetivo de seu artigo na revista era relatar a verdadeira riqueza daquela visita: dar a conhecer ao público brasileiro o que de mais atual e mais importante havia na produção de conhecimento nos meios universitários estadunidenses. Dizia ele que, dentre eles, o leitor brasileiro não poderia deixar de conhecer mais e melhor a Lewis Mumford e W. W. Rostow, além, é claro, dos pensadores humanistas e internacionalistas Robert Maynard Hutchins e Berle Jr.

Uma das minhas maiores impressões desta viagem é a que trago do convívio com o sábio Hutchins: humanista admirável e, como o professor Berle, um lúcido internacionalista. O Brasil precisa conhecê-lo de perto, do mesmo modo que a Mumford e a Rostow: Walt Whitman Rostow. Estive com Rostow assim como com outros colaboradores imediatos do jovem Presidente Kennedy, que vem se cercando, ainda mais que o 2º Roosevelt, de intelectuais lúcidos e com uma visão dos assuntos internacionais desembaraçada de preconceitos e convenções. É um governo, o seu, que nada tem de pedestre. (FREYRE, 9 set. 1961, p. 95).

Harold Cecil Poland, dirigente do IPÊS e um dos mais ativos defensores da modernização capitalista segundo o modelo estadunidense, empresta, ao lado de outros representantes brasileiros da economia liberal, voz à defesa do apropriado desenvolvimento nacional em artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 29 de outubro de 1961, apoiando-se em autores presentes no catálogo USIA de traduções. Citando Calvin Hoover e W. W. Rostow, Poland fazia a defesa de um desenvolvimento arrojado e apoiado em capital estrangeiro, que exigiria disposição e coragem política, e o empenho pessoal de trabalhadores e dirigentes patronais.

Calvin Hoover diz mesmo, em *The economy – Liberty and the State*, que ‘o valor de sobrevivência dos sistemas econômicos não é sempre medido, infelizmente, pela sua eficiência produtiva ou pela sua contribuição para a ‘boa vida’. O que acontecem, na verdade, é que as opções capazes de assegurar nosso desenvolvimento econômico no prazo necessário não comportam a ociosidade remunerada, seja à custa do Estado, seja à custa da empresa privada. Não comportam o regime de ‘moleza’ nem para dirigentes nem para dirigidos, sejam eles funcionários, empregados ou mesmo patrões. Desenvolvimento econômico exige trabalho cada vez mais produtivo e exige certas privações daqueles que estão decididos a resolver suas dificuldades. [...] Para dar início ao processo está faltando a motivação das elites dirigentes. Está faltando o que Rostow preconiza quando se refere ao ‘acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político’. (POLAND, 29 out. 1961).

Os autores citados por Poland, Freyre e pelo jornal *O Globo*, para ficarmos apenas nestes exemplos, tiveram números expressivos em tiragem pelo programa de traduções da USIA. Calvin Hoover, *A economia, a liberdade e o Estado* [*The Economy, liberty and the State*], foi publicado pela AGIR em 1964, 5 mil exemplares. James Caldewood, *Padrões de desenvolvimento econômico: a experiência norte-americana*, co-autoria com Harold Bienvenu [*Patterns of economic growth: the american experience*], publicado pela Fundo de Cultura em 1965, 10 mil exemplares. Walt Whitman Rostow teve duas edições de seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista* [*The stages of economic grown*], publicadas pela Zahar Editores em 1961 – 4 mil exemplares – e em 1964, também pela Zahar, com 5 mil exemplares.

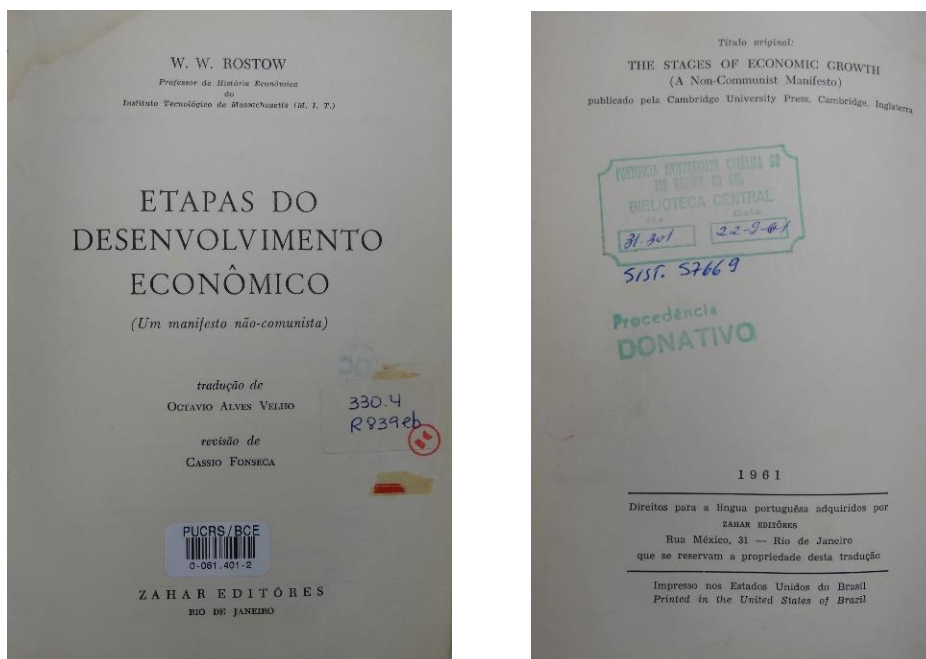


Figura 10

John Kenneth Galbraith, economista de Harvard e embaixador do governo Kennedy na Índia, teve 3 de seus livros publicados neste período com os subsídios da USIA: *Capitalismo* [*American Capitalism*] – Zahar, 1960, 3 mil exemplares, com nova edição em 1964, 5 mil exemplares, também pela Zahar; *A economia e a arte da controvérsia* [*Economics and the art of controversy*], Fundo de Cultura, 1960, 3 mil exemplares; e *O desenvolvimento econômico em perspectiva* [*Economic development in perspective*], pela Fundo de Cultura, 12 mil exemplares. Seus livros foram divulgados em diferentes meios impressos: *Jornal do Brasil*, em suplementos literários, um número do *Boletim IPÊS*. Teve ainda artigos assinados no *Jornal do Brasil*, *Revista de Administração de Empresas*, *Revista Brasileira de Economia*, ambos periódicos da Fundação Getúlio Vargas<sup>327</sup>.

Juntos, apenas estes autores relacionados acima representaram a soma de 52 mil exemplares de livros que circularam pelo país no período, e estiveram disponíveis para compra em livrarias, debates em universidades e faculdades de economia, empréstimos em bibliotecas,

327 O desenvolvimento econômico em perspectiva, de Galbraith. Resenha crítica do livro no Boletim IPÊS ano 2, n. 7, fev. 1963. Ref. BR AN, RIO. QL. 0. CD1.2. Anunciado no boletim IPÊS como livro disponível em sua biblioteca para associados. Boletim informativo. 26-27, ano III, set.out. 1964. QL.0.CDI.3, p. 235. Fundo IPÊS. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 14 abr. 2019.



resenhas em jornais, compondo um ambiente positivo para a receptividade e legitimidade às ideias que professavam.

Publicando matérias e artigos sobre os autores, elaborando ranking de vendas, resenhas e artigos sobre os livros editados, jornais e periódicos ampliavam o conhecimento público do catálogo de títulos da USIA, fazendo-os populares ao público leitor e plenamente relacionados ao debate nacional<sup>328</sup>.

O livreto *A economia americana (American Economy)*, de David Potter, é um exemplo da extensa rede de distribuição que a USIA era capaz de articular. Foram produzidos 25 mil exemplares do título, editado pela Fundo de Cultura, em 1963, como peça exclusivamente promocional, ou seja, não colocado à venda e destinado apenas às doações. Destes, 10 mil foram distribuídos pela editora para a sua lista selecionada de economistas, banqueiros, advogados e instituições em todo o Brasil. Das 15 mil cópias restantes, 5 mil foram distribuídas aos postos USIS Brasil, para que eles refizessem o mesmo trabalho em suas cidades de localização, e 10 mil ficariam no Rio de Janeiro para “distribuição seletiva”. Ainda que o documento não esclareça o que significa a “distribuição seletiva”, fica evidente a preocupação em dinamizar e qualificar a distribuição dos exemplares produzidos. Outro detalhe importante revelado por este documento: a publicação vinha acompanhada de uma bibliografia sobre o assunto em questão, títulos que em sua maioria também eram subsidiados pela Agência, uma outra maneira de amplificar a divulgação de conteúdo que produzia<sup>329</sup>.

Esforço editorial similar recebeu o livreto *Um engenheiro brasileiro na Rússia*, de John Cotrim. Por seu potencial de interferência nas disputas políticas em processo no cenário brasileiro pré-golpe civil-militar de 1964, a primeira edição do livreto saiu em agosto de 1962, tiragem de 25 mil exemplares, e uma segunda edição apenas 4 meses depois, em novembro de 1962, com tiragem de 75 mil exemplares e uma campanha ampliada de distribuição. O formato da nova edição conciliava a publicação do texto a um catálogo reunindo sessenta e oito títulos

---

328 A seção Porta de Livraria, por exemplo, informava sobre lançamentos e organizava, quinzenalmente, ranking de vendas para livros nacionais e estrangeiros. Rostow, *Etapas do Desenvolvimento econômico*, aparece como o quinto em vendas, na categoria livros estrangeiros, em 02 de junho de 1961. Na edição de 05 de junho do mesmo ano, a seção Porta de Livraria apresentou um balanço da VI Feira do Livro, ocorrida naquele mês na cidade do Rio de Janeiro, que dizia que os “livros de economia de Zahar Editores – principalmente ‘Teoria Econômica, de Stonier, ‘Etapas do Desenvolvimento Econômico’, de Rostow, ‘Manual de Sociologia’, de Rumney e Maier – venderam mais de 500 mil exemplares”.

329 **Fonte:** NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

de livros afins produzidos pela USIA sob os selos das editoras Letras e Artes, Fundo de Cultura e Livraria Itatiaia. Da tiragem total, 50 mil seriam distribuídos pelas três livrarias ao conjunto de seus clientes, “advogados, juízes, professores, estudantes, empresários, engenheiros, médicos, etc., bem como para livrarias em todo o país”, e os 25 mil exemplares restantes seriam distribuídos pelo USIS por meio de seus canais. A engenhosa forma de propagar texto e catálogo reverteria, pensavam, em benefício aos propósitos da USIA em promover um amplo alcance de público aos livros do programa. “Essa concepção, nós sentimos, é bastante engenhosa. Ela serve ao duplo propósito de fornecer cobertura inócua para material de propaganda, enquanto, ao mesmo tempo, promove nossos livros”<sup>330</sup> (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 4 jan. 1963, tradução própria). Além disso, o livreto foi publicado de forma seriada por *O Globo* em agosto de 1962<sup>331</sup>.

Mas o uso efetivo do livreto, na avaliação do posto USIS,

[...] foi feito por um colunista do Rio. Foi relatado em Brasília que alguns pares preferiram deixar os russos refinarem e construírem o projeto hidrelétrico de Sete Quedas. Depois de citar vários argumentos contra essa política, o colunista conclui: "John Cotrim já testemunhou em *Um engenheiro brasileiro na Rússia* o atraso da tecnologia russa na construção de barragens em comparação com o Ocidente. A concentração de esforços técnicos soviéticos em campos como o espaço explicam a situação. Essa revelação, no entanto, indica um reexame da política de San Tiago Dantas que favorece a participação russa. Tal participação daria aos russos uma ferramenta de propaganda magnífica na América Latina<sup>332</sup>. (USIA. RG 306. BOOK TRANSLATION..., 4 jan. 1963, tradução própria).

---

330 “This devise, we feel, is rather ingenious. It serves the dual purpose of providing innocuous cover for propaganda material while at the time promoting our books”. **Fonte:** Book Translation Program: A Brazilian Engineer in Russia, 4 de janeiro de 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Box 4.

331 Recorte de jornal encontrado em meio à documentação consultada. **Fonte:** II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

332 “Effective use of A Brazilian Engineer in Russia was recently made by a Rio columnist. It was reported from Brasilia that some quarters favored letting the Russians finance and construct the Sete Quedas hydroelectric project. After citing a number of arguments against such a policy the columnist conclude: ‘John Cotrim has already testified in A Brazilian Engineer in Russia as to the backwardness of Russian technology in dam construction compared to the West. The concentration of soviet technical efforts in fields such as space explain the situation. This revelation, nonetheless, indicates a re-examination of San Tiago Dantas policy favoring Russian participation. Such participation would give the Russians a magnificent propaganda tool in Latin America’”. **Fonte:** Book Translation Program: A Brazilian Engineer in Russia, January 4, 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan./April 1963.

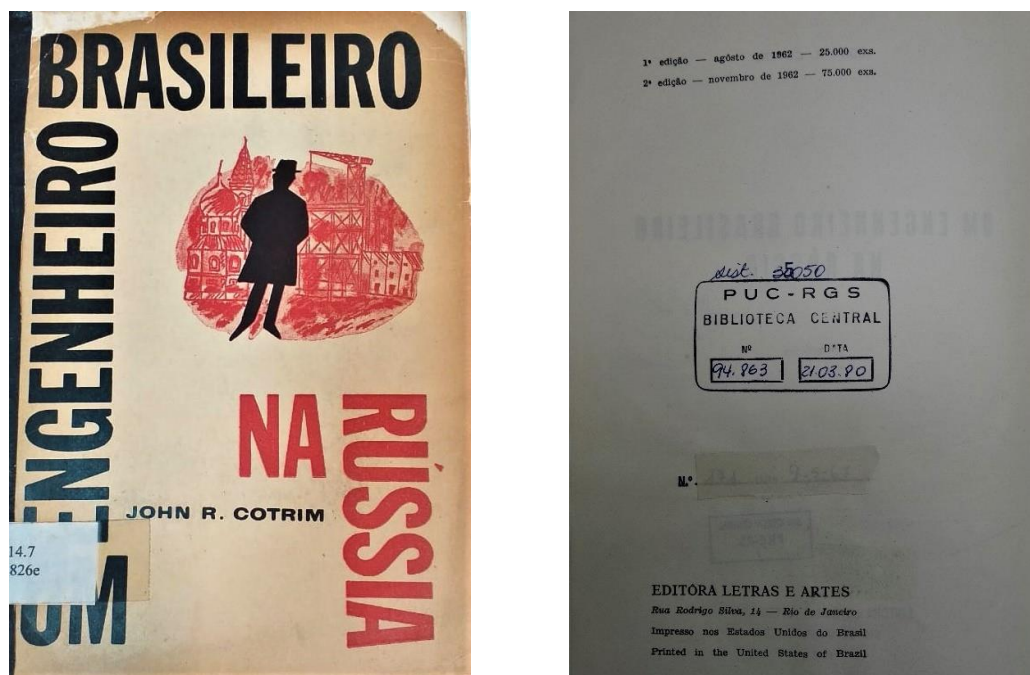


Figura 11

A rede que se articulou em prol da produção e distribuição de conteúdo em defesa do capital foi conectada pela intencionalidade de seu pertencimento de classe, fundamentalmente, o que garantiu a diversificação dos meios, a conexão e a aproximação entre pares, e o trabalho conjunto entre diferentes setores sociais interessados.

Plenamente alinhado aos interesses do capital, o IPÊS foi colaborador e articulador ativo dessa rede no Brasil, um dos atores nacionais mais importantes para tornar eficiente a conexão ideológica entre os setores nacionais e internacionais em defesa dos interesses do capitalismo.

Colaborando na distribuição dos livros subsidiados pela USIA-USAID, sua contribuição maior foi, entretanto, na produção de conteúdo, cuja proposta de desenvolvimento incorporava as teorias econômicas e gerencialistas em defesa do capital privado. Através dos Grupo de Estudo e Doutrina (GED) e do Grupo de Publicações/Editorial (GPE), a USIA-USAID produziu e pôs em circulação a versão nacional de defesa do capitalismo de livre mercado.

Nomes como Glycon de Paiva, Harold Cecil Poland, Candido Guinle de Paula Machado, José Garrido Torres, entre outros, ativos nos debates travados via imprensa e tendo como suporte o conteúdo que o Grupo de Estudo e Doutrina preparava para circulação em jornais e

revistas, tomavam posição ao lado dos economistas liberais como Eugênio Gudim, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões.

Assuntos caros a este grupo eram o equilíbrio das contas públicas pelo governo federal, o controle sobre a inflação através de ajustes austeros na economia, reduzindo investimentos do Estado em setores produtivos estratégicos em prol dos investimentos privados, a livre economia de mercado, incluindo aí, evidentemente, o livre fluxo de capital estrangeiro como motor do desenvolvimento, e o controle sobre o trabalhador.

Através dos seus Boletins, de inserções de matérias e propaganda em jornais, dos editais de premiação de monografias, dos cursos de especialização e dos livros que publicavam, o IPÊS coadunou com a linha editorial das agências USIA-USAID no Brasil.

A propaganda veiculada pelo Instituto em jornal, no ano de 1960, dá um bom exemplo dos discursos que cada vez mais ganharam espaço no debate público sobre o desenvolvimento nacional na defesa do capital: o esforço individual do trabalhador para que o capitalismo produzisse os efeitos benéficos que a sociedade dele esperava.

Intitulada *Diálogos Democráticos*, a propaganda de meia página apresentava duas moças conversando, em um estilo fotonovela, em que a primeira afirmava negar-se a bancar a “caxias” em seu escritório, trabalhando a mais e até mais tarde, o que seria constrangedor considerando que todos ganhavam o mesmo salário. Sua amiga a repreende, dizendo ter aprendido que “o aperfeiçoamento da produtividade é indispensável para o barateamento dos preços e para a democratização do capital”. Logo abaixo, o texto didático do Instituto:

Premiar diferentemente o Trabalho, pelo reconhecimento da dedicação, da destreza e da capacidade, é forma de solidificar as bases sobre que assenta o Bem-Comum – sobretudo quando vem ao encontro dos anseios da democratização do Capital. Aos mais capazes, o maior prêmio! (DIÁLOGOS..., 6 mar. 1960. 1º Caderno, p. 6).

Em 1963, o Instituto divulgou o seu primeiro Prêmio de Economia IPÊS, destinado a economistas brasileiros ou radicados no Brasil que apresentassem monografia inédita sobre o tema *Efeitos da Inflação no Brasil*. Das condições: que se atenham ao tema específico do concurso, sejam escritas em linguagem acessível ao grande público, embora mantendo “rigor científico”, no intuito claro de promover a circulação do texto premiado, o que de fato ocorreu. No mesmo ano, estabeleceu parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas para realizar o seu primeiro curso de Ciências Sociais e Políticas (IPÊS, n. 8, mar. 1963, p. 30).

Os livros produzidos pelo IPÊS entre 1963 e 1966 foram: *Reforma tributária*, de Mario Henrique Simonsen; *A inflação: suas causas e consequências*, de Glauco Carneiro; *Democratização do capital*, de Konrad Aleksander Kowaleski; *Reforma constitucional*, de Carlos J. de Assis Ribeiro; *A crise da previdência social*, de A. G. Costa; *A reforma agrária: problemas, bases e soluções*, autoria institucional IPÊS; *A experiência inflacionária no Brasil*, de Mario Henrique Simonsen.

Circularam e compuseram ao lado dos seguintes títulos subsidiados pela USIA como *Agricultura sob o comunismo*, de George Benson (1963, GDR Edições, 7 mil exemplares); *Como formar melhores líderes*, de Malcolm H. Knowles (Lidador, 1964, 10 mil exemplares); *Poderá a inflação ser controlada?*, de Harold Moulton (Fundo de Cultura, 1964, 4 mil exemplares); *Programação para o desenvolvimento*, de Jean Tinbergen (Fundação Getúlio Vargas, 1964, 5 mil exemplares); *Guerra ao sub-desenvolvimento*, de Kathleen McLaughlin (Lidador, 1965, 4 mil exemplares); *A transformação da agricultura tradicional*, de Theodore Schultz (Zahar, 1966, 5 mil exemplares); *Atraso e desenvolvimento econômico*, de Harvey Lebstein (FGV, 1967, 5 mil exemplares); *Estratégia e estilo do planejamento brasileiro*, de Robert Daland (Lidador, 1967, 5 mil exemplares).

O denominador comum no exemplo desses títulos é seu objetivo técnico, conhecimento a ser aplicado na execução de um modelo já definido de desenvolvimento.

Esse tipo de tecnicismo vai ganhando maior espaço na produção editorial no pós-golpe civil-militar, reforçado pelas escolas de negócio e de gerenciamento (de administração, de saúde) e cursos de pós-graduação criados sob o governo civil-militar.

#### **5.4.2 Tecnicismo e gerencialismo**

Novos temas entraram no programa de tradução de livros a partir de 1965, ainda que os títulos explicitamente dedicados à defesa do capitalismo e da iniciativa privada tenham sido mantidos.

No plano nacional, o sucesso do golpe civil-militar de 1964 abriu o caminho para a agenda liberal no país, mas o consenso em torno do projeto estava longe de se realizar, e isto pode explicar a permanência, no programa, de títulos que afirmavam e reafirmavam as vantagens do capitalismo de livre comércio e dos investimentos do capital privado.

Um maior alinhamento da política econômica do novo governo civil-militar aos propósitos estadunidenses colocou, entretanto, novas necessidades práticas que se expressaram no investimento em produção de “conhecimento aplicado”.

A característica tecnicista e gerencialista, perceptível na produção editorial, tinha por objetivo maior afastar o pensamento econômico, enfocando com maior peso os aspectos técnicos e gerencialistas dos programas desenvolvimentistas.

Temas nas áreas administrativas e gerenciais – de empresas privadas e do setor público -, finanças públicas, sistema bancário, controle inflacionário, reforma agrária e mecanização da produção agrícola, sistema de saúde – gerencial ou de controle -, abundaram no programa de tradução de livros e de produção de conteúdo aos cuidados da USIA-USAID e seus parceiros locais.

Títulos como *Elementos da Administração Pública*, de Fritz Morstein Marx (Atlas, 1968, 4 mil exemplares); *Empresa e Sociedade*, de Joseph W. McGuire (Fundo de Cultura, 1966, 5 mil exemplares,); *Planejamento e execução do desenvolvimento econômico*, de Louis J. Walinsky (Zahar, 1965, 4 mil exemplares); *Estímulo ao desenvolvimento da comunidade*, de William Biddle e Loreine Biddle (Agir, 1969, 5 mil exemplares); *Introdução à economia monetária*, de James S. Duesenberry (Zahar, 1966, 4 mil exemplares); *Economia financeira: introdução à política fiscal*, de Otto Eckstein (Zahar, 1966, 5 mil exemplares) passaram a circular no Brasil.

Essa linha editorial recebia reforço ao mesmo tempo que reforçava as escolas de negócios, fundadas no Brasil com recursos estadunidenses e tendo como modelo as escolas de negócios daquele país.

A escolas de Administração de Empresas de São Paulo e do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas, são um bom exemplo. Fundadas por acordos entre a Fundação Getúlio Vargas e a *Michigan State University*, viabilizados pelo Ponto IV e pelos recursos provenientes da Fundação Ford, tornaram-se umas das primeiras escolas de negócios de nível superior no Brasil. A fim de aumentar o número de escolas superiores, a parceria ganhou recursos para avançar em seu programa de criação de escolas superiores e, através da ampliação do acordo, firmado em 1959, foram criadas a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e a Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A ampliação do programa se

“colocava no contexto de um programa de ‘ajuda externa’ a um país considerado aliado dos EUA na Guerra Fria”. (BERTERO, BARROS, ALCADIPANI, 2019).<sup>333</sup>

Ainda nos anos 1950, a ICA/Ponto IV começou a financiar cursos superiores na área de administração pública e de empresas. O principal projeto envolveu a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV), que, em 1954, firmou parceria com a Universidade do Estado de Michigan. Com os recursos do Ponto IV foram custeados livros, bolsas de estudos nos Estados Unidos e pagamento de professores visitantes americanos no Brasil. Em 1959, o projeto na área de administração foi estendido para outras instituições brasileiras, como a Universidade da Bahia, a UMG e a URGS, sempre com o objetivo de modernizar *currícula* e métodos, e de aprimorar a formação do corpo docente. (MOTTA, 2014, p. 116).

Não por acaso, o *Jornal do Brasil* trazia uma coluna de considerável extensão para divulgar o que havia de mais avançado na literatura estadunidense e britânica sobre *management*. Reproduzindo artigo assinado por Geoffrey Whatmore sem dizer onde foi originalmente publicado, o jornal afirmava ser um dos assuntos mais importantes da “atualidade”, o “*management*” e “temas correlatos tiveram um desenvolvimento verdadeiramente extraordinário na Inglaterra, assim como nos Estados Unidos”, e já interessava a editores brasileiros, não apenas pelas necessidades do aperfeiçoamento profissional, mas principalmente “por já ser [a Administração] disciplina de numerosos cursos nos grandes centros do país, não somente em escolas oficiais como particulares”. Nomes como Taylor, Gant, Fayol, Galbraith explicitavam a importância vital que essa área do conhecimento assumia no século XX, teoria imprescindível para lidar com os problemas da sociedade moderna.

Problema que interessa não apenas a estudantes especializados, mas a todos que têm parcela de responsabilidade na administração seja lá do que for, ‘a practice of management’ torna-se dia a dia uma necessidade absoluta para o homem do comércio, da indústria, da administração pública, dos mais variados e diversos setores da atividade humana, seja no controle administrativo de um hospital, de uma empresa de transporte, de uma fábrica, de uma indústria tipográfica, etc. (WHATMORE, 2 nov. 1958. 1º Caderno, p. 8).

---

333 O Ponto IV possibilitou, ao longo da década de 1950, a criação da Escola Superior de Administração e Negócios (SIAN) e a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

E segue o artigo a apresentar os títulos que o público deveria conhecer: *Fundamentals of Industrial Administration*, de E. T. Elbourne; *The Nature of Management*, de Charles Renold; *The Elements of Administration*, de L. F. Urwick; *Management Notebook*, de Arthur Roberts.

Para os leitores brasileiros, chamamos a atenção para vários trabalhos publicados na Argentina, de autores norte-americanos, e para o de Peter Drucker, já um clássico no assunto, norte-americano assás conhecido dos especialistas brasileiros, e cuja obra 'The practice of management', das melhores existentes, deverá sair em breve em português, editada por uma empresa desta capital. (WHATMORE, 2 nov. 1958. 1º Caderno, p. 8).

O gerencialismo acentuou-se como ideologia, como condição adequada para a administração do desenvolvimento nacional, especialmente após o golpe de 1964, ampliando seu escopo para assuntos como “planejamento familiar” e planejamento urbano.

Em meados da década de 1960, como resultado de um desenvolvimento centralizado e pouco distributivo, os problemas sociais foram aprofundados na América Latina.

Os pressupostos da Aliança para o Progresso já não mobilizavam Washington, e novos caminhos para a promoção do desenvolvimento controlado dos países latino-americanos foram experimentados. Em 21 de setembro de 1966, a USIA encaminhou a todos os seus postos no exterior documento informando a redefinição do padrão de “ajuda externa” segundo determinação do governo Johnson.

Diz o documento que o Presidente autorizava a continuidade de políticas de ajuda externa, mas as condicionava à efetiva participação dos países beneficiários no esforço, dando destino “correto” aos recursos, isto é, esperava-se um maior envolvimento dos governos nos programas de ajuda ofertados pelos Estados Unidos, pois sendo a riqueza estadunidense grande, mas finita, os recursos só seriam disponibilizados àqueles que pudessem por eles se responsabilizarem.

A medida de ajuda de 1966 permitirá que os EUA ajudem outros países a atacar as causas da pobreza por meio de esforços especiais em agricultura, saúde e educação [...] e nos permitirão desempenhar nosso papel nos novos arranjos regionais emergentes na Ásia, África e América Latina. [...] A menos que nações e povos tenham decidido fazer tudo o que deve ser feito em seu próprio país e por seu trabalho para elevar a qualidade de suas próprias vidas, então não podemos realmente ajudá-los efetivamente. [...] Nossa assistência deve ser concentrada naquelas nações que vão colocá-lo para o melhor uso. Deve basear-se no mérito tanto quanto seja necessário, tanto na ação quanto na aspiração, tanto na responsabilidade quanto no desespero. Estamos



ansiosos para cooperar com os dedicados e os dispostos e os responsáveis [ ...].<sup>334</sup> (USIA. RG 306. POTOMAC..., 21 set. 1966, tradução própria).

O documento da USIA termina afirmando a disposição do governo em ajudar aos povos do mundo - desde que estes se adequassem aos critérios definidos pelos EUA:

A legislação de ajuda externa que o Congresso aprovou, e o Presidente assinala, é indicação firme da disposição dos EUA em cooperar com os esforços de autoajuda de outras nações em programas de construção social e econômica essenciais à manutenção de sua integridade e independência nacional<sup>335</sup>. (USIA. RG 306. POTOMAC..., 21 set. 1966, tradução própria).

A fome e o crescimento demográfico passaram a ser o centro das preocupações de Washington, entendidos como fatores potencialmente carregados de força social explosiva. É neste contexto que os temas controle populacional e erradicação da fome ganharam espaço no programa editorial da USIA.

Em 30 de março de 1967, a USIA enviou a todos os seus principais postos USIS documento intitulado *Infoguide: war on Hunger – a global imperative*. Nele, a fome mundial é tratada como um problema internacional associado ao descontrole no aumento populacional das camadas populares. A orientação para trabalhar ideologicamente a fome seria ligá-la ao crescimento populacional desordenado. O combate à fome exigiria, portanto, o controle populacional e, para ambos os problemas, havia políticas desenhadas pelo governo estadunidense (USIA. RG 306. INFOGUIDE..., 30 mar. 1967).

Na circular emitida pela agência em 5 de abril de 1967 a todos os postos USIS da América Latina, a USIA definia o tratamento a ser dado às ações de planejamento familiar do

---

334 “The 1966 aid measure will enable the US to help other countries ‘attack the causes of poverty through special efforts in agriculture, health and education [...] and permit us to play our part in the exciting new regional arrangements emerging in Asia, Africa, and Latin America. [...] Unless nations and peoples are determined to do all that must be done in their own country and by their own work to lift the quality of their own lives, then we cannot really effectively help them. [...] Our assistance must be concentrate on those particular nations which will put it to the best use. It must be based on merit as well as need, on action as well as aspiration, on responsibility as well as despair. We are eager to cooperate with the industrious and the willing and the responsible [...]”. **Fonte:** Potomac Cable n. 307 – US Foreign Aid, September 21, 1966. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

335 “The foreign aid legislation which the Congress passed, and the President signed, is firm indication of US readiness to cooperate with the self-help efforts of other nations in programs of social and economic construction essential to the maintenance of their national integrity and independence”. **Fonte :** Potomac Cable n. 307 – US Foreign Aid, September 21, 1966. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

governo estadunidense na região, aproveitando a realização da 8ª Conferência Internacional de Planejamento Familiar (9 a 15 de abril de 1967), em Santiago do Chile. Entendiam ser uma ótima oportunidade para associar as duas políticas: combate à fome e controle familiar.

Devido ao que eles consideravam “as condições extremas da América Latina”, os trabalhos para associação da fome ao controle populacional exigiriam cautela, orientava a circular, e recomendava: ao divulgar notícias sobre os esforços para o controle populacional na América Latina deveria enfatizar seu caráter nacional e internacional e minimizar a participação oficial dos EUA; na medida do possível, evitar relatos sobre programas específicos de planejamento populacional da USAID na América Latina. Quando necessário tratar do assunto, enfatizar os esforços locais e não o papel do governo dos EUA; evitar identificar os programas de planejamento familiar da USAID em outras partes do mundo; enfatizar as declarações de destaque de proeminentes latino-americanos e seus líderes governamentais em apoio a medidas e programas de planejamento populacional. (USIA. RG 306. INFOGUIDE..., 5 abr. 1967).

Recomendação para usar, sempre, o termo planejamento familiar ou planejamento populacional (*Family planning or population planning*) evitando controle populacional, controle familiar ou controle de natalidade (*population control, Family control, birth control*). “Especialmente ao se referir às atividades empreendidas pelos governos, tenha o cuidado de distinguir assuntos como estudos demográficos, instituições demográficas, pesquisas sobre atitudes etc. de atividades de planejamento familiar” (USIA. RG 306. INFOGUIDE..., 5 abr. 1967).

Por fim, o documento oferece um texto de divulgação que seus postos deveriam distribuir em seus locais de ação por toda a América Latina:

A Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) é uma federação de associações nacionais planejadas para a parentalidade em 42 países, com sede em Londres. Em 1952, a IPPF realizou uma série de reuniões internacionais sobre população em várias partes do mundo, mas a reunião de Santiago é a primeira realizada na América Latina. As associações nacionais pertencentes à IPPF são autônomas e não-governamentais, embora certos governos ofereçam apoio a associações planejadas de parentesco locais. O USG está oficialmente envolvido na conferência de Santiago apenas como observador. Desde 1964, a IPPF atua como assessora do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em questões de população. Em 1965, a Organização Mundial de Saúde, a UNICEF e a OIT também nomearam a IPPF como seu conselheiro em população. De 500 a 700 pessoas devem comparecer à conferência de Santiago. Discutirá o desenvolvimento do planejamento familiar em todo o mundo, com especial atenção para a América Latina, e

estudará os seguintes temas: 1. a revolução das expectativas crescentes; 2. a expansão anormal das cidades; 3. o crescimento meteórico da população; 4. o papel da medicina e da ciência<sup>336</sup>. (USIA. RG 306. INFOGUIDE..., 5 abr. 1967, tradução própria).

Títulos tais como *Explosão urbana na América Latina*, de Glenn H. Beyer (Victor Editora, 1967, 3.500 exemplares); *O dilema populacional na América Latina*, de R. Delgado Garcia, J. Mayone Stycos e Jorge Árias, eds. (O Cruzeiro, 1968, 3 mil exemplares); *Introdução à geografia da população*, de Wilbur Zelinsky (Zahar, 1969, 4 mil exemplares) somaram-se à extensa e diversificada lista de títulos subsidiados pela USIA com o objetivo de pôr em circulação conhecimento “científico” e “aplicado” para a solução das mazelas sociais dos países subdesenvolvidos cujos preceitos básicos – a técnica e o gerencialismo - repousavam, e ainda hoje repousam, numa das premissas mais caras ao capital: a de ser o melhor e mais eficiente sistema de produção de riquezas para o bem-comum, com a possibilidade permanente de ser reformado.

---

336 “The International Planned Parenthood Federation (IPPF) is a federation of national planned parenthood associations in 42 countries, with its headquarters in London. Since its founding in 1952, IPPF has held a series of international meetings on population in various parts of the world, but the Santiago meeting is the first it has held in latin America. The national associations belonging to the IPPF are autonomous and nongovernmental, although certains governments offer support to local planned parenthood associations. The USG is officially involved in the Santiago conference only as an observer. Since 1964, the IPPF has served as advisor to the Economic and Social Council of the United Nations on population matters. In 1965, the World Health Organization, UNICEF, and ILO also appointed IPPF as their advisor on population. From 500 to 700 persons are expected to attend the Santiago conference. It will discuss family planning development around the world, with special attention to Latin America, and will study the following themes: 1. The revolution of rising expectations; 2. The abnormal expansion of cities; 3. The meteoric growth of population; 4. The role of medicine and science”. Fonte: Infoguide: Population Planning in Latin America, April 5, 1967. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa editorial da USIA, aqui analisado, não foi capaz de erradicar o pensamento crítico e à esquerda, sabemos. Mas foi capaz de dificultar a circulação das vozes dissonantes ao projeto liberal e autoritário que ajudou a implementar no Brasil, e talvez tenha implicações que vão além. Há duas possibilidades de reflexão conclusiva em relação às consequências advindas da atuação político-ideológica da USIA no Brasil: uma, mais evidente, que aponta concretamente para a interferência da Agência na condução política do país, outra, menos evidente e extremamente sutil, subterrânea até, de “modelagem” de uma visão de mundo conservadora e capitalista. A primeira se esgota no período analisado, entre os anos 1953 e 1968; a segunda abre para a continuidade de um projeto de domínio ideológico que chega ao presente.

Após 1964, a tarefa de interferência direta sobre a política brasileira promovendo a perseguição a líderes políticos e movimentos sociais já não se fazia necessária, uma vez que o regime militar silenciou, pela força, os setores progressistas da sociedade brasileira. Em relatório preparado pelo posto USIS-RJ e enviado à USIA em 27 de dezembro de 1970, embora não assuma a sua parte de responsabilidade pela “vitória”, o posto relata como o regime militar vinha agindo com eficiência no controle político-ideológico e na expulsão dos elementos “subversivos” que atuavam no país.

31 de março de 1964 foi o grande ponto de virada para a sorte do comunismo e da propaganda comunista no Brasil. Antes dessa data, sob o errático presidente Quadros e seu sucessor, o presidente de esquerda Goulart, a propaganda comunista de fontes internas e externas era generalizada. [...] Grupos de frente comunistas e “associações de amizade” eram abundantes, e havia uma proliferação de livros, revistas e jornais comunistas. [...] Quando o exército brasileiro destituiu Goulart e o Congresso elegeu o conservador Marechal Castello Branco como presidente, tudo isso mudou. O propósito mais frequentemente declarado da “Revolução”, então como agora, era que a “corrupção e subversão” deveriam ser eliminadas. O papel encolhido e muitas vezes ineficaz da propaganda comunista no Brasil hoje é o resultado de severas restrições impostas principalmente por dois fatores: a. o anticomunismo total do governo, e b. o sentimento anticomunista da grande maioria do povo brasileiro instruído e a indiferença política do resto. [...] Não só as organizações e publicações comunistas deixaram de existir, mas sucessivas ondas de expurgos e cassações incluíram muitos comunistas suspeitos ou esquerdistas na mídia de massa. A censura do governo à mídia,

de vez em quando, após 1964, tem sido uma política fixa desde dezembro de 1968<sup>337</sup>. (USIA. RG 306. COMMUNIST..., 27 dez. 1970, tradução própria).

O posicionamento da USIA no imediato pós-golpe civil-militar foi de apoio e reforço, então mais aberto do que fora anteriormente, da versão “revolucionária” e “democrática” da intervenção militar como única possibilidade de livrar o país da “iminente” revolução comunista atribuída às lideranças de João Goulart e Leonel Brizola.

Entretanto, a criminalização de nacionalistas e de movimentos sociais estava em operação desde muito antes, em um esforço permanente para associá-los com um comunismo que, por sua vez, era apresentado como uma ameaça ao Estado democrático. Em paralelo, um ataque permanente aos governos nacional-desenvolvimentistas e suas propostas de desenvolvimento, chegando a interferir em projetos de leis e acordos comerciais, como foram os casos sobre o Acordo de Assistência Militar, de 1952, e sobre o abortado projeto de construção da hidrelétrica de Sete Quedas em negociação com a União Soviética, em 1963.

Artigos de jornal, palestras, seminários, livros e livretos produzidos, subsidiados e incentivados pelo posto USIS Rio de Janeiro, de ataque ao nacionalismo e difamação de nacionalistas, inundaram a sociedade brasileira durante os 10 anos que antecederam o golpe civil-militar.

Em relação aos livros, a USIA não apenas subsidiou uma quantidade enorme de títulos como se preocupou em fazê-los chegar ao maior número possível de pessoas, através da imposição de uma política de preços baixos (interferindo portanto no mercado editorial), doação a bibliotecas públicas e universitárias, além de trabalhar pela inclusão de seus livros em bibliografias de cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras.

---

337 “March 31, 1964 was the great turning point for the fortunes of communism and communist propaganda in Brazil. Before that date, under erratic President Quadros and his successor, left-leaning President Goulart, communist propaganda from both internal and external sources was widespread. [...]. Communist front-groups and “friendship societies” abounded, and there was a proliferation of communist books, magazines, and newspapers. [...] When the Brazilian Army threw out Goulart and the Congress selected conservative Marshall Castello Branco as President, all that changed. The most-often stated purpose of “the Revolution”, then as now, was that “corruption and subversion” must be cleaned out. The shriveled and largely ineffective role of communist propaganda in Brazil today is the result of severe restrictions imposed chiefly by two factor: a. the all-out anti-communism of the government, and b. the anti-communist sentiment of the vast majority of educated Brazilian people and the political indifference of the rest. [...] Not only were overt communist organizations and publications put out of business, but successive waves of purges and cassations included many suspected communists or leftists in the mass media. Government censorship of the media, off and on after 1964, has been a fixed policy since December 1968. **Fonte:** Communist Propaganda in Brazil. 27 de dezembro de 1970. *In:* NARA II, RG 306. Office of Assistant Director for Latin America. Country files for Brazil 1953-1971. NND 74719. Box 33, Folder CSM Communism.

O uso público do livro também foi outro recurso recorrente. Não bastava publicá-los, era necessário associá-los ao debate público via imprensa. Assim, assuntos como a capacidade de inclusão social do “novo capitalismo” e a ameaça que representava o comunismo às benesses do sistema capitalista eram diretamente ligados às disputas políticas travadas no interior da sociedade brasileira. Os livros *UNE, instrumento de subversão*, *A nova classe*, *Um engenheiro brasileiro na Rússia* e todos os livros de Suzanne Labin são alguns dos exemplos de livros cujo uso público respondeu a uma disputa política.

Títulos como esses, que tratavam de uma suposta invasão do comunismo no mundo ocidental e que foram utilizados para apontar elementos da comunização do Brasil, “provando” a existência real do perigo, cumpriram o seu papel ideológico no período e, como demonstrei nesta tese, pavimentaram o caminho que nos levou a viver sob uma ditadura civil-militar por mais de 20 anos.

O caráter efêmero desses títulos fica comprovado quando se observa a movimentação editorial brasileira em finais da década de 1970, resultado da abertura política que culminou na anistia. As novas editoras “de esquerda” que surgiram, como Kairós, Alfa-Omega, Hucitec, L&PM, Graal, Ciências Humanas, Brasil Debates, entre outras, somaram-se às já pioneiras Civilização Brasileira, Brasiliense, Paz e Terra e foram responsáveis pelo lançamento de um sem-número de títulos políticos e de oposição ao governo civil-militar, reforçados pelo retorno do movimento estudantil e pela erupção das greves do ABC.

Ocorreu, então, a partir de meados da década de 1970, um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo civil-militar iniciado em 1964 [...] editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964 [...]. (MAUÉS, 2013, p. 92).

Ao menor sinal de afrouxamento das forças repressivas, títulos políticos de oposição ao regime e pertencentes ao espectro ideológico à esquerda voltaram a circular pelo mercado editorial brasileiro, encapsulando os “livros de combate” da USIA no passado.

Entretanto, há uma linha do programa editorial da Agência que não se restringiu a atuar apenas naquele período, isto é, não estava direta e claramente ligada ao combate político-ideológico travado entre os anos de 1953 a 1964. Trata-se dos títulos mais perenes em suas abordagens e que melhor se travestem de cientificidade.

Foram aproximadamente 8 milhões de exemplares subsidiados com larga abrangência de temas e áreas do conhecimento com a incumbência de moldar uma visão de mundo apropriada ao modelo capitalista. Dentre eles, um sem-número de títulos com viés técnico e gerencialista para tratar de economia, democracia e política de Estado. Títulos de administração e administração pública, títulos sobre câmbio e controle inflacionário, sobre modernização do sistema bancário e financeiro, sobre a relação existente entre desenvolvimento e planejamento familiar, sobre cidades e desenvolvimento urbano, sobre técnicas agrícolas.

Estes títulos têm como característica comum o fato de apresentarem soluções aos problemas sociais dissociando-os de suas origens fundantes, isto é, da exploração e desigualdade dela proveniente. Oferecem a ideia, repetidamente reforçada, da possibilidade de aperfeiçoar o capitalismo para o bem comum. Este movimento editorial de defesa do capitalismo, iniciado pelos Estados Unidos e operacionalizado pela USIA, e que incluiu todos os aparelhos privados de hegemonia estadunidenses e de países aliados, não se encerra no período aqui analisado e nem se encerra com a extinção da Agência, ocorrida em 1999. A defesa do capitalismo em livros e cursos universitários segue atuante pelas mãos de diversos agentes, espalhados pelo mundo, e as críticas formuladas para a superação do sistema capitalista parecem ser em menor quantidade do que aquelas formuladas para a sua correção e aperfeiçoamento.

A questão em aberto, e para a qual esta pesquisa aponta possibilidades de reflexão, é em que medida e profundidade a difusão maciça de conteúdo em defesa do capitalismo interfere na capacidade de uma sociedade construir alternativas contra-hegemônicas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, A. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-432.

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

AGENTES informantes e provocadores nas organizações operárias (e outras). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 out. 1956, p. 16 e p. 7 [nesta ordem]. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

AGGIO, Alberto. A “classicidade” de Gramsci e o tema dos intelectuais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 75-91, dez. 2010.

AL NETO. Credo democrático. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1952. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. A base do conflito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1950. Nos Bastidores do Mundo, p. 5.

\_\_\_\_\_. Clarim da liberdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1950.

ALBURQUERQUE F., Germán. Los intelectuales latino-americanos, la Guerra Fría y la Revista América Latina de Moscú (1976-1992). *Revista Universum*, Talca, v. 1, n. 25, p. 12-26, 2010.

A ALEGRE década de 1920: do terrorismo revolucionário ao crime racional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p.71-96, 2010.

ANÁLISE da economia americana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 set. 1960. 6º caderno. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro desde 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.



ANTISSEMITISMO, nova linha política soviética. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 21 dez. 1952. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARBEX, Luciana Bueno Marta. *Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-095555/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ARMANI, Carlos Henrique. História intelectual e redes contextuais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 137-150, jul. 2013.

AS ATIVIDADES deformantes do ISEB veiculam ideais marxistas e totalitárias. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 16, 21 dez. 1959. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

AUBOURG, Valerie. Organizing Atlanticism: the Bilderberg Group and the Atlantic Institute, 1952-1963. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*. London: Frank Cass, 2003. p. 73-83.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAHIA, Luiz Alberto. Capitalismo revolucionário? Resenha. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jul. 956. Livros na Mesa, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BERGER, Mark T. After Third World? History, destiny and the fate of the Third Worldism. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 1, p. 9-39, 2004.

BERGER, Mark T.; BORER, Douglas A. The long war: insurgency, conterinsurgency and collapsing states. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 2, p. 197-215, 2007.

BERTERO, C. O.; BARROS, A.; ALCADIPANI, R. Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan./mar. 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIBLIOGRAFIA. A Democracia em marcha, de David E. Lilienthal. *O Estado de S. Paulo*, p. 8, 7 dez. 1956. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL 1960. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de jun. 1955. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL, EUA e Europa, os vértices do Triângulo da Comunidade Atlântica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1960. Matutina, Geral, p. 3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n.3, p. 853-874, set.-dez. 2018.

BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966). 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2008.

CANCELLI, Elizabeth. Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria. *ArtCultura*, Uberlândia, n. 9, p. 111-118, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

\_\_\_\_\_. O Ilari e a guerra cultural: a construção de agendas intelectuais na América Latina. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 17, n. 30, p. 199-212, jan.-jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios: USP-Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. (Coleção Entr(H)istória).

A CARTA do deputado argentino Antonio Brandi e a insustentável posição do Sr. Goulart. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1955. Matutina, Geral, p. 1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019. Acesso em: 17 abr. 2019.

CATERINA, Gianfranco. O papel da USAID no financiamento ao governo brasileiro (1964-1967). *CADUS – Revista de História, Política e Cultura*, São Paulo, v. 1. n. 1, p. 30-38, jul. 2015.

CATTAL, Júlio Barnez Pignata. *Guerra fria e propaganda: a United States Information Agency no Brasil, 1953-1964*. Curitiba: Prismas, 2017.

CHEGA Suzanne. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 1 ago. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

COEXISTÊNCIA econômica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 1959. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

COMO decorreu o último pleito nos países bálticos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 setembro 1955. Matutino, Geral, p. 3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

COMO e porque o Sr. Goulart chegou a companheiro de chapa do Sr. Kubitschek. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 set. 1955. Vespertina, Geral, p. 1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

COMPARAÇÃO lado a lado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1956, p.14 e p. 9 [nesta ordem]. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

OS COMUNISTAS agravam a atual crise política! *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1955. Vespertina, Geral, p. 1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CONTRARIADAS a Constituição e a Lei, na criação do ISEB. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 18 nov. 1959. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

COOKE, Bill; ALCADIPANI, Rafael. *Toward a global history of management education: the case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil*. Academy of Management Learning & Education, 2013.

CORÇÃO, Gustavo. Estudantes. *O Estado de S. Paulo*, 1 set. 1957. 2º Caderno. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 19 de abr. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. (org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CULL, Nicholas. *The Cold War and the United States Information Agency: american propaganda and public diplomacy, 1945-1989*. NY: Cambridge University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Ganando amigos: la diplomacia pública estadounidense en Europa Occidental, 1945-1960. In: NIÑO, Antonio; MONTERO, José Antonio (org). *Guerra Fría y propaganda: Estados Unidos y su cruzada en Europa y América Latina*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. (Ebook).

CPI vai provar que a UNE está financiando a revolução no Brasil, diz Raimundo Padilha. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 ago. 1962. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CRUZADA lança livro contra o comunismo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1963, p. 14.

CULTURA Política. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 31 out. 1955. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente, futuro*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. A batalha do livro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia: Ateliê Editorial; Belo Horizonte: UFMG, 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, A. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 357-376.

DIÁLOGOS democráticos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1960. 1º Caderno, p. 6. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

DIZARD, Wilson P. *Inventing public diplomacy: the story of the U.S. Information Agency*. Boulder: London: Lynne Rienner Publishers, 2004.

DORE, Rosemary. A atividade editorial como atividade educativa: reflexões de Gramsci sobre as “Revistas Tipo”. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 29, p. 79-93, nov. 2007.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

A ELETROBRÁS levantou o véu do estatismo na Câmara Alta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 20 out. 1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

EM CIMA da hora. Nota de divulgação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1963. Suplemento literário, p. 5. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 de jul. de 2019.

ENÉRGICA advertência contra a infiltração comunista no ISEB. Discurso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 nov. 1959. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

EXPERIÊNCIA na Polônia Oriental. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 setembro 1955. Matutina, Geral, p. 8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

OS EUA espionam milhões de e-mails e ligações de brasileiros. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-espionaram-milhoes-de-mails-ligacoes-de-brasileiros-8940934>. Acesso em: 21 ago. 2019.

FALTAM apenas cinco minutos. Entrevista concedida a José Franco. Foto de Luiz Alfredo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 52-53, 14 set. 1963.

FBPR - Franklin Book Programs Records. *Proposta para um Programa Editorial na América Latina*. Relatório assinado por Wilbur A. Kenerr, vice-presidente da Franklin Publications, de 1 de julho de 1963. In: Princeton University. Seeley G. Mudd Manuscript Library. Franklin Book Programs Records. Brazil: Program Status Report, Box 85, Folder 6.

FÉLIX, Moacyr (org.). *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERES JR, João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 15, p. 97-110, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, A. (org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 543-583.

FERREIRA, Oliveiros S. A sociologia de Gramsci. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, out. 2006.

FIM do Comunismo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1956. Primeira página. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo (org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV: Editora UFRJ, 2010.

FRANZON, Sadi. Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da água na legislação de ensino brasileira. EDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 26 a 29 out. 2015, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: PUC-PR, 2015.

FREITAS, Geraldo. No mundo dos livros. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 46, 30 out. 1954. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

FREYRE, Gilberto. Viagem aos Estados Unidos. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 95-, 9 set. 1961. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GERTH, H. H; WRIGHT MILLS, C. (org.). *Max Weber: ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.

GIENOW-HECHT, Jessica C. E. How good are we? Culture and the Cold War. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass, 2003. p. 225-236.

GILMAN, Nils. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

GLONDYS, Olga. La Guerra Fría Cultural y el exilio republicano español. Cuadernos del Congreso por la Libertad de la Cultura (1953-1965). Resenha de VIÑAS, Angel. *Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura*, v. 189-760, mar./abr. 2013.

GOERGEN, Hermann M. A atual política soviética obedece a exigências táticas ditadas pelas circunstâncias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 9, nov. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

GOLDSTEIN, Cora S. The control of visual representation: american art policy in occupied Germany, 1945-1949. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass, 2003. p. 237-251.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, A. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-81.

GOMES, Pimentel. O Brasil no mundo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2. 20 ago. 1958. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) -

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2016.

GONZÁLES-CHIARAMONTE, Claudio. Expandiendo paradigmas, rediseñando fronteras: la diplomacia cultural norteamericana y la búsqueda de una comunidade interamericana de académicos. Florianópolis, *Revista Esboços*, v. 15, n. 20, p. 223-244, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

A GRANDE chacina de 1938. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUEIROS, José Alberto. Eis o perigo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Em cima da hora. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 26 out. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brasil: a study of US Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.

HALL, Clarence. A nação que salvou a si mesma. *Seleções*, p. 93-120, nov. 1964.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor; USP, 1985.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HASSLOCHER, Ivan. O IBAD e as eleições. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 6 de setembro de 1963. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso 24 de julho de 2019.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IBER, Patrick. El imperialismo de la libertad: el Congreso por la Libertad de la Cultura em América Latina (1953-1971). In: CALANDRA, B; FRANCO, M. (org.). *La guerra fría cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 117-132.

\_\_\_\_\_. *Neither Peace nor freedom: the Cultural Cold War in Latin America*. London: Harvard University Press, 2015.

INFILTRAR-SE e solapar é a grande tática comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 3 ago. 1963.

INOCENTES úteis e espertos (utilíssimos) manejados para o objetivo comunista no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.14 e p. 9 [nesta ordem], 26 outubro 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

IORIS, Rafael R. *Qual desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista*. Jundiaí: Paco, 2017.

\_\_\_\_\_; MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019.

IPÊS. Boletim Mensal, n. 7, ano II, fevereiro de 1963. Fundo IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Boletim Mensal, n. 8, ano II, março de 1963. Fundo IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Boletim Mensal, n. 26-27, ano III, set./out. de 1964. Fundo IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Correspondências. Documentos QL.0.COR.008, 1965 e QL.0.COR.007, respectivamente. Fundo IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina\\_inicial.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp). Acesso em: 17 abr. 2019.

O ISEB e as dúvidas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 6, 16 nov. 1959. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.



JANELLO, Karina. Las políticas culturales del socialismo argentino bajo la Guerra Fría. Las redes editoriales socialistas y el Congreso por la Libertad de la Cultura. *Papeles de Trabajo*, v.7, n. 12, p. 212-247, 2013.

JOHNSTON, Gordon. Revisiting the Cultural Cold War. *Social History*, v. 35, n. 3, 2010.

JUNQUEIRA, Mary A. Representação política do território latino-americano na Revista Seleções. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 323-342, 2001.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. *Acordo MEC-USAID: a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966-1971)*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006.

LABIN, Suzanne. Os equívocos sobre a guerra política dos soviéticos. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 18-19 nov. 1961. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. Faltam apenas cinco minutos. [Entrevista concedida a] José Franco. Foto de Luiz Alfredo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 52-53, 14 set. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Suzanne. *A guerra política: arma do comunismo internacional*. Rio de Janeiro: Presença, 1960.

LACERDA, Carlos. Discurso. *Tribuna da Imprensa*, 27 nov. 1957. 1º Caderno, p. 4; 2º Caderno, p. 5. Disponível em: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LACERDA, Maurício Caminha. O poder do átomo (Série). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ago./out. 1955. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: american social science and 'nation building' in the Kennedy era*. Chapel Hill: London: The University of North Carolina Press, 2000.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIGUORI, Guido. Aparelho ideológico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 44.

\_\_\_\_\_; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOVATTO, Angélica. Um projeto de revolução brasileira no pré-1964: os Cadernos do Povo Brasileiro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Edição e revolução*:

leituras comunistas no Brasil e na França. Cotia: Ateliê Editorial; Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 153-182.

LUCAS, W. Scott. Beyond freedom, beyond control: approaches to culture and state-private network in the Cold War. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans. (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass, 2003. p. 40-56.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. 2. ed. São Paulo: Duas cidades: Editora 34, 2009.

MAACK, Mary Niles. Books and libraries as instruments of Cultural diplomacy in Francophone Africa during the Cold War. *Libraries and Culture*, v. 36, n. 1, p. 58-84, 2001.

MADEIRA, Marcos Almir. ISEB, uma fraude remunerada pelo Estado [Entrevista]. Entrevista concedida ao Jornal O Globo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1959.

MAIS que entre operários e camponeses deve-se temer o comunismo entre estudantes. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 29 set. 1962. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 5 maio 2019.

A MALIGNIDADE do poder concentrado. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 9 jan. 1958. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista Sociologia Política*, 12, p. 67-82, jun. 1999.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MAUÉS, Flamarion. O momento oportuno: Kairós, uma editora de oposição. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 115-146, 2006.

\_\_\_\_\_. A Editora Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil (1994-1964). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia: Ateliê Editorial; Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 121-154.

\_\_\_\_\_. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 91-104, 2014.

MAYO, W. K. O enigma da Esfinge. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 10-11, 13 dez. 1957. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

MIRAVITLLES, Jaume. Lippmann e o Brasil (I): por que é o Brasil o país latino-americano de mais amplas perspectivas para o futuro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 dez., 1960, Vespertina, Geral, p. 11. Acervo digital de O Globo, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lippmann e o Brasil (II): as posições do Brasil nas etapas de crescimento econômico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 dez., 1960. Vespertina, Geral, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11 fev. 2019

\_\_\_\_\_. Luta contra Monopólios. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1956. Vespertina, Geral, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONTELLIER, Norman. Companheiro de Tito denuncia num livro o regime comunista: massacrados 11 mil poloneses. Foram retirados do cárcere, onde se encontra Djilas, os manuscritos agora editados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957. 1º Caderno, p. 13. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. *Anos 90*, v. 9, n. 15, p. 71-91, 2001.

\_\_\_\_\_. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOVIMENTO editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957. 1º Caderno. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MULLER, Angélica. *Praia do Flamengo, 132: histórias e memórias*. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

MUNHOZ, Sidney J. George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria. *Diálogos*, v. 22, n. 1, p. 26-43, 2018.

NÁLLIM, Jorge. Redes transnacionales, antiperonismo y guerra fría: los orígenes de la Asociación Argentina por la Libertad de la Cultura. *Prismas*, v. 16, n. 1, 2012.

NAVARRO DE TOLEDO, Caio. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: NAVARRO DE TOLEDO, Caio (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 137-164.

NENHUMA revolução falhou tanto como a comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 12 ago. 1957.

NIÑO, Antonio; MONTERO, José Antonio (org.). Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Guerra Fría y propaganda: Estados Unidos y su cruzada en Europa y América Latina*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. (Ebook).

NOCERA, Raffaele. La guerra fría en América Latina: reflexiones acerca de la dimensión político-institucional. In: CALANDRA, B; FRANCO, M. (ed.). *La guerra fría cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 35-50.

A NOVA liderança soviética e a política do mundo livre, 1953-1956. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 10, 31 out. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

OLINTO, Antonio. Livros de Economia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 out. 1961. Porta de Livraria, p. 12. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Livros de Economia II. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1961. Porta de Livraria, p. 2. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

OLIVEIRA, Laura. *Publicar ou perecer: a Edições GRD, a política da tragédia e a campanha anticomunista no Brasil, 1956-1968*. 2013. 274 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e a ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 21, n. 62, p. 95-103, out. 2006.

PADILHA, Raimundo. Comunismo só é humano para Lott (Discurso). *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 set. 1957. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PADRÃO de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osório, Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez. 2004.

PAGET, Karen. From Stockholm to Leiden: the CIA's role in the formation of the International Student Conference. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans. (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass, 2003. p. 107-137.

PARMAR, Inderjeet. Conceptualising the state-private network in American Foreign Policy. In: LAVILLE, Helen; WILFORD, Hugh (ed.). *The US Government, citizen groups and the Cold War*. New York: Abingdon: Routledge, 2006. (Ebook).

\_\_\_\_\_. The issue of state power: the Council on Foreign Relations as a case study. *Journal of American Studies*, v. 29, issue 1, p.73-95, Apr. 1995. Published online: 16 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. *Foundations of the American century: the Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the rise of American Power*. New York: Columbia University Press, 2012. (Ebook).

PAULO NETO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O PC iugoslavo critica posição de Milovan Djilas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 1954. Geral, p. 2. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PETROBRAS foi espionada pelos EUA, apontam documentos da NSA. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/petrobras-foi-espionada-pelos-eua-apontam-documentos-da-nsa.html>. Acesso em: 21 ago. 2019.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLAND, Harold Cecil. É mais fácil amar estrelas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 out. 1961. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PORTO SOBRINHO, A. F. O mundo comunista não oferece qualquer vantagem ao Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 12, 26 de mar. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 17 abr. 2019.

PROPOSTA Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar atividades subversivas da UNE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1962. 1º Caderno, p. 3. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

O QUE ocorre no Brasil é fator decisivo para o drama da América Latina. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1960, Matutina, Geral, p. 4. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11 fev. 2019.

RAAD, Lenita Jacira Farias. Revista Seleções do Reader's Digest e as campanhas de controle demográfico no interior da guerra fria. *Revista Esboços*, v. 11, n. 11, p. 167-176, 2004.

RAIMUNDO Padilha revela na CPI as ligações UNE-PCB. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 13, 23 ago. 1963. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2019.

OS RECURSOS de um vale. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1957. Matutina, p. 5. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17 abr. 2019.

REIMÃO, Sandra. *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2016.

A REVOLUÇÃO da América Latina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de jul. de 1961. 1º Caderno, p. 7. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

REY TRISTÁN, Eduardo. Estados Unidos y América Latina durante la Guerra Fria: la dimensión cultural. In: CALANDRA, B; FRANCO, M. (ed.). *La guerra fria cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 51-65.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. *Perspectivas*, São Paulo, n. 30, p. 151-175, 2006.

RICHARDS, Pamela Spence. Cold War Librarianship: Soviet and American Library Activities in Support of National Foreign Policy, 1946-1991. *Libraries and Culture*, v. 36, n. 1, 2001.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110. 2005.

ROBBINS, Louise S. Publishing American Values: The Franklin Book Programs as Cold War Cultural Diplomacy. *Library Trends*, v. 55, n. 3, p. 638-650, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Francisco J. Maquinaria imperfecta: la United States Information Agency y el Departamento de Estado em los inicios de la Guerra Fría. In: CALANDRA, B; FRANCO, M. (ed.). *La guerra fria cultural en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 97-113.

RODRÍGUEZ, Miguel. La perspectiva latinoamericana de la cultural estadounidense. In: NIÑO, Antonio; MONTERO, José Antonio (org). *Guerra Fría y propaganda: Estados Unidos y su cruzada en Europa y América Latina*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. (Ebook).

ROJAS, Rafael. El aparato del império: C. Wright Mills, la Revolución Cubana y la Nieva Izquierda. *Perfiles Latinoamericanos*, México, n. 44, jul./dic. 2014.

ROMANO, Silvina M. La Asistencia “Para el Desarrollo” en las relaciones de Estados Unidos y América Latina. *Análisis Político*, Bogotá, n. 76, p. 191-212, sep./dic. 2012.

ROSTOW, W. W. Revolução econômica enfrenta obstáculos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 abr. 1964,. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RUIZ DURÁN, Francisco Javier. El Congreso por la Libertad Cultural, visto desde las dinámicas de la Guerra Fría. *Mem. Soc.*, Bogotá, n. 36, ene./jun. 2014.

SANTOMAURO, Fernando. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil, 1953-1964*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Formato ePub.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans. Introductions: Boundaries to Freedom. In: \_\_\_\_\_. *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*. London: Frank Cass, 2003. p. 1-13.

SEMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciano. *Revista Katál*, Florianópolis, v.12, n1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

SERMÃO aos surdos. *O Estado de S. Paulo*, p. 3, 30 ago. 1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 19 de abr. 2019.

SERVÍN, Elisa. Propaganda y Guerra Fría: la campaña anticomunista en la prensa mexicana del medio siglo. *Signos Históricas*, México, n. 11, p. 9-39, ene./jun. 2004.

SHAW, Paul V. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, 27 out. 1957. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em: 19 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 fev. 1958. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em: 19 de abr. 2019

\_\_\_\_\_. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 fev. 1958. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em: 19 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1958. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em: 19 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1958. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em:

\_\_\_\_\_. O capitalismo democrático nos Estados Unidos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 1958. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acessos em:

SHAW, Tony. Some writers are more equal than others’: George Orwell, the State and Cold War Privilege. In: MAJOR, Patrick; MITTER, Rana (ed.). *Across the blocs: Cold War and Social History*. London: Frank Cass, 2004. p. 111-132.

SILVA, Alexandra de Mello e. *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, A. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-333.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura no Brasil: Veja e consenso. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *Cone sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS, 2013.

SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SONIA fura greve dos estudantes para fazer prova. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 junho 1962. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 5 maio 2019.

SUPPO, Hugo Rogelio. Brasil: de la propaganda norteamericana “desestabilizadora” a la conspiración y el golpe de Estado (1946-1964). In: NIÑO, Antonio; MONTERO, José Antonio (org.). *Guerra Fría y propaganda: Estados Unidos y su cruzada en Europa y América Latina*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. (Ebook).



SUZANNE Labin afirma que falsos democratas levam o Brasil para o Kremlin. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 8 ago. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SUZANNE Labin diz que ‘paz na Terra’ reforçou comunistas na Itália. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 2 ago. 1963.

TENHO provas irrefutáveis que Jango é um traidor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 set. 1955. Matutina, Geral, geral, p. 5. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

TEXIER, Jacques. Sociedade civil. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 733.

TOBIA, Simona. Advertising America: VOA and Italy. *Cold War History*, v. 11, n. 1, p. 27-47, Feb. 2011.

TONIAL, Marcos Paulo. A política externa de Reagan e a redemocratização da América Latina (1981-1988). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 241-253, jan./dez. 2006.

TOTA, Antonio Pedro. Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. *Perspectivas*, São Paulo, n. 27, p. 111-112, 2005.

\_\_\_\_\_. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ÚLTIMA palavra em técnica: a frente única. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.18 e p. 11 [nesta ordem], 30 out. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

UM POUCO de história do ‘paraíso socialista’ soviético. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 26 set. 1956.

A UNE é instrumento de subversão social no país. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 ago. 1962. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

USA. DS. RG 59. American Books for Latin America, November 15, 1961. In: NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1-3149. NND 959040. Box 6, Folder Books Department of States Material.

\_\_\_\_\_. An Alliance for Progress Breakthrough Program on Educational, Scientific, and Cultural Development, **February 26, 1962**. In: NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 7, Folder Cultural CU Activities in LA.

\_\_\_\_\_. An Expanded Propaganda Program in Latin America, **July 5, 1961**. In: NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant

Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1-3149, NND 959040. Box 1 Folder: Propaganda Program in LA.

\_\_\_\_\_. Directive on Books for Latin America, Dean Rusk, **May 21, 1962**. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Department of State. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 6. Folder: Books CU Materials.

\_\_\_\_\_. Establishment of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance. **April 9, 1962**. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15. Folder: Alianza para el Progreso – Political Ideological Force.

\_\_\_\_\_. The Intellectual in the Latin America Cultural Program, **May 24, 1962**. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs / Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Alianza para el Progreso – Political-Ideological force.

\_\_\_\_\_. Translation of American Books for Latin America, **February 1, 1962**. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1-3149. NND 959040. Box 6, Folder Books Department of States Material.

\_\_\_\_\_. US Doctrinal Program PSB D-33. [**entre 1951-1953**]. Psychological Strategy Board Status Report. *In:* NARA II. Department of State. RG 59. Office of the Secretary. Executive Secretary. Psychological Strategy Board Working Files 1951-1953. Lot File 62-D 333. NND 959288. Box 6, Folder PSB-D-45.

\_\_\_\_\_. Working Paper on Rounding Out Alliance for Progress Program in the Political and Ideological Fields, **April 23, 1962**. *In:* Department of State. RG 59. Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files, 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 15, Folder Ideological Aspects of AFP, Working group on.

USA. DS. RG 84. Organization and Program of Institute of Research and Social Studies (IPÊS). *In:* NARA II. Department of States. RG 84. Records of the Foreign Service Posts of The Department of State. Brazil. US Consulate, São Paulo. Classified Central Subject Files. 1962-1974. Entry P 87. NND 53384. Box 1. Folder 350 Brazil IPÊS.

\_\_\_\_\_. Memorando de Conversação. Consulado de São Paulo para Embaixada, Rio de Janeiro. **March 13, 1962**. *In:* NARA II. Department of States. RG 84. Records of the Foreign Service Posts of The Department of State. Brazil. US Consulate, São Paulo. Classified Central Subject Files. 1962-1974. Entry P 87. NND 53384. Box 1. Folder 350 Brazil IPÊS.

USIA. RG 306. A Basic list of book suitable for foreign translation, **July 13, 1954**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Administration. Management Division. Policy and Programs Field Circulars 1953-1957. Entry P 114. Box 1. Folder Policy and Programs Field Circulars 1-7.

\_\_\_\_\_. Advertising / Promotion Campaign, [s. d.]. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4.

\_\_\_\_\_. Alliance for Progress: New Section in Rio Daily. Field Message n. 229, **May 20, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

\_\_\_\_\_. Annual USIA Assessment Report, **November 4, 1957**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Annual USIA Assessment Report, **October 30, 1958**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Anti-Communism [s. d.]. NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

\_\_\_\_\_. Appointment with Mr. Tavares de Sa, **May 29, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 56, Folder Field – Latin American Republics - IAL.

\_\_\_\_\_. Articles by Porto Sobrinho, **June 4, 1956**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_. Attendance at the Annual Convention, Inter-American Press Association, Miami, Florida, **November 17-22, 1963**. Memorando de 27 de novembro de 1963. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 54123. Box 57. Folder Field Miscellaneous Country Plans.

\_\_\_\_\_. Bertrand Russell's War Crimes Trials, **September 15, 1966**. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Assistant Director for Operations. Program Files 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP, Office of Policy and Plans.

\_\_\_\_\_. Bloch Editores Publishing Proposal, **April 13, 1965**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 7.

\_\_\_\_\_. Book Development Program, [s.d.] *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Public Division. Editorial Branch ca. 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 4. Folder: Budget & Planning.

\_\_\_\_\_. Book Development: Semantics of Socialism and capitalism, **November 28, 1966**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the

Directors, 1956-1972. Entry P 331. NND 48552. Box 173, Folder Information Center Service Books 1967. Não achei referência sobre a publicação desse título no Brasil.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program Office – Assessment Report, **January 3, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program, Field Message n. 73, **November 8, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July-Dec.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program, **January 24, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan.-April 1963.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program. Summary of USIS Program with Editora Fundo de Cultura, **December 26, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program: A Brazilian Engineer in Russia, **January 4, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Box 4.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program: You and Democracy, **October 2, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Information Center Service/Publications Divisions/Translation Branch. Entry P 58. Box 3. Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. Book Translation Program, **March 25, 1965**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 7.

\_\_\_\_\_. Brazil Country Plan, **September 12, 1957**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Brazil Country Internal Defense Plan, **March 20, 1964**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Policy. Records Relating to Counterinsurgency Matters, 1962-1966. Entry P296. NND 011188. Box 2, Folder CI-Brazil.

\_\_\_\_\_. Brazilian Intellectuals, **August 27, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. Cartoon Book Program, Rio. Field Message n. 11, Confidential group four, **August 9, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. Castro and European Intellectuals, **May 10, 1971**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Executive Secretariat. Subject Files of the Director 1956-1972. Entry P 331. NND 45431 / 31645. Box 171, Folder FPD Latin America.

\_\_\_\_\_. Communist Propaganda in Brazil. **December 27, 1970**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Assistant Director for Latin America. Country files for Brazil 1953-1971. NND 74719. Box 33, Folder CSM Communism.

\_\_\_\_\_. Conversation with Gilberto Freyre, **May 29, 1961**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Bureau of Inter-American Affairs / Office of the Deputy Assistant Secretary. Subject Files 1961-1963. Entry A1 3149. NND 959040. Box 2, Folder Brazil. 138. (Está na listinha da USIA RG 306)

\_\_\_\_\_. Correspondência, **31 de agosto de 1965**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Editorial Branch. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 19, Folder Praeger, Frederick A., Inc.

\_\_\_\_\_. Correspondência de Richard C. Wooton. **28 de abril de 1964** / Coordinator Latin American Book Program para Bill Childs e Ted Jaeckel / Regional Book Officers, USIS, American Embassies Buenos Aires and México. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. NND 74627. Box 5, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1964.

\_\_\_\_\_. Correspondência oficial e informal de Alan E. James. **8 de novembro de 1962**. (responsável pelo programa de tradução de livros no Brasil, USIS Rio de Janeiro, para Richard Wooton, da Information Center Service, USIA). *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. NND 74627. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Official-Informals, 1962-1963.

\_\_\_\_\_. Country Assessment Report CY 1962, **February 22, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. NND 74627. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July-Dec., 1962.

\_\_\_\_\_. Country Plan for Brasil Fiscal Year, **April 28, 1953**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Country Plan for Brasil Fiscal Year **1957**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry P 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

\_\_\_\_\_. Country Plan for USIS-Brasil, **September 12, 1957**. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Country Plan for USIS-Brasil Fiscal Year **1959**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P 327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. Cuba: Independent or Satellite Nation. Field Message n. 207, **April 22, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Jan.-April 1963.

\_\_\_\_\_. Describing action taken by USIS Rio to conter Soviet offer of assistance to Latin America, **April 3, 1956**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_. Djilas Book Translation, **August 27, 1957**. Confidential. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2.

\_\_\_\_\_. FYI Material – If they come in the morning by Angela Davis and other Political Prisoners. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Bureau of Education and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 1, Folder Frank Cass.

\_\_\_\_\_. ICS Book Program, **December 3, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. ICS Book Translation Program. New contracts made with Brazilian publishers. **March 18, 1963**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. P 58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

\_\_\_\_\_. ICS Book Translations Program. **February 28, 1962**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Circulars Relating to Latin America, 1962-1968. Entry P 437. NND 50666. Box 1, Folder USIA Circulars.

\_\_\_\_\_. Immediate Release, **October 28, 1953**. *In:* NARA II, USIA, RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 3, Folder Overseas Book Program.

\_\_\_\_\_. Infoguide: Population Planning in Latin America, **April 5, 1967**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

\_\_\_\_\_. Infoguide: The New Class by Milovan Djilas, **August 1, 1957**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2.

\_\_\_\_\_. Infoguide: war on Hunger, a global imperative, **March 30, 1967**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Entry P 4. NND 74594. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

\_\_\_\_\_. IPS Press reaction to signing of agreement providing for cooperation between Brazil and US in the Atoms for Peace Program, **June 13, 1955**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_. IPS Voluntary quarterly report of press section actives, **October 28, 1955**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_.IPS: Countering Communism during Brazilian Presidential Election Campaign, **October 4, 1955**. *In:* NARA II. USIA. RG 306.

\_\_\_\_\_. Major Goals of the Information Center Service during the second half of 1955, **April 29, 1955**. *In:* USIA. RG 306. Office of the Director. Office of Public Information. Records Relating to Strategic Planning and Objectives, 1954-1957. Entry P 200. NND 54082. Box 1, Folder TCS – Six Months' Objectives, January to June 1955.

\_\_\_\_\_. Memorando de Frank H. Oram/ IAA para Theodore Streibert, **December 22 1955**, encaminhando Plano de Ação para o semestre janeiro-junho de 1956. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Office of Public Information. Records Relating to Strategic Planning and Objectives, 1954-1957. Entry P 200. NND 54082. Box 1, Folder TCS – SIX Month's Objective, jun.-dec. 1955.

\_\_\_\_\_. Memorandum for all heads and all USIS posts, **April 6, 1964**. *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Editorial Branch ca 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 19, Folder Directors quarterly meeting proposals. (92).

\_\_\_\_\_. Negative stereotypes about the United States held by Latin American University Students. **June 1965**. *In:* NARA II. USIA, RG 306. Information Center Service/Bibliographic Division.

\_\_\_\_\_. Operating Responsibilities and Relationships for the United States Information Agency, **November 1, 1954**. *In:* NARA II. USIA. RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-annual Report on Educational Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

\_\_\_\_\_. Operations Coordinating Board. [s.d.] In: NARA II, USIA. RG 306, Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 3, Folder Committee OCB.

\_\_\_\_\_. Organograma USIA de **1954**. In: NARA II. USIA. RG 306. Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-Annual Report on Education Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

\_\_\_\_\_. Potomac Cable n. 307 – US Foreign Aid, **September 21, 1966**. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Assistant Director for Operations: Program Files; 1956-1970. Box 13, Folder IOP – Office of Policy and Plans, 1961.

\_\_\_\_\_. President's Directive. **April 4, 1951**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 2, Folder Liaison: PSB.

\_\_\_\_\_. Press Evidence of effectiveness, **September 11, 1956**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_. Press reaction to initialing of atomic energy agreement between Brazil and United States, **June 13, 1955**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

\_\_\_\_\_. Projection of ICS activities to fiscal year **1960**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

\_\_\_\_\_. Projection of IIA, [s. d.]. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

\_\_\_\_\_. Projection of the Foreign Information Program. [s.d.]. In: NARA II. USIA, RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

\_\_\_\_\_. Proposed Extension of the International Educational Exchange Program, **August 25, 1952**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder Committee: Fulbright Investigating.

\_\_\_\_\_. Proposed Land Reform Policy for Latin America, **September 19, 1962**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America (ca 1956-1978). Circulars Relating to Latin America, 1962-1968. Entry P 437. NND 50666. Box 1, Folder USIA Circulars.



\_\_\_\_\_. Psychological Operations Coordinating. Documento n. 846 emitido pelo Departamento de Estado. **August 17, 1950.** *In:* NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 1, Folder: Committee POC.

\_\_\_\_\_. Publication of The New Class by Milovan Djilas. Circular 93, **October 28, 1957.** *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2.

\_\_\_\_\_. Reorganization of Foreign Information Activities. **July 31, 1953.** *In:* NARA II, USIA. RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-annual Report on Educational Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

\_\_\_\_\_. Report of Student Affairs Grantee, **November 30, 1964.** *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 7. Folder Rio de Janeiro, Brazil, November-December, 1964.

\_\_\_\_\_. Research and Reference Service. USIA. *In:* NARA, RG. 306. Records of the Office of Research. Subject Files 1953-1999. BOX 6. Folder USIA Relations with Private Business in Latin America 1965. Declassified NND 37262.

\_\_\_\_\_. Six Months' Plans – Latin America – July- December 1956, **July 13, 1956.** *In:* NARA II, USIA. RG 306. Office of the Director. Office of Public Information. Records Relating to Strategic Planning and Objectives, 1954-1957. Entry P 200. NND 54082. Box 1, Folder TCS – Six Months' Objectives, January to June 1956.

\_\_\_\_\_. South American Youth Festival – Developments contributing to official interdiction of conference originally scheduled to be held at São Paulo, **February 6-13, 1955.** February 11, 1955. NARA II. USIA. RG 306. Correspondence Files with Latin America USIS Posts 1954-1958.

\_\_\_\_\_. Special Project Planned for Next Six Months. Memorandum, **December 29, 1954.** NARA II. USIA. RG 306. Office of the Director. Office of Public Information. Records Relating to Strategic Planning and Objectives, 1954-1957. Entry P 200. NND 54082. Box 1, Folder TCS – Six Months' Objectives, January to June 1955.

\_\_\_\_\_. Student Program: weekly report on Brazilian Students, **October 2, 1963.** *In:* NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P 58. Box 5, Folder Brazil, Rio de Janeiro, Oct.-Dec., 4, 1963.

\_\_\_\_\_. Study of USIA Book Publishing Program, January **1968**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Office of Research and Media Reaction. Special Reports 1953-1997. Entry P 160. NND 988085. Box 24.

\_\_\_\_\_. The Country Plan for Brazil Fiscal Year **1957**, December 27. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Office of the Assistant Director for Latin America. Country Files for Brazil 1953-1971. Entry 404. NND 54186. Box 1. Folder Brazil Country Plan.

\_\_\_\_\_. The Limits of American Capitalism by Robert L. Heilbroner, **October 10, 1966**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 9.

\_\_\_\_\_. The New Class by Milovan Djilas, Foreign Service Despatch n. 221, **June 19, 1958**. NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Entry P 27. NND 74593. Box 2.

\_\_\_\_\_. UNE- Instrumento de subversão, correspondência trocada entre Alan E. James, responsável pelo programa de traduções da posto USIS Rio de Janeiro, e Richard C. Wooton, coordenador do programa de livros para a América Latina, **June 21, 1963**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, May-June 1963.

\_\_\_\_\_. Unidos no Caminho do Progresso. Discursos do Presidente Juscelino Kubistchek e do Vice-Presidente Richard Nixon. Volta Redonda, MG, **February 3, 1956**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files with Latin American United States Information Service Posts 1954-1958. Entry P 233. Box 1. Folder 1956 US USIS RJ.

\_\_\_\_\_. US Image. **November 19, 1963**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Subject Files 1953-1967. Entry P 27. NND74593. Box 1, Folder Advisory Committee. 1 US Image, November 19, 1963. *In*: NARA II. USIA, RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Subject Files 1953-1967. Entry P 27. NND74593. Box 1, Folder Advisory Committee.

\_\_\_\_\_. US Information Agency – Information Center Service, **October 9, 1953**. *In*: NARA II, USIA. RG 306, Information Center Service / Bibliographic Division. Subject Files, 1953-1967. Entry P 27. NND 74593. Box 7, Folder Book Policy and Procedure – Collections of Directives 1953-1954.

\_\_\_\_\_. USIA Latin American Book Program – Books Actually Published in FY 1963, **February 28, 1963**. *In*: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 4, Folder Brazil, Rio de Janeiro, July – Dec. 1962.

\_\_\_\_\_. USIA Latin American Book Program, [**entre 1965-1974**]. *In*: NARA II. USIA. RG 306. ICS. Publication Division. Editorial Branch ca. 1965-ca.1974. Book Development Files, 1954-1968. Entry P 2. Box 8, Folder Latin American Book Program.

\_\_\_\_\_. USIS Brazil Annual Assessment Report for the Period **October 1, 1957 to September 30, 1958**. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P327. NND 36961. Box 2.

\_\_\_\_\_. USIS Program Support for the Alliance for Progress, Field Message n. 28, **September 13, 1962**. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publication Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain. Entry P58. Box 3, Folder Brazil, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_. USIS Rio's accomplishment in publicizing US Technical Cooperation Activities in Brazil, **May 23, 1955**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1. Artigos foram publicados em 1955.

\_\_\_\_\_. Visit of Mr. and Mrs. Rostow to Brazil, **September 14, 1964**. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Divisions. Translation Branch Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 6.

\_\_\_\_\_. Your Brazil Trip, correspondência de Richard Wooton, Coordenador do Programa de Livros para a América Latina/ICS para Robert Smith, da Diretoria de Políticas para a América Latina/IAL. **April 17 1964**. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Publications Division. Translation Branch. Country and Subject Files for Latin America and Spain, 1945-1966. Entry P 58. Box 6.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio*, on-line, n. 12, p. 41-64, out. 2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org> . Acesso em: 17 abr. 2019.

VANDEN BERGHE, Kristine. *Intelectuales y anticomunismo: la revista Cadernos Brasileiros, 1959-1970*. Leuven: Leuven University Press, 1997.

VIDA Literária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 5 fev. 1957.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. O discurso anticomunista nos boletins mensais do IPÊS entre 1963-1966. 2016. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VRIES, Tity de. The absent dutch: dutch intellectuals and the Congress for Cultural Freedom. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans (ed.). *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*. London: Frank Cass, 2003. p. 212-223.

WASSERMAN, Claudia. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Ideologia e política: o papel dos intelectuais orgânicos. In: SILVEIRA, Helder Gordim; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (org.). História e ideologia: perspectivas e debates. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 267-276.

WEBER, M. Política como vocação. In: GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C. (org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. p. 97-153.

WHATMORE, Geoffrey. O livro estrangeiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1958. 1º Caderno, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

WHITHAM, Charlie. The Committee for Economic Development, foreign trade and the rise of American corporate liberalism, 1942-1948. *Journal of Contemporary History*, v. 48, issue 4, p. 845-871, 2013.

WOLFERT, I. Como funciona a automatização. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1957. Suplemento Comercial e Industrial, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

WILFORD, Hugh. Calling the Tune? The CIA, the British Left and the Cold War, 1945-1960. In: SCOTH-SMITH, Giles; KRABBENDAM, Hans (org.). *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*. London: Frank Cass, 2003. p. 31-38.

\_\_\_\_\_. *The might wurlitzer: how the CIA played America*. Cambridge: London: Harvard University Press, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.

\_\_\_\_\_. *A política e as letras: entrevistas da New Left Review*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.